MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

CONSEPE

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022

SESSÃO ÚNICA
Data: 17 de novembro de 2022 (quinta-feira)
Horário: 14 horas
Modalidade: híbrida (Google Meet / Sala dos Conselhos Superiores)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONVOCAÇÃO

A Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes à **11ª Reunião Ordinária de 2022,** com data, local e horários abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre a ata da 9ª reunião ordinária de 2022;
2. Apreciação e deliberação sobre processos de renovação de afastamentos;
3. Apreciação e deliberação sobre designação pela Reitora, *ad referendum* do Consepe, de renovação de afastamento de servidor docente;
4. Apreciação e deliberação sobre a revogação da obrigatoriedade da apresentação de passaporte de vacinação contra COVID-19 para a efetivação da matrícula dos alunos nos componentes curriculares para o semestre 2022.2;
5. Apreciação e deliberação sobre o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação para o semestre 2023.1, conforme Memorando Eletrônico Nº 217/2022 – Proppg;
6. Homologação da indicação dos professores Francisco César de Medeiros Filho e Karla Raphaella Costa Pereira para assumirem, respectivamente, a primeira Coordenação e Vice-coordenação do Programa do curso de Física, conforme Memorando Eletrônico Nº 423/2020 – GAB;
7. Apreciação e deliberação sobre alteração de regime de carga horária do docente André Pedro Fernandes Neto, conforme processo nº 23091.012172/2019-88;
8. Outras ocorrências.

Data: 17 de novembro de 2022 (quinta-feira).
Horário: 14 horas.
Modalidade: híbrida (Google Meet / Sala dos Conselhos Superiores).

Mossoró-RN, 11 de novembro de 2022.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Dados: 2022.11.11 09:07:37 -03'00'

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Presidente

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

1º PONTO

Apreciação e deliberação sobre a ata da 9ª reunião ordinária de 2022;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, reuniu-se, de forma híbrida, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência do Vice-Reitor, **Roberto Vieira Pordeus**, para deliberar sobre a pauta da nona reunião ordinária de dois mil e vinte e dois. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec): **José Anizio Rocha de Araújo**; Pró-Reitoria de Graduação (Prograd): **Kátia Cilene da Silva Moura**; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG): **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis**; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Aurélio Paes Barros Júnior**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **José Domingues Fontenele Neto**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Fábio Francisco da Costa Fontes**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **José Albenes Bezerra Júnior**; Centro de Engenharias (CE): **Blake Charles Diniz Marques**; Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Priscila da Cunha Jácome Vidal**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Simone Maria da Rocha**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho**; Representante técnico-administrativo: **Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros**; Representantes discentes: **Marcondes Ferreira Costa Filho** e **Pedro Victor Cavalcante dos Santos**. Representantes com falta justificada: Paulo Gustavo da Silva, Adailson Pinho de Araújo, Zoroastro Torres Villar e Andrea Maria Ferreira Moura. **PAUTA**: **Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre a ata da 3ª reunião ordinária de 2022. **Segundo ponto**: Apreciação e deliberação sobre processos de renovação de afastamento. **Terceiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre minuta de resolução que altera os Arts. 3º e 5º da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019, de 13 de março de 2019, que dispõe sobre regime de trabalho e distribuição de carga horária de professor do Magistério Superior. **Quarto ponto:** Outras ocorrências. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho Roberto Vieira Pordeus declarou aberta a reunião. Foram analisadas, votadas e aprovadas as justificativas de ausência. A justificativa de ausência do conselheiro Adailson Pinho de Araújo foi aprovada por unanimidade. A do conselheiro Zoroastro Torres Villar foi aprovada por três votos favoráveis, um contrário e oito abstenções. Em seguida, a pauta da reunião foi lida e colocada em discussão. O conselheiro **Blake Charles Diniz Marques** alegou que seu Centro deliberou pela retirada do terceiro ponto de pauta, visto que, quando foi posta em observação, surgiram muitas dúvidas e sugestões de mudanças, por não ser tão específica para as áreas de Engenharias como se mostra para Medicina e Medicina Veterinária, embora o CE também

tenha uma demanda com relação à operação de carga horária docente; assim, solicitou a retirada do ponto da pauta para a discussão retornar ao centro a fim de que se possa modificá-la de acordo com as demandas. A conselheira **Simone Maria da Rocha** disse que é importante colocar em votação a solicitação de inserção do processo de afastamento da professora Marianna Cruz Campos Pontarolo no segundo ponto de pauta; a conselheira **Priscila da Cunha Jácome Vidal** corroborou com a inclusão citada pela conselheira Simone Maria da Rocha. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** defendeu a manutenção do terceiro ponto de pauta, afirmando que, uma vez entrando em pauta uma minuta, os conselheiros podem propor emendas, e houve um prazo de dez dias; disse, ainda, que não concorda com a retirada de pauta porque essa discussão está acontecendo desde o começo do ano, e a comissão criada para entregar essa minuta o fez no mês de abril, desde então se espera a entrada; além disso, vários professores querem mudança de regime de trabalho e, apesar de haver uma resolução que trata sobre regime de trabalho, os pareceres da procuradoria dizem que ela não contempla o que está na lei; desse modo, afirmou que essa alteração adequaria a necessidade de colocar de forma mais explícita o que seriam as áreas de interesse institucional e já se posicionou favorável ao parecer do relator. O conselheiro **Aurélio Paes Barros Júnior** reiterou a defesa, e disse que apenas as emendas do CCA foram encaminhadas; ademais, atentou que, caso esse ponto se mantenha, é preciso discutir como é feita a aprovação do relator e das possíveis emendas, porque foi levantado que a metodologia que se tem adotado no Consepe está equivocada, pois quando se aprova a recomendação do relator, não se está mais entrando em discussão sobre as demais emendas, e isso está equivocado; quando há aprovação ou modificação pelo relator e também emendas, ambas devem ser discutidas ponto a ponto. A conselheira **Simone Maria da Rocha** também corroborou com a permanência. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** reiterou a permanência e disse que a representação discente não fez emendas, mas participou através de uma reunião do Conselho do CCA, da qual participou porque também é representante. Não havendo mais discussões, o presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação a permanência do ponto, a qual foi votada e aprovada com onze votos favoráveis e dois votos contrários. Em seguida, colocou em votação a inclusão do processo de afastamento da servidora Marianna Cruz Campos Pontarolo no segundo ponto, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. Logo após, a pauta com alterações foi votada e aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO**. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou em discussão e votação a ata da 3ª Reunião Ordinária de 2022, a qual foi aprovada sem emendas com oito votos favoráveis e quatro abstenções. **SEGUNDO PONTO**. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou em discussão o processo afastamento da professora Cintia Raquel Duarte de Freitas. A conselheira **Priscila da Cunha Jácome Vidal** disse que ela já estava afastada para

doutorado por pares, mas os pares ficaram sobrecarregados, e, como o Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) tinha mais vagas para substituto do que interessados, foi aprovado o afastamento dela com vaga de substituto, não por estar no PQD, mas devido à sobra e também porque não iria afetar ninguém que estava no PQD do ano. Em votação, o afastamento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou em discussão o afastamento do professor José Daniel Jales Silva. A conselheira **Priscila da Cunha Jácome Vidal** observou que os documentos não estavam completamente assinados. Como se tratava de uma renovação, bem como o processo anterior, o presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou o processo em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Logo após, colocou em discussão e votação o processo de afastamento do professor Klaus André de Sousa Medeiros, o qual também foi aprovado por unanimidade. Por fim, colocou em discussão e votação o afastamento da professora Marianna Cruz Campos Pontarolo, o qual foi aprovado com treze votos favoráveis e uma abstenção. **TERCEIRO PONTO**. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou o terceiro ponto em discussão. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** disse que, na reunião do CCA, conversou sobre como estão acontecendo as votações dentro do Conselho, corroborando com a questão citada pelo conselheiro Aurélio Paes Barros Júnior na discussão da pauta, acrescendo que a Resolução nº 11 de 2017 do Consuni versa sobre como devem acontecer as votações, reiterando que, geralmente, estaria acontecendo de a proposta do relator ser considerada sem que as demais alterações sejam apreciadas, sendo que o correto, segundo a resolução, é que sejam votadas uma a uma. O conselheiro **Aurélio Paes Barros Júnior** concordou com o conselheiro Marcondes Ferreira Costa Filho; logo após, fez a observação de que não existe artigo 4º em sua emenda, esclarecendo que a proposta é para alterar o § 1º do art. 5º, não para acrescer um artigo, e respaldando a solicitação devido a ser uma demanda de Medicina Veterinária, tendo em vista o fato de que o texto original especifica as áreas contempladas, e estas contemplam mais a Medicina do que a Medicina Veterinária. O conselheiro **Fábio Francisco da Costa Fontes** disse que achou desnecessária a substituição porque acredita que outras áreas devem ser contempladas além da Medicina e da Medicina Veterinária. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** afirmou que houve prazo para emendas e agora só se poderia votar o que já estava na minuta. A secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, Éricka Tayana Lima Bezerra, justificou que a estrutura das emendas segue as orientações de alguns decretos, como o Decreto nº 9.191 de 2017, que *regulamenta as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República*, explicando o motivo pelo qual a emenda estava disposta em artigo. O conselheiro **Fábio Francisco da Costa Fontes** defendeu que as Engenharias também poderiam estar contempladas pelo artigo. O conselheiro **José**

Domingues Fontenele Neto concordou com a fala que o antecedeu e justificou por ser uma área que também exige *anotação ou termo de responsabilidade técnica*, conforme prevê o texto original. A conselheira **Simone Maria da Rocha** disse que seu centro propôs suprimir o artigo, mas confirmou com o conselheiro Aurélio Paes Barros Júnior que na verdade não seria um artigo acrescido. O conselheiro **Aurélio Paes Barros Júnior** confirmou esclarecendo que não se trata de um novo artigo, mas de uma emenda a um parágrafo de um artigo anterior. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** observou que está tendo toda essa polêmica de a minuta não atender ao Centro de Engenharias, mas o relator é do CE. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou o voto do relator em votação, o qual foi aprovado com dez votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. Logo após, colocou as emendas em apreciação. O conselheiro **Aurélio Paes Barros Júnior** retirou a proposta sobre a redação da ementa. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação a proposta de *"Alterar o § 1º do Artigo 5º da minuta de resolução que altera os Arts. 3º e 5º da Resolução CONSEPE/UFERSA no 001/2019, de 13 de março de 2019"* encaminhada pelo conselheiro Aurélio Paes Barros Júnior, a qual foi aprovada com oito votos favoráveis, três votos contrários e duas abstenções. Em seguida, o presidente **Roberto Vieira Pordeus** colocou em votação a minuta com alteração, a qual foi aprovada com nove votos favoráveis, um voto contrário e duas abstenções. **QUARTO PONTO**. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que o bebedouro não está funcionando na Central I do lado oeste, causando uma demora demasiada do aluno para retornar à aula após ser liberado para beber água; ademais, questionou por que o portão feito para pedestres ainda não está funcionando, e os estudantes continuam disputando a entrada com os carros. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** disse que acredita que a abertura possa ser feita simplesmente com a ordem da gestão. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** questionou se há algum impedimento para a abertura. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** disse que a entrada é funcional, falta apenas autorizar a abertura. O conselheiro **Aurélio Paes Barros Júnior** questionou por que existem professores não vacinados ministrando aula, se há uma resolução que impede isso. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** disse, sobre o CCA, que foi passada uma lista com os nomes dos professores que não estão vacinados para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) e esta encaminhou para o Gabinete da Reitoria para que as providências sejam tomadas a partir disso. Nesse contexto, relatou que chegou até a representação discente o caso de uma estudante que teve seus componentes curriculares cancelados, o que é o correto, porque está normatizado pela instituição; mas, diante disso, frisou que é importante se questionar por que os docentes não estão sendo penalizados como os estudantes estão sendo. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** disse que os professores que não foram punidos estão com uma liminar da justiça garantindo-lhes o direito de ministrar aula sem a

comprovação vacinal, e colocou em votação a participação com fala da assessora **Rafaela Aparecida Fonsêca**, a qual foi aprovada por unanimidade, para informar sobre a situação. A convidada **Rafaela Aparecida Fonsêca** esclareceu que o Gabinete da Reitoria recentemente submeteu uma consulta à Procuradoria Federal, responsável pelo consultivo da União, em função dos questionamentos que foram feitos a respeito das providências que seriam adotadas em relação aos docentes eventualmente não vacinados, a partir de uma coleta na Progepe de quais seriam esses servidores, tendo em vista as exigências contidas na Resolução Consuni nº 19 de 2022. Em função disso, disse que a Procuradoria Federal emitiu o Parecer nº 305 de 2022, que trata dos efeitos ocasionados pela manifestação do Supremo Tribunal Federal a respeito da Lei que trata sobre as questões sanitárias adotadas em função da Covid em toda a administração pública federal em nível nacional e em função, também, de uma publicação do Ministério da Saúde declarando o fim da emergência nacional em saúde pública, ou seja, a pandemia não seria mais considerada uma emergência de saúde nacional. Diante disso, a Procuradoria manifestou que o STF tem declarado com abrangência nacional que a lei que estabeleceu as medidas sanitárias era uma lei temporária e deixou de valer; a Procuradoria manifestou, ainda, que há perda de efeitos no que diz respeito às exigências contidas na norma interna e em todas as medidas administrativas tomadas anteriormente com base na vigência daquelas normas e leis que não vigoram mais. A assessora disse, ainda, que se fez um complemento à consulta, porque não houve referência à Resolução do Consepe, apenas à do Consuni, mas afirmou, diante da manifestação da Procuradoria Federal e da reunião que haverá com a Reitora, que outras medidas administrativas serão adotadas para o alinhamento a essa nova perspectiva, uma vez que a situação agora é outra. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante dos Santos** fez um chamamento à autoridade deste Conselho com relação à falta de seriedade que a Reitoria tem demonstrado ao não cumprir as normativas produzidas pelos conselhos – Consepe e Consuni – no que concerne ao passaporte vacinal; disse que os estudantes, os professores e os técnicos administrativos assistem inertes às manobras que a administração tem feito para dilapidar as construções normativas que visam à proteção da vida da comunidade e à sanção de responsabilidade da Universidade pela saúde coletiva. Prosseguiu dizendo que é notório que essa oposição é vazia de motivação e impulsionada exclusivamente por uma ideologia negacionista, e a Universidade, que é a casa da ciência e deveria ser a luz no período obscuro em que se vive, está rendida a esses comportamentos políticos levianos; o conselheiro clamou pelos deveres da probidade e da moralidade, deveres dos servidores públicos dentro do direito administrativo, alegando que tais ações são, no mínimo, temerárias e irresponsáveis; com essa suspensão dos efeitos, disse que tal postura de se calar e não cumprir a norma serve a um grupo específico, e que se precisa de uma administração comprometida com a vida. Por fim, afirmou que tem esperança por ares mais

democráticos e por que o Consepe e o Consuni não permaneçam inertes diante disso. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** disse que precisa rever essa situação para que os alunos não sejam penalizados como estão sendo, citando que em lugar nenhum ainda é exigido passaporte vacinal, apenas na Ufersa, e defendendo que se tome uma nova decisão de acordo com a realidade em que estamos. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante dos Santos** disse que para qualquer viagem ainda se exige passaporte vacinal. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** questionou por que é mais fácil mudar a norma do que fazê-la valer; considerando que uma parte está sendo prejudicada, a dos estudantes, defendeu que a norma deve ser cumprida. O presidente **Roberto Vieira Pordeus** disse que é necessário reunir o Comitê de Biossegurança para rever a norma, e que a Universidade não pode penalizar um professor por não se vacinar, pois há essa liberdade. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** afirmou que é necessário haver um compromisso da gestão com fazer valer a norma. Não havendo mais discussões, o presidente **Roberto Vieira Pordeus** declarou encerrada a reunião. E eu, Éricka Tayana Lima Bezerra, secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei esta ata, que, após lida e aprovada com/sem emendas, na reunião do dia xxxx de novembro de dois mil e vinte e dois, segue assinada pelo presidente do Consepe, pelos Conselheiros presentes nesta reunião e por mim. XXXXXXXXXXXX

Presidente:

Roberto Vieira Pordeus_____

Pró-Reitores:

PROEC: José Anizio Rocha de Araújo_____

PROGRAD: Kátia Cilene da Silva Moura_____

PROPPG: Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis_____

Centro de Ciências Agrárias (CCA):

Aurélio Paes Barros Júnior_____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):

José Domingues Fontenele Neto_____

Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN):

Fábio Francisco da Costa Fontes_____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH):

José Albenes Bezerra Júnior_____

Centro de Engenharias (CE):

Blake Charles Diniz Marques_____

Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):

Priscila da Cunha Jácome Vidal_____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Simone Maria da Rocha_____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF):

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho_____

Representante técnico-administrativo:

Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros_____

Representantes discentes:

Marcondes Ferreira Costa Filho_____

Pedro Victor Cavalcante dos Santos_____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

Éricka Tayana Lima Bezerra_____

2º PONTO

Apreciação e deliberação sobre processos de renovação de afastamentos:

- Ana Cláudia Araújo Fernandes;
- Heloisa Frazão da Silva Santiago;
- Leonildo Cerqueira Miranda.

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.011179/2021-24

Cadastrado em 03/09/2021

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES	ANACLAUDIA.FERNANDES@UFERSA.EDU.BR	3323686

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO NO PAÍS PARA CURSAR DOUTORADO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)

Criado Por:
EDILMA PEREIRA COSTA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
03/09/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
08/09/2021	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.07)
24/09/2021	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
19/10/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
26/10/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
08/11/2021	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
09/11/2021	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
29/11/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
11/10/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
11/10/2022	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.07)
17/10/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
19/10/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
19/10/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)

Data	Destino
31/10/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
09/11/2022	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2022 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS – CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS

Categoria Funcional: DOCENTE

Tipo de Afastamento: INTEGRAL

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): xxx mês: xxx

Início do Exercício no Cargo: 25/07/2018 (anexar Declaração do PRORH)

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

Nível: DOUTORADO

Área de concentração: ENGENHARIA CIVIL

Prazo previsto para realização do curso: Início 20/12/2021 **Término:** 19/12/2025

Instituição de realização do Curso: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Cidade: SÃO PAULO **Estado:** SP **País:** BRASIL

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I - Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***
VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***

PROPPG

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs*. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até* ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 03/09/2021

ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES
Assinado de forma digital por ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES
Dados: 2021.09.03 14:13:01 -03'00'

Assinatura do requerente

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O Vice-Reitor na presidência do Conselho Universitário – Consuni da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece a Lei nº 12.772/12; o Regimento da UFERSA; a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.011179/2021-24; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 9ª Reunião Ordinária de 2021, em sessão realizada no dia 16 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o afastamento da servidora docente Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz para realizar doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, na Universidade de São Paulo - USP, em São Paulo/SP, no período de 20 de dezembro de 2021 a 19 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
ROBERTO VIEIRA PORDEUS
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

ROBERTO VIEIRA PORDEUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES MUNIZ
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** ENGENHARIAS – CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAUBAS
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: ( ) **Anos**
Início de Exercício no Cargo: 25/07/2018 Total: 4 ano(s) 2 mês(es) (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE
CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU
Nível: ( ) **Mestrado** (X) **Doutorado**
Área de concentração: ENGENHARIA CIVIL
Liberação inicial: Início 20/12/2021 **Término:** 19/12/2022
Período solicitado para (renovação): Início 20/12/2022 **Término:** 19/12/2023
Previsão para término do curso: Início Término: 19/12/2025

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***

II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***

III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)

V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)

VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**

VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VII)***

VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VIII)***

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

Obs*. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-*

*á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em **até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento**. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 07 / 10 / 2022

ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ:[redacted]

Assinado digitalmente por ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ:07104587462
DN: CN=ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ:[redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Caraúbas,RN - Brasil
Data: 2022.10.06 18:41:21-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Assinatura do requerente

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Check-List – Renovação de Afastamento para qualificação

Nome do solicitante: ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES MUNIZ	
Local da Qualificação*: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO*	
☐ X No País ☐ No exterior	
Período solicitado para renovação do afastamento: 20 / 12 / 2022 a 19 / 12 / 2023	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (Check-List); ***(Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; (***Anexo II***)	
III. Relatório de atividades acadêmicas (***Anexo III***)	
IV. Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo orientador (***Anexo IV***)	
V. Declaração de Matrícula ***(Anexo V)***	
VI. Histórico Escolar – Atualizado ***(Anexo VI)***	
VII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; (Anexo VIII)	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ X Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
IX**.** Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de- declaracao-3/);	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Eu, Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, professora do magistério superior da UFERSA, matrícula SIAPE nº [redacted], lotada no Centro Multidisciplinar de Caraúbas, solicito renovação de afastamento integral de minhas atividades para dedicação ao doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade de São Paulo (USP), na área de Engenharia Hidráulica e Ambiental, como regulamenta a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº003/2018.

O período de afastamento concedido até o momento foi imprescindível para concluir as disciplinas obrigatórias, cursar duas outras disciplinas relacionadas à pesquisa de doutorado e iniciar a revisão da literatura e as atividades de laboratório. As atividades realizadas nos dois semestres de afastamento constam no relatório e no histórico escolar.

A justificativa do pedido de renovação de afastamento integral se dá pela impossibilidade de conciliar as atividades de docente com a realização do doutorado, sobretudo, em razão da realização de análises em laboratório, conforme plano de trabalho. Tendo em vista o caráter experimental da pesquisa, é requerida a presença física, o que seria impossível sem o afastamento integral das atividades, agravada pela distância entre os municípios de São Paulo e Caraúbas. Além disso, também é requerido tempo para a escrita de artigos científicos e da tese propriamente dita, com qualificação prevista para dezembro de 2023.

Dessa forma, contando com vossa compreensão e atendimento, solicito a renovação do afastamento no período de 20 de dezembro de 2022 a 19 de dezembro de 2023, com data final de curso prevista para 19 de dezembro de 2025.

Data: 07 de outubro de 2022

ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: [redacted]

Assinado digitalmente por ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: 07104587462
DN: CN=ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: [redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Caraúbas,RN - Brasil
Data: 2022.10.06 18:41:44-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Assinatura do requerente

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

PROPPG

(Anexo III)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

(Realizadas nos últimos 2 semestres de afastamento)

Quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

DOUTORADO EM ENGENHARIA CIVIL – PPGEC USP

As atividades realizadas no curso de Doutorado em Engenharia Civil pela USP desde o dia 20 de dezembro de 2021 até o presente momento estão listadas abaixo.

- ✓ Carga horária obrigatória concluída – 240h (ver histórico)

Sigla	Nome da Disciplina	Início	Término	Carga Horária	Cred.	Freq.	Conc.	Exc.	Situação
PHD5918-2/2	Aspectos Microbiológicos da Engenharia Aplicada ao Tratamento de Efluentes	28/03/2022	19/06/2022	120	8	100	A	N	Concluída
PHD5010-6/4	Fundamentos de Química Aquática e Qualidade da Água	28/03/2022	19/06/2022	120	8	100	A	N	Concluída

	Créditos mínimos exigidos		Créditos obtidos
	Para exame de qualificação	Para depósito de tese	
Disciplinas:	16	16	16
Estágios:			
Total:	16	16	16

Créditos Atribuídos à Tese: 160

- ✓ Carga horária não obrigatória relacionada à pesquisa do doutorado – 240h (ver histórico)

Sigla	Nome da Disciplina	Início	Término	Carga Horária	Cred.	Freq.	Conc.	Exc.	Situação
PEN5041-2/1	Digestão Anaeróbia e Aproveitamento Energético de Resíduos Sólidos. (Instituto de Energia e Ambiente - Universidade de São Paulo)	06/07/2022	27/09/2022	120	0	-	-	N	Aguardando avaliação
PHD5956-1/1	Tecnologias de Tratamento de Resíduos Sólidos	12/09/2022	04/12/2022	120	0	-	-	N	Cursando

- ✓ O primeiro ano de doutorado foi dedicado especialmente à revisão de literatura para o desenvolvimento da pesquisa e às disciplinas. Recentemente foram iniciadas as análises físico-químicas no laboratório de saneamento da Escola Politécnica da USP.

- ✓ Realização de curso de formação complementar on-line para produção de artigos científicos em inglês, oferecido pela USP (conclusão em 03/10/2022 – o certificado ainda não foi emitido).
- ✓ Publicação de três artigos científicos completos em anais de eventos, oriundos de pesquisas realizadas na UFERSA, em orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso em anos anteriores (certificados anexados abaixo).



Verifique o código de autenticidade 3884288.3311511.840344.6.557655889909957287773 em https://www.even3.com.br/documentos

III CoBICET Online

" 15 ANOS DOS BIS E LIS: RETROSPECTIVA, RESISTÊNCIA E FUTURO"

CERTIFICADO DE TRABALHO

Certificamos que o trabalho intitulado **ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLEMENTAÇÃO DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA EM UMA EDIFICAÇÃO UNIFAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - RN** de autoria de **Thaynon Brendon Pinto Noronha, Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, Leonete Cristina De Araújo Ferreira Medeiros Silva, Juan Rafael Filgueira Guerra e Humberto Freire Dias Neto**, foi submetido no III Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - "15 anos dos BIs e LIs: retrospectiva, resistência e futuro", no formato Trabalho completo, área temática ENGS - Engenharias. O trabalho foi avaliado por pares em avaliação cega e foi aprovado. O trabalho foi apresentado no formato de e-banner, e integra os anais online do evento.

Brasil / Online, 29 de agosto de 2022.

[redacted]
Profa. Dra. Polliana Mendes de Souza
Presidente III CoBICET

[redacted]
Prof. Dr. Christian Corrêa Paixão
Coordenador do Comitê Científico do III CoBICET

[redacted]
Prof. MSc. Gabriel Gomes de Oliveira
Vice-Coordenador do Comitê Científico do III CoBICET

Instituições organizadoras e apoiadoras:



Verifique o código de autenticidade 3884288.3311511.840367.6.557655889909957283343 em https://www.even3.com.br/documentos

III CoBICET Online

" 15 ANOS DOS BIS E LIS: RETROSPECTIVA, RESISTÊNCIA E FUTURO"

CERTIFICADO DE TRABALHO

Certificamos que o trabalho intitulado **PROPOSIÇÃO DE UM PLANO DE COLETA SELETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/RN** de autoria de **Antonia Naiane Da Silva, Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz e Wilker Fernandes Soares**, foi submetido no III Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - "15 anos dos BIs e LIs: retrospectiva, resistência e futuro", no formato Trabalho completo, área temática ENGS - Engenharias. O trabalho foi avaliado por pares em avaliação cega e foi aprovado. O trabalho foi apresentado no formato de e-banner, e integra os anais online do evento.

Brasil / Online, 29 de agosto de 2022.

[redacted]
Profa. Dra. Polliana Mendes de Souza
Presidente III CoBICET

[redacted]
Prof. Dr. Christian Corrêa Paixão
Coordenador do Comitê Científico do III CoBICET

[redacted]
Prof. MSc. Gabriel Gomes de Oliveira
Vice-Coordenador do Comitê Científico do III CoBICET

Instituições organizadoras e apoiadoras:



Verifique o código de autenticidade 3884288.3311511.840844.6.5576558899099572577 3 em https://www.even3.com.br/documentos

III CoBICET Online

" 15 ANOS DOS BIS E LIS: RETROSPECTIVA, RESISTÊNCIA E FUTURO"

CERTIFICADO DE TRABALHO

Certificamos que o trabalho intitulado **Diagnóstico do Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil da cidade de Pau dos Ferros - RN** de autoria de **Luan Douglas Mendes Costa, Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz e Edna Lúcia Da Rocha Linhares**, foi submetido no III Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - "15 anos dos BIs e LIs: retrospectiva, resistência e futuro", no formato Trabalho completo, área temática ENGS - Engenharias. O trabalho foi avaliado por pares em avaliação cega e foi aprovado. O trabalho foi apresentado no formato de e-banner, e integra os anais online do evento.

Brasil / Online, 29 de agosto de 2022.

[redacted]
Profa. Dra. Poliana Mendes de Souza
Presidente III CoBICET

[redacted]
Prof. Dr. Christian Corrêa Paixão
Coordenador do Comitê Científico do III CoBICET

[redacted]
Prof. MSc. Gabriel Gomes de Oliveira
Vice-Coordenador do Comitê Científico do III CoBICET

Instituições organizadoras e apoiadoras:

- ✓ Participação em congresso científico (certificado anexado abaixo).



Verifique o código de autenticidade 3884224.3311511.4.6.557667889909973 em https://www.even3.com.br/documentos

III CoBICET Online

" 15 ANOS DOS BIS E LIS: RETROSPECTIVA, RESISTÊNCIA E FUTURO"

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Certificamos que **Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz** participou do III Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - "15 anos dos BIs e LIs: retrospectiva, resistência e futuro", realizado online pela plataforma Even3, entre 29 de agosto e 02 de setembro de 2022, contabilizando 40h de carga horária total.

Brasil / Online, 02 de setembro de 2022.

[redacted]
Profa. Dra. Poliana Mendes de Souza
Presidente III CoBICET

[redacted]
Prof. Dr. Ademar Nogueira do Nascimento
Coordenador de Programação de Palestras do III CoBICET

[redacted]
Prof. Dr. José Renato de Oliveira Lima
Coordenador de Programação de Minicursos do III CoBICET

Instituições organizadoras e apoiadoras:

- ✓ Realização de curso de formação complementar on-line: Biossegurança em laboratórios de ensino e pesquisa – 20h (certificado anexado abaixo).



EV.G Uma iniciativa enap

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES MUNIZ** concluiu o curso **BIOSSEGURANÇA EM LABORATÓRIOS DE ENSINO E PESQUISA (TURMA SET/2022)**, com carga-horária de **20** horas e nota final **89.27**.

[redacted]

Diogo G. R. Costa
Presidente
Escola Nacional de Administração Pública - Enap

Data: 07 de outubro de 2022

ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: [redacted]

Assinado digitalmente por ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: 07104587462
DN: CN=ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ:07104587462, [redacted] Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu,
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Caraúbas,RN - Brasil
Data: 2022.10.06 18:39:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Assinatura do requerente

[redacted]

Prof. Dr. Ronan Cleber Contrera

Assinatura do Orientador

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IV)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
(Feito pelo/a orientador/a)

Prezados Senhores (as),

Venho por meio deste, atestar que a aluna de Doutorado **Ana Claudia Araújo Fernandes Muniz**, sob minha orientação, realizou as seguintes atividades:

- Cursou duas disciplinas obrigatórias, tendo já sido concluídas num total de 16 créditos: "PHD5918 - Aspectos microbiológicos da engenharia aplicada ao tratamento de efluentes" e "PHD5010 - Fundamentos de química aquática e qualidade da água" tendo obtido conceito A nas duas disciplinas.

- Vem realizando também carga horária extra de disciplinas relacionadas à pesquisa de doutorado. Ambas ministradas pelo orientador: "PEN5041 - Digestão anaeróbia e aproveitamento energético de resíduos sólidos" (Finalizada, aguardando avaliação) e "PHD5956 - Tecnologias de tratamento de resíduos sólidos" (Cursando).

- Tem trabalhado e avançado na revisão da literatura para desenvolvimento da pesquisa.

- Já iniciou algumas análises físico-químicas no Laboratório de Saneamento da Escola Politécnica da USP de modo a se familiarizar com o laboratório e com as análises de rotina que serão feitas ao longo do desenvolvimento do seu experimento.

Digite o texto aqui

- Destaco que a Ana Cláudia teve um excelente desempenho neste primeiro ano de doutorado e ressalto ainda que é fundamental que ela se mantenha afastada de suas atividades como professora para que consiga realizar a etapa experimental de seu doutorado.

Dessa forma, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Data: 07 de outubro de 2022

[redacted]

Prof. Dr. Ronan Cleber Contrera (PHA-EP-USP)

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)

DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA

(Obrigatório)

Utilizar documento oficial (comprovante de matrícula) do local onde será sendo realizada a pós-graduação.

PROPPG

Escola Politécnica

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que o(a) senhor(a) Ana Claudia Araujo Fernandes Muniz, número USP [redacted] na presente data, é aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Doutorado, no programa Engenharia Civil, área de concentração Engenharia Hidráulica e Ambiental, sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a). Ronan Cleber Contrera.

Este documento eletrônico dispensa carimbo e assinatura. Sua autenticidade pode ser comprovada fornecendo-se o código de controle na seguinte página da Universidade de São Paulo: **https://uspdigital.usp.br/iddigital**

Documento emitido às 15:04:58 horas do dia 18/07/2022 (hora e data de Brasília).

Código de controle: BFKD - 6P1Q - BRXS - NK87

Código de controle válido até: 20/03/2023

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

Anexo VI

HISTÓRICO ESCOLAR
(Obrigatória)

Utilizar documento oficial do local onde está sendo realizada a pós-graduação.

PROPPG

3147 - 13481694 / 1 - Ana Claudia Araujo Fernandes Muniz

Email: [redacted]

Data de Nascimento:

Cédula de Identidade:

Local de Nascimento:

Nacionalidade: Brasileira

Graduação: Engenheira - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Rio Grande do Norte - Brasil - 2016

Mestrado: Mestra em Ciências Ambientais (1) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Rio Grande do Norte - Brasil - 2018

Curso: Doutorado

Programa: Engenharia Civil

Área: Engenharia Hidráulica e Ambiental

Data de Matrícula: 20/12/2021

Início da Contagem de Prazo: 20/12/2021

Data Limite para o Depósito: 22/12/2025

Orientador: Prof(a). Dr(a). Ronan Cleber Contrera - 20/12/2021 até o presente Email: contrera@usp.br

Proficiência em Línguas:

Inglês, Aprovado em 20/12/2021

Prazo Máximo para Inscrição no Exame de 25/12/2023

Data de Aprovação no Exame de Qualificação:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SCIENTIA VINCES

Data do Depósito do Trabalho:

Título do Trabalho:

Data Máxima para Aprovação da Banca:

Data de Aprovação da Banca:

Data Máxima para Defesa:

Data da Defesa:

Resultado da Defesa:

Histórico de Ocorrências: Primeira Matrícula em 20/12/2021
Aluno matriculado no Regimento da Pós-Graduação USP (Resolução nº 7493 em vigor a partir de 29/03/2018).

Última ocorrência: Matrícula Regular em 18/07/2022

Sigla	Nome da Disciplina	Início	Término	Carga Horária	Cred.	Freq.	Conc.	Exc.	Situação
PHD5918-2/2	Aspectos Microbiológicos da Engenharia Aplicada ao Tratamento de Efluentes	28/03/2022	19/06/2022	120	8	100	A	N	Concluída
PHD5010-6/4	Fundamentos de Química Aquática e Qualidade da Água	28/03/2022	19/06/2022	120	8	100	A	N	Concluída
PCA5004-2/5	Resíduos Sólidos: Gestão, Política e Impactos Socioambientais (Instituto de Energia e Ambiente - Universidade de São Paulo)	28/03/2022	27/06/2022	120	0	-	-	N	Pré-matrícula indeferida
PHD5745-6/4	Processos Fisico-Químicos em Engenharia Sanitária e Ambiental I	20/06/2022	11/09/2022	120	0	-	-	N	Matrícula cancelada
PEN5041-2/1	Digestão Anaeróbia e Aproveitamento Energético de Resíduos Sólidos. (Instituto de Energia e Ambiente - Universidade de São Paulo)	06/07/2022	27/09/2022	120	0	-	-	N	Aguardando avaliação
PHD5956-1/1	Tecnologias de Tratamento de Resíduos Sólidos	12/09/2022	04/12/2022	120	0	-	-	N	Cursando

	Créditos mínimos exigidos		Créditos obtidos
	Para exame de qualificação	Para depósito de tese	
Disciplinas:	16	16	16
Estágios:			
Total:	16	16	16

Créditos Atribuídos à Tese: 160

Observações:

1) Curso com validade nacional de acordo com o disposto na Portaria MEC Nº 31, de 26/01/2016

Conceito a partir de 02/01/1997:

A - Excelente, com direito a crédito; B - Bom, com direito a crédito; C - Regular, com direito a crédito; R - Reprovado; T - Transferência.

Um(1) crédito equivale a 15 horas de atividade programada.

Este documento eletrônico dispensa carimbo e assinatura. Sua autenticidade pode ser comprovada fornecendo-se o código de controle na seguinte página da Universidade de São Paulo: https://uspdigital.usp.br/iddigital

Documento emitido às 22:33:17 horas do dia 03/10/2022 (hora e data de Brasília)

Código de controle: Y7DZ-J8G8-B3AG-8CXV

Código de controle válido até: 03/11/2022

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de Pós-graduação em Engenharia Civil, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Mossoró (RN), 07 de outubro de 2022.

ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: [redacted]
Assinado digitalmente por ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: [redacted]
DN: CN=ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ: [redacted] OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Caraúbas,RN - Brasil
Data: 2022.10.06 18:42:43-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Assinatura

MATHOS LEITE DE ARAUJO: [redacted]
Assinado de forma digital por MATHOS LEITE DE ARAUJO [redacted]
Dados: 2022.10.07 11:27:35 -03'00'

Nome da testemunha
CPF: [redacted]

Documento assinado digitalmente
gov.br
LEONETE CRISTINA DE ARAUJO FERREIRA [redacted]
Data: 07/10/2022 08:07:02-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva
Nome da testemunha
CPF: [redacted]

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VII)

TERMO DE COMPROMISSO DOS DOCENTES QUE ASSUMIRÃO OS COMPONENTES CURRICULARES DO DOCENTE AFASTADO

(Obrigatório)

Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação de afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

PROPPG

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Campus Caraúbas
Centro Multidisciplinar de Caraúbas

RELATÓRIO DE AFASTAMENTOS E SUBSTITUIÇÕES DOCENTES 2022

(ATUALIZADO EM 02/2022)

1. NORMAS APLICÁVEIS

NORMA	OBJETO
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
DECRETO Nº 4.748, DE 16 DE JUNHO DE 2003	Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018	Dispõe sobre normas e condições de afastamentos de servidores docentes da UFERSA para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação *stricto sensu* ou estágio pós-doutoral
RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2012	Estabelece normas a serem utilizadas nos concursos para professores efetivos e substitutos na UFERSA e dá outras providências.

2. AFASTAMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

NATUREZA DA VAGA	TOTAL	OCUPADAS	DISP.
AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)	12	9	**3**
RESERVA PARA PÓS-DOUTORADO (PD) - 20%	2	2	**0**
TOTAL DE VAGAS DA UNIDADE	14	**11**	**3**

Av. Universitária "Leto Fernandes", BR 233, km 01, Sítio Esperança II – Telefone: +55 (84) 3317-8505
CEP 59780-000 Caraúbas/RN – https://caraubas.ufersa.edu.br/

2.1. VAGAS OCUPADAS

DPTO.	DOCENTE	MOD.	DATA LIMITE PARA SOLICITAR RENOVAÇÃO	PREVISÃO DE TÉRMINO	SUBSTITUTO	TERMO	OBS.:
DE	Leonete Cristina de A. F. M. Silva	AC	-	31/07/2022	Rokátia L. N. Marinho	22/09/2022	-
DLCH	Bruno Coriolano de Almeida Costa	AC	-	20/05/2022	-	-	Rescisão do contrato
DCT	Heloísa Frazão da Silva Santiago*	AC	05/05/2022	05/05/2023	Hugo Dias Giló	08/11/2022	-
DLCH	Mariane Linhares da Silva	AC	04/12/2022	29/11/2024	Rosângela Ívina Araújo dos Santos	03/02/2023	-
DCT	Fernando Neres de Oliveira	AC	03/09/2022	03/11/2023	José Lira de Oliveira Junior	08/11/2022	-
DE	Ana Cláudia Araújo Fernandes	AC	20/10/2022	19/12/2025	Bianca Anacleto Araújo de Sousa	04/01/2023	-
DLCH	Vicente Lima Neto	PD	-	15/12/2022	Nara Karolina de Oliveira	08/02/2023	-
DLCH	Elaine Cristina Forte Ferreira	PD	-	15/12/2022	Maria do Socorro Souza Silva	18/02/2023	-
DLCH	Gabrielle Leite dos Santos	AC	-	31/07/2022	Ana Paula Santos de Souza		-
DLCH	Leonildo Cerqueira Miranda	AC	31/05/2022	31/07/2024	Francisco Gesival Gurgel de Sales	15/19/2022	-
DLCH	Isabelle Pinheiro Fagundes	AC	*	25/01/ 2026	-	-	Em tramitação

3. OUTROS AFASTAMENTOS

DPT.	DOCENTE	MOTIVO	RETORNO	SUBSTITUTO	TERMO
DE	Joelton Fonseca Barbosa	Ex. Prov.	-	Pâmela Larissa S. Vieira	11/07/2022
DLCH	Simone Maria da Rocha	Desig. de Função	01/06/2024	Sâmia Magaly L. de M. Soares	18/07/2022
DE	Landerson Bezerra Santiago*	Afast. Pelos Pares	29/02/2024	-	-
DE	Sâmara Cavalcante Paiva	Remoção	-	Lincon A. Paz Silva	29/07/2022
DLCH	Pedro Fernandes de Oliveira Neto	Vacância	(vaga em concurso)	Ciro Leandro Costa da Fonseca	15/07/2022

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES MUNIZ**, Matrícula SIAPE nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 26/09/2022

[redacted]

Assinado de forma digital por ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO
Dados: 2022.09.27 16:48:28 -03'00'

Antônio Frankliney Viana Faustino
Pró-Reitor Adjunto

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **ANA CLAUDIA ARAUJO FERNANDES MUNIZ**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício em 25 de julho de 2018, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*20/12/2021 a 19/12/2025*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 28 de setembro de 2022.

SIMONE MARIA DA ROCHA [redacted]
Assinado de forma digital por SIMONE MARIA DA ROCHA [redacted]
Dados: 2022.09.28 10:23:45 -03'00'

Simone Maria da Rocha
Diretora do Campus Caraúbas

Educação Formal: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior;

Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas;

Qualificação: processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira;

Desempenho: execução de atividades e cumprimento de metas previamente pactuadas entre o ocupante da carreira e a IFE, com vistas ao alcance de objetivos institucionais;

5. METODOLOGIA

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UFERSA foi elaborado a partir do Diagnóstico das Necessidades de Desenvolvimento, aplicados nos meses de maio e junho de 2020, alinhado por competências, ou seja, através da identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício do cargo ou da função e considerando as normativas vigentes na instituição acerca do desenvolvimento e gestão de pessoas como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); o Decreto 9.991/2019 de 28 de agosto de 2019 e a Instrução Normativa 21/2021 de 01 de fevereiro de 2021, ambos do Ministério da Economia, que balizarão as discussões acerca do PDP, contribuindo para a construção das ações de desenvolvimento a serem ofertadas aos servidores da UFERSA em 2021.

O Diagnóstico das Necessidades de Desenvolvimento – Ano 2021, buscou levantar as necessidades de desenvolvimento dos nossos servidores em três eixos principais:

- Necessidades Gerais de Capacitação – Aqui os servidores manifestaram quais necessidades de desenvolvimento deveriam ser desenvolvidas por todos os servidores da UFERSA;

- Necessidades Setoriais de Capacitação – Neste ponto, os servidores elencaram aquelas lacunas de capacitação presentes especificadamente em seus setores;
- Necessidades Individuais de Capacitação – Onde os servidores manifestaram as suas necessidades particulares de capacitação para a melhor execução das suas atividades diárias.
- Necessidades de Individuais de Qualificação - Aqui os servidores pontuaram às áreas do conhecimento nas quais teriam interesse de se qualificar no ano de 2021.

O diagnóstico foi respondido por cada um dos servidores e as respostas foram analisadas e encaminhadas, pelas chefias imediatas, para o Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento - SCA.

A SCA em atenção aos normativos vigentes compilou todas as necessidades de desenvolvimento informadas gerando o PDP 2021 e o encaminhou para aprovação das instâncias competentes na UFERSA, e logo após, enviou ao órgão central do SIPEC, tendo recebido a devida autorização para sua execução.

6. NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO NO ANO DE 2021.

É importante ressaltar que o Decreto 9.991/2019 estabelece a obrigatoriedade de que toda e qualquer ação de desenvolvimento a ser custeada, desenvolvida e/ou apoiada pela Universidade atenda a pelo menos uma das necessidades de desenvolvimento aprovadas pelo Órgão Central SIPEC. Desta forma, seguem as necessidades de desenvolvimento aprovadas para execução no ano de 2021:

NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO APROVADAS PARA EXECUÇÃO NO ANO DE 2021
Atualizar os conhecimentos das normas e legislações da UFERSA
Aprimorar conhecimentos sobre contratação e gerenciamento dos contratos
Aperfeiçoar conhecimentos sobre o processo decisório
Adquirir conhecimentos sobre a utilização de ferramentas digitais, bem como a organização e divulgação de conteúdo em mídia digitais
Conhecer a legislação e normativos sobre a concessão de diárias e passagens, bem como saber melhor utilizar o sistema do Governo Federal (SCDP)
Ampliar conhecimentos na área da mecânica e elétrica automotiva

Melhorar conhecimentos sobre projeto e instalação de ar condicionado
Prestar melhor atendimento ao público
Atualizar conhecimentos sobre direito administrativo
Aprender a utilizar de forma otimizada os recursos públicos
Aprimorar os conhecimentos na área de informática e em planilhas eletrônicas, edição de documentos, apresentações dentre outros.
Atualização a formação de gestores da UFERSA
Desenvolver habilidades interpessoais
Desenvolver conhecimentos e práticas motivacionais
Melhorar o trabalho em equipe
Capacitar para trabalho remoto com turmas grandes
Capacitar sobre intervenção em situações de emergências, catástrofes, pandemias e primeiros socorros.
Atualizar conhecimentos sobre Ciências Agrárias
Ampliar conhecimentos sobre Ciências Biológicas
Desenvolver conhecimentos na área de Ciências Exatas e da Terra
Melhorar os conhecimentos em Ciências Humanas
Ampliar os conhecimentos em Ciências Sociais Aplicadas
Aprimorar os conhecimentos em Linguística, Letras e Artes
Aprimorar os conhecimentos na área Multidisciplinar
Aprimorar técnicas e conhecimentos sobre os cuidados com a voz
Ampliar conhecimentos sobre boas práticas em Tecnologia da Informação (TI)
Desenvolver conhecimentos sobre compliance/conformidade
Trabalhar aspectos de melhoria na comunicação
Atualização de conhecimentos na área gestão acadêmica
Atualização de conhecimentos sobre direitos humanos
Desenvolver o conhecimento na área de ensino, pesquisa e extensão
Ampliar conhecimentos sobre elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UF
Melhorar a conservação e gestão dos bens públicos
Atualização de conhecimentos na área de gestão participativa
Atualização de conhecimentos na área de gestão de processos
Ampliar conhecimentos voltados a área de química
Ampliar conhecimentos voltados a área de automação industrial, instrumentação industrial e eletrônica
Atualizar conhecimentos sobre Diagnóstico por imagem em animais
Ampliar conhecimentos sobre saúde e segurança do trabalho no âmbito da UFERSA.
Ampliar conhecimentos sobre temas na área da Administração Pública
Ampliar conhecimentos e habilidades na gestão de documentos
Ampliar o conhecimento sobre assistência estudantil
Melhorar o conhecimento sobre produtividade e desempenho
Aprimorar conhecimentos relativos às metodologias ativas
Melhorar o conhecimento sobre tecnologias educacionais
Atualização de conhecimentos didático-pedagógicos no contexto da UFERSA
Aprimorar conhecimentos no ensino e aprendizagem à distância
Ampliar conhecimentos na área de Ciências Sociais e Aplicadas
Desenvolver práticas e conhecimentos na área de Ciências Agrárias
Aprimorar conhecimentos em sustentabilidade socioambiental
Ampliar conhecimentos e práticas relativas à inclusão
Atualizar praticas e conhecimento na área das Engenharias
Melhorar o conhecimento sobre os fluxos dos processos administrativos da UFERSA
Melhorar a escrita de projetos de inovação, projetos tecnológicos e de projetos de pesquisa.

8. PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELOS SERVIDORES E PELAS CHEFIAS IMEDIATAS PARA CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO.

Com a publicação do Decreto Nº 1991/2019, da IN SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21/2021, e da Nota Técnica SEI Nº 7058/2019/ME foram regulamentados o Afastamento para Treinamento Regularmente Instituído e a Ação de Desenvolvimento em Serviço.

Como Treinamento Regularmente Instituído e Ação de Desenvolvimento em Serviço podemos compreender todas as ações de capacitação e qualificação que tem por finalidade o desenvolvimento das lacunas de competências das instituições: cursos de curta duração, eventos, congressos, simpósios, qualificações etc.

Nesse ponto, é importante destacar que a principal diferença entre essas duas modalidades de capacitação e qualificação é o quanto da carga-horária de trabalho semanal do servidor será comprometida com a participação na Ação de Desenvolvimento desejada.

Assim, quando estiver demonstrado que a ação de capacitação ou de qualificação comprometerá mais de 50% (cinquenta por cento) da carga-horária semanal de trabalho do servidor, este deverá, no caso das **capacitações**, protocolar junto a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal – DDP, processo de Afastamento para Treinamento Regularmente Instituído[1] e aguardar o despacho favorável do seu pedido para então iniciar a capacitação. Nos casos em que a ação de desenvolvimento for uma **qualificação** em nível de Mestrado, Doutorado ou Pós-doutorado verificar o procedimento a ser adotado pelos docentes na RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, e pelos Técnicos-Administrativos na RESOLUÇÃO CONSAD/UFERSA Nº 003/2018, de 20 de dezembro de 2018.

Nas situações em que a ação de capacitação ou de qualificação comprometer até 50% (cinquenta por cento) da carga-horária de trabalho, os servidores adotarão procedimentos diferentes de acordo com o objetivo da ação:

- **Ação de Desenvolvimento em Serviço com o objetivo de qualificação (mestrado, doutorado e pós-doutorado):** Seguir as orientações dispostas na RESOLUÇÃO CONSAD/UFERSA Nº 003/2018, de 20 de dezembro

[1] Verificar as informações e documentos que devem conter no processo no Art. 28 da IN SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21/2021.

Emitido em 07/10/2022

REQUERIMENTO Nº 2445/2022 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 13:39)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **2445**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **11/10/2022** e o código de verificação: **63af7cb228**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5065 / 2022 - DE (11.01.29.12.07)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 17 de outubro de 2022.

PARECER FAVORÁVEL

No presente processo nº 23091.011179/2021-24, a docente Ana Claudia Araújo Fernandes, professora do Departamento de Engenharias do Centro Multidisciplinar Caraúbas, solicita renovação de seu período de afastamento para o período de 20/12/2022 a 19/12/2023, para dar continuidade as atividades relacionadas ao seu curso de doutorado na Universidade de São Paulo.

Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto para ocupação da vaga além de professor substituto já contrato com possível renovação e candidatos aprovados em Editais vigentes da instituição.

O processo foi apresentado como ponto de pauta da 8ª Reunião Ordinária do Departamento de Engenharias do ano de 2022, realizada em 13 de outubro de 2022. Desta forma, considerando a decisão da assembleia, o departamento manifesta-se **FAVORÁVEL** à solicitação do docente.

Encaminham-se os autos à Direção do Centro Multidisciplinar Caraúbas para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Caraúbas/RN, 17 de outubro de 2022.

(Assinado digitalmente em 17/10/2022 16:59)
ITALLA MEDEIROS BEZERRA
PROFESSOR 3 GRAU
DE (11.01.29.12.07)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.011179/2021-24

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5065**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **17/10/2022** e o código de verificação: **db2ce5108d**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 5103 / 2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 19 de outubro de 2022.

1. Trata-se de requerimento de renovação do afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por Ana Claudia Araújo Fernandes.

2. O pedido foi aprovado na 8ª Reunião Ordinária do Departamento de Engenharias do ano de 2022, realizada em 13 de outubro de 2022, havendo disponibilidade de código de vaga de professor substituto.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, a saber:

a. requerimento formulado 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento;

b. adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 20 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - termo de Compromisso; IV - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente a ser afastado, em caso de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; V - comprovante de matrícula atualizado e histórico do requerente; VI - relatórios de atividades acadêmicas em formulário disponibilizado pela PROPPG; e VII - relatórios de avaliação de desempenho, em formulário disponibilizado pela PROPPG, devidamente assinados pelo orientador do pós-graduando ou supervisor do estágio pós-doutoral)

c. disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado;

d. obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e. Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada ou ato *ad referendum*.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 10ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 18 de outubro de 2022, **APROVOU o requerimento formulado**.

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, c/c art. 21, todos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018.

Caraúbas, 19 de setembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 19/10/2022 13:14)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.011179/2021-24

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5103**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **19/10/2022** e o código de verificação: **209993b0a2**

PARECER DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação Stricto Sensu)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO
Nº PROCESSO: 23091.011179/2021-24 **DATA DA SOLICITAÇÃO**: 11/10/2022 **SOLICITANTE**: ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES **SETOR/DEPARTAMENTO**: ENGENHARIAS **CENTRO**: MULTIDISCIPLINAR – CARAÚBAS
INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO
OBJETIVO: DOUTORADO **PERÍODO:** 20/12/2022 a 19/12/2023 **PAÍS:** BRASIL **CIDADE:** SÃO PAULO – SP **INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018) (Original)
CONSIDERANDO a Justificativa do afastamento (Página 71); **CONSIDERANDO** o Relatório de Atividades Acadêmicas (Páginas 72 a 75); **CONSIDERANDO** o Relatório de Avaliação de Desempenho (Páginas 76); **CONSIDERANDO** a Declaração de Matrícula (Página 78); **CONSIDERANDO** o Histórico Escolar (Páginas 80 a 82); **CONSIDERANDO** o Termo de declaração e compromisso (Página 83); **CONSIDERANDO** o Parecer favorável do Departamento (Página 94); **CONSIDERANDO** o Parecer favorável do Centro (Páginas 96 e 97).
OBSERVAÇÕES
Há disponibilidade de docentes substitutos aptos a substituir a docente.
PARECER PROPPG
A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA é **FAVORÁVEL** ao pedido de afastamento da servidora docente **ANA CLÁUDIA ARAÚJO FERNANDES**, pertencente ao Departamento de Engenharias, Centro Multidisciplinar, Campus Caraúbas, com a finalidade de realizar Doutorado em Engenharia Civil na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, no período de 20/12/2022 a 19/12/2023. Mossoró-RN, 19 de outubro de 2022. [redacted] **Profª. Drª Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** **Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação**

Emitido em 19/10/2022

PARECER Nº 620/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/10/2022 17:35)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **620**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **19/10/2022** e o código de verificação: **62f55821de**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 749, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que consta no Processo n° 23091.011179/2021-24; a Resolução Consuni nº 67, de 16 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento da servidora docente Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, matrícula Siape nº[redacted], professora do Departamento de Engenharias, vinculada ao Campus Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, na Universidade de São Paulo-USP, em São Paulo/SP, no período de 20 de dezembro de 2021 a 19 de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Dados: 2021.12.16 10:35:13 -03'00'

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Emitido em 25/10/2022

PORTARIA Nº 1098/2022 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/10/2022 15:57)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1098**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **25/10/2022** e o código de verificação: **ae79aedc76**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 5272 / 2022 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 27 de outubro de 2022.

01. Trata-se de requerimento de renovação de afastamento integral formulado pela servidora docente Ana Cláudia Araújo Fernandes, SIAPE [redacted], pertencente ao Departamento de Engenharias, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade realizar doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo/SP, no período de 20 de dezembro de 2022 a 19 de dezembro de 2023.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento da servidora para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que a servidora requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitada a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. Cumpre-nos informar que existe professor substituto vinculado às disciplinas da docente.

04. Nesse sentido, o Departamento de Engenharias, bem como o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento da docente.

05. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito.

06. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente ? CPPD, para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 27/10/2022 15:23)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

(Assinado digitalmente em 27/10/2022 15:30)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.011179/2021-24

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5272**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **27/10/2022** e o código de verificação: **9d9a12280c**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 5427 / 2022 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 08 de novembro de 2022.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pela servidora docente Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, matrícula Siape nº [redacted], de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Engenharia Civil na Universidade de São Paulo - USP, São Paulo-SP, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Engenharias - DE - e o Despacho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 09/11/2022 13:51)
JOSEMIR DE SOUZA GONCALVES
PROFESSOR 3 GRAU
DCA (11.01.00.11.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.011179/2021-24

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5427**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **08/11/2022** e o código de verificação: **14bc66c13a**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 690, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que estabelecem os incisos VI e XIX do art. 44 do Estatuto da universidade; o Processo n° 23091.011179/2021-24; a Resolução Consuni nº 67, de 16 de novembro de 2021; a Portaria nº 749, de 15 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 749, de 15 de dezembro de 2021, da maneira como segue:

Onde se lê: "Autorizar o afastamento da servidora docente Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, matrícula Siape nº [redacted], professora do Departamento de Engenharias, vinculada ao Campus Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar doutorado no Programa de Pósgraduação em Engenharia Civil, na Universidade de São Paulo-USP, em São Paulo/SP, no período de 20 de dezembro de 2021 a 19 de dezembro de 2022", leia-se: "Autorizar o afastamento da servidora docente Ana Cláudia Araújo Fernandes Muniz, matrícula Siape nº [redacted], professora do Departamento de Engenharias, vinculada ao Campus Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de realizar doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, na Universidade de São Paulo – USP, em São Paulo/SP, no período de 20 de dezembro de 2021 a 19 de dezembro de 2025".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 15 de dezembro de 2021.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Dados: 2022.11.10 08:53:15 -03'00'

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.001053/2019-86

Cadastrado em 04/02/2019

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
HELOISA FRAZAO DA SILVA SANTIAGO	heloisafrazao@ufersa.edu.br	1887092

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR DOUTORADO CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
CAMPUS CARAUBAS (11.01.29)

Criado Por:
EDILMA PEREIRA COSTA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
04/02/2019	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
19/02/2019	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
18/03/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
18/03/2019	SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)
18/03/2019	CAMPUS CARAUBAS (11.01.29)
18/03/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
19/03/2019	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
16/04/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
16/04/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
17/04/2019	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
17/04/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
17/04/2019	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
07/05/2019	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
10/05/2019	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
05/06/2019	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
07/06/2019	SETOR DE CADASTRO (11.01.04.05.02)
11/06/2019	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
11/06/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
03/03/2020	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
13/03/2020	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)

Data	Destino
27/04/2020	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
19/05/2020	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
20/05/2020	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
21/05/2020	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
05/03/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
05/03/2021	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
30/03/2021	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
23/04/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
27/04/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
17/05/2021	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
24/05/2021	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
16/06/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
09/07/2021	SETOR DE CADASTRO (11.01.04.05.02)
12/07/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
08/03/2022	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
04/04/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
20/04/2022	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)
26/04/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
27/04/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
03/05/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)

16/03/2020	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
07/04/2020	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
13/04/2020	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
03/05/2022	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)
17/10/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
24/10/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
04/11/2022	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2022 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAUBAS

REQUERIMENTO Nº 274/2019 - CARAUBAS (11.01.29)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 04 de fevereiro de 2019.

VISUALIZAÇÃO INDISPONÍVEL

Total de páginas: 1

(Documento não Disponível no Sistema)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): _Heloisa Frazão da Silva Santiago
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** Departamento de ciência e Tecnologia/Câmpus Caraúbas
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: ( ) **Anos**
Início de Exercício no Cargo: 18/01/2013 **Total: 8 ano(s) 1 mês(es)** (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE CURSO: Doutorado em Computação Nível: ( )
Mestrado ( ) **Doutorado** (X)
Área de concentração: Doutorado em Sistemas e Computação Liberação inicial: Início 06/05/2019 **Término:** 31/12/2022
Período solicitado para (renovação): Início: 06/05/2021 **Término:** 06/05/2022
Previsão para término do curso: Início 08/2018 Término: 31/12/2022

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***

II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***

III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3° semestre (mestrado) e 5° semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV) V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)

VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**

VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VII)***

VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VIII)***

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

Obs*. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se- á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em* ***até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento****. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 01/03/2021
(**obrigatória**)



_____

Assinatura do requerente
(**obrigatória**)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 14/CONSEPE, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Aprova a renovação de afastamento de servidora docente.

A presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – Consepe da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua 5ª Reunião Ordinária de 2021, em sessões realizadas nos dias 2 e 9 de junho, e tendo em vista a Lei nº 12.772/12; o Regimento da UFERSA; a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018 e o processo nº 23091.001053/2019-86, resolve:

Art. 1º Aprovar a renovação do afastamento da servidora docente Heloisa Frazão da Silva Santiago, para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado no Programa de Pós Graduação em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no período de 6 de maio de 2021 a 5 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem à 6 de maio de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 379, DE 7 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre renovação de afastamento de servidor docente para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

A Reitora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o estabelece o artigo 44, incisos XVI e XIX, do Estatuto da universidade; o que consta no Processo n° 23091.001053/2019-86; a Resolução nº 14/CONSEPE, de 9 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a renovação do afastamento da servidora docente Heloisa Frazão da Silva Santiago, para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte–UFRN, no período de 6 de maio de 2021 a 5 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 6 de maio de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Heloisa Frazão da Silva Santiago

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor: DCT/** Câmpus Caraúbas
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: ( ) Anos
Início de Exercício no Cargo:18/01/2013 Total: 9 ano(s) 1 mês(es) (Anexar Declaraçãodo PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE
CURSO: Doutorado em Sistemas e computação
Nível: ( ) **Mestrado** ( ) **Doutorado** (X)
Área de concentração:
Liberação inicial: Início: 06/05/2019 **Término: 31**/12/2022
Período solicitado para (renovação): Início: 06/05/2022 **Término: 05**/05/2023
Previsão para término do curso: Início: 08/2018 Término: 31/12/2022

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***

II - Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***

III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)

V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)

VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**

VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos deindisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VII)***

VIII - Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VIII)***

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X)***.

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(**https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de- declaracao-3/**);**

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

PROPPG

***Obs**. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em **até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento**. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 06/03/2022
(obrigatória)

_____
Assinatura do requerente
(obrigatória)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

(Anexo I)

Check-List – Renovação de Afastamento para qualificação
(obrigatório)

Nome do solicitante: Heloisa Frazão da Silva Santiago	
Local da Qualificação: *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*	
X No País No exterior	
Período solicitado para renovação do afastamento: 06/05/2022 a 05/05/23	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (Check-List); ***(Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; (***Anexo II***)	
III. Relatório de atividades acadêmicas (***Anexo III***)	
IV. Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo orientador (***Anexo IV***)	
V. Declaração de Matrícula ***(Anexo V)***	
VI. Histórico Escolar – Atualizado ***(Anexo VI)***	
VII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; (Anexo VIII)	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** · Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) · Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	

PROPPG

X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X)***.	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de- declaracao-3/);	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

(Obrigatório)

Minha justificativa se dá pelo fato de ser o último ano do doutorado. Este ano deve ser dedicado exclusivamente para a produção da tese. Já estou na fase de correções de um artigo e pretendo trabalhar em outro para acrescentar na tese e assim concluir meu trabalho.

Data: 06 de março de 2022.

Assinatura do requerente

(Obrigatória)

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
IVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo III)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

(Realizadas nos últimos 2 semestres de afastamento)

Quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

(Obrigatória)

02/2021: TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO II
08/2021: PROPOSTA DE DOUTORADO
08/2021: ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO I
02/2022: EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA INGLESA

OBS: O PROJETO ENCONTRA-SE NO FINAL DO DOCUMENTO

Data: Natal 06 de março de 2022

Assinatura do requerente
(Obrigatória)

[redacted]

Assinatura do Orientador
(Obrigatória)

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
IVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IV)
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
(Feito pelo/a orientador/a)
(Obrigatório)

Heloísa Frazão está na fase final de sua tese de doutorado. Submetemos um artigo com os resultados mais importantes de sua tese a uma excelente revista da área, a Approximate Reasoning. Recebemos os comentários e sugestões dos avaliadores, bastante positivas, pelo que acredito que ele seja finalmente aceito ainda este ano. Ela também está preparando a defesa de proposta de tese prevista para os próximos meses e na elaboração de um segundo artigo que também será submetido a uma boa revista. Além disso teve um excelente desempenho nas disciplinas que cursou. Cabe salientar, que o processo de elaboração desta tese se viu muito prejudicado pelo isolamento social em decorrência da pandemia. Mas há alguns meses temos realizado reuniões presencias o qual tem ajudado muito para progredir ainda mais rápido no desenvolvimento de sua teses. Pretendemos continuar com estas reuniões semanais até ela concluir com a sua tese. Acredito fortemente que ela conseguirá concluir sua tese ainda este ano, desde que possa se dedicar integralmente a esta tarefa. Por tudo isto sou favorável ao seu desempenho neste último semestre

Data: Natal 06 de março de 2022

[redacted]

Assinatura do(a) orientador (a)
(Obrigatória)

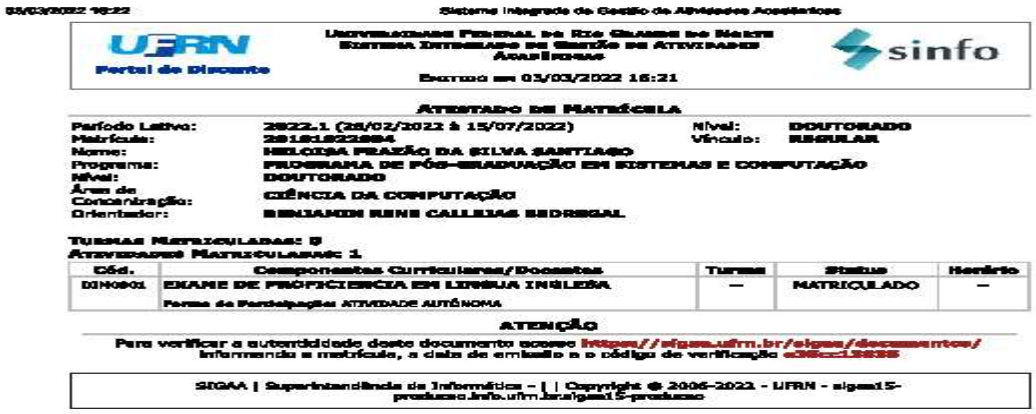
PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)

DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA

(Obrigatório)



03/03/2022 16:22 Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

UFRN Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

sinfo

Emitido em 03/03/2022 16:21

ATESTADO DE MATRÍCULA

Período Letivo:	2022.1 (28/02/2022 à 15/07/2022)	Nível:	DOUTORADO
Matrícula:	20181022004	Vínculo:	REGULAR
Nome:	HELOÍSA PRAZERES DA SILVA SANTIAGO		
Programa:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS E COMPUTAÇÃO		
Nível:	DOUTORADO		
Área de Concentração:	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO		
Orientador:	BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL		

Turmas Matriculadas: 0
Atividades Matriculadas: 1

Cód.	Componentes Curriculares/Docentes	Turma	Status	Horário
DIN0001	EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA Forma de Participação: ATIVIDADE AUTÔNOMA	—	MATRICULADO	—

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/ informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação e0fecc2035

SIGAA | Superintendência de Informática – | | Copyright © 2006-2021 - UFRN - sigaa15-producao.info.ufrn.br:sigaa15-producao

https://sigaa.ufrn.br/sigaa/portais/discente/discente.jsf 1/1

Utilizar documento oficial (comprovante de matrícula) do local onde será sendo realizada a pós-graduação.

(Anexo VI)
HISTÓRICO ESCOLAR
(Obrigatória)

Utilizar documento oficial do local onde está sendo realizada a pós-graduação.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Campus Universitário BR-101 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59078-900

Histórico Escolar - Emitido em: 01/03/2022 às 23:41

Dados Pessoais

Nome: HELOISA FRAZÃO DA SILVA SANTIAGO Matrícula: [redacted]
Data de Nascimento: [redacted] Local de Nascimento:FORTALEZA/CE
Nome do Pai:
Nome da Mãe:
Endereço: Bairro: [redacted]
Município: UF:

Dados do Vínculo do Discente

Programa: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS E COMPUTAÇÃO
Nível: DOUTORADO
Curso: DOUTORADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
Currículo: Dr004 Status: ATIVO
Área de Concentração: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
Linha de Pesquisa:
Orientador: 2212166 - BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL
Forma de Ingresso: SELEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Mês/Ano Início: JUL/2018 Mês Atual: 45º
Suspensões: 0 meses Prazo para Conclusão JUN/2022
Prorrogações: 0 meses
Tipo Saída:
Mês/Ano de Saída: Data da Defesa:

Índices Acadêmicos
CR: 4.5

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular		Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
08/2018	01/2019	DIM0605	ESTRUTURA DE DADOS E ALGORITMOS *Dr. BRUNO MOTTA DE CARVALHO (RN)*	01	60	97,2	C	APROVADO
02/2019	10/2019	DIM0635	TÓPICOS AVANÇADOS EM TEORIA E INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL I *Dr. REGIVAN HUGO NUNES SANTIAGO (RN)*	01	60	100,0	B	APROVADO
02/2019	08/2019	DIM0672	APRENDIZADO DE MÁQUINA *Dra. ANNE MAGALY DE PAULA CANUTO (RN)*	01	60	94,4	B	APROVADO
08/2019	09/2020	DIM0660	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO I *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (RN)*	02	60	100,0	A	APROVADO
02/2020	05/2021	DIM0801	ESTUDO ORIENTADO I *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (RN)*	03	60	100,0	A	APROVADO
03/2020	05/2021	PPGDCC0038	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO IV *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (RN)*	01	60	100,0	A	APROVADO
09/2020	02/2021	DIM1801	ESTUDO ORIENTADO II *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (RN)*	04	60	100,0	A	APROVADO
02/2021	05/2021	DIM0881	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO II *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (RN)*	01	60	100,0	A	APROVADO
08/2021	–	DIM1802	PROPOSTA DE DOUTORADO	–	0	–	–	MATRICULADO
08/2021	–	PPGDCC0110	ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO I	–	0	–	–	MATRICULADO
02/2022	–	DIM0901	EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA INGLESA	–	0	–	–	MATRICULADO
–	–		APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA	–	320	–	–	CUMPRIU

Para verificar a autenticidade deste documento entre em http://www.sigaa.ufrn.br/documentos/ informando a matrícula, data de emissão e o código de verificação: 20fccf4d3b4

(Anexo VII)
TERMO DE COMPROMISSO DOS DOCENTES QUE ASSUMIRÃO OS COMPONENTES CURRICULARES DO DOCENTE AFASTADO

(Obrigatório)

Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação de afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, Heloisa Frazão da Silva Santiago, portador do CPF nº [redacted], RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de Doutorado em Sistemas e Computação, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula,mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Pode utilizar documento oficial do setor (Departamento) em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

Mossoró (RN),06 de março de 2022.

_____
Assinatura
(Obrigatória)

_____
Nome da testemunha (Obrigatório)
CPF:

_____
Nome da testemunha (Obrigatório)
CPF:

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

Pode utilizar documento oficial do setor (Departamento) em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

(Anexo IX)

PARECER DA CHEFIA IMEDIATA

(Departamento Acadêmico de lotação do requerente)

(Obrigatório)

Data:___/_____/ _____

Pode utilizar documento oficial do CONSELHO DO CENTRO em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

_____

Assinatura do Chefe imediato

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo X)

PARECER DO CONSELHO DO CENTRO AO QUAL O REQUERENTE FAZ PARTE

(Obrigatório)

Data:_____/_____/_____

_____

Assinatura do presidente do Conselho de Centro

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel./ (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

PROPPG

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A falta de qualquer um destes anexos irá indeferir seu pedido de renovação de afastamento.

A solicitação de renovação de afastamento do docente deverá ser **apreciada e aprovada**, sucessivamente, nas seguintes instâncias:

I - Assembleia do Departamento Acadêmico de lotação do requerente;

II - Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte;

III - PROPPG;

IV - PROGEPE;

V - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); eVI - Conselho Superior competente.

Dúvidas? Laia a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, publicada no site da PROPPG.

(Anexo XI)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **HELOISA FRAZAO DA SILVA SANTIAGO**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício em 18 de janeiro de 2013, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*11/11/2013 a 09/05/2014*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*Sem registro*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*31/05/2019 a 05/05/2022*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 03 de março de 2022.

Simone Maria da Rocha
Assinado de forma digital por Simone Maria da Rocha
Dados: 2022.03.03 10:29:37 -03'00'

Simone Maria da Roha
Diretora do Campus Caraúbas

(Anexo XII)

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **HELOISA FRAZÃO DA SILVA SANTIAGO**, Matrícula SIAPE nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 02/03/2022

[redacted]
Assinado de forma digital por ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO [redacted]
Dados: 2022.03.04 09:21:03 -03'00'

Antônio Frankliney Viana Faustino
Pró-Reitor Adjunto

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(ANEXO XIII)

Cópia do trecho do plano de desenvolvimento de pessoas (PDP) da UFERSA, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA

1. *Desenvolver* conhecimentos em Ciências Exatas e da Terra
2. Aplicar conhecimentos em Ciências Exatas e da Terra

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo XIII)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 1095 / 2022 - DCT (11.01.29.12.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 04 de abril de 2022.

Processo nº: 23091.001053/2019-86

Interessado: Heloiza Frazão da Silva Santiago

Assunto: Solicita renovação de afastamento para qualificação no país (Docente).

PARECER FAVORÁVEL

No presente processo nº23091.001053/2019-86, da docente, Heloiza Frazão da Silva Santiago professora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar Caraúbas, solicita renovação de seu período de afastamento para o período de 06/05/2022 a 31/12/2022, para desempenhar atividades relacionadas a realização de sua tese de doutorado.

Conforme consta na Justificativa para Afastamento, a docente enfatiza a importância da renovação do afastamento para a conclusão de sua tese e escrita de artigo para publicação.

Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto, com contrato assinado e tempo para cobrir todo o seu período de afastamento.

O processo foi apresentado como ponto de pauta da 3ª Reunião Ordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia do ano de 2022, realizada em 14 de Março de 2022. Desta forma, considerando a decisão da assembleia, o departamento manifesta-se **FAVORÁVEL** à solicitação do docente.

Encaminham-se os autos à Direção do Centro Multidisciplinar Caraúbas para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Caraúbas/RN, 04 de Abril de 2022.

(Assinado digitalmente em 04/04/2022 15:29)
DANIELY FORMIGA BRAGA
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DCT (11.01.29.12.08)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.001053/2019-86

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1095**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/04/2022** e o código de verificação: **710617c4bc**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 1402 / 2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 20 de abril de 2022.

1. Trata-se de requerimento de renovação do afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por HELOISA FRAZAO DA SILVA SANTIAGO.

2. O pedido foi aprovado na Assembleia Departamental, havendo professor substituto contratado para suprir a ausência.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é sucinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, a saber:

a. requerimento formulado 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento;

b. adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 20 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - termo de Compromisso; IV - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente a ser afastado, em caso de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; V - comprovante de matrícula atualizado e histórico do requerente; VI - relatórios de atividades acadêmicas em formulário disponibilizado pela PROPPG; e VII - relatórios de avaliação de desempenho, em formulário disponibilizado pela PROPPG, devidamente assinados pelo orientador do pós-graduando ou supervisor do estágio pós-doutoral)

c. disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado;

d. obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e. Inexistência de prejuízo institucional;

5. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 4ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 18 de abril de 2022, **APROVOU o requerimento formulado**.

6. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018.

8. O inteiro teor do processo segue anexo a este despacho.

Caraúbas, 20 de abril de 2022.

(Assinado digitalmente em 20/04/2022 16:44)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.001053/2019-86

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1402**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **20/04/2022** e o código de verificação: **d698fd55a0**

PARECER DE RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação Stricto Sensu)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Nº PROCESSO: 23091.001053/2019-86
DATA DA SOLICITAÇÃO: 06/03/2022
REGIME: Integral
SOLICITANTE: HELOISA FRAZAO DA SILVA SANTIAGO
SETOR/DEPARTAMENTO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CENTRO: MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO

OBJETIVO: DOUTORADO
PERÍODO: 06/05/2022 a 05/05/2023,
PAÍS: BRASIL
CIDADE: NATAL
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018)

CONSIDERANDO a Justificativa para a renovação do afastamento (Anexo II) (Página 53);
CONSIDERANDO o Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (Pagina 55);
CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho (Anexo IV) (Página 56);
CONSIDERANDO a Declaração de matrícula (Anexo V) (Pagina 57);
CONSIDERANDO o Histórico escolar (Anexo VI) (Página 58);
CONSIDERANDO o Termo de Declaração e Compromisso (Anexo VIII) (Página 60);
CONSIDERANDO o Projeto de Tese (Páginas 63 a 94);
CONSIDERANDO o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 96);
CONSIDERANDO o Parecer favorável do Conselho de Centro (Página 98).

OBSERVAÇÕES

O pedido de renovação deste afastamento está de acordo com a resolução CONSUNI/UFERSA 003/2018, e não excederá o limite proposto de 30% de docentes afastados para capacitação do Centro Multidisciplinar. A docente tem professor/a substituto(a) contratado(a).

PARECER PROPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao pedido da servidora docente **HELOISA FRAZAO DA SILVA SANTIAGO**, pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia, Centro Multidisciplinar – Caraúbas, para continuar o Doutorado no Programa de Ciência da Computação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no período de 06 de maio de 2022 a 05 de maio de 2023. Ressaltamos que a conclusão do doutorado permitirá a maior qualificação do quadro docente da UFERSA.

Mossoró-RN, 02 de maio de 2022.

[redacted]

Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 02/05/2022

PARECER Nº 152/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/05/2022 09:46)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **152**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **03/05/2022** e o código de verificação: **7a7e41c3c3**

Histórico Escolar - Emitido em: 17/10/2022 às 16:48

Dados Pessoais

Nome: **HELOISA FRAZÃO DA SILVA SANTIAGO** Matrícula: [redacted]

Data de Nascimento: [redacted] Local de Nascimento: [redacted]

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Endereço: Bairro: [redacted]

Município: UF: [redacted]

Dados do Vínculo do Discente

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS E COMPUTAÇÃO**

Índices Acadêmicos
CR: **4.5**
(Coeficiente de Rendimento: 0.0 - 5.0)

Nível: **DOUTORADO**

Curso: **DOUTORADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

Currículo: **Dr004** Status: **ATIVO**

Área de Concentração: **CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

Linha de Pesquisa:

Orientador: **1350250 - ANNE MAGALY DE PAULA CANUTO**

Forma de Ingresso: **SELEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Mês/Ano Inicial: **JUL/2018** Mês Atual: **52º**

Suspensões: **0 meses** Prazo para Conclusão **DEZ/2022**

Prorrogações: **6 meses**

Tipo Saída:

Mês/Ano de Saída: Data da Defesa:

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular		Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
08/2018	01/2019	DIM0806	ESTRUTURA DE DADOS E ALGORITMOS *Dr. BRUNO MOTTA DE CARVALHO (60h)*	01	60	97,2	[redacted]	APROVADO
02/2019	10/2019	DIM0835	TOPICOS AVANCADOS EM TEORIA E INTELIGENCIA COMPUTACIONAL I *Dr. REGIVAN HUGO NUNES SANTIAGO (60h)*	01	60	100,0		APROVADO
02/2019	08/2019	DIM0872	APRENDIZADO DE MAQUINA *Dra. ANNE MAGALY DE PAULA CANUTO (60h)*	01	60	94,4		APROVADO
08/2019	09/2020	DIM0880	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO I *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	02	60	100,0		APROVADO
02/2020	05/2021	DIM0801	ESTUDO ORIENTADO 1 *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	03	60	100,0		APROVADO
03/2020	05/2021	PPGSC0098	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO IV *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	01	60	100,0		APROVADO
09/2020	02/2021	DIM1801	ESTUDO ORIENTADO II *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	04	60	100,0		APROVADO
02/2021	09/2021	DIM0881	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO II *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	01	60	100,0		APROVADO
08/2021	--	DIM1802	PROPOSTA DE DOUTORADO	--	0	--		MATRICULADO
08/2021	02/2022	PPGSC0110	ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO I	--	0	--		APROVADO
02/2022	--	DIM0901	EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA INGLESA	--	0	--		MATRICULADO
02/2022	08/2022	PPGSC0111	ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO II	--	0	--		APROVADO
08/2022	--	PPGSC0112	ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO III	--	0	--		MATRICULADO
--	--		APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA	--	320	--		CUMPRIU

Histórico Escolar - Emitido em: 17/10/2022 às 16:48

Nome: **HELOISA FRAZÃO DA SILVA SANTIAGO** Matrícula: **20181022884**

Carga Horária Integralizada/Pendente

	Obrigatórias	Optativos	Total
Exigido	0 h	540 h	540 h
Integralizado	0 h	800 h	800 h
Pendente*	0 h	0 h	0 h

*Contabilizado com base no valor estabelecido no mínimo exigido da estrutura curricular.

Componentes Curriculares Obrigatórios Pendentes:3

Código	Componente Curricular		CH
DIM0901	EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA INGLESA	Matriculado	0 h
DIM1000	TESE DE DOUTORADO		0 h
DIM1802	PROPOSTA DE DOUTORADO	Matriculado	0 h

Observações:

- Prorrogação por 02 meses aprovada pelo colegiado do PPgSC em 24/06/2022.

- Prorrogação por quatro meses aprovada pelo Colegiado do PPgSC em 23 de setembro de 2022.

- Carga horária parcialmente aprovada na 4ª reunião ordinária do PPgSC, em 26/07/2019

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência, sendo portanto dispensável a assinatura da coordenação do curso ou PPG. Favor, ler instruções no rodapé.

Emitido em 21/10/2022

HISTÓRICO ESCOLAR Nº 228/2022 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 21/10/2022 15:01)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **228**, ano: **2022**, tipo: **HISTÓRICO ESCOLAR**, data de emissão: **21/10/2022** e o código de verificação: **19ef909258**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 5139 / 2022 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 21 de outubro de 2022.

01. Trata-se de requerimento de renovação de afastamento integral formulado pela servidora docente Heloisa Frazão da Silva Santiago, SIAPE [redacted], pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas ? CMC, com a finalidade de dar continuidade ao doutorado em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em Natal/RN em 06 de maio de 2022 a 05 de maio de 2023.

02. Destacamos que o período pleiteado pela docente em requerimento é o de 06 de maio de 2022 a 05 de maio de 2023. No entanto, considerando histórico atualizado adicionado ao processo, bem como o parecer emitido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia, opinamos pelo deferimento do pleito no período de 06 de maio de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

03. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do servidor para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que a servidora requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitada a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

04. Por fim, o Departamento de Ciência e Tecnologia, o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento da docente.

05. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito e justificamos que em decorrência de um erro de tramitação de unidades, o processo acabou atrasando e só agora foi despachado. Assim, a fim de não prejudicar a docente, despachamos com data retroativa a 06 de maio de 2022.

06. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 21/10/2022 15:34)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

(Assinado digitalmente em 21/10/2022 17:20)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.001053/2019-86

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5139**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **21/10/2022** e o código de verificação: **8daa2901b9**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 5385 / 2022 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 04 de novembro de 2022.

1. A solicitação constante neste Processo Administrativo trata-se do requerimento feito pela servidora docente Heloisa Frazão da Silva Santiago, matrícula SIAPE n.º 1887092, de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Ciência da Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal-RN, no período de 06 de maio de 2022 a 05 de maio de 2023.

2. Ressalta-se que, considerando o histórico escolar atualizado e o parecer emitido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT/CMC, a Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DDP/Progepe - emitiu seu despacho opinando pelo deferimento do pleito no período de 06 de maio de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

3. Portanto, considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT - e o Despacho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação consoante o Despacho da DDP/PROGEPE, no período de **06 de maio de 2022 a 31 de dezembro de 2022**.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 04/11/2022 15:56)
JOSEMIR DE SOUZA GONCALVES
PROFESSOR 3 GRAU
DCA (11.01.00.11.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.001053/2019-86

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5385**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/11/2022** e o código de verificação: **04a9403baa**

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.000737/2021-76

Cadastrado em 19/01/2021

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA	LEONILDO.MIRANDA@UFERSA.EDU.BR	2424049

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR DOUTORADO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)

Criado Por:
EDILMA PEREIRA COSTA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
19/01/2021	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.06)
26/02/2021	DIRETORIA - CARAÚBAS (11.01.29.13)
01/03/2021	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
01/03/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
08/03/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
12/03/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
12/03/2021	SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)
12/03/2021	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
12/03/2021	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
05/04/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
06/05/2021	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
11/05/2021	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.06)
24/05/2021	SECRETARIA, ARQUIVO E PROTOCOLO - CARAÚBAS (11.01.29.03)

Data	Destino
27/05/2021	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
01/06/2021	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
30/06/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
01/07/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
04/07/2022	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS (11.01.29.12.06)
17/08/2022	DIRETORIA - CARAÚBAS (11.01.29.13)
22/08/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
13/10/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
14/10/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
27/10/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
09/11/2022	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2022 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 - C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN - CEP: 59.625-900 - Tel: (84)3317-8296/8295 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome: Leonildo Cerqueira Miranda

Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de Emissão:** [redacted]

CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]

E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** Departamento de Linguagens e Ciências Humanas

Categoria Funcional: Professor do Magistério Superior

Tipo de Afastamento: Doutorado – afastamento pleno (48 meses)

Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: Ano(s): ___ mês: ____

Início do Exercício no Cargo: 02/10/2017 (anexar Declaração do PRORH)

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Letras

Nível: Doutorado

Área de concentração: Literatura Comparada

Prazo previsto para realização do curso: Início 02/03/2020 Término: 31/07/2024

Instituição de realização do Curso: Universidade Federal do Ceará

Cidade: Fortaleza **Estado:** Ceará **País:** Brasil

ANEXAR (Obrigatório) Conforme: RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018.

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III – Plano de Trabalho, contendo o projeto de pesquisa para o período da atividade de pós-graduação stricto sensu; ***(Anexo III)***
IV- Comprovante de aprovação no processo seletivo ou matrícula no curso de pós-graduação stricto sensu, expedido pela instituição responsável, com indicação do tempo de duração e das datas de início e término do curso; ***(Anexo IV)***
V- Plano Anual de Qualificação e Formação Docente (PQD) do Centro, comprovando a classificação do docente; ***(Anexo V)***
VI – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VI)***
VII- Declaração da PROGEPE informando a situação funcional do interessado; ***(Anexo VII)***

Av. Francisco Mota, 572 - C. Postal 137 - Bairro Pres. Costa e Silva - Mossoró - RN - CEP 59.625-900 - Tel. (84) 3317-8296/8295 - E-mail: pr.propg@ufersa.edu.br

VIII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período inicial de afastamento, bem como para as renovações, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

Obs. O afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de afastamento ser protocolada em até ***90 (noventa) dias antes do início do afastamento****. Conforme Art. 12. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 19 / 01 / 2021
(obrigatória)

[redacted]
Assinatura do requerente
(obrigatória)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 25/CONSUNI, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Aprova o afastamento de servidor docente.

A Presidente do Conselho Universitário – Consuni da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua 5ª Reunião Extraordinária de 2021, em sessão realizada no dia 28 de junho, e tendo em vista a Lei nº 12.772/12; o Regimento da Ufersa; a Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003, de 25 de junho de 2018; o Processo n° 23091.000737/2021-76, resolve:

Art. 1º Aprovar o afastamento do servidor docente Leonildo Cerqueira Miranda para realizar Doutorado em Letras, na Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir da data constante no processo acima, através de portaria do Gabinete da Reitoria, com base no artigo 16 da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018, até 31 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Leonildo Cerqueira Miranda
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted] / [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** Linguagens e Ciência Humanas - DLCH
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: ( ) **Anos**
Início de Exercício no Cargo: 02/10/2017 **Total:** 04 anos e 09 meses (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE
CURSO: Doutorado em Letras
Nível: ( ) **Mestrado** (X) **Doutorado** ( )
Área de concentração: Literatura Comparada
Liberação inicial: Início 16/09/2021 **Término:** 31/07/2024
Período solicitado para (renovação): Início 16/09/2022 **Término:** 16/09/2023
Previsão para término do curso: Início: 02/03/2020 **Término:** 28/02/2025

Obs.: A ProPPG-UFC prorrogou todos os prazos para término de curso, conforme Ofício Circular 1/2020/PRPPG de 30/04/2020; Ofício Circular 10/2020-CGSI/DPB/CAPES de 30/04/2020 e Ofício 14/2021/PRPPG/DIV_ENSINO/PRPPG/CENS/PRPPG/REITORIA, de 14 de julho de 2021.

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***

II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***

III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)

V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)

VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**

VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VII)***

VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VIII)***

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

***Obs**. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em **até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento**. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 01/07/2022

_____
Assinatura do requerente

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo I)

Check-List – Renovação de Afastamento para qualificação
(**obrigatório**)

Nome do solicitante: Leonildo Cerqueira Miranda	
Local da Qualificação: Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/Ce	
(X) No País ( ) No exterior	
Período solicitado para renovação do afastamento: 16/09/2022 a 16/09/2023	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (Check-List); ***(Anexo I)***	
II. Justificativa de seu requerimento; (***Anexo II***)	
III. Relatório de atividades acadêmicas (***Anexo III***)	
IV. Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo orientador (***Anexo IV***)	
V. Declaração de Matrícula ***(Anexo V)***	
VI. Histórico Escolar – Atualizado ***(Anexo VI)***	
VII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; (Anexo VIII)	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: ***(Anexo VIII)*** ☐ Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) ☐ Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
IX. Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***	
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de- declaracao-3/);	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).	

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo II)
JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

Eu, Leonildo Cerqueira Miranda, docente do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas – DLCH – desta universidade, sob a matrícula SIAPE [redacted], venho mui respeitosamente solicitar a vossas senhorias a renovação anual de meu afastamento para qualificação doutoral.

Tendo ingressado em março de 2020 no referido curso de pós-graduação, atualmente estou no quinto semestre, momento em que o trabalho efetivo com as leituras e escrita do texto da tese em produção começa a exigir cada vez mais tempo, atenção e dedicação. Tudo isto se acentua, considerando-se que é minha pretensão submeter para banca de qualificação o material científico produzido até o final deste ano de 2022.

Além deste motivo principal, três outros fatores motivam esta solicitação de renovação do meu afastamento: 1. Continuar dispondo de tempo para a produção paralela de outros materiais de pesquisa, como artigos e capítulos de livros em elaboração nos últimos meses. 2. A participação em eventos científicos para a divulgação do que tenho pesquisado, movimento necessário e indispensável para estudantes de pós-graduação. 3. A pretensão de cursar componentes curriculares extras - dentro das possibilidades impostas pelo estágio em que estaremos na pesquisa - e que, por ventura, interessem diretamente à minha tese ou à minha formação geral enquanto estudante de doutorado em Letras.

Por fim, declaro estar ciente e em convergência com os requisitos da Resolução CONSUNI/UFERSA, nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, que estipula as regras e garante o direito ao afastamento e às suas renovações anuais.

Expostas as justificativas e, na certeza de vossa compreensão e anuência, cumprimento-vos.

Data: 01 de julho de 2022

Assinatura do requerente

Dúvidas: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

(Anexo III)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
(Realizadas nos últimos 2 semestres de afastamento)

Quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

- 2021.2:

i) Matrícula no componente curricular HGP5555 – Proficiência em Língua Estrangeira;
ii) Produção da tese de doutorado: reuniões de orientação, levantamento de referências, leitura e fichamento de textos teóricos e literários relacionados à tese.
iii) Redação de artigo para capítulo de livro: "Residualidade Mediévica no Sertão Rosiano: O Processo de Santificação de Augusto Matraga" (aguardando publicação);
iv) Redação de artigo para capítulo de livro: "Entre Mouros e Cristão – Sequestros, Bruxedos e Ódios no Romanceiro da Tradição Oral" (aguardando publicação);
v) 16/11/2021: Palestra proferida: "Residualidade Mediévica no Sertão Rosiano – O Processo de Santificação de Augusto Matraga";
vi) 19/10 a 07/12/2021: Participação no "Colóquio Residualidade Literária e Cultural – Diálogos Possíveis".

- 2022.1:

i) Matrícula no componente curricular HGP8188 – Seminário de Literatura Comparada I;
ii) Produção da tese de doutorado: reuniões de orientação, levantamento de referências, leitura e fichamento de textos teóricos e literários relacionados à tese, redação do capítulo 1 da tese;
iii) Redação de artigo para periódico: "Imagens, Sensações e Movências – A Construção do Erótico em *Memória Corporal*, de Roberto Pontes" (aguardado parecer para eventual publicação);
iv) Redação de artigo: "Conceitos Filosóficos e o Imaginário em Torno do Tempo na Poesia de Roberto Pontes";
v) Participação no evento "Seminário Temático: Métodos para Abordagem Crítica do Texto

PROPPG

Literário" (31/03 a 26/05/2022);

vi) Participação com trabalho no XVIII Encontro Internacional da Abralic (A ocorrer de 11 a 15 de julho de 2022).

Obs.: O semestre 2022.1 é referente ao 5º período e, portanto, conforme exigência, segue adiante o projeto de tese:

Data: 01 de julho de 2022

Assinatura do requerente
(Obrigatória)

[redacted]

Assinatura do Orientador
(Obrigatória)

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Doutorando: Leonildo Cerqueira Miranda

O conjunto de atividades desempenhadas pelo meu orientando Leonildo Cerqueira Miranda nos semestres 2021.2 e 2022.1 revelam sua aplicação muito produtiva no Doutorado que cursa no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará (PPGLetras-UFC).

O doutorando está em pleno processo de aprofundamento da pesquisa para a produção da sua tese, tanto nas leituras quanto na redação de alguns trechos de capítulos e análises de poemas da obra literária, *corpus* da tese, *Lições de Tempo e os Movimentos de Cronos*, do poeta brasileiro Roberto Pontes.

Do trabalho de pesquisa temos resultados efetivos na produção de artigos (4) enviados para publicação em livros e periódicos, palestra (1) em evento de caráter nacional, e participação em eventos (3), atividades mais do que suficientes para atestar o excelente desempenho de Leonildo Cerqueira Miranda, e justificar o seu pedido de renovação de afastamento com vista à continuidade da pesquisa para a elaboração da Tese do referido Doutorado.

Fortaleza, 29 de junho de 2022.

[redacted]
Elizabeth Dias Martins
Orientadora

Profª. Drª. Elizabeth Dias Martins
UFC

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VIII)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, **Leonildo Cerqueira Miranda**, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de **Doutorado em Letras**, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Caraúbas (RN), 01 de julho de 2022.

_____
Leonildo Cerqueira Miranda

_____
Jeová Araújo Rosa Filho
CPF: [redacted]

_____
Liebert de Abreu Muniz
CPF: [redacted]

PROPPG

Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 24/06/2022 18:16

secretaria de tecnologia da informação

ATESTADO DE MATRÍCULA

Período Letivo:	**2022.1**	Nível:	**DOUTORADO**
Matrícula:	[redacted]	Vínculo:	**REGULAR**
Nome:	**LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA**		
Programa:	**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**		
Nível:	**DOUTORADO**	Status:	**ATIVO**
Área de Concentração:	**LITERATURA COMPARADA**		
Linha de Pesquisa:	**LITERATURA: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO**		
Orientador:	**ELIZABETH DIAS MARTINS**		

TURMAS MATRICULADAS: 1

Componentes Curriculares/Docentes	Status	Horário
HGP8188 - SEMINÁRIO DE LITERATURA COMPARADA I FRANCISCO VICENTE DE PAULA JUNIOR **Tipo:** MODULO (16/03 a 16/07) **Local:** Centro de Humanidades **Ano/Periodo:** 2022.1 **Turma:** 01 **Duração da Turma:** (16/03/2022 a 16/07/2022)	MATRICULADO	QUI 18:00-20:00 (16/03/2022 - 16/07/2022)

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **http://www.si3.ufc.br/sigaa/documentos/** informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação **d6ae7f8173**

SIGAA | Copyright © 2006-2022 - Superintendência de Tecnologia da Informação - UFC - (85) 3366-9999 - si3asprd03.ufc.br

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFC - Universidade Federal do Ceará
PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. da Universidade, 2853 - Benfica - Fortaleza - CE- CEP 60020-181

Histórico Escolar - Emitido em: 24/06/2022 às 13:47h

Dados Pessoais

Nome: **LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA** Matrícula: [redacted]
Data de Nascimento: [redacted] Local de Nascimento: [redacted]
Identidade: [redacted] Órgão Emissor: Nacionalidade: [redacted]
Nome do Pai: [redacted]
Nome da Mãe: [redacted]
Endereço: Bairro: [redacted]
Município: UF: [redacted]

Dados do Curso

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**
Curso: **DOUTORADO EM LETRAS** Currículo: **2019.1**
Autorização do Curso:
Data da Publição:
Área de Concentração: **LITERATURA COMPARADA**
Linha de Pesquisa: **LITERATURA: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO**
Orientador: **2165290 - ELIZABETH DIAS MARTINS**
Status: **ATIVO** Mês/Ano Inicial: **MAR/2020** Forma Ingresso: **SELEÇÃO**
Prazo para Conclusão: **FEV/2025** Mês Atual: **28º** Média Final: **10.00**
Motivo Saída: **---**

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular		CH	CR	Freq %	Nota	Situação
2/2020	9/2020	HGP0192	ESTÁGIO DE DOCÊNCIA II	64	4	100.00	[redacted]	APROVADO
2/2020	10/2020	HGP7966	TÓPICOS ESPECIAIS DE LITERATURA BRASILEIRA I	64	4	98.43		APROVADO
2/2020	11/2020	HGP8700	TÓPICOS DE LITERATURA COMPARADA I	64	4	100.00		APROVADO
10/2020	4/2021	HGP0209	ESTÁGIO DE DOCÊNCIA III	64	4	100.00		APROVADO
10/2020	4/2021	HGP7066	ENSINO DE LITERATURA	64	4	100.00		APROVADO
4/2021	9/2021	HGP8288	PESQUISA ORIENTADA II	32	2	100.00		APROVADO
9/2021	--	HGP5555	PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	16	1	--		MATRICULADO
3/2022	--	HGP8188	SEMINÁRIO DE LITERATURA COMPARADA I	16	1	--		MATRICULADO
--	--		APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS	384	--	--		APROVEITAMENT

Créditos Exigidos:	60	Créditos Integralizados:	46	Créditos Pendentes:	14
Carga Horária Exigida:	960	Carga Horária Integralizada:	736	Carga Horária Pendente:	224

Componentes Curriculares Obrigatórios Pendentes: 3

Código	Componente Curricular		CH
HGP5555	PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	Matriculado	16 h
HGP6666	QUALIFICAÇÃO		16 h
HGP8999	TESE		192 h

Trancamentos, Mobilidades Acadêmica e Prorrogações

Trancamento Total: **Nenhum trancamento total realizado.**

Mobilidade Acadêmica: **Nenhuma mobilidade acadêmica realizada.**

Prorrogações: **12 meses**

Observações:

- Prorrogação de prazo conforme Ofício 14/2021/PRPPG/DIV_ENSINO/PRPPG/CENS/PRPPG/REITORIA, de 14 de julho de 2021

- Foram aproveitados vinte e quatro créditos de componentes cursados no mestrado. Processo nº 23067.039042/2020-13.

- prazo prorrogado conforme Ofício Circular 1/2020/PRPPG de 30/04/2020 e Ofício Circular 10/2020-CGSI/DPB/CAPES de 30/04/2020.

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência. Favor, ler instruções no rodapé.

Para verificar a autenticidade deste documento, escaneie o QR Code ou acesse **http://si3.ufc.br/sigaa/documentos** e preencha o formulário, informando o número de matrícula **483906**, a data de emissão **24/06/2022** e o código de verificação **4592789ddf**.

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA**, Matrícula SIAPE nº [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor de Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 30/06/2022

RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO [redacted]
Assinado de forma digital por RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO [redacted]
Dados: 2022.06.30 09:59:29 -03'00'

Raiane Mousinho Fernandes Borges Palhano Galvão
Pró-Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício em 02 de outubro de 2017, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*08/07/2019 a 27/07/2019*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem registro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*19/09/2021 a 31/07/2024*

Eu, Monaliza Ferreira Rodrigues de Paula, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Caraúbas/RN, 27 de junho de 2022.

Simone Maria da Rocha
Assinado de forma digital por Simone Maria da Rocha
Dados: 2022.06.27 14:48:42 -03'00'

Simone Maria da Roha
Diretora do Campus Caraúbas

PDP - UFERSA 2022 (ver item 52)

45	Desenvolver conhecimentos em psicologia organizacional para melhor atuar junto as demandas dos servidores da instituição
46	Aprimorar os seus conhecimentos em Gestão por Competência para aperfeiçoar as práticas de gestão de pessoas.
47	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Humanas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição.
48	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Sociais Aplicadas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
49	Ampliar conhecimentos na área de Cências Agrárias para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
50	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Exatas e da Terra para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
51	Ampliar conhecimentos na área de Cências Biológicas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
52	Ampliar conhecimentos na aréa de Linguística, Letras e Artes para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
53	Adquirir conhecimentos sobre plágio em pesquisa acadêmica para evitar a fralde de trabalhos acadêmicos
54	Aprimorar habilidades na utilização de ferramentas utilizadas para videoconferência para otimizar o trabalho remoto.
55	Adquirir conhecimentos sobre repositório institucional: gestão, planejamento e implementação.
56	Conhecer melhor os mecanismos e ferramentas para promover a transparência pública.
57	Adquirir conhecimentos sobre inovação e gestão de mudanças para tornar a Instituição resiliente a mudança do cenário nacional.
58	Adquirir conhecimentos sobre Administração Estratégica para aperfeiçoar as condutas da alta administração da universidade
59	Aperfeiçoar os conhecimentos na área de secretariado executivo para dar apoio aos servidores de secretarias
60	Adquirir conhecimentos sobre Gestão por Resultados para melhorar a eficiência da Instituição
61	Aperfeiçoar os conhecimentos relativos ao ensino, pesquisa, extensão e internacionalização.
62	Aprimorar conhecimentos relativos às metodologias ativas

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A falta de qualquer um destes anexos irá indeferir seu pedido de renovação de afastamento.

A solicitação de renovação de afastamento do docente deverá ser **apreciada e aprovada**, sucessivamente, nas seguintes instâncias:

I - Assembleia do Departamento Acadêmico de lotação do requerente;

II - Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte;

III - PROPPG;

IV - PROGEPE;

V - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); e

VI - Conselho Superior competente.

Dúvidas? Laia a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, publicada no site da PROPPG.

PROPPG

Emitido em 01/07/2022

REQUERIMENTO Nº 1381/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/07/2022 19:14)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1381**, ano: **2022**, tipo: **REQUERIMENTO**, data de emissão: **04/07/2022** e o código de verificação: **6a0b3dda77**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI - ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS

PARECER

A chefia do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH), Câmpus Caraúbas, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação da 6ª reunião ordinária do DLHC ocorrida no dia 17 de agosto de 2022, via Google Meet, emite parecer **favorável à renovação do afastamento para qualificação** do docente **Leonildo Cerqueira Miranda.**

Assim, encaminha o processo de número 23091.000737/2021-76 para a Direção do Câmpus Caraúbas para as devidas providências.

Caraúbas, 17 de agosto de 2022.

Lígia de Souza Leite Moraes
Assinado de forma digital por Lígia de Souza Leite Moraes
Dados: 2022.08.17 15:51:26 -03'00'

Profa. Dra. Lígia de Souza Leite Moraes
Chefe do DLCH
Câmpus Caraúbas

Emitido em 17/08/2022

DESPACHO Nº 3994/2022 - DIR - CAR (11.01.29.13)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/08/2022 15:38)
LIGIA DE SOUZA LEITE MORAES
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DLCH (11.01.29.12.06)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **3994**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **22/08/2022** e o código de verificação: **3365918082**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 4000 / 2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 22 de agosto de 2022.

1. Trata-se de requerimento de renovação do afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por **LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA**.

2. O pedido foi aprovado na da 6ª Reunião Ordinária do DLHC ocorrida no dia 17 de agosto de 2022, havendo disponibilidade de código de vaga de professor substituto.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, a saber:

a. requerimento formulado 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento;

b. adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 20 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - termo de Compromisso; IV - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente a ser afastado, em caso de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; V - comprovante de matrícula atualizado e histórico do requerente; VI - relatórios de atividades acadêmicas em formulário disponibilizado pela PROPPG; e VII - relatórios de avaliação de desempenho, em formulário disponibilizado pela PROPPG, devidamente assinados pelo orientador do pós-graduando ou supervisor do estágio pós-doutoral)

c. disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado;

d. obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e. Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada ou ato *ad referendum*.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 8ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 18 de agosto de 2022, **APROVOU o requerimento formulado**.

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, c/c art. 21, todos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018.

Caraúbas, 18 de agosto de 2022.

(Assinado digitalmente em 22/08/2022 16:28)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.000737/2021-76

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **4000**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **22/08/2022** e o código de verificação: **95fdfe3865**

PARECER DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação *Stricto Sensu*)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO
Nº PROCESSO: 23091.000737/2021-76
DATA DA SOLICITAÇÃO: 01/07/2022
REGIME: INTEGRAL
SOLICITANTE: LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA
SETOR/DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - DLCH
CENTRO: CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO
OBJETIVO: DOUTORADO
PERÍODO: 16/09/2022 a 15/09/2023
PAÍS: BRASIL
CIDADE: FORTALEZA-CE
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ- UFC
CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018)
CONSIDERANDO a Justificativa para o afastamento (Anexo II) (Páginas 37);
CONSIDERANDO o Relatório de Atividades Acadêmicas (Anexo III) (Páginas 39 e 40);
CONSIDERANDO o Relatório de Avaliação de Desempenho (Anexo III) (Página 54);
CONSIDERANDO o Resultado do Edital Suplementar do Ranking do CMPF (Páginas 26 a 27);
CONSIDERANDO a Declarações de Anuência dos Pares (Páginas 28 a 34);
CONSIDERANDO o Termo de Compromisso (Anexo VI) (Página 54);
CONSIDERANDO o Atestado de Matrícula (Página 55);
CONSIDERANDO o Histórico Escolar (Página 56);
CONSIDERANDO o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 62);
CONSIDERANDO o Parecer favorável do Conselho de Centro (Página 64 e 65).
OBSERVAÇÕES
O afastamento está de acordo com a Resolução CONSUNI/UFERSA n. 003/2018, bem como não excede o limite proposto de 30% de docentes afastados para capacitação. Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência de haver uma vaga de professor substituto disponível no PQD 2022.
PARECER PROPPG
A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao pedido do servidor docente LEONILDO CERQUEIRA MIRANDA, pertencente ao Departamento de Linguagens e Ciências Humanas do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, para cursar o doutorado em Letras pela Universidade Federal de Ceará- UFC, na cidade de Fortaleza- CE, no período de 16 de setembro de 2022 a 15 de setembro de 2023. Ressaltamos que a conclusão do doutorado permitirá a maior qualificação do quadro docente da UFERSA. Mossoró-RN, 14 de outubro de 2022.      Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 14/10/2022

PARECER Nº 603/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/10/2022 18:10)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **603**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **14/10/2022** e o código de verificação: **8aa68c4dc9**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 5198 / 2022 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 25 de outubro de 2022.

01. Trata-se de requerimento renovação de afastamento integral formulado pelo servidor docente Leonildo Cerqueira Miranda, SIAPE [redacted], pertencente ao Departamento de Linguagens e Ciências Humanas , vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade realizar Doutorado em Letras, na Universidade Federal do Ceará -UFC, no período de 16 de setembro de 2022 a 15 de setembro de 2023.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do servidor para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que o servidor requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitado a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. Cumpre-nos informar que já existe professor substituto vinculado às disciplinas do docente.

04. Por fim, o Departamento de Linguagens e Ciências Humanas , o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam o afastamento do docente.

05. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito, com efeito retroativo a 16 de setembro de 2022.

06. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente ? CPPD, para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 25/10/2022 14:19)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

(Assinado digitalmente em 27/10/2022 15:10)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.000737/2021-76

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5198**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **25/10/2022** e o código de verificação: **df77a5300a**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 5428 / 2022 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 08 de novembro de 2022.

Analisando a solicitação constante no Processo Administrativo n.º 23091.000737/2021-76 feita pelo servidor docente Leonildo Cerqueira Miranda, matrícula SIAPE n.º [redacted], de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Letras na Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza-CE, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Linguagem e Ciências Humanas - DLCH - e o Despacho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 09/11/2022 13:51)
JOSEMIR DE SOUZA GONCALVES
PROFESSOR 3 GRAU
DCA (11.01.00.11.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.000737/2021-76

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5428**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **08/11/2022** e o código de verificação: **e879c995b7**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

3º PONTO

Apreciação e deliberação sobre designação pela Reitora, *ad referendum* do Consepe, de renovação de afastamento de servidor docente:

- Fernando Neres de Oliveira

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.005477/2019-45

Cadastrado em 06/05/2019

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
FERNANDO NERES DE OLIVEIRA	fernandoneres@ufersa.edu.br	1687527

Tipo do Processo:
AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

Assunto do Processo:
022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

Assunto Detalhado:
SOLICITA AFASTAMENTO NO PAÍS PARA CURSAR DOUTORADO CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Unidade de Origem:
CAMPUS CARAUBAS (11.01.29)

Criado Por:
EDILMA PEREIRA COSTA

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
06/05/2019	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
20/05/2019	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
24/06/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
25/06/2019	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
03/07/2019	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
15/07/2019	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
29/07/2019	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
04/11/2019	SETOR DE CADASTRO (11.01.04.05.02)
05/11/2019	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
23/12/2019	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
31/08/2020	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
16/09/2020	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
16/10/2020	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
20/10/2020	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
30/10/2020	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
12/11/2020	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
18/11/2020	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
25/11/2020	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (11.01.04.05)
07/12/2020	SETOR DE CADASTRO (11.01.04.05.02)
27/07/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
19/08/2021	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
13/09/2021	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
22/09/2021	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
27/09/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
29/10/2021	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
03/11/2021	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
16/11/2021	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
25/08/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
25/08/2022	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS (11.01.29.12.08)
15/09/2022	CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS (11.01.29.12)
21/09/2022	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)
23/09/2022	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (11.01.04.04)
11/10/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
25/10/2022	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAUBAS

REQUERIMENTO Nº 1361/2019 - CARAUBAS (11.01.29)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 06 de maio de 2019.

VISUALIZAÇÃO INDISPONÍVEL

Total de páginas: 5

(Documento não Disponível no Sistema)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Fernando Neres de Oliveira
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) – Campus Caraúbas
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: (10) **Anos**
Início de Exercício no Cargo: 12 / 08 / 2010 **Total:** 10 **ano(s)** 0 **mês(es)** (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Ciência da Computação / Programa de Pós-Graduação em Sistemas e Computação (PPgSC)
Nível: ( ) **Mestrado** (X) **Doutorado**
Área de concentração: Ciência da Computação
Liberação inicial: Início 04/11/2019 **Término:** 03/11/2020
Período solicitado para (renovação): Início 04/11/2020 **Término:** 03/11/2021
Previsão para término do curso: 10/2023

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***
II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***
III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**
IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)
V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)
VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**
VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VII)***
VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VIII)***
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

Obs*. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em* ***até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento****. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

Data: _31_/_08_/_2020_
(**obrigatória**)

[redacted]

_____
Assinatura do requerente
(**obrigatória**)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DECISÃO CONSEPE/UFERSA Nº 063/2020, de 16 de novembro de 2020.

Aprova a renovação do afastamento do servidor docente Fernando Neres de Oliveira, para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA),** no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **9ª Reunião Ordinária de 2020** em sessão realizada no dia 16 de novembro,

CONSIDERANDO a Lei nº 12.772/12;

CONSIDERANDO o Regimento Geral da UFERSA;

CONSIDERANDO a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018;

CONSIDERANDO o processo nº 23091.005477/2019-45;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar a renovação do afastamento do servidor docente Fernando Neres de Oliveira, para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no período de 04 de novembro de 2020 a 03 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró-RN, 16 de novembro de 2020.

[redacted]

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA UFERSA/GAB Nº 685, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020.

O Vice-Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no uso de suas atribuições conferidas pela PORTARIA UFERSA/GAB Nº 466/2020, de 8 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2020, e considerando o que consta no Processo n° 23091.005477/2019-45; a Decisão CONSEPE/UFERSA nº 63/2020, de 16 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a renovação do afastamento do servidor docente Fernando Neres de Oliveira, matrícula SIAPE [redacted], com a finalidade de dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em Natal/RN, no período de 4 de novembro de 2020 a 3 de novembro de 2021.

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir desta data e seus efeitos retroagem a 4 de novembro de 2020.

[redacted]
Roberto Vieira Pordeus
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Fernando Neres de Oliveira
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) – Campus Caraúbas
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: (11) **Anos**
Início de Exercício no Cargo: 12 / 08 / 2010 **Total:** 11 **ano(s)** 0 **mês(es)** (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Ciência da Computação / Programa de Pós-Graduação em Sistemas e Computação (PPgSC)
Nível: ( ) **Mestrado** (X) **Doutorado**
Área de concentração: Ciência da Computação
Liberação inicial: Início 04/11/2019 **Término:** 03/11/2020
Período solicitado para (renovação): Início 04/11/2021 **Término:** 03/11/2022
Previsão para término do curso: 10/2023

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); ***(Anexo I)***

II – Justificativa de seu requerimento; ***(Anexo II)***

III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)

V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)

VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**

VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; ***(Anexo VII)***

VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; ***(Anexo VIII)***

IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); ***(Anexo IX)***

X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. ***(Anexo X).***

XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**

XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**

XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

***Obs**. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em **até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento**. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: 18 / 08 / 2021
(**obrigatória**)

[redacted]

Assinatura do requerente
(**obrigatória**)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021

O Vice-Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Lei nº 12.772/12; o Regimento da UFERSA; a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2018; o Processo nº 23091.005477/2019-45; a deliberação deste Órgão Colegiado em sua 10ª Reunião Ordinária de 2021, em sessão realizada no dia 8 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a renovação do afastamento do servidor docente Fernando Neres de Oliveira para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado no Programa de Ciência da Computação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em Natal-RN, no período de 4 de novembro de 2021 a 3 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta e seus efeitos retroagem a 4 de novembro de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
ROBERTO VIEIRA PORDEUS
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

ROBERTO VIEIRA PORDEUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

REQUERIMENTO E ANEXOS PARA RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES DA UFERSA PARA QUALIFICAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

Nome (completo sem abreviaturas): Fernando Neres de Oliveira
Identidade: [redacted] **Órgão Emissor:** [redacted] **UF:** [redacted] **Data de emissão:** [redacted]
CPF: [redacted] **Data de Nascimento:** [redacted] **Tel.:** [redacted]
E-mail: [redacted] **Departamento/Setor:** Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) – Campus Caraúbas
Tipo de Afastamento: Integral: (X) **Parcial:** ( )
Tempo de Serviço Averbado para Aposentadoria: (12) **Anos**
Início de Exercício no Cargo: 12 / 08 / 2010 **Total:** 12 **ano(s)** 0 **mês(es)** (Anexar Declaração do PRORH).

2. PREENCHIDO PELO REQUERENTE

CURSO: Doutorado em Ciência da Computação / Programa de Pós-Graduação em Sistemas e Computação (PPgSC)
Nível: ( ) **Mestrado** (X) **Doutorado**
Área de concentração: Ciência da Computação
Liberação inicial: Início 04/11/2019 **Término:** 03/11/2020
Período solicitado para (renovação): Início 04/11/2022 **Término:** 03/11/2023
Previsão para término do curso: Julho/2023

ANEXAR (Obrigatório)

I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (**Check-List**); **(Anexo I)**
II – Justificativa de seu requerimento; **(Anexo II)**
III- Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**
IV- Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo/a orientador/a (Anexo IV)
V - Declaração de matrícula (Local da pós-graduação) (Anexo V)
VI- Histórico Escolar (Anexo VII) (Disponível na Página da PROPPG**)**
VII- Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação do afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; **(Anexo VII)**
VIII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; **(Anexo VIII)**
IX - Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); **(Anexo IX)**
X - Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. **(Anexo X).**
XI-Declaração que não responde a PAD ou Sindicância **(https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/);**
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos **(https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de-declaracao-3/);**
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA **(https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/).**

PROPPG

***Obs**. A renovação de afastamento para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu dar-se-á nos termos da legislação em vigor, devendo a manifestação de intenção de renovação do afastamento ser protocolada em **até 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento**. Conforme Art. 19. da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25/06/2018*

Data: _22_/_08_/_2022_
(**obrigatória**)

[redacted]

Assinatura do requerente
(**obrigatória**)

Dúvidas? Leia a: *RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.*

PROPPG

(Anexo I)

Check-List – Renovação de Afastamento para qualificação
(**obrigatório**)

Nome do solicitante: Fernando Neres de Oliveira	
Local da Qualificação*:*	
(X) No País ( ) No exterior	
Período solicitado para renovação do afastamento: 04 / 11 / 2022 a 03 / 11 / 2023	
Documentos Anexados – Processo de Renovação:	**Número da página (Preenchido pela PROPPG):**
I. Lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG (Check-List); **(Anexo I)**	
II. Justificativa de seu requerimento; **(Anexo II)**	
III. Relatório de atividades acadêmicas **(Anexo III)**	
IV. Relatório de avaliação de desempenho, feito pelo orientador **(Anexo IV)**	
V. Declaração de Matrícula **(Anexo V)**	
VI. Histórico Escolar – Atualizado **(Anexo VI)**	
VII – Termo de Compromisso, devidamente preenchido e assinado com testemunhas; **(Anexo VII)**	
VIII. Documentação que formalize a substituição do(a) interessado: **(Anexo VIII)** • Utilização de vaga ou disponibilidade de professor substituto a ser contratado(a) • Termo de Compromisso dos docentes que assumirão as disciplinas	
IX**.** Parecer da chefia imediata (Departamento acadêmico de lotação do requerente); **(Anexo IX)**	
X. Parecer do Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte. **(Anexo X).**	
XI- Declaração que não responde a PAD ou Sindicância (**https://progepe.ufersa.edu.br/formularios/**);	
XII - Declaração de Licenças e Afastamentos (**https://progepe.ufersa.edu.br/solicitacao-de- declaracao-3/**);	
XIII - Cópia do trecho do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da Ufersa, onde está indicada a necessidade de desenvolvimento correlacionando o afastamento com as competências aprovadas no PDP vigente da UFERSA (**https://progepe.ufersa.edu.br/planos-de-desenvolvimento-de-pessoas-anuais/**).	

PROPPG

(Anexo II)

JUSTIFICATIVA PARA O AFASTAMENTO

(Obrigatório)

Prezados(as),

O meu terceiro ano de doutorado foi bem produtivo, vários artigos foram desenvolvidos, sendo que alguns deles foram submetidos e/ou publicados conforme descrito no meu Relatório de Atividades (2021.2 – 2022.1), com isso obtive aprovação no Exame de Qualificação de Doutorado, restando agora somente as duas últimas etapas para conclusão do curso, as quais são: Proposta de Tese e Tese.

No entanto, ainda existem alguns trabalhos em desenvolvimento que precisam ser concluídos e que serão fundamentais para a minha tese, dentre os quais destaco os seguintes:

- **OWA alpha-operators derived from an alpha-order**
- **Fuzzy subsethood alpha-measures**

Estes artigos serão importantes para a tese pelo fato de estarem conectados diretamente a nossa teoria da alpha-ordem, mais especificamente, são novos conceitos definidos a partir da alpha-ordem que, certamente, nos permitirão ampliar a referida teoria.

No meu quarto ano de doutorado vou continuar me dedicando a conclusão e publicação dos artigos em desenvolvimento. Paralelamente, estaremos trabalhando para cumprir as exigências das duas últimas etapas do doutorado. Atualmente, estamos na etapa de elaboração da proposta de tese, depois, precisaremos submeter e defender a referida proposta, esperamos fazer tudo isso até o final deste ano.

Depois de alcançarmos aprovação na proposta de tese, iremos para a última etapa do curso, na qual devemos elaborar, submeter e defender a tese de doutorado. Projetamos iniciar esta etapa em janeiro/2023 e finalizar em julho/2023.

O fator principal para que eu possa cumprir satisfatoriamente estas duas últimas etapas é a produtividade, ou seja, preciso continuar avançando nas minhas investigações científicas, produzindo e publicando novos artigos relevantes (principalmente, sobre "alpha-ordem") pois como já foi mencionado estes serão fundamentais para justificar a minha proposta de tese e qualificar a minha tese de doutorado.

Como já destaquei no meu quarto ano de doutorado vou precisar ser ainda mais produtivo para cumprir todas as exigências necessárias para a conclusão do curso, para isso é fundamental que eu possa me dedicar integralmente a todas as atividades relevantes para o desenvolvimento da minha pesquisa: levantamento bibliográfico, leitura de artigos, participação em eventos científicos, produção e publicação de artigos, reuniões com o meu orientador e outros pesquisadores, cursar disciplinas, entre outras.

Considerando o nível da qualificação, a necessidade de dedicação integral às atividades do doutorado e a minha carga horária de trabalho na UFERSA, torna-se praticamente impossível conciliar satisfatoriamente tais atividades científicas com as minhas atividades de servidor docente.

Por todo o exposto, justifico a renovação do meu afastamento para o período solicitado.

Respeitosamente,

Data: 22 de agosto de 2022

[redacted]

Assinatura do requerente
(Obrigatória)

Dúvidas: ***RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018.***

(Anexo III)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

(Realizadas nos últimos 2 semestres de afastamento)

Quando se tratar do relatório referente ao 3º semestre (mestrado) e 5º semestre (doutorado), deverá ser acompanhado do **projeto de dissertação/Tese)**

(Obrigatória)

No meu quinto semestre de doutorado, 2021.2, efetuei matrícula na disciplina DIM1801 – ESTUDO ORIENTADO II, participei do Sexto Congresso Brasileiro de Sistemas Fuzzy – VI CBSF (https://sites.google.com/unesp.br/vicbsf/p%C3%A1gina-inicial), onde apresentei o trabalho intitulado "On a new contrapositivisation technique for fuzzy implications" e continuei desenvolvendo a pesquisa sobre alpha-ordem (veja o meu Relatório de Atividades Acadêmicas 2020.2/2021.1), a qual resultou no artigo intitulado "alpha-Order for a class of fuzzy sets" que foi submetido à revista Fuzzy Sets and Systems (Qualis-CAPES A1) e iniciamos um estudo sobre "(O,N)-conditionality for fuzzy implications".

Além disso, continuamos com nossas investigações sobre novas técnicas de contrapositivização para implicações fuzzy, em particular, avançamos significativamente na escrita do artigo "Bi-aggregated contrapositivisation: a new contrapositivisation technique for fuzzy implications" e amadurecemos algumas ideias para produzir artigos de evento sobre novas técnicas de contrapositivização para implicações fuzzy.

No meu sexto semestre de doutorado, 2022.1, me matriculei na atividade PPGSC0110 - ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO I, fui aprovado no Exame de Proficiência em Língua Inglesa (DIM0901), tive dois artigos de evento aceitos para publicação, a saber:

- ✓ **Neres, F., Bedregal, B., Santiago, R., 2022a. On a new contrapositivisation technique for fuzzy implications constructed from grouping functions, in: International Conference of the North American Fuzzy Information Processing Society (NAFIPS), Saint Mary's University, Halifax, Nova Scotia, Canada.**

- ✓ **Neres, F., Bedregal, B., Santiago, R., 2022b. On a new contrapositivisation technique for fuzzy implications constructed from triangular conorms, in: International Conference on Information Processing and Management of Uncertainty in Knowledge-Based Systems (IPMU), University of Milano-Bicocca, Milan, Italy. URL: https://doi.org/10.1007/978-3-031-08971-8_18.**

PROPPG

Os eventos NAFIPS 2022 e IPMU 2022 têm classificação Qualis-CAPES B3 e B2, respectivamente. Vale destacar que o artigo aceito para publicação em NAFIPS 2022 foi um dos ganhadores do "Best Student Paper Award at the 2022 Conference of the North American Fuzzy Information Processing Society NAFIPS'2022".

O aceite dos artigos destacados acima foi fundamental para que eu pudesse cumprir mais uma etapa do doutorado, pois com isso foi possível usar um dos referidos trabalhos para obter aprovação no Exame de Qualificação de Doutorado (DIM1800), conforme pode ser verificado no meu histórico escolar.

Em fevereiro/2022, finalizamos a escrita do artigo "Bi-aggregated contrapositivisation: a new contrapositivisation technique for fuzzy implications" e o submetemos à revista Fuzzy Sets and Systems (Qualis-CAPES A1). Em abril/2022, a revista nos enviou o seu primeiro parecer acerca do nosso trabalho, o qual foi razoavelmente positivo. Em julho/2022, enviamos a versão corrigida do artigo, juntamente, com a carta-resposta aos revisores e estamos aguardando um novo parecer da revista.

Em agosto/2022, recebemos o primeiro parecer da revista Fuzzy Sets and Systems (Qualis-CAPES A1) acerca do artigo "alpha-Order for a class of fuzzy sets". De um modo geral, os revisores avaliaram positivamente o trabalho, inclusive destacando que o tópico abordado é certamente de interesse do periódico. No entanto, eles também destacam a necessidade de fazer algumas mudanças no manuscrito. Já iniciamos a fase de correções do artigo, esperamos ressubmetê-lo brevemente, talvez ainda este mês.

Além dos artigos já submetidos e/ou aceitos e/ou publicados, continuamos avançando nas fases de investigação e escrita de outros trabalhos, dentre os quais destacamos os seguintes:

- **On characterizations of (S,N,T)-implications and the generation of fuzzy subsethood and entropy measures.** (já temos uma versão bem avançada deste trabalho, eu e os coautores estamos agora na fase de revisão do artigo antes de submetê-lo a uma revista)

- **(O,G,N)-Contrapositivisation: a new contrapositivisation technique for fuzzy implications constructed from overlap and grouping functions.** (estamos bem próximo de submeter este trabalho a uma revista, a versão atual do artigo está quase completa, já contém todos os resultados que produzimos, faltando apenas revisar e concluir as seções introdução, comentários finais e referências bibliográficas)

PROPPG

- **The law of (O,N)-conditionality for fuzzy implications constructed from overlap and grouping functions** (este trabalho já contém alguns bons resultados, mas ainda precisa ser aprimorado em estrutura e qualidade antes de ser submetido a uma revista)

- **On interval fuzzy (S,N,T)-implications** (este trabalho está na fase inicial de investigações e escrita do manuscrito)

- **OWA alpha-operators derived from an alpha-order** (já temos uma versão preliminar deste trabalho, mas ainda precisamos continuar com as investigações a fim de aumentar a quantidade e a qualidade dos resultados)

- **Fuzzy subsethood alpha-measures** (já temos uma versão preliminar deste trabalho, mas ainda precisamos consolidar o novo conceito proposto e produzir resultados)

OBSERVAÇÃO: O projeto de tese segue anexado no final deste requerimento.

Data: 22 de agosto de 2022

[redacted]

Assinatura do requerente
(Obrigatória)

[redacted]
Prof. Dr. Regivan Hugo Nunes Santiago
Depto. de Informática e Matemática Aplicada - UFRN
Mat.: 1345916-7

Assinatura do Orientador
(Obrigatória)

PROPPG

(Anexo IV)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

(Feito pelo/a orientador/a)
(Obrigatório)

A descrição das atividades acima é perfeita. O aluno cumpriu todas as expectativas que haviam no último ano em relação ao seu programa de doutoramento. Ele apresentou grande competência, sendo essa reconhecida internacionalmente através do prêmio de melhor artigo científico em uma das conferências mais importantes na área de sistemas fuzzy.

Estamos aguardando a aceitação de um artigo importante, que, segundo as revisões, apresentam boas chances de publicação.

O tema de tese do aluno já está definido e falta apenas a defesa do projeto de tese que o mesmo está elaborando. Com a aceitação dos artigos, que deve acontecer (ao meu ver) em breve, o mesmo estará liberado para a defesa (de acordo com os critérios do programa de pós-graduação). Em resumo, falta o fechamento do documento do projeto de tese e a defesa do mesmo. O passo seguinte será a produção do documento de tese, que em grande parte estará constando do documento de projeto, e a defesa do mesmo.

Dessa forma, reforço que a dedicação exclusiva para o desenvolvimento desta última etapa é crucial para o término do programa de doutoramento do aluno e solicito a vossa instituição que libere o mesmo para que possamos encerrá-lo o mais breve possível.

Sem mais nada a acrescentar, deixo aqui minhas saudações.

Atenciosamente,

Prof Regivan Santiago.

Data: 22 de agosto de 2022

[redacted]
Prof. Dr. Regivan Hugo Nunes Santiago
Depto. de Informática e Matemática Aplicada - UFRN
Mat.: 1345816-7

Assinatura do(a) orientador (a)
(Obrigatória)

PROPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo V)

DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA

(Obrigatório)

Utilizar documento oficial (comprovante de matrícula) do local onde será sendo realizada a pós-graduação.

PROPPG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

CNPJ: 24.365.710/0001-83
Campus Universitário BR-101 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59078-900
(084) 3215-3180 - Fax: (084) 3215-3192 - e-mail: ppg@reitoria.ufrn.br

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os fins a que se fizerem necessários, que **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA** é aluno(a) REGULAR vinculado(a) a este(a) universidade, sob o número [redacted], no programa de **DOUTORADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - DOUTORADO - NATAL**.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação do(a) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, 20 de Agosto de 2022.

Código de verificação:
5a9b0a3179

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **http://www.sigaa.ufrn.br/documentos/**, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

ATENÇÃO

ESTE DOCUMENTO NÃO É VÁLIDO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE VAGA EM OUTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. CASO SEJA NECESSÁRIO TAL DOCUMENTO, É NECESSÁRIO COMPARECER AO DAE.

Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 20/08/2022 17:23

ATESTADO DE MATRÍCULA

Período Letivo:	**2022.2** (22/08/2022 à 23/12/2022)	Nível:	**DOUTORADO**
Matrícula:	[redacted]	Vínculo:	**REGULAR**
Nome:	**FERNANDO NERES DE OLIVEIRA**		
Programa:	**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS E COMPUTAÇÃO**		
Nível:	**DOUTORADO**		
Área de Concentração:	**CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**		
Linha de Pesquisa:	**FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO**		
Orientador:	**REGIVAN HUGO NUNES SANTIAGO**		

TURMAS MATRICULADAS: 0
ATIVIDADES MATRICULADAS: 1

Cód.	Componentes Curriculares/Docentes	Turma	Status	Horário
PPGSC0111	**ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO II** **Forma de Participação:** ATIVIDADE AUTÔNOMA	--	MATRICULADO	--

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufrn.br/sigaa/documentos/** informando a matrícula, a data de emissão e o código de verificação **e50868a0d0**

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa07-producao.info.ufrn.br.sigaa07-producao

Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 20/08/2022 17:25

COMPROVANTE DE SOLICITAÇÃO DE MATRÍCULA Nº 921469
PERÍODO 2022.2

Matrícula: [redacted]
Discente: FERNANDO NERES DE OLIVEIRA
Programa: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS E COMPUTAÇÃO
Curso: DOUTORADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - DOUTORADO
Status: ATIVO
Tipo: REGULAR

TURMAS SELECIONADAS

Componente Curricular	Turma	Local	Situação

ATIVIDADES SELECIONADAS

Atividade	Situação
DIM1802 - PROPOSTA DE DOUTORADO - 0h	SUBMETIDA

Horários	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
07:00 - 07:50	---	---	---	---	---	---
07:50 - 08:40	---	---	---	---	---	---
08:55 - 09:45	---	---	---	---	---	---
09:45 - 10:35	---	---	---	---	---	---
10:50 - 11:40	---	---	---	---	---	---
11:40 - 12:30	---	---	---	---	---	---
13:00 - 13:50	---	---	---	---	---	---
13:50 - 14:40	---	---	---	---	---	---
14:55 - 15:45	---	---	---	---	---	---
15:45 - 16:35	---	---	---	---	---	---
16:50 - 17:40	---	---	---	---	---	---
17:40 - 18:30	---	---	---	---	---	---
19:00 - 19:45	---	---	---	---	---	---
19:45 - 20:30	---	---	---	---	---	---
20:45 - 21:30	---	---	---	---	---	---
21:30 - 22:15	---	---	---	---	---	---

Para verificar a autenticidade deste documento acesse http://www.sigaa.ufrn.br/documentos/, informando o número do documento e o código de verificação.

Data de Emissão: 20/08/2022
Número do Documento: 3267028
Código de Verificação: a61ba18b82

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - | | Copyright © 2006-2022 - UFRN - sigaa07-producao.info.ufrn.br.sigaa07-producao

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VI)

HISTÓRICO ESCOLAR

(Obrigatória)

Utilizar documento oficial do local onde está sendo realizada a pós-graduação.

PROPPG

Histórico Escolar - Emitido em: 20/08/2022 às 17:25

Dados Pessoais

Nome: **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA** Matrícula: [redacted]

Data de Nascimento: [redacted] Local de Nascimento: [redacted]

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Endereço: [redacted] Bairro:

Município: UF: [redacted]

Dados do Vínculo do Discente

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS E COMPUTAÇÃO**

Nível: **DOUTORADO**

Curso: **DOUTORADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

Currículo: **Dr004** Status: **ATIVO**

Área de Concentração: **CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

Linha de Pesquisa: **FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO**

Orientador: **1345816 - REGIVAN HUGO NUNES SANTIAGO**

Forma de Ingresso: **SELEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Mês/Ano Inicial: **AGO/2019** Mês Atual: **37º**

Suspensões: **0 meses** Prazo para Conclusão **JUL/2023**

Prorrogações: **0 meses**

Tipo Saída:

Mês/Ano de Saída: Data da Defesa:

Índices Acadêmicos
CR: **4.4286**
(Coeficiente de Rendimento: 0.0 - 5.0)

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular		Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
08/2019	12/2019	DIM0806	ESTRUTURA DE DADOS E ALGORITMOS *Dra. ELIZABETH FERREIRA GOUVEA GOLDBARG (60h)*	01	60	100,0	[redacted]	APROVADO
08/2019	09/2020	DIM0880	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO I *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	02	60	86,7		APROVADO
08/2019	12/2019	PGMAE0029	ÁLGEBRA PARA COMPUTAÇÃO *Dra. ELAINE GOUVEA PIMENTEL (60h)*	01	60	96,7		APROVADO
02/2020	05/2021	DIM0801	ESTUDO ORIENTADO 1 *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	03	60	100,0		APROVADO
09/2020	02/2021	DIM0871	INTELIGENCIA ARTIFICIAL *Dra. ANNE MAGALY DE PAULA CANUTO (60h)*	01	60	100,0		APROVADO
09/2020	03/2022	DIM1800	EXAME DE QUALIFICACAO DE DOUTORADO	--	0	--		APROVADO
02/2021	09/2021	DIM0881	TÓPICOS AVANÇADOS EM FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO II *Dr. BENJAMIN RENE CALLEJAS BEDREGAL (60h)*	01	60	100,0		APROVADO
06/2021	06/2021	DIM0903	EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA ESPANHOLA	--	0	--		APROVADO
08/2021	02/2022	DIM1801	ESTUDO ORIENTADO II *Dr. REGIVAN HUGO NUNES SANTIAGO (60h)*	21	60	100,0		APROVADO
05/2022	05/2022	DIM0901	EXAME DE PROFICIENCIA EM LINGUA INGLESA	--	0	--		APROVADO
02/2022	08/2022	PPGSC0110	ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO I	--	0	--		APROVADO
08/2022	--	PPGSC0111	ATIVIDADE DE PESQUISA DO DOUTORADO II	--	0	--		MATRICULADO
--	--		APROVEITAMENTO DE CARGA HORÁRIA	--	360	--		CUMPRIU

Carga Horária Integralizada/Pendente

	Obrigatórias	Optativos	Total
Exigido	0 h	540 h	540 h
Integralizado	0 h	780 h	780 h
Pendente*	0 h	0 h	0 h

*Contabilizado com base no valor estabelecido no mínimo exigido da estrutura curricular.

Histórico Escolar - Emitido em: 20/08/2022 às 17:25

Nome: **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA** Matrícula: **20191029950**

Componentes Curriculares Obrigatórios Pendentes:2

Código	Componente Curricular	CH
DIM1000	TESE DE DOUTORADO	0 h
DIM1802	PROPOSTA DE DOUTORADO	0 h

- Requerimento aproveitamento de carga horária aprovado na 7ª Reunião Ordinária do Colegiado do PPgSC em 12/12/2019, nos termos do Regimento Interno.

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência, sendo portanto dispensável a assinatura da coordenação do curso ou PPG. Favor, ler instruções no rodapé.

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo VII)

TERMO DE COMPROMISSO DOS DOCENTES QUE ASSUMIRÃO OS COMPONENTES CURRICULARES DO DOCENTE AFASTADO

(Obrigatório)

Termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente afastado, durante o período de renovação de afastamento, restrito aos casos de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto.

PROPPG

(Anexo VIII)
(Obrigatório)

TERMO DE DECLARAÇÃO E COMPROMISSO

EU, Fernando Neres de Oliveira, portador do CPF nº [redacted] RG nº [redacted], matrícula siape nº [redacted], devidamente autorizado(a) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA para realizar o curso de Doutorado em Ciência da Computação, pelo presente e na melhor forma de direito, conforme a Lei nº 8.112/90, em seu Artigo 96-A, o Regimento Geral da UFERSA, em seu Artigo 338, e a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, assumo o compromisso formal de permanecer, obrigatoriamente a serviço da UFERSA, por tempo integral e com dedicação exclusiva por um prazo igual ao do afastamento, a contar da conclusão do referido curso, sob pena de ressarcimento de todas as despesas, diretas ou indiretas em que a mesma tenha incorrido financiando aquele curso, tais como: salários, gratificações, passagens, diárias, ajudas de custo, bolsa de complementação salarial, bolsa de estudos, custos de matrícula, mensalidades e anuidades, enfim, qualquer dispêndio feito pela União, através da sua administração direta ou indireta, centralizada ou descentralizada, com o fim de custeio do curso em epígrafe.

Declaro estar ciente das Normas e Regulamentos do Curso.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir todas as questões porventura decorrentes deste instrumento.

Natal (RN), 22 de agosto de 2022.

[redacted]

Assinatura
(Obrigatória)

[redacted]

Nome da testemunha (Obrigatório)
CPF: [redacted]

[redacted]

Nome da testemunha (Obrigatório)
CPF: [redacted]

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo IX)

PARECER DA CHEFIA IMEDIATA

(Departamento Acadêmico de lotação do requerente)

(Obrigatório)

Pode utilizar documento oficial do setor (Departamento) em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

Data: ___/___/____

_____

Assinatura do Chefe imediato

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

(Anexo X)

PARECER DO CONSELHO DO CENTRO AO QUAL O REQUERENTE FAZ PARTE

(Obrigatório)

Pode utilizar documento oficial do CONSELHO DO CENTRO em que o solicitante esteja vinculado dispensando este formulário.

Data: ___/___/____

_____

Assinatura do presidente do Conselho de Centro

PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A falta de qualquer um destes anexos irá indeferir seu pedido de renovação de afastamento.

A solicitação de renovação de afastamento do docente deverá ser **apreciada e aprovada**, sucessivamente, nas seguintes instâncias:

I - Assembleia do Departamento Acadêmico de lotação do requerente;

II - Conselho do Centro ao qual o requerente faz parte;

III - PROPPG;

IV - PROGEPE;

V - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); e

VI - Conselho Superior competente.

Dúvidas? Laia a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 003/2018, de 25 de junho de 2018, publicada no site da PROPPG.

PROPPG

24.529.265/0001-40
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade federal Rural do Semi-Árido
BR 110 – km 47 – cx. POSTAL 137
PRES. COSTA E SILVA
CEP: 5965-900
MOSSORÓ - RN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA**, Matrícula SIAPE nº [redacted] portador(a) do CPF nº [redacted], ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, não possui registro até a presente data, em seu assentamento funcional, de responder ou ter respondido à Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Mossoró/RN, 16/08/2022

[redacted]
Assinado de forma digital por ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO:[redacted]
Dados: 2022.08.16 13:52:10 -03'00'

Antônio Frankliney Viana Faustino
Pró-Reitor Adjunto

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD)

Consultado: **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: [redacted]

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PAD, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os sistemas ePAD e CGU-PAD consolidam informações prestadas pelas unidades do Poder Executivo federal supervisionadas pela Controladoria-Geral da União, e não substituem as informações constantes dos assentamentos funcionais.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e o Sistema ePAD consolidam informações sobre os procedimentos disciplinares no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Certidão emitida às 13:48:49 do dia 16/08/2022 , com validade até o dia 15/09/2022.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: yAtpdf2MMYl6hrmHlhi8

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA**, Matrícula SIAPE nº [redacted], com início do exercício nesta Universidade em 12 de agosto de 2010, possui, até a presente data, em seu assentamento funcional, registros de licenças e/ou afastamentos previstos na Lei n° 8.112/90, ressalvados os afastamentos por motivo de saúde e observadas as demais legislações vigentes à época da(s) ocorrência(s), conforme especificado abaixo:

Licença à Gestante (Art. 207)	*Sem registro*
Licença-Paternidade (Art. 208)	*23/05/2013 a 27/05/2013* *04/04/2016 a 08/04/2016*
Licença à Adotante (Art. 210)	*Sem registro*
Lic. por motivo de afast. do cônjuge ou companheiro (Art. 81 II)	*Sem registro*
Licença para o serviço militar (Art. 81 III)	*Sem registro*
Licença para atividade política (Art. 81 IV)	*Sem registro*
Licença para capacitação (Art. 81 V)	*Sem regsitro*
Licença para tratar de interesses particulares (Art. 81 VI)	*Sem registro*
Licença para desempenho de mandato classista (Art. 81 VII)	*Sem registro*
Cessão para exerc. de cargo em comissão ou função de confiança (Art. 93 I)	*Sem registro*
Cessão em casos previstos em leis específicas (Art. 93 II)	*Sem registro*
Afastamento para mandato eletivo (Art. 94)	*Sem registro*
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior (Art. 95)	*Sem registro*
Afast. para Partic. em Prog. de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (Art. 96A)	*04/11/2019 a 03/11/2020* *04/11/2020 a 03/11/2021* *04/11/2021 a 03/11/2022*

Eu, Adauto Rafael de Alcântara Sobral, ocupante do cargo de Assistente em Administração, digitei e conferi a presente declaração, conforme dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e assentamentos funcionais, nesta data.

Mossoró/RN, 19 de agosto de 2022.

DHOUGO ARAGONES AMARO DA SILVA:[redacted]
Assinado de forma digital por DHOUGO ARAGONES AMARO DA SILVA:[redacted]
Dados: 2022.08.19 14:23:35 -03'00'

D'hougo Aragonês Amaro da Silva
Diretor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDOPRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO 1

Necessidades de Capacitação 2022

1	Ampliar os seus conhecimentos sobre práticas inclusivas na universidade para receber melhor todos os cidadãos que vem até a nossa instituição
2	Aprimorar os conhecimentos sobre Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD para uma melhor proteção e uso de dados da instituição.
3	Conhecer os princípios da integridade pública para debater temas como ética, nepotismo, conflito de interesse, assédio moral e sexual e responsabilização dentro da instituição.
4	Aprender a manusear e alimentar corretamente o website da instituição bem como a utilização de ferramentas de edição de áudio e vídeo, para explorar o Marketing digital e as mídias sociais.
5	Aperfeiçoar a condução e gerenciamento de equipes para a construção de times de alta performace.
6	Adquirir conhecimentos básicos essenciais para a elaboração de projetos para expandir a atuação da universidade.
7	Aprimorar conhecimentos sobre fiscalização, análise e prestação de contas de convênios e elaboração de termos de execução descentralizados para melhorar a atuação do planejamento da instituição.
8	Conhecer os princípios e medidas da Lei de Acesso à Informação - LAI e o papel da ouvidoria na Instituição.
9	Ampliar conhecimentos na área de Engenharias
10	Aprimorar os conhecimentos em Protocolo e Cerimonial Universitário para melhor organizar os eventos institucionais.
11	Ampliar conhecimentos na área de Ciências da Saúde

12	Aprimorar e apreender conhecimento nos conteúdos e temáticas das áreas das Ciências Biológicas
13	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas da Universidade como SIPAC, SAPIENS, SIGRH e SIGAA, para assim potencializar o uso dessas ferramentas alcançando uma maior eficiência nas atividades institucionais.
14	Qualificar e capacitar em programas de pós-gradação e ações de capacitação em áreas de natureza multidisplinar
15	Aprimorar o manuseio e operacionalização dos sistemas do Governo Federal como SEI e SCDP, para assim potencializar o uso dessas ferramentas alcançando uma maior eficiência nas atividades institucionais.
16	Atualizar conhecimentos sobre Diagnóstico por imagem em animais
17	Aprimorar os conhecimentos em Redação Oficial para assim aperfeiçoar a escrita e a formatação de documentos oficiais da instituição.
18	Melhorar a capacidade de planejamento, organização e execução das tarefas
19	Aprimorar os conhecimentos sobre os fluxos dos processos e dos procedimentos institucionais para diminuir o retrabalho dos servidores e unidades.
20	Aprimorar conhecimento sobre a gestão do tempo
21	Aprimorar conhecimentos e técnicas de mapeamento de processos para uma melhor organização e transparência dos processos e procedimentos institucionais.
22	Atualização de conhecimentos na área de gestão participativa
23	Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa para reduzir o retrabalho dos servidores e aumentar a transparência dos procedimentos institucionais.
24	Aprimorar técnicas de atendimento ao público para melhor receber o público interno e externo da Instituição.
25	Aperfeiçoar o relacionamento interpessoal e a sua capacidade de gerenciar conflitos desenvolvendo assim competências sócio emocionais.
26	Desenvolver conhecimentos e habilidades na área de qualidade de vida (YOGA, AYURVEDA, MEDITAÇÃO, MINDFULNESS, FITOTERAPIA, ETC)
27	Adquirir conhecimentos na área de desenvolvimento sustentável e assim possibilitar a inclusão e efetivação de práticas mais sustentáveis na Universidade.

28	Aperfeiçoar os conhecimentos na área de segurança do trabalho e primeiros socorros para assim os servidores estarem preparados para atender aos riscos relacionados à saúde decorrido pelo trabalho realizado. Riscos relacionados a biossegurança, riscos elétricos, químicos, biológicos e físicos.
29	Aprimorar conhecimento em desenvolvimento de softwares
30	Aprimorar conhecimentos e discussões acerca dos atos normativos da instituição, sua aplicação prática, diretrizes a serem seguidas (resoluções, regimento, estatuto etc) para assim exercerem as suas atividades com maior segurança e eficiência.
31	Atualizar conhecimentos em BIM (Building Information Modeling)
32	Dominar a utilização de planilhas eletrônicas, tabelas dinâmicas e dashboards, com o uso de ferramentas como Excel (avançado) e Power BI para aperfeiçoar o cumprimento das atividades cotidianas dos TAE e Docentes.
33	Aprimorar conhecimentos sobre o processo de contratação e o gerenciamento de contratos para melhor geri-los.
34	Aprimorar os conhecimentos na área de governança, compliance e gestão de riscos para analisar e minimizar os riscos institucionais.
35	Aprimorar conhecimento em Business Intelligence.
36	Aprimorar conhecimento sobre produção textual e escrita de tese, artigos científicos e normas da ABNT
37	Atualizar conhecimentos sobre teorias da aprendizagem
38	Aprimorar conhecimento em raciocínio lógico
39	Adquirir conhecimentos sobre gestão da qualidade e sua aplicação nos mais diversos setores e atividades da instituição.
40	Desenvolver competências para Liderança e Gestão buscando aprimorar o desempenho das equipes.
41	Aprimorar os conhecimentos sobre as normas que regem a gestão de pessoas no âmbito do poder público federal.
42	Aprimorar os conhecimentos sobre a carreira dos servidores públicos federias
43	Aprimorar os conhecimentos em práticas laboratoriais, condução de experimentos, manuseio de equipamentos e manutenção dos mesmos para gerir com qualidade e segurança os laboratórios da instituição
44	Aprimorar seus conhecimentos sobre a Missão, Visão e valores da Universidade, possibilitando o alinhamento das suas atividades com os propósitos da Instituição.

45	Desenvolver conhecimentos em psicologia organizacional para melhor atuar junto as demandas dos servidores da instituição
46	Aprimorar os seus conhecimentos em Gestão por Competência para aperfeiçoar as práticas de gestão de pessoas.
47	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Humanas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição.
48	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Sociais Aplicadas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
49	Ampliar conhecimentos na área de Cências Agrárias para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
50	Ampliar conhecimentos na área de Ciências Exatas e da Terra para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
51	Ampliar conhecimentos na área de Cências Biológicas para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
52	Ampliar conhecimentos na aréa de Linguística, Letras e Artes para uma melhor qualificação dos servidores da Instituição
53	Adquirir conhecimentos sobre plágio em pesquisa acadêmica para evitar a fralde de trabalhos acadêmicos
54	Aprimorar habilidades na utilização de ferramentas utilizadas para videoconferência para otimizar o trabalho remoto.
55	Adquirir conhecimentos sobre repositório institucional: gestão, planejamento e implementação.
56	Conhecer melhor os mecanismos e ferramentas para promover a transparência pública.
57	Adquirir conhecimentos sobre inovação e gestão de mudanças para tornar a Instituição resiliente a mudança do cenário nacional.
58	Adquirir conhecimentos sobre Administração Estratégica para aperfeiçoar as condutas da alta administração da universidade
59	Aperfeiçoar os conhecimentos na área de secretariado executivo para dar apoio aos servidores de secretarias
60	Adquirir conhecimentos sobre Gestão por Resultados para melhorar a eficiência da Instituição
61	Aperfeiçoar os conhecimentos relativos ao ensino, pesquisa, extensão e internacionalização.
62	Aprimorar conhecimentos relativos às metodologias ativas

63	Atualização de conhecimentos didático-pedagógicos no contexto da UFERSA
64	Aprimorar conhecimentos em metodologia do ensino e aprendizagem à distância e de novas tecnologias digitais no ensino superior
65	Aperfeiçoar conhecimento na área de Direito e temas transversais aos conteúdos jurídicos
66	Aperfeiçoar práticas de gestão da informação, arquivo e documentação.
67	Adquirir conhecimentos sobre a Nova Lei de Licitações para gerir melhor os processos licitatórios.
68	Adquirir experiência e fluência em Línguas estrangeiras para melhorar a comunicação interna e externa.
69	Aprofundar conhecimentos sobre a temática de gênero
70	Adquirir conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para promover a inclusão.
71	Aperfeiçoar conhecimentos de saúde pública, segurança do paciente para melhoria da prestação do serviço ao usuário de saúde do serviço
72	Desenvolver a escrita, a discussão e o tratamento de dados estatísticos
73	Aprimorar o uso de tecnologia da informação e tecnologias inovadoras úteis à gestão por resultados e para a aprendizagem.
74	Adquirir conhecimentos em técnicas atualizadas e sistemas em auditoria governamental para dar maior segurança aos processos de auditoria interna.
75	Desenvolver conhecimento voltados a capacitação de professores da Educação Básica
76	Obter conhecimentos técnicos avançados na área de edição, produção e designer editorial para apoiar o trabalho da editora da Universidade.
77	Aprimorar e aperfeiçoar técnicas voltadas a Administração Pública e às práticas administrativas
78	Desenvolver conhecimento no campo da prática pedagógica no ensino de Matemática
79	Conhecer e aperfeiçoar práticas e políticas públicas com foco no usuário.
80	Construir conhecimento sobre escrita, leitura e interpretação de documentos e códigos de TI.
81	Aprofundar o conhecimento na temática "Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho".
82	Obter conhecimentos relacionados ao cumprimento de legislações aplicáveis ao serviço público.

83	Aperfeiçoar conhecimentos em Biblioteca Universitária
84	Aprimorar competências específicas a Assistência Social na Educação Superior ou Assistência Estudantil
85	Ampliarei meus conhecimentos em relação à saúde mental e sua interface com o sistema educacional
86	Aprimorar conhecimentos relativos a Processos Seletivos e Concursos Públicos
87	Aprimorar os conhecimentos sobre o uso dos sistemas do governo federal
88	Aprimorar oralidade na apresentação de palestras voltadas aos assuntos relacionados ao setor de Estágios.
89	Aprimorar conhecimentos de enfermagem, saúde coletiva, segurança do paciente, desenvolvimento e auxílio em atividades de ensino, pesquisa e extensão.
90	Atualizar conhecimento e habilidades no âmbito da Medicina Veterinária
91	Aprender sobre as inovações em políticas e práticas públicas com foco no usuário desenvolvidas no contexto pós pandemia.
92	Atualizar conhecimento nas diversas áreas voltadas à Gestão de Pessoas
93	Aperfeiçoar conhecimento nas áreas de acúmulo de cargos, empregos e funções públicas
94	Aprofundar o conhecimento na área de Segurança do Trabalho: Ergonomia, Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, Atendimento Pré-Hospitalar (APH), Primeiros Socorros, Prevenção e Combate à Incêndio, Proteção Individual e Coletiva, Acessibilidade, Qualidade de Vida no Trabalho, etc.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CARAÚBAS

DESPACHO Nº 4429 / 2022 - DCT (11.01.29.12.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 15 de setembro de 2022.

PARECER FAVORÁVEL

No presente processo nº 23091.005477/2019-45, o docente FERNANDO NERES DE OLIVEIRA, professor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar Caraúbas, solicita renovação de seu período de afastamento para o período de 04/11/2022 a 03/11/2023, para desempenhar atividades relacionadas à realização de conclusão de sua tese.

Conforme consta na justificativa para afastamento, o docente enfatiza a importância da renovação do afastamento para conclusão da proposta de tese e tese, visto a necessidade de dedicação integral as atividades de doutorado.

Cumpre-se salientar que não haverá prejuízo institucional, em decorrência da disponibilidade de código de vaga de professor substituto.

O processo foi apresentado como ponto de pauta da 7ª Reunião Ordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia do ano de 2022, realizada em 12 de Setembro de 2022. Desta forma, considerando a decisão da assembleia, o departamento manifesta-se **FAVORÁVEL** à solicitação do docente.

Encaminham-se os autos à Direção do Centro Multidisciplinar Caraúbas para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Caraúbas/RN, 12 de setembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 15/09/2022 07:58)
DANIELY FORMIGA BRAGA
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DCT (11.01.29.12.08)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.005477/2019-45

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **4429**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **15/09/2022** e o código de verificação: **af091b73b0**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

PARECER Nº 529 / 2022 - CMC (11.01.29.12)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Caraúbas-RN, 21 de setembro de 2022.

1. Trata-se de requerimento de renovação do afastamento para qualificação docente em nível de doutorado no país formulado por **Fernando Neres de Oliveira**.

2. O pedido foi aprovado na da 7ª Reunião Ordinária do Departamento de Ciência e Tecnologia do ano de 2022, realizada em 12 de Setembro de 2022, havendo disponibilidade de código de vaga de professor substituto.

3. É o que importa relatar.

4. A análise do caso em apreço é suscinta, estando presentes todos os requisitos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018, a saber:

a. requerimento formulado 60 (sessenta) dias antes do término do afastamento;

b. adequada instrução processual com os documentos arrolados no art. 20 (I - formulário de requerimento; II - lista de verificação própria disponibilizada pela PROPPG; III - termo de Compromisso; IV - termo de Compromisso dos docentes que assumirão os componentes curriculares do docente a ser afastado, em caso de indisponibilidade de vaga para contratação de professor substituto; V - comprovante de matrícula atualizado e histórico do requerente; VI - relatórios de atividades acadêmicas em formulário disponibilizado pela PROPPG; e VII - relatórios de avaliação de desempenho, em formulário disponibilizado pela PROPPG, devidamente assinados pelo orientador do pós-graduando ou supervisor do estágio pós-doutoral)

c. disponibilidade de professor(a) substituto(a), em exercício ou para contratação, ou ainda a existência carta de anuência dos pares, indicando o suprimento da lacuna decorrente do afastamento solicitado;

d. obediência ao limite de 30% de docentes afastados no mesmo curso ou área de conhecimento (art. 9, §2º);

e. Inexistência de prejuízo institucional;

5. Além disso, consta dos autos despacho da chefia de Departamento indicando a aprovação do pedido por decisão colegiada ou ato *ad referendum*.

6. Analisando o pedido, o Conselho do Centro Multidisciplinar de Caraúbas, em sua 9ª Reunião Ordinária de 2022, realizada em 19 de setembro de 2022, **APROVOU o requerimento formulado COM A SEGUINTE RESSALVA: o afastamento fica aprovado até o dia 31 de julho de 2023,** visto que nos documentos comprobatórios de vínculo com a Instituição de Pós Graduação a data apresentada é esta e não a de 03/11/2023.

7. Remetam-se os autos à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para adoção das providências necessárias ao andamento do feito, conforme art. 15, III, c/c art. 21, todos da Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018.

Caraúbas, 21 de setembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 21/09/2022 19:05)
SIMONE MARIA DA ROCHA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.005477/2019-45

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **529**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **21/09/2022** e o código de verificação: **2208d5ba4b**

PARECER DE RENOVAÇÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR DOCENTE

(Qualificação - Pós-Graduação *Stricto Sensu*)

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Nº PROCESSO: 23091.005477/2019-45

DATA DA SOLICITAÇÃO: 25/08/2022

REGIME: Integral

SOLICITANTE: FERNANDO NERES DE OLIVEIRA

SETOR/DEPARTAMENTO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CENTRO: MULTIDISCIPLINAR - CARAÚBAS

INFORMAÇÕES DA SOLICITAÇÃO

OBJETIVO: DOUTORADO

PERÍODO: 04/11/2022 a 31/07/2023

PAÍS: BRASIL

CIDADE: NATAL

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSIDERAÇÕES (Conforme Resolução CONSUNI 03/2018)

CONSIDERANDO a Justificativa para a renovação do afastamento (Anexo II) (Páginas 55 e 56);

CONSIDERANDO o Relatório de atividades acadêmicas (Anexo III) (Pagina 57 a 59);

CONSIDERANDO o Relatório de avaliação de desempenho (Anexo IV) (Página 60);

CONSIDERANDO a Declaração de matrícula (Anexo V) (Pagina 62);

CONSIDERANDO o Histórico escolar (Anexo VI) (Páginas 66 a 67);

CONSIDERANDO o Termo de Declaração e Compromisso (Anexo VIII) (Página 69);

CONSIDERANDO o Parecer favorável da Chefia de Departamento (Página 145);

CONSIDERANDO o Parecer favorável do Conselho de Centro. (Páginas 147 e 148).

OBSERVAÇÕES

O pedido de renovação deste afastamento está de acordo com a resolução CONSUNI/UFERSA 003/2018, e não excederá o limite proposto de 30% de docentes afastados para capacitação do Centro Multidisciplinar. A docente tem professor/a substituto(a) contratado(a).

PARECER PROPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA emite parecer **FAVORÁVEL** ao pedido do servidor docente **FERNANDO NERES DE OLIVEIRA**, pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia, Centro Multidisciplinar – Caraúbas, para continuar o Doutorado no Programa de Ciência da Computação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no período de 04 de novembro de 2022 a 31 de julho de 2023. Ressaltamos que a conclusão do doutorado permitirá a maior qualificação do quadro docente da UFERSA.

Mossoró-RN, 23 setembro de 2022.

[redacted]

Prof. Glauber Henrique de Sousa Nunes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emitido em 23/09/2022

PARECER Nº 542/2022 - PROPPG (11.01.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/09/2022 18:49)
MARCILIO JOSE FERREIRA NUNES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **542**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **23/09/2022** e o código de verificação: **2b8b176418**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 4883 / 2022 - DDP (11.01.04.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 07 de outubro de 2022.

01. Trata-se de requerimento de renovação de afastamento integral formulado pelo servidor docente Fernando Neres de Oliveira , SIAPE [redacted], pertencente ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), vinculado ao Centro Multidisciplinar de Caraúbas, com a finalidade de dar continuidade ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, Natal/RN, no período de 04 de novembro de 2022 a 31 de julho de 2023.

02. Por conseguinte, ressalta-se que existe previsão legal no que concerne ao afastamento do servidor o para cursar Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, conforme Leis nº 8.112/1990 e nº 12.772/2012, e que o servidor requerente atende aos dispositivos do Art. 5° da Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2018, estando devidamente habilitado a candidatar-se ao afastamento para qualificação. Ademais, a qualificação funcional faz parte da política de desenvolvimento humano da UFERSA, baseada no Decreto nº 9.991/2019.

03. Cumpre-nos informar que existe vaga disponível para contratação de professor substituto.

05. Nesse sentido, o Departamento de Ciência e Tecnologia, bem como o Centro Multidisciplinar de Caraúbas e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação aprovam a renovação do afastamento do docente.

06. Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pleito.

07. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente ? CPPD, para apreciação e deliberação.

(Assinado digitalmente em 07/10/2022 16:25)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

(Assinado digitalmente em 07/10/2022 16:50)
LUIZ FRANCISCO DA SILVA SOUZA FILHO
DIRETOR
DDP (11.01.04.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.005477/2019-45

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **4883**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **07/10/2022** e o código de verificação: **d898cd3279**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 623, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que consta no Processo nº 23091.005477/2019-45; a Portaria Ufersa/Gab nº 685, de 20 de novembro de 2020; a Resolução nº 55, de 8 de novembro de 2021 do Consepe, resolve:

Art. 1º Autorizar a renovação do afastamento do servidor docente Fernando Neres de Oliveira para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado no Programa de Ciência da Computação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em Natal-RN, no período de 4 de novembro de 2021 a 3 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 4 de novembro de 2021.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Emitido em 11/10/2022

PORTARIA Nº 1059/2022 - DDP (11.01.04.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/10/2022 15:40)
CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SCA (11.01.04.04.02)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **1059**, ano: **2022**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **11/10/2022** e o código de verificação: **2712da0a5c**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 5186 / 2022 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 25 de outubro de 2022.

Analisando a solicitação constante neste processo administrativo feita pelo servidor docente Fernando Neres de Oliveira, matrícula Siape nº [redacted], de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Ciência da Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal-RN, e considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe, o Parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG, o Parecer do Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT - e o Parecer do Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

Encaminhe-se este processo à Secretaria dos Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Assinado digitalmente em 25/10/2022 15:55)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.005477/2019-45

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5186**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **25/10/2022** e o código de verificação: **bb5ff54ef0**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 667, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que estabelece os incisos VI e XIX do art. 44 do Estatuto da universidade; o que consta no Processo nº 23091.005477/2019-45; a Portaria Ufersa/Gab nº 707, de 1º de novembro de 2019; a Portaria Ufersa/Gab nº 685, de 20 de novembro de 2020; a Portaria nº 623, de 10 de outubro de 2022, em cumprimento a Resolução nº 55, de 8 de novembro de 2021 do Consepe, resolve:

Art. 1º Autorizar, *ad referedum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, a renovação do afastamento do servidor docente Fernando Neres de Oliveira, para dar continuidade à qualificação profissional em nível de doutorado no Programa de Ciência da Computação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em Natal-RN, no período de 4 de novembro de 2022 a 31 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted] Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA:[redacted]

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

4º PONTO

Apreciação e deliberação sobre a revogação da obrigatoriedade da apresentação de passaporte de vacinação contra COVID-19 para a efetivação da matrícula dos alunos nos componentes curriculares para o semestre 2022.2;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 225/2022 - PROGRAD (11.01.02)
(Código: 202304854)

Nº do Protocolo: 23091.018228/2022-12

Mossoró-RN, 10 de Novembro de 2022.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Ponto de pauta para reunião ordinária do CONSEPE

Prezada Éricka,

Favor incluir o ponto abaixo na pauta da próxima reunião do Consepe.

Apreciação e deliberação sobre a revogação da obrigatoriedade da apresentação de passaporte de vacinação contra COVID-19 para a efetivação da matrícula dos alunos nos componentes curriculares para o semestre 2022.2.

Em anexo, o parecer do comitê de Biossegurança, os pareceres da procuradoria, para respaldar as decisões.

Atenciosamente,

Kátia Cilene da Silva Moura

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique:
Parecer Comitê de Biossegurança - Comprovante Vacina Covid-19 (1).pdf
Pareceres Comprovante de Vacina - final (1).pdf

(Autenticado em 10/11/2022 18:18)
KATIA CILENE DA SILVA MOURA
PRO-REITOR(A)
PROGRAD (11.01.02)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **225**, ano: **2022**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **10/11/2022** e o código de verificação: **498fe29059**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

De: Comitê Permanente de Biossegurança
Para: Gabinte da reitoria

Solicitação de Parecer Técnico

Conforme email enviado pelo gabinete da Reitoria em 07/10/2022, em que foi solicitada uma análise técnica deste comitê sobre os Pareceres nº00157/2022/GAB/PF- UFERSA/PGF/AGU, nº00348/2022/GAB/PF- UFERSA/PGF/AGU e nº00305/2022/GAB/PF- UFERSA/PGF/AGU sobre parecer acerca da exigência do passaporte vacinal no âmbito da UFERSA.

Em resumo, o Procurador Federal fundamentou sua opinião sob os pontos de vista legal e técnico a saber:

- Portaria GM/MS nº 913 de 22/004/2022 que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). Desta forma, estaria encerrada a validade jurídica de lei temporária amparada na existência da ESPIN: a Lei nº 13.979/2020.

- Considera como impertinente a exigência do passaporte vacinal com propósitos suspensivos de direitos ou sancionatórios (grifos nossos) e classifica a vacina como "experimental de eficácia limitada, sobretudo quando os seus riscos não podem ser negligenciados.

Apresentados os argumentos, segue nosso parecer:

Cabe destacar em primeiro lugar que o fim da ESPIN não decreta o fim da pandemia. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o estado de emergência de saúde internacional em decorrência do coronavírus continua em vigor e o Brasil, como país signatário, deve seguir suas normativas. Além disso, o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS) orientou os governos locais que vinculem normas sanitárias não mais à declaração do governo federal e sim à declaração de pandemia da OMS. A justificativa da organização é de que os países ainda apresentam uma cobertura vacinal muito heterogênea e o comportamento imprevisível do vírus contribui com a continuidade do contexto de pandemia global, além da preocupação com o afrouxamento das medidas sanitárias. A situação da cobertura vacinal no Brasil também é desigual, com alguns estados apresentando 90% de cobertura enquanto outros pouco mais de 50%.

Antevendo o caráter temporário da Lei Federal nº 13.979/2020, o Ministro Ricardo Lewandowski estendeu em 30/12/2020 (conforme ADI 6625 MC-REF/DF) a vigência de alguns dispositivos da lei por tempo indeterminado, com destaque para a vacinação obrigatória. Desta forma, não há invalidade jurídica nesta exigência.

As justificativas técnicas sobre exigência de vacinação para o retorno das atividades presenciais já foram documentadas pelo Comitê Permanente de Biossegurança (Nota de Recomendação 02/21 de 03 de dezembro de 2021; nota de esclarecimento de 30 de março de 2022) e seguem anexo a este parecer.

Complementarmente, apresentamos a Figura 1 com a análise de incidência (novos casos) e de mortalidade por Covid-19 desde o início da pandemia. Os dois gráficos estão em escalas diferentes e expressam o número por milhão e podem ser observadas as chamadas ondas com picos de casos com número crescente de mortes nos primeiros meses de 2021 (antes da vacinação, portanto). Observa-se também o auge da notificação de casos associados às aglomerações dos festejos de final de ano, estendendo-se até o carnaval; entretanto, a onda de mortes por Covid-19 foi discreta em relação ao grande número de casos notificados, sugerindo fortemente o efeito protetor da vacinação da população. Uma última onda é observada ao final, coincidindo com a época mais fria do ano no Sul e os festejos juninos do Nordeste, a despeito do aumento da cobertura vacinal (Figura 2), o que pode ser explicado pela emergência de novas variantes conforme apresentada em sequência na Figura 3.

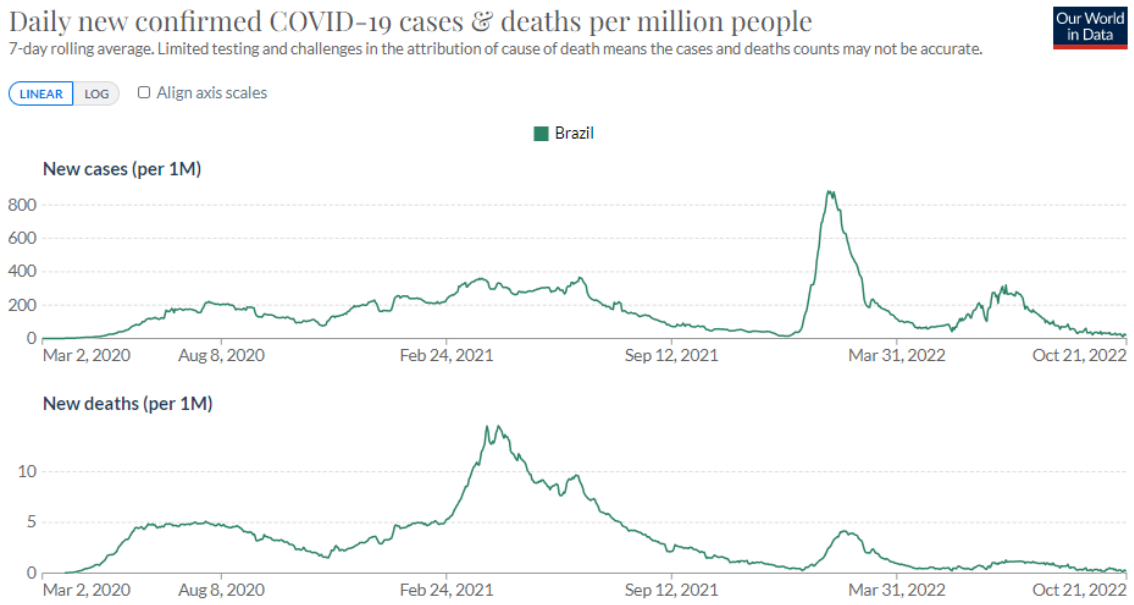


Figura 1 Número de novos casos de Covid-19 (acima) e de mortes pela doença (abaixo) ao longo do tempo notificados no Brasil desde 02/03/2020 a 21/10/2022. Fonte: https://ourworldindata.org/coronavirus#explore-the-global-situation

Em um ano, foram aplicadas 12,2 bilhões de doses em 184 países com quase 12 milhões de doses aplicadas ao dia, tornando impossível classificar o produto como experimental. Até o presente momento, 80% da população brasileira recebeu pelo menos uma dose do imunizante conforme figura 2. Mesmo a tecnologia considerada mais recente para o desenvolvimento dos imunógenos (vacinas de RNA mensageiro) vem sendo estudadas desde 1970; a primeira vacina, contra influenza, foi testada em camundongos nos anos 1990 e, em 2013, uma vacina contra raiva foi testada em humanos.

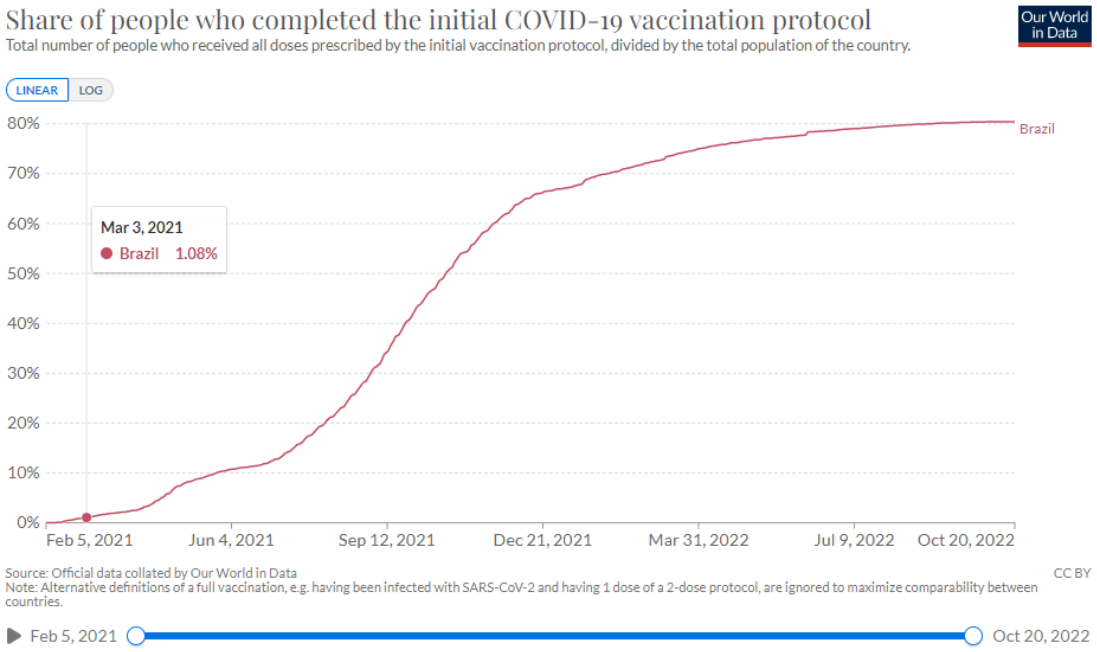
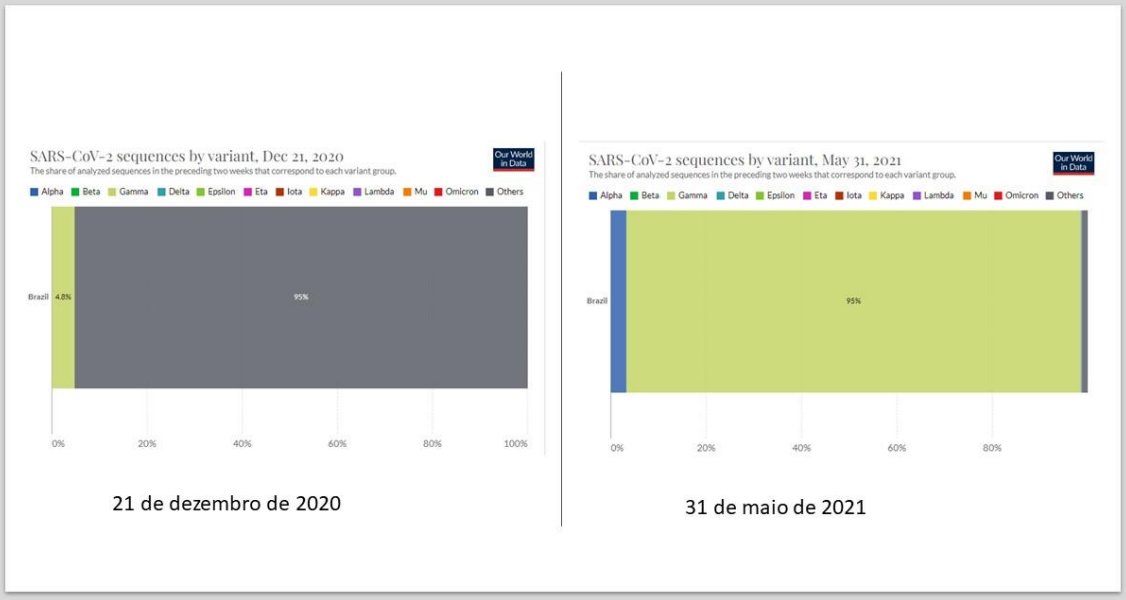


Figura 2 Número absoluto de pessoas no Brasil que tomaram pelo menos uma dose da vacina contra Covid-19, independente do fabricante.
Fonte: https://ourworldindata.org/grapher/people-vaccinated-covid?country=~BRA

A Figura 3 apresenta as variantes em circulação no país conforme dados reunidos pela Rede Genômica Fiocruz. Pode-se observar a substituição da variante mais prevalente conforme uma nova apresenta alguma vantagem seletiva e a população apresenta proteção coletiva contra a variante anterior. No caso da variante omicron, a infecção ocorre predominantemente nas vias aéreas superiores e glândulas salivares, favorecendo a disseminação antes mesmo do aparecimento dos primeiros sintomas somado ao relaxamento geral das medidas restritivas como tornar opcional o uso de máscaras mesmo em ambiente fechado (o que precisou ser mudado na UERN, como um exemplo recente e próximo da realidade da UFERSA). Novos dados da Rede Genômica Fiocruz mostram que a linhagem BA.1 da variante omicron (a "original") foi substituída pela linhagem BA.2, com aumento na detecção das linhagens BA.4, BA.5 e BA.2.12.1 durante os meses de maio e junho. Essas linhagens sofreram muitas mutações, que podem levar a uma maior transmissibilidade do vírus. A BA.4 e a BA.5 têm muitas mutações na proteína Spike, similares à da subvariante BA.2, mas elas têm mutações adicionais em outras partes do seu material genético. Essas mutações podem oferecer vantagens evolutivas tanto para a BA.4 como para a BA.5 em comparação com a BA.2, provavelmente devido a uma maior habilidade em escapar da resposta de proteção imunológica proporcionada por infecções anteriores ou pela vacinação, que é contornado em parte tomando as devidas doses de reforço (adicionais ao esquema completo).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

3-A





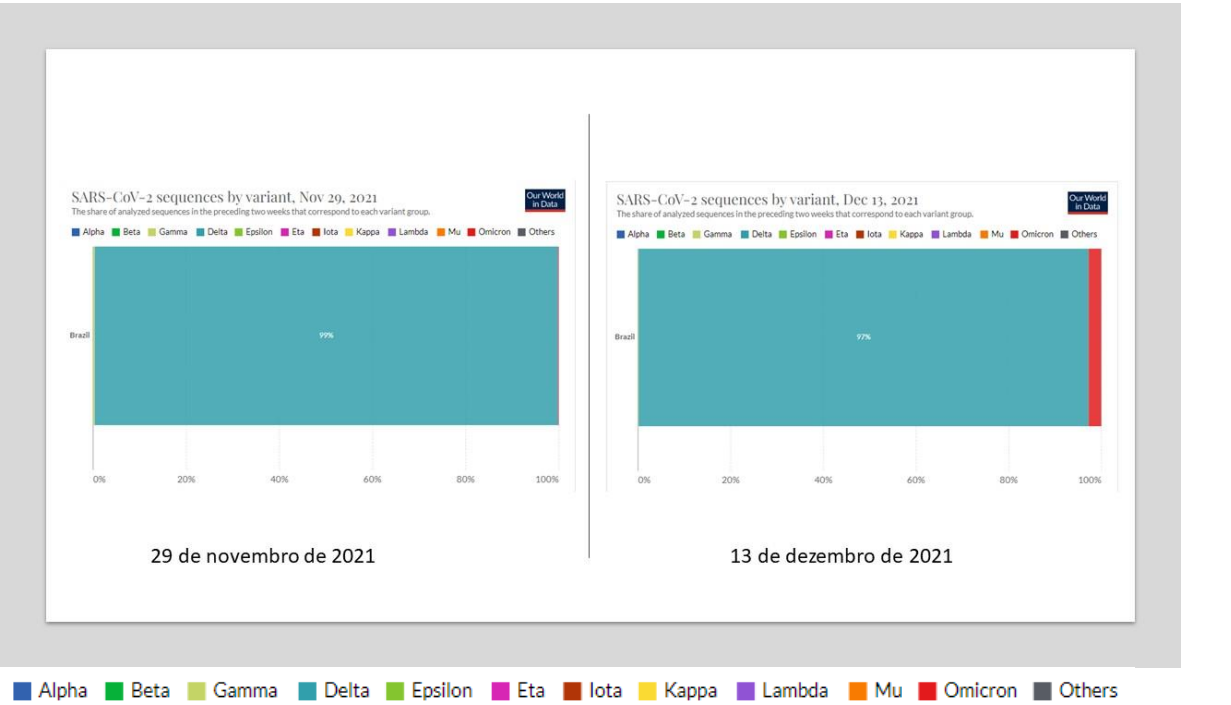
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

3-B



Alpha Beta Gamma Delta Epsilon Eta Iota Kappa Lambda Mu Omicron Others

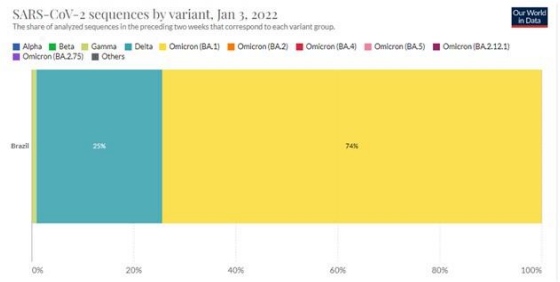
3-C



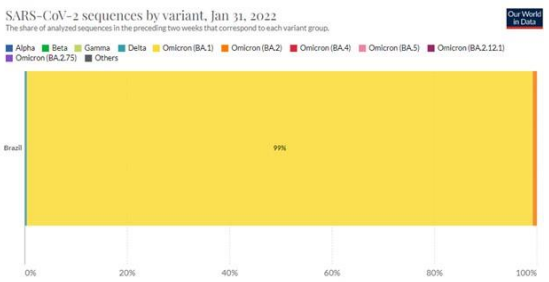
Alpha Beta Gamma Delta Epsilon Eta Iota Kappa Lambda Mu Omicron Others

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

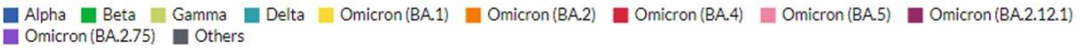
3-D



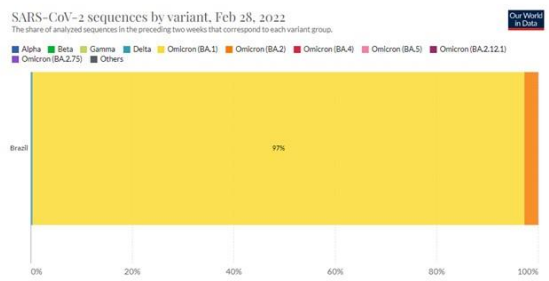
03 de janeiro de 2022



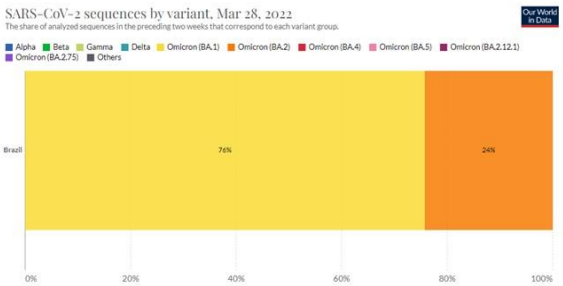
31 de janeiro de 2022



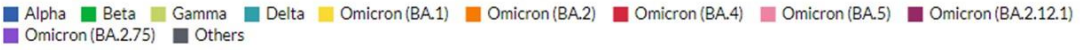
3-E



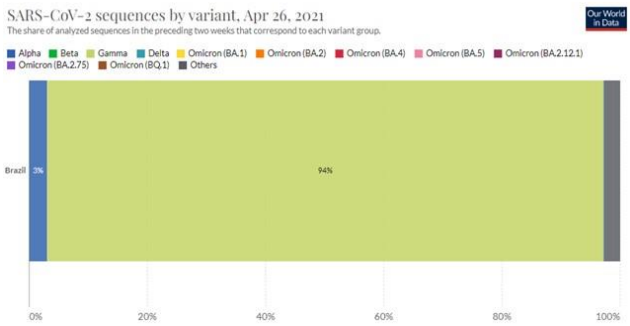
28 de fevereiro de 2022

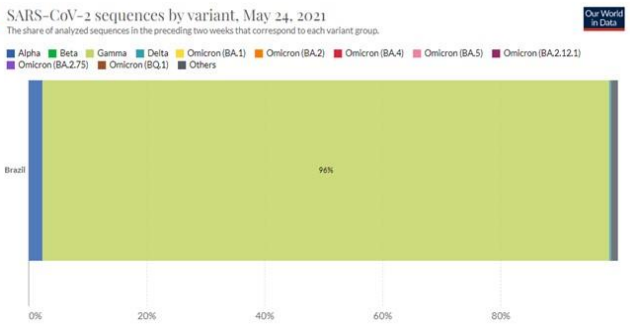


28 de março de 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA



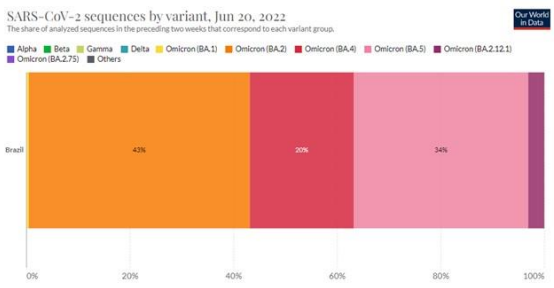


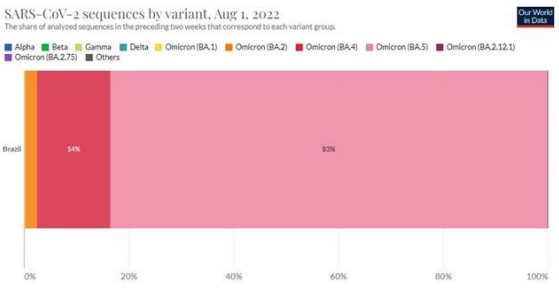
26 de abril de 2022

24 de maio de 2022

Alpha Beta Gamma Delta Omicron (BA.1) Omicron (BA.2) Omicron (BA.4) Omicron (BA.5) Omicron (BA.2.12.1)
Omicron (BA.2.75) Others

3 F



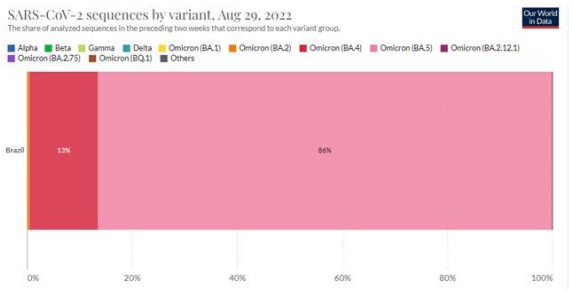


20 de junho de 2022

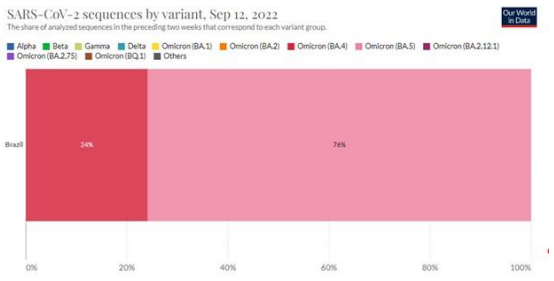
01 de agosto de 2022

Alpha Beta Gamma Delta Omicron (BA.1) Omicron (BA.2) Omicron (BA.4) Omicron (BA.5) Omicron (BA.2.12.1)
Omicron (BA.2.75) Others

3-G



29 de agosto 2022



12 de setembro de 2022

Alpha Beta Gamma Delta Omicron (BA.1) Omicron (BA.2) Omicron (BA.4) Omicron (BA.5) Omicron (BA.2.12.1)
Omicron (BA.2.75) Omicron (BQ.1) Others

3-H

Figuras 3-A a 3-H. Dinâmica ao longo do tempo das variantes do SARS-Cov2, segundo amostragem, prevalentes na população brasileira. Fonte: GISAID (covariants.org)

Dados do consórcio de veículos de imprensa divulgados no dia 22/06/2022, mostram que 83,54% da população vacinável (com 5 anos de idade ou mais) ou 167.210.978 milhões de pessoas, receberam as duas doses ou a dose única. O total de pessoas que tomaram a primeira dose de reforço, essencial para proteger contra a variante omicron, é de 99.595.176 milhões, ou 54,98% da população vacinável (com 12 anos de idade ou mais). Com relação às crianças na faixa etária de 5 a 11 anos, 12.863.771 milhões, ou 62,75% tomaram a primeira dose e 7.721.662 milhões (37,67% das crianças entre 5 e 11 anos) tomaram a segunda dose. Lições aprendidas com o recrudescimento do sarampo nos países em que a doença estava em fase de erradicação (por exemplo, o Reino Unido) demonstraram que, mesmo minoritária, a parcela da população que não toma vacinas por vontade própria (ou dos pais, no caso das crianças em idade elegível para a imunização) formam uma rede estável de contatos e, portanto, de transmissão. Desta forma, o esquema de vacinação definido como completo (duas doses) é insuficiente para baixar por si só a incidência da COVID-19, tornando as doses de reforço (terceira e quarta doses) necessárias.

Um estudo recente de Puhach e colaboradores (2022)[1] sobre a cinética de carga viral detectada em aerossóis de indivíduos infectados demonstrou diferenças entre vacinados e não vacinados. Para os casos de infecção pela variante Omicron BA.1, observou-se uma redução da carga infectante apenas em indivíduos com reforço vacinal mas não entre os que tomaram o esquema completo de duas doses e os não vacinados. Além disso, a carga infectante foi menor em indivíduos infectados com Omicron BA.1 em comparação com indivíduos totalmente vacinados e infectados com a variante Delta, sugerindo que outros mecanismos contribuem para a alta infecciosidade da SARS-CoV-2 Omicron BA.1. Estes resultados indicam: 1) que as vacinas reduzem o risco de transmissão e, portanto, ter um benefício (coletivo) de saúde pública; 2) a vacinação, mesmo não impedindo a

[1] Puhach, O., Adea, K., Hulo, N. *et al.* Infectious viral load in unvaccinated and vaccinated individuals infected with ancestral, Delta or Omicron SARS-CoV-2. *Nat Med* (2022). https://doi.org/10.1038/s41591-022-01816-0

infecção, promove proteção individual contra doenças graves; 3) indivíduos não vacinados disseminam vírus com maior carga infectante.. Desta forma, o esquema de vacinação definido como completo (duas doses) é insuficiente para baixar por si só a incidência da COVID-19, tornando as doses de reforço (terceira e quarta doses) necessárias. Quanto maior o número de casos circulantes, maior a probabilidade de surgimento de novas variantes, tornando indivíduos não vacinados ou com esquemas incompletos particularmente relevantes na manutenção do virus na população.

A evidência sobre o impacto da vacinação na mortadidade pela COVID-19 pode ser observada na figura 4.

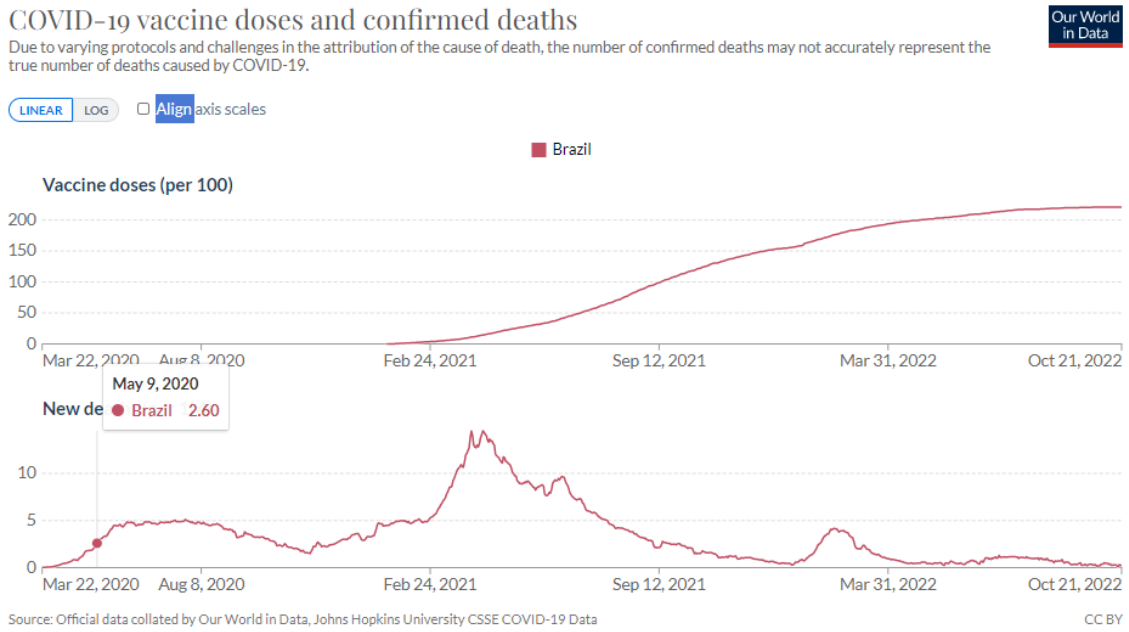


Figura 4 Dados acumulados sobre doses de vacina aplicadasem comparação com a mortalidade por COVID-19ID-19 no Brasil desde o início do período pandêmico até outubro de 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

Ademais, todas as universidades que instituíram o passaporte vacinal obrigatório para matrícula de discentes e trabalho dos servidores em 2022, ainda mantém a determinação no semestre vigente, como forma de proteção aos mais vulnerabilizados que vacinaram-se e tomaram as medidas de prevenção até aqui colocadas para frequencia às suas atividades acadêmicas. A vacinação é uma medida de proteção coletiva, sendo comprovado que a exigência do passaporte vacinal enquanto política das instituições, salvaguardada a autonomia das mesmas, é eficaz em melhorar a adesão a vacinação, sendo este fato de suma importância no contexto atual no que se refere às doenças infectocontagiosas e possibilidades de incidência de novas patologias e cepas.

Atualmente, com o recente início de testagem em sintomáticos e contactantes dentro da UFERSA, o Comitê discutiu sobre a liberação do uso de máscaras mesmo em ambientes fechados, mas é de extrema importância que, pelo menos até o fim deste ano, o passaporte seja mantido, para que, de forma responsável, possamos acompanhar a chegada de novas cepas já documentada na europa e seu comportamento frente ao avanço da vacinação, para então podermos deliberar sobre as recomendações para o semstre 2022.2. É **imprescindível** que a cobrança do passaporte seja feita a todos dos membros da comunidade acadêmica, de forma igualitária e sem discriminação, excluíndo-se os casos de não vacinação por determinação médica. O Comitê não concorda que a recomendação valha para alguns e não para outros, deixando inclusive os mais vulnerabilizados mais expostos e com maior prejuízo no tocante ás suas atividades. Não há embasamentos técnico-científicos que justifiquem esta diferenciação de cobrança, cabendo aos gestores a normatização e operacionaliação da recomendação juntamente aos Conselhos e demais setores de forma justa e igualitária. A máscara, apesar de deixar de ser obrigatória, ainda continua tendo forte recomendação de uso em ambientes fechados, e deve ser obrigatório no caso de surgimento de qualquer indício de sintoma, como forma eficaz de prevenção.

Ressaltamos que este Comitê emite suas recomendações baseado em dados cietíficos e conduz com extrema responsabilidade seu papel frente a proteção da vida da comunidade acadêmica, levando em conta o cenário mundial, nacional e local e atuando de forma a proteger principalmente os que têm maiores vulnerabilidades e menos acesso aos serviços de saúde.

PARECER EMITIDO EM 24 DE OUTUBRO DE 2022 E VALIDADO PELOS MEMBROS DO COMITÊ

ANDREA TABORDA RIBAS DA CUNHA
Assinado de forma digital por ANDREA TABORDA RIBAS DA CUNHA
Dados: 2022.10.24 16:35:04 -03'00'

Profa. Andrea Taborda Ribas da Cunha

Coordenadora do Comitê Permanente de Biossegurança da UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

.

ANEXOS

ANEXO 1- **NOTA DE RECOMENDAÇÃO 02/2021**

RECOMENDAÇÃO SOBRE A EXIGÊNCIA DE VACINAÇÃO PARA RETORNO DE ATIVIDADES PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA UFERSA NO CONTEXTO DA COVID 19:

1. ASSUNTO

1.2 Orientações referentes acerca do passaporte da vacinação contra a Covid-19 à comunidade acadêmica da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO;

2.ANÁLISE

2.1 A covid-19 é a maior pandemia da história recente da humanidade causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Trata-se de uma infecção respiratória aguda potencialmente grave e de distribuição global, que possui elevada transmissibilidade entre as pessoas por meio de gotículas respiratórias ou contato com objetos e superfícies contaminadas.

2.2 Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 80% das pessoas com covid-19 se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Entretanto, uma em cada seis pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 desenvolvem formas graves da doença. Pessoas idosas e/ou com morbidades, a exemplo de pessoas com problemas cardíacos e pulmonares, diabetes ou câncer, dentre outros, têm maior risco de evoluírem para formas graves da doença. É sabido que as medidas não farmacológicas para conter a transmissão do novo coronavírus, que apesar de terem sido fundamentais até o presente momento tem elevado custo social e econômico, tornando-se imprescindível dispor de uma vacina contra a doença.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

2.3 Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública em decorrência da infecção pelo coronavírus (Covid-19);

2.4 Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que determina medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional em decorrência da Covid-19;

2.5 Considerando as providências complementares à situação de emergência em saúde pública adotadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte e pelas Prefeituras Municipais de Angicos, Caraúbas, Mossoró e Pau dos Ferros;

2.6 Considerando os protocolos de biossegurança estabelecidos pelo Comitê de Biossegurança da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA);

2.7 Considerando o disposto na Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

2.8 Considerando a Resolução nº 2, de 5 de agosto de 2021, do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno.

3 CONCLUSÃO DE RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ

3.1 Para acesso às disciplinas presenciais ou semipresenciais, será obrigatória a apresentação de documento constando o esquema vacinal completo no ato da matrícula, contra a Covid-19, podendo ser:

a) cópia do cartão físico de vacinação fornecido no posto onde a pessoa foi vacinada;

b) o certificado nacional ou estadual de vacinação de Covid-19, disponível no aplicativo ou na versão web do Conecte SUS Cidadão, RN mais vacina ou similares de outros estados; ou

c) eventuais passaportes da vacina instituídos nacional ou internacionalmente.

4 RECOMENDAÇÃO À GESTÃO E COLABORADORES(DCE)

-O presente comitê recomenda que seja exigido o esquema vacinal completo ao discente no ato da matrícula, contra a Covid-19.

-Caso o aluno não apresente o ciclo vacinal completo, deverá ser conduzido para o ensino remoto, estando apto ao ensino presencial após comprovação.

-Para alunos vindoS de outros países a PROPPG deve instituir normativa regulamentar específica.

-Fomentar a ampla divulgação sobre a importância da vacinação e esclarecimentos sobre dúvidas.

REFERÊNCIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA GR Nº 012, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2021: Normatiza as regras de **retorno às atividades presenciais administrativas e acadêmicas**, no âmbito da UNIRIO. A Instrução também relaciona as **situações em que os servidores deverão permanecer em trabalho remoto**. Disponível em: http://www.unirio.br/arquivos/noticias/INGR012de05.11.2021UNIRIO.pdf

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020, UFRJ.

Orientações para Elaboração do Plano de Retorno Gradual de Atividades Didáticas Práticas na Graduação. UFRJ. Disponível em: https://coronavirus.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/10/Orientacoes_2.0.pdf

RESOLUÇÃO GR-060/2021 de 08/09/2021: Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais dos servidores nos campi da Universidade Estadual de Campinas e sobre a adoção de medidas, emergenciais e temporárias, com objetivo de minimizar a transmissão e disseminação da Covid-19. UNICAMP. Disponível em: https://www.pg.unicamp.br/norma/27116/0

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

PORTARIA GR Nº 7670, DE 12 DE AGOSTO DE 2021: Dispõe sobre o retorno às atividades presenciais na Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-7670-de-12-de-agosto-de-2021-2

PORTARIA GR Nº 7671, DE 19 DE AGOSTO DE 2021: Altera dispositivos da Portaria GR nº 7670, de 12 de agosto de 2021, que dispõe sobre o retorno às atividades presenciais na Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.leginf.usp.br/?portaria=portaria- gr-no-7671-de-19-de-agosto-de-2021

UniRio. PPROGEPE, sobre a COVID19 com atos, instruções normativas, orientações e materiais informativos. Disponível em: http://www.unirio.br/progepe/covid-19

Mossoró, 03 de dezembro de 2021

ANDREA TABORDA RIBAS DA CUNHA

Assinado de forma digital por ANDREA TABORDA RIBAS DA CUNHA
Dados: 2021.12.03 12:10:53 -03'00'

Profa. Andrea Taborda Ribas da Cunha
Coordenadora do Comitê de Biossegurança da UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

COMITÊ PERMANENTE DE BIOSSEGURANÇA

ANEXO II- **NOTA DO COMITÊ DE BIOSSEGURANÇA SOBRE A COBRANÇA DO PASSAPORTE VACINAL NA UFERSA**

O Comitê Permanente de Biossegurança da Universidade Federal Rural do Semi-Árido vem, através desta nota, após e-mails de denúncias e solicitações de parecer enviados por docentes e representações discentes, esclarecer alguns fatos quanto a suas recomendações e se posicionar publicamente.

Primeiramente cabe esclarecer que o Comitê foi instituído, após intensa discussão no CONSUNI, pela PORTARIA GAB/UFERSA Nº 4, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021. O mesmo é composto por diferentes representações de atores da comunidade acadêmica e também por membros com expertise técnica ligados às áreas das Ciências Biológicas e da Medicina e Segurança do Trabalho. Vale ressaltar esse fato pois, desde o início, o Comitê tem levado em consideração os diversos olhares dos diferentes segmentos daqueles que compõem a comunidade acadêmica da UFERSA, mas acima de tudo, tem decisões pautadas na ciência e na segurança sanitária da coletividade. Segundo a própria Portaria, em seu Artigo 1º :

> "O Comitê Permanente de Biossegurança da Universidade Federal de Rural do Semi-Árido é um **órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar, independente, com representações múltiplas dos segmentos da comunidade Ufersiana, de caráter consultivo, deliberativo e educativo**, criado para ampliar e dar continuidade às ações da Comissão Especial de Emergência da Covid- 19 e embasar a tomada de decisão e protocolos para as atividades de forma híbrida e presenciais no contexto pandêmico, no ambiente da Ufersa."

Além disso, em seu Artigo 2º, inciso II, consta que é uma das atribuições do Comitê "divulgar e executar normas de biossegurança a serem observadas pela Ufersa, abrangendo servidores (técnicos e docentes) e discentes, no âmbito de atuação da Instituição (ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa, extensão)" e em seus incisos IV e V "fixar princípios e diretrizes, planejamento, execução e avaliação do programa de Biossegurança; acompanhar a execução das medidas propostas e avaliar a necessidade de revisão e planejamento", bem como

em seu inciso VII "fornecer subsídios para que os Órgãos Colegiados instituam normativas adequadas e a gestão realize o planejamento de suas atividades no contexto da pandemia".

Esclarecido esse contexto sobre o caráter desse Comitê, que foi instituído e parte das atribuições que a ele compete, trazemos a questão do passaporte vacinal. O Comitê fez intenso estudo sobre a cobrança do passaporte vacinal em diversas universidades, estudos que levavam em conta a importância da vacinação no contexto da pandemia de Covid-19 e até mesmo o arcabouço jurídico utilizado por diferentes instâncias. Após várias reuniões sobre esta questão, o Comitê deliberou pela Recomendação 02/2021 que versa sobre a recomendação da exigência de vacinação para o retorno às atividades presenciais na UFERSA, sendo trazida a necessidade de vacinação, inicialmente por parte dos discentes, o que embasou a decisão do CONSEPE que versa sobre o retorno presencial. Cabe ressaltar que em todas as reuniões o Comitê debateu abertamente, inclusive com os representantes das Pró-reitorias presentes, sobre a vacinação dos servidores. Não haveria qualquer lógica em levar um critério científico para exigência de vacinação dos discentes, mas não dos servidores, uma vez que esses indivíduos ocupam os mesmos ambientes institucionais. A questão apenas foi adiada enquanto recomendação, entendendo-se que, em todas as instituições tomadas como exemplo, o CONSUNI foi a instância responsável por normatizar o retorno presencial e a exigência do passaporte vacinal. Mas em todas as reuniões, atas e consultas realizadas, o posicionamento do Comitê, embasado em dados científicos que comprovam a queda de transmissão entre vacinados, bem como a menor gravidade dos casos, sempre foi pela exigência do passaporte vacinal em toda a comunidade acadêmica. Este posicionamento, inclusive, foi divulgado em lives e entrevistas realizadas e divulgadas pela própria instituição, cabendo apenas a normatização por parte das instâncias superiores competentes.

Frente aos últimos fatos ocorridos e e-mails de pedido de parecer e auxílio quanto a docentes não vacinados estarem presencialmente em sala de aula, o Comitê esclarece que, apesar da Portaria Nº 157, DE 24 DE MARÇO DE 2022 anulando a Portaria nº 76, de 21 de fevereiro de 2022, existe a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 19, DE 11 DE MARÇO DE 2022, que institui em seu Artigo 4º, embasada nas recomendações do Comitê, critérios mínimos para o retorno presencial, que além de colocar em seu inciso V a observância dos protocolos traçados por esse Comitê, ainda coloca em seu inciso XIII a necessidade do acompanhamento da apresentação de documento constando o esquema vacinal completo contra a COVID-19 por parte dos membros da comunidade ufersiana, o que está de acordo com as recomendações e protocolos de biossegurança pautados pelo Comitê.

Segundo o último indicador composto de monitoramento divulgado pela SESAP em 21 de março de 2022, o indicador composto na maioria das regiões de saúde chegou em nível 1 ou 2, ou seja, há expressiva melhoria das condições sanitárias. Isso nos direciona para os critérios

anteriormente divulgados de retomada de atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão que foram planejados tendo em VISTA AS NORMAS DE BIOSSEGURANÇA. O Comitê ressalta que, em hipótese alguma, o cenário atual representado pelo referido indicador composto é visto como o fim da pandemia, sendo necessário todo o esforço da comunidade acadêmica no cumprimento das normas já estabelecidas. Ainda estamos com média nacional de 200 a 300 mortes por dia. Temos a mais baixa ocupação de leitos de UTI desde o início da pandemia no estado, bem como a menor taxa de transmissibilidade (0,30). Apesar da melhora, ainda temos registro de casos diários, crianças ainda em fase de vacinação e internações. As novas variantes/subvariantes circulantes em outros países também inspiram cuidado e observação constante. TORNA-SE IMPRESCINDÍVEL AINDA, enquanto medida de proteção à vida e à segurança da COLETIVIDADE, a exigência de vacinação para os que estiverem em atividades presenciais, bem como o uso de máscaras e demais medidas já estipuladas nas recomendações anteriores e na Resolução nº 19 do CONSUNI/UFERSA, o de tempo para que se possa observar o andamento da situação pandêmica.

O Comitê Permanente de Biossegurança pode e deve ouvir toda a comunidade, mas não pode pautar suas decisões em interesses pessoais ou individuais sobre os do coletivo que não compactuam com as evidências científicas e da segurança sanitária que se faz necessária frente à situação pandêmica. O Comitê não deve ser ouvido somente quando interessa. Toda tomada de decisão relativa à biossegurança ou dúvidas que coloquem em xeque condutas relacionadas à biossegurança devem ser sempre avaliadas por esse Comitê, segundo a própria portaria que o criou. Exemplos tais como a solicitação da PROGEPE sobre medidas que pudessem substituir o atraso da chegada das barreiras acrílicas, ou a solicitação dos discentes sobre ampliação de vagas na residência universitária, foram apreciadas por esse Comitê e acatadas pelos solicitantes, inclusive com pedidos encaminhados às instâncias competentes, quando a recomendação ia de encontro à algum Colegiado. Restaurantes universitários, bibliotecas e alguns dos ginásios tiveram inclusive grandes pressões sobre o funcionamento por seguirem as normas estipuladas. Não parece justo que enquanto alguns parecem ter plena consciência da necessidade do embasamento para tomada de decisão, outros abram e fechem estruturas ou decidam sobre condutas relacionadas à vacinação sem o estudo, recomendação e decisão previamente realizados. O Comitê não é a instância para definir punições ou mecanismos de atuação docente, mas é a instância que deve acompanhar e monitorar o cumprimento de medidas de biossegurança. Se suas decisões não forem respeitadas por algumas pessoas, setores ou chefias, não tem porque os integrantes deste Comitê continuarem suas atividades. O mesmo se dá se o comitê for consultado apenas quando o resultado interessa de forma positiva a quem fez a consulta. Ou até mesmo para servir de pretexto para ser responsabilizado por problemas de insumos ou de gestão. Os membros que compõem este Comitê são servidores e discentes com grande apreço por esta instituição e não

têm medido esforços e horas de trabalho, visitas, leitura e zelo na confecção de seus documentos, mesmo estando assoberbados por suas atividades acadêmicas.

Por fim, deixamos aqui nosso repúdio pelo desrespeito com que alguns membros da comunidade têm tratado os membros desse Comitê ou simplesmente ignorado quando não lhes interessam as orientações dadas pelo mesmo. Reforçamos também que a liberdade individual, em questões tão sérias como a saúde pública e a vida, não pode ser embasada descolada da ciência, da técnica, da prudência e do cuidado pelo próximo, devendo a segurança da coletividade prevalecer sobre as vontades individuais. Ademais, uma vez instituída como norma pelos Conselhos Superiores, às orientações do Comitê prevalecem sobre as interpretações e os argumentos individuais. Enquanto a norma for vigente, todas as pessoas da comunidade são obrigadas a cumpri- la. E, à luz dos acontecimentos de desrespeitos às normas de Biossegurança estabelecidas pelo comitê e instituídas como obrigatórias pelo CONSUNI, mantemos a recomendação que todos os membros da comunidade ufersiana que estão em contato com os demais presencialmente devem estar vacinados e seguir os protocolos já divulgados.

Mossoró/RN, 30 de março de 2022.

ANDREA TABORDA RIBAS DA CUNHA

Assinado de forma digital por ANDREA TABORDA RIBAS DA CUNHA
Dados: 2022.03.30 12:46:37 -03'0

Profa. Andrea Taborda Ribas da Cunha

Coordenadora do Comitê Permanente de Biossegurança da UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA REITORIA

CONSULTA

INTERESSADO: Gabinete da Reitoria
Assunto: Consulta a respeito da produção de efeitos da Resolução Consuni n° 19, de 11 de março de 2022 e normas correlatas.

Senhor Procurador

1. Trata-se o presente de consulta à Procuradoria Federal junto à UFERSA realizada nos termos do Art. 3°, inc. I e Art. 5° da Ordem de Serviço Conjunta n° 01/GR/PF-UFERSA, de 19 de dezembro de 2013, a fim de dirimir dúvida jurídica acerca da manutenção dos efeitos da Resolução Consuni n° 19, de 11 de março de 2022, a qual estabelece diretrizes para a retomada gradual e segura das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativa, preferencialmente na modalidade presencial e excepcionalmente de forma remota, no âmbito da UFERSA, *enquanto perdurar as medidas de controle da disseminação da pandemia da COVID-19*, diante da publicação da Portaria GM/MS n° 913, de 22 de abril de 2022, a qual declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCOv) e diante de recentes pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal (ADI 7134).

2. No caso, em se tratando a Resolução Consuni n° 19, de 11 de março de 2022, de norma temporária vinculada a uma finalidade específica, o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela autoridade nacional pública de saúde extingue os seus efeitos total ou parcialmente?

3. No caso específico da proibição de acesso às dependências físicas da Ufersa, há possibilidade de retorno dos docentes às atividades presenciais sem a comprovação do passaporte vacinal?

Mossoró, 29 de agosto de 2022.

RAFAELA APARECIDA FONSECA:[redacted]
Assinado de forma digital por RAFAELA APARECIDA FONSECA[redacted]
Dados: 2022.08.29 11:32:51 -03'00'

Rafaela Aparecida Fonseca
Assessora Especial do Gabinete da Reitoria

PARECER nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.001408/2022-46
INTERESSADOS: GABINETE DA REITORIA - UFERSA.
ASSUNTOS: COMPROVAÇÃO DE VACINAÇÃO.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PARECER. CONSULTA. GABINETE DA REITORIA. RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 19, DE 11 DE MARÇO DE 2022. COMPROVAÇÃO DE VACINAÇÃO. LEI TEMPORÁRIA [PORTARIA GM/MS Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022]. EFEITOS EXAURIDOS. NORMAS INFRALEGAIS. VALIDADE. INEXISTÊNCIA. OBSERVÂNCIA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de processo administrativo de consulta promovida pelo Gabinete da Reitoria a respeito da produção de efeitos da Resolução Consuni nº 19, de 11 de março de 2022 e normas correlatas, tudo devidamente encaminhado para apreciação desta Procuradoria Federal na UFERSA, em obediência ao disposto no artigo 10, *caput*, da Lei nº 10.480/2002[1]. Além disso, o TCU, no Acórdão/Plenário nº 3.241/2013, já se manifestou nestes termos:

> [...]
> Conforme dispõe o artigo 2º, inciso II, alínea "b", c/c artigo 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar 73/1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União), e orientação normativa da Advocacia Geral da União, expressa nas Notas DECOR/CGU/AGU Nº 007/2007- SFT e 191/2008-MCL, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo são de competência exclusiva da Advocacia-Geral da União, dentre as quais se inclui a emissão de parecer prévio e obrigatório sobre a aprovação de minutas de contratos e de convênios a que alude o artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. Assim, tais atribuições não podem ser substituídas pelas opiniões emitidas pelos adjuntos jurídicos, assessores jurídicos civis e militares bacharéis em Direito, sendo-lhes facultado, no máximo, auxiliar os trabalhos jurídicos dos membros do AGU.
> [...]

2. Os autos, encaminhados a esta Procuradoria Federal em **30/08/2022**[2], estão instruídos com os seguintes elementos:

Sequência 1
(a) consta o despacho do Gabinete da Reitoria com a dúvida jurídica a ser dirimida;

3. Assim, o processo foi enviado a esta Procuradoria Federal para fins de emissão de parecer. É o que merece relato. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3]-[4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento com vista ao atendimento dos fins esperados pela ordem jurídica; em termos mais claros, abstraindo-se do mérito administrativo, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos ao evento apresentado. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. No âmbito da Administração Pública vige o princípio da indisponibilidade dos bens públicos, de sorte que, quando constado qualquer fato passível de causar danos ao patrimônio público material ou imaterial, o que inclui a ofensa aos princípios norteadores da atividade pública (artigo 37, caput, da CRFB, artigo 2º, caput, da Lei nº 9.784/1999 e artigo 11, da Lei nº 8.429/1992), impõe-se a identificação dos agentes causadores do evento danoso e sua comprovada culpabilidade, observada a prescrição ou a decadência, quando configuradas, no que concerne à aplicação de penalidades, bem como os responsáveis pela preservação do bem violado e/ou pela manutenção da ordem dos bens postos em custódia, vez que a culpa in vigilando também enseja a devida reprimenda legal, conforme as circunstâncias de cada caso, do servidor envolvido, já o Estado, por sua vez, responde de forma objetiva, isto é, independentemente de culpa aferível daquele (artigo 37, § 6º, da CRFB). Notadamente, a consulta levantada apenas objetiva extirpar dúvida fundada **a respeito da produção de efeitos da Resolução Consuni nº19, de 11 de março de 2022 e normas correlatas**; portanto, há apenas a pretensão de aferir a expedição de atos administrativos consentâneos com as normas legais cogentes e toda a principiologia reinante no nosso ordenamento, tudo bem concertado, como quer a harmonia dos sistemas jurídicos coerentes e razoáveis.

6. Antes de adentrar na consulta propriamente dita, cumpre destacar o conteúdo da consulta, nestes termos:

> [...]

> 2. No caso, em se tratando a Resolução Consuni n°19, de 11 de março de 202[illegible], de norma temporária vinculada a uma finalidade específica, o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela autoridade nacional pública de saúde extingue os seus efeitos total ou parcialmente?
>
> 3. No caso específico da proibição de acesso às dependências físicas da Ufersa, há possibilidade de retorno dos docentes às atividades presenciais sem a comprovação do passaporte vacinal?
>
> [...]

7. Primeiramente, a temática já não comporta maiores questionamentos, porquanto já foi emitido o **Parecer nº 00066/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU** (NUP: 23091.003401/2022-69), **de 22 de março de 2022,** que se manifestou pela anulação da Portaria Reitoria nº 76, **de 21 de fevereiro de 2022**, porquanto ela apresentava vício de conformidade normativa, o que veio a ocorrer com a expedição da Portaria Reitoria nº 157, **de 24 de março de 2022**. Todavia, a despeito dos esclarecimentos sobre o vício de legalidade da Portaria Reitoria nº 76/2022, tal como destacado no parecer acima mencionado e na própria Portaria Reitoria nº 157/2002, o CONSUNI, **no dia 29 de março de 2022**, expediu a Resolução CONSUNI nº 20/2022, com o seguinte teor:

> [...]
>
> A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a deliberação deste Órgão Colegiado na 1ª sessão da 3ª Reunião Ordinária de 2022, realizada no dia 29 de março de 2022, resolve:
>
> Art. 1º. Deliberar favoravelmente à **anulação** do Despacho decisório da Reitoria não numerado de 24 de março de 2022 e **da Portaria nº 157, de 24 de março de 2022, do Gabinete da Reitoria**, com repristinação dos efeitos da Portaria nº 76, de 21 de fevereiro de 2022, do Gabinete da Reitoria.
>
> Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem à 24 de março de 2022.
>
> [...]

8. Diante dessa questionável decisão, para dizer o mínimo, foi emitido o Parecer **n º 00080/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU** (NUP: 23091.003860/2022-42), **de 05 de abril de 2022,** acerca da inexistência de validade jurídica da Resolução CONSEPE nº 08/2022, bem como da Portaria Reitoria nº 76/2022 e, claro, da própria da Resolução CONSUNI nº 20/2022, transcrevendo-se o seguinte excerto:

> **13. [...]**
>
> **(c)** [...] admitindo-se a obrigatoriedade do passaporte sanitário, então, **não há espaço para sindicância, porquanto a atuação disciplinar, caso seja instaurada, será sempre em função de servidores devidamente identificados, isto é, não vacinados.**
>
> **[...]**
>
> **(d)** [...] a Resolução CONSEPE nº 08/2022 **não possui validade jurídica** e, portanto, não faz o menor sentido mencioná-la na Resolução do CONSUNI e, claro, **não há como defender a regularidade da penalidade de demissão ou exoneração**, tal como destacado no parecer anterior, em função da inexistência de comprovação de passaporte sanitário. Nesse ponto, vale destacar o seguinte trecho de notícia no site da UFERSA: **"Os membros do CONSUNI entenderam que a exoneração só aconteceria em último caso e que em se tratando de saúde pública o direito individual não se sobrepõe ao risco coletivo".** Ora, se a exoneração/demissão só ocorreria em último caso, como afastá-la se a atuação disciplinar decorre, tão somente, pela inexistência de comprovação de passaporte sanitário? Aqui, a toda evidência, observa-se nítida defesa de uma *justiça política* ou de um *direito político*, o que poderia ensejar uma verdadeira *caça às bruxas* na ambiência acadêmica, o que é, por tudo, condenável, instaurando-se um expediente de repressão observado apenas nos regimes totalitários, notadamente nas pavorosas ditaduras de Mao Tsé-Tung, Josef Stalin, Adolf Hitler e Benito Mussolini, nas quais docentes perderam suas cátedras por defenderem, dentre outras coisas, a liberdade de crença ou simplesmente a autonomia pessoal diante do Estado. Que isso parta de uma universidade pública, sem dúvida, é de causar uma estrondosa perplexidade, pois ela costuma alardear, incessantemente, sobre os riscos da erosão democrática e da escalada do fascismo, mas, curiosamente, no caso concreto, não exerce qualquer autocrítica diante da constrangedora pretensão normativa de exoneração/demissão de docente ou técnico-administrativo em função de não comprovação de passaporte sanitário, isto é, de não ter tomado doses de *vacina experimental de eficácia limitada,* sobretudo, quando os seus riscos não podem ser negligenciados. A defesa da vacina experimental, inclusive, como política pública adequada, é digna de elogios em função do caráter emergencial da pandemia, contudo, a sua obrigatoriedade, sob pena de demissão ou exoneração de servidores, compreende um mal maior do que se pretende evitar.
>
> [...]

9. Desse modo, desde a expedição do último parecer já restava muito claro a impertinência do passaporte vacinal, sobretudo, com propósitos suspensivos de direitos ou sancionatórios, porquanto seus parâmetros normativos não encontram fundamentos válidos na ordem jurídica, sobretudo, por violar **o conteúdo essencial do direito fundamental [4.1] à educação em função da supressiva medida imposta pela atuação administrativa.** Curiosamente, a questão retorna à PF/UFERSA em função da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 19, **de 11 de março de 2022**, precisamente em função do seu artigo 5º, nestes termos:

> Art. 5º. Fica estabelecida a obrigatoriedade de apresentação da comprovação do esquema vacinal contra a COVID-19 para acesso às dependências físicas das UFERSA.
>
> § 1º. A vacinação a ser comprovada corresponderá ao esquema vacinal completo, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde – MS.

10. Aqui, sem maiores esforços de análise, deve-se considerar que o fundamento normativo em que se lastreia essa obrigatoriedade não mais subsiste no Direito brasileiro, sobretudo, pelo caráter temporário da [pretensa] validade normativa da obrigatoriedade da vacinação. Nesse ponto, cumpre transcrever a Portaria GM/MS nº 913, **de 22 abril de 2022**, nestes termos:

PORTARIA GM/MS Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022

Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º. **Fica declarado o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov), de que tratava a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.**

Art. 2º. O Ministério da Saúde orientará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sobre a continuidade das ações que compõem o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus, com base na constante avaliação técnica dos possíveis riscos à saúde pública brasileira e das necessárias ações para seu enfrentamento.

Parágrafo único. As orientações serão dadas precipuamente pelas Secretarias finalísticas da Pasta, em especial a Secretaria de Vigilância em Saúde, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde e a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 24-A, de 4 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 1.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

11. O reconhecimento da inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), por certo, **encerra a validade jurídica de lei temporária, já que essa lei se amparava na existência dessa emergência (artigo 2º, *caput,* da LINDB)**, conforme resulta muito claro no artigo 1º da Lei nº 13.979/2020, nestes termos:

Art. 1º. **Esta Lei dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.**

§ 1º. As medidas estabelecidas nesta Lei objetivam a proteção da coletividade.

§ 2º. Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre a duração da situação de emergência de saúde pública de que trata esta Lei.

§ 3º. O prazo de que trata o § 2º deste artigo não poderá ser superior ao declarado pela Organização Mundial de Saúde.

12. Nesse contexto, para além dos limites objetivos da lei temporária, a obrigatoriedade do passaporte vacinal extrapola **os limites da autonomia administrativa da universidade**, sem falar que viola diretamente a autonomia de qualquer cidadão para adotar - ou não - o tratamento de saúde que considerar pertinente (artigo 15 do Código Civil). De modo mais claro, o ato do Ministro de Estado já se encontra devidamente emitido e, como é do conhecimento de todos, já foi devidamente revogado. Ademais, como se não bastasse essa elementar disposição cronológico-normativa, o STF, **em julgamento realizado entre os dias 03 e 10 de junho de 2022**, aliás, com indiscutível demora, **pronunciou-se pelo fim dos efeitos jurídicos da Lei nº 13.979/2020** , destacando-se a Ementa da ADI nº 7.134/DF, publicada no dia 13 de junho de 2022, nestes termos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 14.311/2022. TRABALHO REMOTO DE GESTANTES DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE COVID-19. **PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE N. 913, DE 22.4.2022, DECLARATÓRIA DE ENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA PELO NOVO CORONAVÍRUS. EXAURIMENTO DOS EFEITOS DA NORMA LEGAL QUESTIONADA.** PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PREJUDICADA.

(ADI 7103, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 13/06/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-125 DIVULG 27-06-2022 PUBLIC 28-06-2022)

13. Para além disso, a posição da Ministra Carmem Lúcia é digna de nota - a despeito de vozes dissonantes, em alguns aspectos, dos Ministros Lewandowski e Fachin no texto do acórdão -, nestes termos (grifos no original):

[...]

Considerando a vigência limitada das normas questionadas ao período de "emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2", declarado o encerramento daquela situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) pela Portaria do Ministério da Saúde n. 913, de 22.4.2022, **reconheço a perda superveniente do objeto da presente ação.**

O seu advento e a sua aplicação especificavam condição balizadora de sua vigência, qual seja, a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Cessada a condição, cessam também, como é certo em direito, os efeitos a serem produzidos apenas enquanto persistir a excepcionalidade determinante da vigência.

4. Pelo exposto, **julgo prejudicada a presente ação direta de inconstitucionalidade, pela perda superveniente do objeto** (inc. IX do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

14. Curiosamente, o CONSEPE, a despeito de reiteradas manifestações desta Procuradoria Federal, permanece com o mesmo ímpeto com relação à obrigatoriedade do passaporte vacinal, gerando, infelizmente, constrangimentos infindáveis - e desnecessários - aos discentes da UFERSA, como bem denuncia as questionáveis disposições - para dizer o mínimo - do artigo 3º

da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 33, de **06 de julho de 2022,** nestes termos:

> Art. 3º. Para efetivação da matrícula nos componentes curriculares, será obrigatória a apresentação de passaporte de vacinação válido e atualizado que comprove, no mínimo, três doses, sendo duas doses e primeira dose de reforço (ou somente duas doses para quem usou a Jansen).
>
> § 1º. O passaporte vacinal dos discentes deverá ser depositado no ato da matrícula e em formulário próprio do SIGAA e será analisado em conjunto entre os Centros e os Departamentos respectivos.
>
> § 2º. O depósito e a análise do passaporte vacinal dos docentes serão regulados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe), observando-se o disposto na Resolução Consuni/Ufersa nº 19, de 11 de março de 2022.
>
> **§ 3º. Caso o discente não apresente o passaporte vacinal sua matrícula nos componentes curriculares será excluída pelo departamento.**

15. Ora, **diante dos esclarecimentos prestados nos itens anteriores**, de onde o CONSEPE retira o fundamento de validade para a imposição do famigerado passaporte vacinal? A autonomia universitária, tal como albergada no artigo 207 da CRFB, não autoriza nenhuma IFES promover qualquer vacinação obrigatória, de maneira que a medida não passa de flagrante arbitrariedade, tudo em detrimento do direito fundamental à educação, que, curiosamente, apenas representa, tal como pretendido pelo dispositivo transcrito, uma mera concessão do CONSEPE, portanto, não se trata de propriamente de direito, mas mera indulgência ou generosidade desse conselho. Portanto, tratando-se de medida que não encontra amparo normativo, ela deve ser revista pela UFERSA, sobretudo, porque atualmente, por mais que tentem negar tal fato, a covid-19 possui baixíssima letalidade, mormente entre os jovens, que não justifica o uso de medidas excepcionais de outras épocas. **É preciso aceitar que o pavor gerado pela pandemia não mais se sustenta, o que deveria ser motivo de alívio, estranhamente, tem causado uma relutância quixotesca pela manutenção de medidas supressivas de direitos.** E o pior: sem qualquer amparo legal.

16. Feitos esse ligeiros esclarecimentos, tendo em vista a urgência da consulta, cumpre responder, de modo breve, aos questionamentos ventilados nos autos, nestes termos:

(a) *primeira pergunta* - **a resposta é positiva,** porquanto, como já destacado acima, com o fim dos efeitos jurídicos da Lei nº 13.979/2020, aliás, como inevitável consequência de uma lei temporária diante da inexistência dos fatos que justificaram sua expedição, **não há falar em vacinação obrigatória com amparo, tão somente, em normativa interna (resolução) de universidade pública**, haja vista que tal medida extrapola os limites normativos da autonomia universitária (artigo 207 da CRFB);

(b) *segunda pergunta* - **a resposta é positiva**, porque não há parâmetro normativo que ampare a obrigatoriedade da vacina. Dito de outro modo, a decisão do STF (ADPF nº 756) que autorizava de obrigatoriedade da vacinação nas universidades, conforme decisão dos seus órgãos superiores, era amparada em uma lei temporária. Desse modo, se a lei temporária não possui mais efeitos jurídicos, tendo em vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), então, não há como defender a pertinência da obrigatoriedade da vacina e, muito menos, qualquer restrição ao direito de os docentes ingressarem nas salas de aulas, nos laboratórios etc. da universidade. Aqui, trata-se de vexado equívoco, melhor dizer, tirania institucional, limitar o acesso à universidade pública em função de disciplina normativa totalmente inválida, sobretudo, quando se trata de restrição de acesso aos docentes ou discentes.

17. Por fim, vale mencionar que a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 19, **de 11 de março de 2022,** perdeu seus efeitos com o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), prescindindo-se até mesmo de sua revogação, porquanto ela não possui qualquer validade jurídica, de maneira que exigir sua aplicação expressa, tão somente, uma forma de arbitrariedade na seara administrativa.

3. CONCLUSÃO.

18. Ante o exposto, conclui-se[5] pela inexistência de validade normativa da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 19, **de 11 de março de 2022,** porquanto os efeitos da Lei nº 13.979/2020 já se encontram devidamente cessados, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

19. Consoante às informações constantes dos autos, é como se opina, salvo melhor juízo. À consulente.

Mossoró/RN, segunda-feira, 12 de setembro de 2022.

Márcio Ribeiro

Procurador Federal

NOTAS

[1] Eis o dispositivo:

> Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. [...]

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, *caput*, da Lei nº 9.784/1999, cujo teor é o seguinte: "Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma

especial ou comprovada necessidade de maior prazo".

[3] Conforme a BPC nº 07:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento (BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas**. 4. ed. Brasília: CGU/AGU, 2016, p. 32).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, Miguel Seabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[4.1] HÄBERLE, Peter. **La garantía del contenido esencial de los derechos fundamentales en la Ley Fundamental de Bonn:** una contribución a la concepción institucional de los derechos fundamentales y a la teoría de la reserva de la ley. Presentación y estudio preliminar de Francisco Fernández Segado. Traducción de Joaquín Brage Camazano. Madrid: Dykinson, 2003, *passim.*

[5] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i) de mérito, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) de legalidade, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) facultativos, quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) obrigatórios, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) vinculantes, quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões neles apontadas (MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091001408202246 e da chave de acesso b92e41ab

---



Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 978982904 e chave de acesso b92e41ab no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA. Data e Hora: 12-09-2022 12:38. Número de Série: 642510437256236674540641372l7. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA REITORIA

CONSULTA

INTERESSADO: Gabinete da Reitoria
Assunto: Consulta a respeito da produção de efeitos da Resolução Consepe n° 33, de 6 de julho de 2022. Saneamento de omissão.

Senhor Procurador

1. Considerando o Parecer nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, indaga-se se o entendimento fixado no referido Parecer se aplica à Resolução nº 33, de 6 de julho de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a qual estabelece as diretrizes para o retorno integralmente presencial das atividades de ensino dos cursos de graduação presenciais, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), para o semestre 2022.1.

Mossoró, 14 de setembro de 2022.

RAFAELA APARECIDA FONSECA:[redacted]
Assinado de forma digital por RAFAELA APARECIDA FONSECA:[redacted]
Dados: 2022.08.29 11:32:51 -03'00'

Rafaela Aparecida Fonseca
Assessora Especial do Gabinete da Reitoria

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
GABINETE DA PROCURADORIA FEDERAL
AV. FRANCISCO MOTA, 572, *CAMPUS* LESTE, BAIRRO PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN, CEP 59.625-900.

DESPACHO nº 00157/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.001408/2022-46
INTERESSADOS: GABINETE DA REITORIA.
ASSUNTOS: PRODUÇÃO DE EFEITOS DA RESOLUÇÃO CONSEPE N° 33/2022.

1. Tendo em vista o disposto no Parecer nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, **de 12 de setembro de 2022,** bem como a dúvida sobre a sua aplicação em face da Resolução nº 33, de 6 de julho de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, urge esclarecer o que segue:

(a) o entendimento manifestado no parecer apontou que não subsiste mais o momento de Emergência de Saúde Pública e, por esse motivo, não há mais arcabouço jurídico subsistente para impor a obrigatoriedade de apresentação do esquema vacinal, seja por parte de servidor, docente ou discente dessa universidade;

(b) desse modo, cumpre destacar o seguinte trecho do referido parecer:

> [...]
> 16. [...] Desse modo, se a lei temporária não possui mais efeitos jurídicos, tendo em vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), então, não há como defender a pertinência da obrigatoriedade da vacina e, muito menos, qualquer restrição ao direito de os docentes ingressarem nas salas de aulas, nos laboratórios etc. da universidade. Aqui, trata-se de vexado equívoco, melhor dizer, tirania institucional, limitar o acesso à universidade pública em função de disciplina normativa totalmente inválida, sobretudo, quando se trata de restrição de acesso aos docentes ou discentes.
> [...]

2. Diante dessas circunstâncias, a posição é de que a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 33, **de 6 de julho de 2022,** perdeu seus efeitos com o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), prescindindo-se até mesmo de sua revogação, porquanto ela não possui qualquer validade jurídica, de maneira que exigir sua aplicação expressa, tão somente, uma forma de arbitrariedade na seara administrativa. Portanto, o **PARECER nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU** também se aplica à resolução em apreço.

3. Com os melhores cumprimentos,

Mossoró/RN, terça-feira, 20 de setembro de 2022.

Márcio Ribeiro
Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091001408202246 e da chave de acesso b92e41ab

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 991262545 e chave de acesso b92e41ab no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA. Data e Hora: 20-09-2022 16:05. Número de Série: 642510437256236674540641372l7. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA REITORIA

CONSULTA

INTERESSADO: Gabinete da Reitoria
Assunto: Consulta sobre a possibilidade de extensão dos efeitos de decisão judicial a casos análogos na UFERSA.

Senhor Procurador

Considerando a decisão judicial prolata em sede de julgamento de agravo de instrumento (PJE 0810662-42.2022.4.05.0000) no Mandado de Segurança impetrado pela discente Ana Clara Araújo de Sa Leitão Soares, segundo a qual a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região prolatou decisão no sentido de que "*ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*, *daí que a exigência combatida [do passaporte vacinal] é de ilegalidade manifesta (...)"* e determinou *"à Universidade Federal Rural do Semiárido – Ufersa, o restabelecimento da matrícula da agravante, em todos os componentes que estava matriculada no semestre letivo 2022.1, abstendo-se de impedir o seu acesso às dependências da Universidade, mesmo sem comprovação do esquema vacinal, até o julgamento definitivo do mandado de segurança originário";*

Considerando o parecer do Ministério Público Federal (Decisão ID 4058403.11817514) no qual consta que "*a exigência de comprovação do estado de vacinação para que a impetrante adentre nas dependências de estabelecimento público de ensino demonstra ser medida desarrazoada e em desacordo com o recente entendimento da Suprema Corte sobre a legalidade de medidas após o fim da ESPIN*";

Considerando, ainda, o entendimento fixado no Parecer nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, segundo o qual se concluiu pela "*inexistência de validade normativa da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 19, de 11 de março de 2022, porquanto os efeitos da Lei nº 13.979/2020 já se encontram devidamente cessados, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)*", bem como a possibilidade de extensão do entendimento à Resolução nº 33, de 6 de julho de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a qual estabelece as diretrizes para o retorno integralmente presencial das atividades de ensino dos cursos de graduação presenciais, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), para o semestre 2022.1;

O Gabinete da Reitoria formula a presente consulta à Procuradoria Federal junto à UFERSA realizada nos termos do Art. 3°, inc. I e Art. 5° da Ordem de Serviço Conjunta n° 01/GR/PF-UFERSA, de 19 de dezembro de 2013, a fim de dirimir dúvida jurídica acerca da possibilidade de extensão dos efeitos da decisão judicial prolatada em sede de agravo de instrumento pela Segunda Turma do TRF-5 a todos os discentes em situação análoga aos fatos trazidos no *writ*, ou seja:

1. É possível determinar o restabelecimento IMEDIATO das matrículas de todos os discentes que não realizaram matrícula no segundo semestre letivo 2022.1 por não terem apresentado passaporte vacinal?
2. A Prograd pode se eximir de dar cumprimento às disposições da Resolução nº 33, de 6 de julho de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, diante de possível perda de validade normativa, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)?

Mossoró, 27 de setembro de 2022.

RAFAELA APARECIDA FONSECA:[redacted]
Assinado de forma digital por RAFAELA APARECIDA FONSECA:[redacted]
Dados: 2022.08.29 11:32:51 -03'00'

Rafaela Aparecida Fonseca
Assessora Especial do Gabinete da Reitoria

PJE 0810662-42.2022.4.05.0000

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por Ana Clara Araújo de Sá Leitão Soares, em face de decisão proferida pelo juízo da 11ª Vara Federal da SJRN, no bojo da ação mandamental 0800252-33.2022.4.05.8403, impetrada em desfavor da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFERSA e outros, que indeferiu o pedido liminar, consignando que não se está a desconsiderar o legítimo direito individual de se opor à vacinação, seja por fundamento filosófico ou de mera consciência; todavia, o exercício deste direito individual não pode se sobrepor ao direito da coletividade, que, através de seus representantes legais (seja na esfera legislativa, seja no ambiente universitário), decidiu pela conveniência da exigibilidade da vacinação, registrando, ainda, que a escolha individual deve necessariamente ser respeitada, assim como as consequências prévia e validamente estipuladas pelas instituições coletivas competentes.

Sustenta a agravante, em síntese:

a) a agravante impetrou mandado de segurança cível arguindo a ilegalidade da Instrução Normativa nº 05, de 22 de julho de 2022, da Pró-Reitoria de Graduação da UFERSA e contra atos abusivos e ilegais praticados pelos agravados, que fundamentados no referido ato normativo, cancelaram a matrícula da impetrante nas disciplinas que estava cursando no semestre 2022.1 e impediram o seu acesso a todas as dependências da UFERSA, em razão da recorrente não ter comprovado esquema vacinal completo contra a COVID-19. Em sede de liminar, postulou a agravante que fosse restabelecida a sua matrícula e o seu acesso às dependências da Universidade, mesmo sem ter se vacinado contra a COVID-19;

b) em decisão liminar, o juízo da 11ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, ao indeferir o pedido liminar que pugnava pela suspensão da Instrução Normativa nº. 05, de 22 de julho de 2022, da Pró-Reitoria de Graduação da UFERSA quanto à agravante, afirmou que "o ato administrativo impugnado foi regularmente editado, dentro das atribuições legais da instituição, respeitada a Lei nº. 13.979/2020 e o entendimento consolidado do STF, pelo que sua invalidação implicaria em inevitável violação à autonomia universitária." Todavia, a Universidade Federal Rural do Semi-árido, no exercício da autonomia universitária, deve observar os parâmetros legais e constitucionais, não podendo se exacerbar em face do Estado Democrático de Direito;

c) no ano de 2021, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6565, o STF discutia a autonomia universitária para edição de regras para escolha dos reitores nas Universidades Federais. Na oportunidade, o entendimento da Corte alinhado com aquele proferido na ADIn nº 51 foi de que "não se torna possível potencializar a autonomia universitária a ponto de nulificar o espaço de decisão do Chefe do Poder Executivo". Logo, resta claro que a autonomia universitária não é absoluta, não podendo se sobrepor à lei ou à Constituição Federal;

d) a autonomia universitária é constitucionalmente estabelecida como "trunfo dos corpos universitários contra eventuais tendências expansivas dos poderes instituídos que venham a

reproduzir práticas violadoras pretéritas", conforme pontuou o Ministro Edson Fachin na ADIn nº 6565. Contudo, de forma contrária ao que se propôs a Constituição Federal, a Lei nº 13.979/2020 e os próprios limites estabelecidos pelo STF sobre o tema, a Universidade Federal Rural do Semi-árido, utilizou-se da sua autonomia universitária quando da edição da Instrução Normativa nº 005/2022 - PROGRAD, para limitar/discriminar/restringir quais estudantes poderiam ter acesso ao direito fundamental à educação;

e) a postura da UFERSA não foi só contrária à Carta Magna, à Lei ou a jurisprudência do STF, mas também a seus próprios princípios institucionais, principalmente aquele positivado no art. 3º, inciso VI do Estatuto da UFERSA. Da leitura, extrai-se que um dos princípios institucionais da Universidade é a "democratização da educação no que concerne à gestão, à igualdade e oportunidade de acesso e à socialização de seus benefícios", que é frontalmente agredido pela Instrução Normativa nº 005/2022. Não se desconhece a legitimidade da autonomia das Universidades, porém seus atos deverão estar em conformidade com o ordenamento jurídico para serem considerados válidos. Assim, constatados efeitos lesivos decorrentes da Instrução Normativa nº 005/2022 - PROGRAD, necessário se faz a suspensão do ato normativo quanto à agravante, o que se busca com o presente recurso;

f) a Instrução Normativa traz que a edição pela Pró-reitoria de Graduação decorreu-se do "Art. 93, incisos I a IX do Regimento Geral da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), tendo em vista o exposto na Resolução CONSEPE/UFERSA Nº 08/2006, de 30 de novembro de 2006, no Plano de Biossegurança da UFERSA, e na Resolução CONSEPE/UFERSA Nº 33, de 6 de julho de 2022", todas normas instituídas com base no poder normativo da Universidade Federal Rural do Semi-árido no âmbito de sua autonomia. O chamado Poder Normativo da Administração, entretanto, restringe-se à edição de normas gerais e abstratas, sem contrariar a lei ou inovar a ordem jurídica, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade (artigos 5º, inciso II, e 37 da Constituição Federal). Todavia, não há lei que restringe o ingresso em órgãos públicos a somente aqueles que comprovarem a vacinação contra o SARS-CoV-2. Portanto, não poderia o CONSEPE, tampouco a PROGRAD assim inovar através de Resolução ou Instrução normativa, respectivamente;

g) a exigência de lei para positivação de uma restrição de tal natureza foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.586/DF e 6.587/DF. Em sua ementa, dispôs expressamente que a vacinação compulsória somente poderia ser implementada por meio de medidas indiretas, "desde que previstas em lei, ou dela decorrentes". Dessarte, em razão do objeto (medida indireta para vacinação compulsória) e da forma exigida (lei), o CONSEPE ou a PROGRAD da UFERSA, não possuem atribuições para serem os agentes responsáveis por regerem as normas ora discutida;

h) analisando todos os elementos do ato da UFERSA (sujeito, forma, objeto, motivo e finalidade), nítido se mostra a invalidade do ato normativo da instituição. A Universidade Federal Rural do Semi-árido não pode se valer da "autonomia universitária" quando esta se apresenta incongruente com os ditames legais e constitucionais. Logo, pertinente se faz o questionamento da validade da Instrução Normativa nº 005/2022 - PROGRAD, que regulamentou a Resolução n º 33, de 6 de julho de 2022, CONSEPE/UFERSA;

i) em âmbito nacional, o Ministério da Saúde, como órgão da União, é a autoridade que poderá adotar a vacinação compulsória. Todavia, até a presente data, inexiste ato/norma do Ministério da Saúde - ou da União - que exija comprovante de vacinação para o ingresso em recintos públicos federais no país, como uma medida indireta para atribuir compulsoriedade à vacinação contra o vírus SARS-CoV-2. Além disso, mesmo que fosse, qualquer sanção em razão do descumprimento precisa, necessariamente, estar prevista em lei. Nesse sentido, um aluno não

vacinado somente poderia ter sua matrícula cancelada ou ser impedido de ingressar no prédio de uma Universidade Pública, a título de sanção, se houvesse lei assim dispondo.

Por fim, diante da probabilidade do direito e do perigo de dano, pugna pela concessão de efeito suspensivo ativo ao presente recurso de agravo de instrumento.

Passo a decidir.

Quanto ao efeito recursal pretendido, deve-se observar o regramento do novo CPC, estando previsto no art. 995, parágrafo único, e art. 1.019, inciso I, que será deferido o efeito suspensivo ao recurso apresentado quando evidenciado o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Na hipótese *sub examine*, em uma análise perfunctória da questão, vislumbro a presença conjunta de tais requisitos.

Consta da decisão agravada:

"Trata-se de Mandado de Segurança Individual impetrado por ANA CLARA ARAÚJO DE SÁ LEITÃO SOARES, contra ato imputado à COORDENADORA DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA, PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD) e REITORA DA UFERSA - CAMPUS ANGICOS, objetivando, liminarmente, o restabelecimento da matrícula da impetrante nas disciplinas que estava cursando no semestre 2022.1, permitido o acesso da autora a todas as dependências da UFERSA, mesmo sem a comprovação do esquema vacinal.

Afirma que é discente do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal Rural do Semiárido - Campus Angicos/RN, todavia, em 17 de agosto de 2022, teve canceladas as suas matrículas em todas as disciplinas que estava cursando regularmente no semestre 2022.1, pois não comprovou o esquema vacinal completo para o COVID-19.

Sustenta que os Reitores de Universidades não são autoridades sanitárias, não podendo editar normas de combate à pandemia e de controle da saúde coletiva, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade.

Defende que no atual grau pandêmico, a imposição de tal sancionamento se afigura desproporcional, já que diversos estudos disponibilizados demonstram que a vacinação contra COVID-19 não impede que indivíduos vacinados transmitam o vírus.

Argumenta que embasada nos seus direitos fundamentais à liberdade, à autodeterminação, à intimidade e à privacidade, a impetrante pode, diante dos riscos de efeitos colaterais das vacinas, decidir se vacinar ou não, cuja escolha não pode ser censurada por qualquer autoridade pública.

É o necessário a relatar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O procedimento do Mandado de segurança encontra-se definido na Lei nº. 12.016/09, que estabelece, em seu art. 1º:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Nos termos do dispositivo legal, que concretiza a garantia constitucional estabelecida no art. 5º, inciso LXIX da Carta Magna, cabe concessão de Mandado de Segurança quando presentes os seguintes requisitos: a) existência de direito líquido e certo (assim entendido aquele cuja prova independe de instrução processual); b) o direito não seja amparado por Habeas Corpus ou Habeas Data; c) prática de ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade pública; d) demonstração de violação ao direito ou justo receio de sofrê-la.

O art. 7º do mesmo diploma legal orienta o juiz acerca de quais medidas deve tomar ao receber o pedido, destacando:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações;

II - que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito;

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Assim, autoriza o dispositivo legal que seja concedida tutela liminar sempre que: a) houver fundamento relevante; b) e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida requerida.

No caso dos autos, entendo que não há elementos suficientes capazes de justificar o deferimento da pretendida medida liminar.

A Lei nº 13.979/2020, editada especificamente parar tratar da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, em seu art. 3º, II, "d", confere às autoridades o poder de adotar, no âmbito de suas competências, determinação de realização compulsória de vacinação:

Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas: (Redação dada pela Lei nº 14.035, de 2020)

III - determinação de realização compulsória de:

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou (Vide ADPF nº 754)

Destaque-se, desde já, que a Suprema Corte, por ocasião do julgamento de Medida Cautelar na ADI nº 6625, deu interpretação conforme ao art. 8º da Lei nº. 13.979/2020, assegurando vigência às medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°-C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas. A ementa do julgado assim delimita a questão:

TUTELA DE URGÊNCIA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCESSÃO MONOCRÁTICA. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO PARA CONFERIR SOBREVIDA A MEDIDAS TERAPÊUTICAS E PROFILÁTICAS EXCEPCIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19. PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NA LEI 13.979/2020 CUJA VIGÊNCIA FINDOU EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020. RECRUDESCIMENTO DA PANDEMIA COM O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS CEPAS VIRAIS. EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA QUE SE MANTÉM INALTERADA. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO. CAUTELAR REFERENDADA PELO PLENÁRIO.

I - A Lei 13.979/2020, com o propósito de enfrentar de maneira racional e tecnicamente adequada o surto pandêmico, permitiu que as autoridades adotassem, no âmbito das respectivas competências, determinadas medidas profiláticas e terapêuticas.

II - Embora a vigência da Lei 13.979/2020, de forma tecnicamente imperfeita, esteja vinculada àquela do Decreto Legislativo 6/2020, que decretou a calamidade pública para fins exclusivamente fiscais, vencendo em 31 de dezembro de 2020, não se pode excluir, neste juízo precário e efêmero, a conjectura segundo a qual a verdadeira intenção dos legisladores tenha sido a de manter as medidas profiláticas e terapêuticas extraordinárias, preconizadas naquele diploma normativo, pelo tempo necessário à superação da fase mais crítica da pandemia, mesmo porque à época de sua edição não lhes era dado antever a surpreendente persistência e letalidade da doença.

III - A prudência - amparada nos princípios da prevenção e da precaução, que devem reger as decisões em matéria de saúde pública - aconselha que as medidas excepcionais abrigadas na Lei 13.979/2020 continuem, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia.

IV - Medida cautelar referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 8° da Lei 13.979/2020, com a redação dada pela Lei 14.035/2020, a fim de excluir de seu âmbito de aplicação as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°-C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas. (ADI 6625 MC-Ref Órgão julgador: Tribunal Pleno Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI Julgamento: 08/03/2021 Publicação: 12/04/2021).

No que toca especificamente às medidas adotadas pelas instituições de ensino superior, a exemplo da exigência de comprovação de vacinação para permitir acesso a suas dependências, o Supremo Tribunal Federal, em sede de

controle concentrado de constitucionalidade, julgou a ADPF nº 756, dando prevalência à autonomia universitária, bem como à tutela do direito coletivo à saúde. Veja-se:

TUTELA DE URGÊNCIA EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONCESSÃO MONOCRÁTICA. SAÚDE. INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. PASSAPORTE SANITÁRIO. DESPACHO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE ACOLHEU O PARECER 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, O QUAL PROIBIU A EXIGÊNCIA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 COMO CONDICIONANTE AO RETORNO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS PRESENCIAIS. EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19. EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E ANÁLISES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE. PRIORIDADE ABSOLUTA AO DIREITO À SAÚDE, À VIDA E À EDUCAÇÃO. ART. 227 DA CF. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA. VIOLAÇÃO À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. ART. 3°, CAPUT, III, D, DA LEI 13.979/2020. PLANEJAMENTO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS. LEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE IMUNIZAÇÃO, COM BASE NO ART. 3º, III, D, DA LEI 13.979/2020. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA PELO PLENÁRIO.

I - Na coordenação do PNI, bem assim, especificamente, no tocante à exigência de comprovante de vacinação contra a Covid-19 em instituições federais de ensino, a União deve levar em consideração, por expresso mandamento legal, as evidências científicas e análises estratégicas em saúde (art. 3°, § 1°, da Lei 13.979/2020).

II - O Parecer 01169/2021CONJUR-MEC/CGU/AGU, publicado em 30/12/2021, além de contrariar as evidências científicas e análises estratégicas em saúde ao desestimular a vacinação, vai de encontro ao art. 3º, III, d, da Lei 13.979/2020.

III - Ao subtrair da autonomia gerencial, administrativa e patrimonial das instituições educacionais a atribuição de exigir o atestado de imunização contra o novo coronavírus, como condição para o retorno às atividades presenciais, o ato impugnado vulnera o disposto nos arts. 6º e 205 a 214, da Constituição Federal, em especial a autonomia universitária e os ideais que regem o ensino em nosso País e em outras nações pautadas pelos cânones da democracia.

IV - O STF tem, ao longo de sua história, agido em favor da plena concretização do direito à saúde, à educação e da autonomia universitária, não se afigurando possível transigir um milímetro sequer no tocante à defesa de tais preceitos fundamentais, sob pena de incorrer-se em inaceitável retrocesso civilizatório.

V - As instituições federais de ensino têm, portanto, autoridade para exercer sua autonomia universitária, podendo, legitimamente, exigir o comprovante de vacinação.

VI - Medida cautelar referendada pelo Plenário do STF para suspender o despacho de 29/12/2021 do Ministério da Educação, que aprovou o Parecer 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, proibindo a exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades acadêmicas presenciais.

(ADPF 756 TPI-décima segunda-Ref - Órgão julgador: Tribunal Pleno - Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI - Julgamento: 21/02/2022 - Publicação: 24/03/2022)"

A Suprema Corte, portanto, apreciando a questão ora delineada pela Impetrante, foi categórica ao assegurar às instituições de ensino superior autonomia gerencial para tratar das diversas questões que afetam diretamente o ambiente universitário, em especial no que diz respeito à exigibilidade de comprovante de vacinação.

Dada a pertinência para o caso em análise, transcrevo abaixo trechos do Voto do Eminente Relator:

"(...) Na coordenação do PNI e ao se posicionar sobre a exigência de comprovante de vacinação em instituições federais de ensino, a União deverá levar em consideração, por expresso mandamento legal, as evidências científicas e análises estratégicas em saúde, nos termos do art. 3°, § 1°, da Lei 13.979/2020. A vigência do citado dispositivo se mantém na medida em que, na Sessão Virtual de 26/2 a 5/3/2021, o Plenário do STF referendou a cautelar por mim deferida nos autos da ADI 6.625-MC- Ref/DF, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 8° da Lei 13.979/2020, com a redação dada pela Lei 14.035/2020, a fim de manter em vigor as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°- C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas. (...)

Não é o que se verifica no ato impugnado, o qual, além de contrariar as evidências científicas e análises estratégicas em saúde ao desestimular a vacinação, ainda sustenta a exigência de lei federal em sentido estrito para que as instituições pudessem estabelecer tal restrição, quando já existe a Lei 13.979/2020, cujo art. 3º, caput, III, d (...)

Evidente, pois, que ao subtrair da autonomia gerencial, administrativa e patrimonial das instituições de ensino a atribuição de exigir comprovação de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades

educacionais presenciais, o ato impugnado contraria o disposto nos arts. 6º e 205 a 214 da Constituição Federal, como também cerceia a autonomia universitária, colocando em risco os ideais que regem o ensino em nosso País e em outras nações pautadas pelos cânones da democracia".

Necessário destacar, ainda, o exame realizado pelo Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade da vacinação compulsória prevista na Lei nº. 13.979/2020. No julgamento das ADIs 6.586 e 6.587, assim decidiu o STF:

AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. VACINAÇÃO COMPULSÓRIA CONTRA A COVID-19 PREVISTA NA LEI 13.979/2020. PRETENSÃO DE ALCANÇAR A IMUNIDADE DE REBANHO. PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE, EM ESPECIAL DOS MAIS VULNERÁVEIS. DIREITO SOCIAL À SAÚDE. PROIBIÇÃO DE VACINAÇÃO FORÇADA. EXIGÊNCIA DE PRÉVIO CONSENTIMENTO INFORMADO DO USUÁRIO. INTANGIBILIDADE DO CORPO HUMANO. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. INVIOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA, LIBERDADE, SEGURANÇA, PROPRIEDADE, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA. VEDAÇÃO DA TORTURA E DO TRATAMENTO DESUMANO OU DEGRADANTE. COMPULSORIEDADE DA IMUNIZAÇÃO A SER ALÇANÇADA MEDIANTE RESTRIÇÕES INDIRETAS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E ANÁLISES DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SEGURANÇA E EFICÁCIA DAS VACINAS. LIMITES À OBRIGATORIEDADE DA IMUNIZAÇÃO CONSISTENTES NA ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA CUIDAR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA. ADIS CONHECIDAS E JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

I - A vacinação em massa da população constitui medida adotada pelas autoridades de saúde pública, com caráter preventivo, apta a reduzir a morbimortalidade de doenças infeciosas transmissíveis e a provocar imunidade de rebanho, com vistas a proteger toda a coletividade, em especial os mais vulneráveis

II - A obrigatoriedade da vacinação a que se refere a legislação sanitária brasileira não pode contemplar quaisquer medidas invasivas, aflitivas ou coativas, em decorrência direta do direito à intangibilidade, inviolabilidade e integridade do corpo humano, afigurando-se flagrantemente inconstitucional toda determinação legal, regulamentar ou administrativa no sentido de implementar a vacinação sem o expresso consentimento informado das pessoas.

III - A previsão de vacinação obrigatória, excluída a imposição de vacinação forçada, afigura-se legítima, desde que as medidas às quais se sujeitam os refratários observem os critérios constantes da própria Lei 13.979/2020, especificamente nos incisos I, II, e III do § 2º do art. 3º, a saber, o direito à informação, à assistência familiar, ao tratamento gratuito e, ainda, ao pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma a não ameaçar a integridade física e moral dos recalcitrantes.

IV - A competência do Ministério da Saúde para coordenar o Programa Nacional de Imunizações e definir as vacinas integrantes do calendário nacional de imunização não exclui a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para estabelecer medidas profiláticas e terapêuticas destinadas a enfrentar a pandemia decorrente do novo coronavírus, em âmbito regional ou local, no exercício do poder-dever de cuidar da saúde e assistência pública que lhes é cometido pelo art. 23, II, da Constituição Federal.

V - ADIs conhecidas e julgadas parcialmente procedentes para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, d , da Lei 13.979/2020, de maneira a estabelecer que: (A) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (B) tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência."

A decisão em destaque deixa claro que a "vacinação compulsória", que não se confunde com "vacinação forçada", possui fundamento constitucional, sendo sempre imprescindível prévio consentimento do usuário, admitida, todavia, a adoção de medidas indiretas de persuasão, desde que estas: a) sejam baseadas em evidência científica; b) acompanhadas de ampla informação; c) respeitem os direitos fundamentais; d) atendam critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

É dizer, ninguém pode ser coagido fisicamente a submeter-se à vacinação, nada impedindo, contudo, que o Poder Público, em nome da tutela do direito coletivo à saúde, implemente medidas indiretas que estimulem a maior quantidade possível de pessoas a aderirem ao esquema vacinal aprovado pelos órgãos públicos competentes.

Em resumo, nos julgados acima transcritos, o STF concluiu: a) que a vacinação "compulsória", prevista na Lei nº. 13.979/2020, com as ressalvas delimitadas acima, possui fundamento constitucional (ADIs 6.586 e 6.587); b) que as instituições de ensino superior possuem autonomia administrativa para exigir comprovante de vacinação àqueles que frequentem o ambiente universitário (ADPF 756).

Válido lembrar que as decisões proferidas pelo STF em sede de controle concentrado possuem efeito vinculante, sendo necessária a sua observância pelos juízos de instâncias inferiores.

Neste sentido, ainda, o art. 927, inciso I do CPC, segundo o qual:

"Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;"

Feitas estas considerações, constata-se que o pedido liminar ora apresentado colide com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, nada existindo nos autos a evidenciar ilegalidade manifesta na Instrução Normativa nº. 05, de 22 de julho de 2022, da Pró-Reitoria de Graduação da UFERSA (ID 11805711), que passou a exigir, como condição para acesso a suas dependências, comprovante de esquema vacinal.

Em sede de cognição sumária, o que se percebe é que o ato administrativo impugnado foi regularmente editado, dentro das atribuições legais da instituição, respeitada a Lei nº. 13.979/2020 e o entendimento consolidado do STF, pelo que sua invalidação implicaria em inevitável violação à autonomia universitária.

Importante reiterar, por fim, que não se está a desconsiderar o legítimo direito individual de se opor à vacinação, seja por fundamento filosófico ou de mera consciência; todavia, o exercício deste direito individual não pode se sobrepor ao direito da coletividade, que, através de seus representantes legais (seja na esfera legislativa, seja no ambiente universitário), decidiu pela conveniência da exigibilidade da vacinação.

A escolha individual deve necessariamente ser respeitada, assim como as consequências prévia e validamente estipuladas pelas instituições coletivas competentes.

O caso, portanto, é de indeferimento do pedido liminar.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, INDEFIRO A LIMINAR pleiteada.

Considerando que o pedido se fundamenta nas exigências estipuladas na Instrução Normativa nº. 05, de 22 de julho de 2022, da Pró-Reitoria de Graduação da UFERSA, deve ser tida como autoridade coatora apenas a Sra. KÁTIA CILENE DA SILVA MOURA, Pró-Reitora de Graduação, pelo que excluo do feito as demais autoridades indicadas, sob pena de indevido tumulto processual.

Notifique-se a autoridade coatora (KÁTIA CILENE DA SILVA MOURA) e dê-se ciência à pessoa jurídica interessada, a teor do art. 7º, incisos I e II, da Lei nº 12.016/09.

Em seguida, intime-se o MPF para manifestação no prazo de 10 (dez) dias."

Com relação à matéria tratada na ação originária, essa já foi resolvida em sede de Suprema Corte, que deixou assentado somente ser possível a exigência de passaporte sanitário por meio de lei formal que, no caso, inexiste.

Desta forma, a Segunda Turma desta Corte Regional entende que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, daí que a exigência combatida é de ilegalidade manifesta, não sendo o caso, porém, de revogação do ato administrativo em foco, eis que para assegurar o direito subjetivo da agravante de apenas se submeter a vacina na medida em que nela acredite e deseje, sem a exibição do anunciado passaporte ou outra prova de se haver vacinado.

Neste sentido, é o seguinte precedente: TRF5, 2ª T., PJE 0803903-62.2022.4.05.0000, rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, assinado em 23/07/2022.

Com essas considerações, DEFIRO o pedido de liminar, para suspender a decisão agravada, determinando à UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA o restabelecimento da matrícula da agravante, em todos os componentes que estava matriculada no semestre letivo 2022.1, abstendo-se de impedir o seu acesso às dependências da Universidade, mesmo sem comprovação do esquema vacinal, até o julgamento definitivo do mandado de segurança originário.

Oficie-se ao Juízo *a quo* acerca do conteúdo da presente decisão, a quem caberá adotar as providências para o seu cumprimento.

Intime-se a(s) parte(s) agravada(s) para que responda(m) ao recurso no prazo legal (art. 1019, inciso II, CPC/2015).

PAULO CORDEIRO

Des. Federal Relator

sam

Processo: **0810662-42.2022.4.05.0000**
Assinado eletronicamente por:
IVONE MONTEIRO DE ALBUQUERQUE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 19/09/2022 19:03:46
Identificador: 4050000.33807356

22091919024925700000033783208

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE REGIONAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA DA 5ª REGIÃO
GERENCIAMENTO DA JUSTIÇA COMUM (1º GRAU)

PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 01150/2022/GEAC/JC 1G/ER-ADM-PRF5/PGF/AGU

PROCESSO JUDICIAL: 0800252-33.2022.4.05.8403

NUP: 00656.000757/2022-11 (REF. 0800252-33.2022.4.05.8403)
INTERESSADOS: ANA CLARA ARAUJO DE SA LEITAO SOARES E OUTROS
ASSUNTOS: COVID-19

DADOS BÁSICOS	
Numero do Processo Judicial	0800252-33.2022.4.05.8403
Tipo de ação	MANDADO DE SEGURANÇA
Vara/Turma e Juízo	11ª VARA FEDERAL - SECRETARIA JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Objeto da ação	COVID-19
Autor	ANA CLARA ARAUJO DE SA LEITAO SOARES ([redacted]), LUCIANA TORRES C. DE MELO, KÁTIA CILENE DA SILVA MOURA, LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Réu	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA/RN
Data do ajuizamento	25-08-2022 07:09:37
Data da citação	05-09-2022
Data da decisão	19-09-2022
Data da intimação	21-09-2022
Data do eventual trânsito em julgado	Não se Aplica
Tipo de decisão	Liminar em sede de Agravo de Instrumento
Data do início do cumprimento	21 de setembro de 2022
Data do termo final do cumprimento	ATÉ DECISÃO POSTERIOR

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **ANA CLARA ARAUJO DE SA LEITAO SOARES ([redacted])**, por meio do qual busca a concessão de ordem que determine o restabelecimento de sua matrícula no curso de Engenharia de Produção da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA/RN**, permitindo o seu acesso às dependências desta IFES, independentemente da comprovação de que seguiu os protocolos do esquema de vacinação contra COVID-19, exigência esta, que reputa ilegal e abusiva.

O MM. Juiz de piso negou a liminar pleiteada. Desafiada tal decisão pela impetrante por meio do Agravo de Instrumento n.º 0810662-42.2022.4.05.0000 interposto junto ao TRF-5ª Região, o relator do referido recurso assim decidiu:

> Com essas considerações, DEFIRO o pedido de liminar, para suspender a decisão agravada, determinando à UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA o restabelecimento da matrícula da agravante, em todos os componentes que estava matriculada no semestre letivo 2022.1, abstendo-se de impedir

o seu acesso às dependências da Universidade, mesmo sem comprovação do esquema vacinal, até o julgamento definitivo do mandado de segurança originário.

A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA/RN foi intimada para cumprir a decisão.

2. LIMITES DA DECISÃO

Trata-se de decisão exequível e prolatada por juízo competente.

Nesse contexto, imprescindível o adimplemento da decisão, devendo a entidade ré adotar, imediatamente, todas as providências necessária a restabelecer a matrícula da impetrante referente ao semestre letivo 2022.1, não podendo dela ser exigida nenhuma comprovação de que se submeteu ao esquema de vacinação da COVID-19, estando garantida pela ordem judicial o seu livre acesso às dependências da UFERSA.

3. PRAZO PARA CUMPRIMENTO

A decisão deverá ser cumprida imediatamente.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, requeiro o cumprimento da decisão judicial nos termos supramencionados e o **encaminhamento dos comprovantes pertinentes,** sob pena de apuração de responsabilidade daquele que der causa ao atraso e/ou prejuízo ao erário, nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei 9.028/95 c/c art. 37, §3º da Medida Provisória nº 2.229-43/01.

Recife, 21 de setembro de 2022.

DERALDO MARINHO CEDRIM JÚNIOR
PROCURADOR FEDERAL

Documento assinado eletronicamente por DERALDO MARINHO CEDRIM JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 993503249 e chave de acesso 32b5aa9c no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): DERALDO MARINHO CEDRIM JUNIOR. Data e Hora: 21-09-2022 20:12. Número de Série: 17499083. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

MANDADO DE SEGURANÇA 08002523320224058403/RN
IMPETRANTE: ANA CLARA ARAUJO DE SA LEITAO SOARES
IMPETRADO: LUCIANA TORRES C. DE MELO E OUTROS.

O Ministério Público Federal manifesta-se ciente da recente Decisão ID 4058403.11817514 e vem apresentar Parecer.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por ANA CLARA ARAÚJO DE SÁ LEITÃO SOARES, em face de ato imputado à COORDENADORA DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA, PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD) e REITORA DA UFERSA - CAMPUS ANGICOS que prevê a exigência de comprovante vacinal, objetivando, liminarmente, o restabelecimento da matrícula da impetrante nas disciplinas que estava cursando no semestre 2022.1, permitido o acesso da autora a todas as dependências da UFERSA.

Instruído os autos com a petição e documentos.

Não concedida a liminar.

É o relatório do necessário. Passa o MPF a se manifestar.

Sobre o caso em tela, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região já analisou situação análoga (processo nº 1005038- 39.2022.4.01.0000) e decidiu contra a exigência do comprovante de vacinação na Universidade Federal de Jataí (UFJ) em Goías Observa-se:

> "Com efeito, o art. 5º, II, da Constituição Federal, determina que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Nesse sentido, não cabe a Resolução – ou outros atos normativos secundários e de caráter infralegal, como Portarias, Instruções Normativas etc – inovar no ordenamento jurídico, seja criando, restringindo, modificando ou extinguindo direitos e/ou obrigações previstas em lei.
>
> Portanto, a Resolução em referência, ao tornar obrigatória a apresentação de comprovante de vacinação para Covid-19, para o desenvolvimento das

Documento assinado via Token digitalmente por CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS, em 13/09/2022 17:32. Para verificar a assinatura acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave cdbf56b9.aceea9c7.add8459a.84d498e4

> atividades presenciais a serem realizadas nas dependências da UFJ, fere o princípio da hierarquia das normas, bem como ofende o direito constitucional à liberdade de locomoção, o que torna ilegal o ato praticado.
>
> Ademais, a leitura e interpretação da Constituição Federal não podem ser feita de maneira isolada, mas sim sopesando-se os direitos e princípios nela previstos. Nesse sentido, não me olvido que o direito à saúde foi previsto como direito social de todos os cidadãos no art. 6º da Constituição Federal, no entanto, a inviolabilidade do direito de liberdade também foi protegida pela Magna Carta.
>
> A propósito, a proteção ao direito de ir, vir e permanecer possui destaque tão notório na Constituição que a ela foi previsto o remédio constitucional do habeas corpus sempre que alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, LXVIII), sendo livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens (art. 5º, XV).
>
> Diante desse quadro, vislumbro a existência de ilegalidade na Resolução impugnada que enseja a concessão das medidas postuladas."

É o importante ressaltar, outrossim, que se trata de distinguishing em relação a situações anteriores, uma vez que há alterações nas circunstâncias fáticas, indicando queda acentuada do contágio e morte por Covid-19.

Dessa forma, em que pese entendimentos anteriores, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, a respeito da vacinação compulsória e possibilidade de atividades letivas de forma remota, o município de Angicos segue em risco muito baixo de contágio da doença.

Outrossim, a Portaria nº GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, do Ministério da Saúde, decretou o encerramento da ESPIN – Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revogou a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, com vigência trinta dias após a sua publicação, de modo que carece de legitimidade a exigência de comprovação de vacinação após 22 de maio de 2022.

Tal circunstância foi reconhecida pela Procuradoria Geral da República, com a publicação da Portaria PGR/MPU nº 80, de 18 de maio de 2022, que revogou a Portaria PGR/MPU nº 110, de 28 de outubro de 2021 – a qual exigia a comprovação de vacinação para acesso às suas dependências –, com efeitos a partir de 22 de maio de 2022.

Acresça-se que a Excelsa Corte, em decisão unânime do seu Plenário, julgou prejudicada a ADI nº 7134, que questionava a constitucionalidade dos arts. 1º, caput; §§ 1º; 2º; 3º, incisos II e III; 6º e 7º, da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pela Lei nº 14.311, de 9 de março de 2022, em razão do encerramento da ESPIN.

Logo, d.m.v., a exigência de comprovação do estado de vacinação para que a

Documento assinado via Token digitalmente por CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS, em 13/09/2022 17:32. Para verificar a assinatura acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave cdbf56b9.aceea9c7.add8459a.84d498e4

impetrante adentre nas dependências de estabelecimento público de ensino demonstra ser medida desarrazoada e em desacordo com o recente entendimento da Suprema Corte sobre a legalidade de medidas após o fim da ESPIN.

Dessa maneira, tendo em vista os baixos índices de contágio de Covid-19 na cidade de Angicos, opina o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pela concessão da ordem, para que a Universidade suspenda a exigência da comprovação de vacinação da impetrante.

Natal, RN, 13 de setembro de 2022.

CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS
PROCURADORA DA REPÚBLICA

Documento assinado via Token digitalmente por CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS, em 13/09/2022 17:32. Para verificar a assinatura acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave cdbf56b9.aceea9c7.add8459a.84d498e4

PARECER nº 00348/2022/GAB/PFUFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.001408/2022-46
INTERESSADOS: GABINETE DA REITORIA - UFERSA
ASSUNTOS: OUTROS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PARECER. CONSULTA. GABINETE DA REITORIA. DECISÃO JUDICIAL. EFEITOS. PASSAPORTE VACINAL. EXIGÊNCIA. MATRÍCULA. DISPOSIÇÕES. RESOLUÇÃO Nº 33, DE 6 DE JULHO DE 2022 [CONSEPE]. INEXISTÊNCIA. OBSERVÂNCIA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de processo administrativo relativo à consulta promovida pelo Gabinete da Reitoria acerca da possibilidade de extensão dos efeitos de decisão judicial a casos análogos na UFERSA. Destarte, para fins de esclarecimento, os autos foram devidamente encaminhados para apreciação desta **Procuradoria Federal junto à UFERSA**, em obediência ao disposto no artigo 10, caput, da Lei nº 10.480/2002 [1], c/c artigo 5º do Decreto nº 11.123/2022.

2. Os autos, encaminhados a esta Procuradoria Federal em **27.09.2022**[2], estão instruídos com os seguintes elementos:

Sequência 5
(a) consta a consulta com a dúvida jurídica a ser dirimida;

Sequência 6
(b) consta a decisão judicial referente ao Processo nº 0810662-42.2022.4.05.0000;

Sequência 7
(d) consta o Parecer de Força Executória nº 01150/2022/GEAC/JC 1G/ER-ADM-PRF5/PGF/AGU; e

Sequência 8
(e) constam cópias de peças do Mandado de Segurança nº 0800252-33.2022.4.05.8403/RN.

3. Assim, o processo foi enviado a esta Procuradoria Federal para fim de emissão de parecer. É o que merece relato. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3][4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento com vista ao atendimento dos fins esperados pela ordem jurídica; em termos mais claros, abstraindo-se do mérito administrativo, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos ao evento apresentado. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. A consulta levantada apenas objetiva extirpar dúvida fundada **acerca da exigência de passaporte de vacinação para o corpo discente, notadamente diante de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal a 5ª Região**; portanto, há apenas a pretensão de aferir a expedição de atos administrativos consentâneos com as normas legais cogentes e toda a principiologia reinante no nosso ordenamento, tudo bem concertado, como quer a harmonia dos sistemas jurídicos coerentes e razoáveis.

6. Antes de adentrar na resposta à consulta, cumpre destacar o seu conteúdo, que se encontra vazado nestes termos:

> O Gabinete da Reitoria formula a presente consulta à Procuradoria Federal junto à UFERSA realizada nos termos do Art. 3°, inc. I e Art. 5° da Ordem de Serviço Conjunta n° 01/GR/PF-UFERSA, de 19 de dezembro de 2013, a fim de dirimir dúvida jurídica acerca da possibilidade de extensão dos efeitos da decisão judicial prolatada em sede de agravo de instrumento pela Segunda Turma do TRF-5 a todos os discentes em situação análoga aos fatos trazidos no *writ*, ou seja:
>
> 1.É possível determinar o restabelecimento IMEDIATO das matrículas de todos os discentes que não o realizaram matrícula no segundo semestre letivo 2022.1 por não terem apresentado passaporte vacinal?

> 2.A Prograd pode se eximir de dar cumprimento às disposições da Resolução nº 33, de 6 de julho de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, diante de possível perda de validade normativa, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)?

7. Primeiramente, registrar-se que esta Procuradoria Federal já se pronunciou pela inexistência de "validade" normativa de qualquer resolução que verse sobre a obrigatoriedade de apresentação da comprovação do esquema vacinal contra a COVID-19 para acesso as dependências físicas da UFERSA, dado que os efeitos da Lei nº 13.979/2020 já se encontram devidamente cessados, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

8. Cumpre aqui, todavia, fazer uma breve digressão sobre essa temática. No final do ano passado, foi editado o Parecer n° 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, que considerou *não ser exigível* comprovante de vacinação contra a COVID-19 como condicionante ao retorno das atividades presenciais no âmbito das Instituições Federais de Ensino. O referido parecer foi aprovado pelo Ministro de Estado da Educação, com efeito, em 29 de dezembro de 2021.

9. Este, em síntese, o seu teor:

> (I) Não é possível às Instituições Federais de Ensino o estabelecimento de exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades educacionais presenciais, competindo-lhes a implementação dos protocolos sanitários e a observância das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 5 de agosto de 2021;
>
> (II) A exigência de comprovação de vacinação como meio indireto à indução da vacinação compulsória só pode ser estabelecida por meio de lei, consoante o entendimento firmado pelo STF nas ADIs no 6.586 e 6.587; e
>
> (III) No caso das Universidades e dos Institutos Federais, por se tratar de entidades integrantes da Administração Pública Federal, a exigência somente pode ser estabelecida mediante lei federal, tendo em vista tratar- se de questão atinente ao funcionamento e à organização administrativa de tais instituições, de competência legislativa da União.

10. Paralelamente a esse pronunciamento, tramitava no âmbito do DEPCONSU/PGF a análise do tema para fim de uniformização do entendimento entre os órgãos de execução da PGF. Neste contexto, também em 29/12/2021, foi publicado o PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU (NUP: 23081.064803/2021-78), concluindo que **"as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, assim como as demais autarquias e fundações públicas federais, não possuem competência para, exclusivamente mediante ato administrativo, promover a exigência de vacinação contra o SARSCOV-2 como requisito para o acesso às suas dependências."**

11. O referido Parecer n° 00025/2021 foi aprovado pelo Procurador Geral Federal, oportunidade em que se tornou vinculante para todos os órgãos de execução da PGF, nos termos do artigo 3° da Portaria PGF nº 424/2013.

12. No referido parecer há importante passagem, que merece transcrição:

> Em acréscimo, cabe pontuar três considerações relevantes relacionadas ao tema.
>
> **A primeira consiste na necessidade de lei formal, em sentido estrito, para imposição de restrições ao exercício de direitos**. O princípio da reserva legal, consagrado constitucionalmente (artigo 5º, inciso II, da CF/1988), deriva da consagração da República Federativa do Brasil como Estado de Direito, de modo que eventuais restrições ao exercício do direito à locomoção, ao exercício de atividades e ao acesso a determinados locais deve ser precedido da previsão legal da restrição fixada e da compatibilidade dessas restrições ao princípio da proporcionalidade. Tanto é assim que, na linha do que restou decidido pelo Egrégio STF na ADIn nº 6586, **não é possível a imposição da obrigatoriedade de vacinação sem que tais medidas estejam previstas em lei ou sejam dela decorrentes.**
>
> Nesse sentido, afigura-se acertada e consentânea com o ordenamento constitucional vigente a conclusão da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Minas Gerais, levada a efeito por meio do Parecer nº 00487/2021/JUR/PFUFMG/PGF/AGU (Seq. 14), no sentido de que "as medidas indiretas de limitação a liberdades individuais (...) devem estar detalhadas/previstas em lei, ainda que sobrevenham atos administrativos decorrentes das referidas leis (princípio da reserva legal)".
>
> De igual modo, a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Maria, por meio da NOTA n. 00272/2021/PROJUR/PFUFSM/PGF/AGU (Seq. 2), concluiu que "não estando a comprovação de vacinação prevista em lei dos entes federativos nem dentre os protocolos sanitários exigidos pelas autoridades competentes para o exercício das atividades laborais na área educacional de forma presencial, ainda que ocorra eventual situação de desconforto ou incerteza entre colegas em relação a não-vacinados, tal fato não é motivo suficiente para caracterizar objeção legal para a presença ao local de trabalho pelos funcionários públicos (servidores e empregados públicos). Os demais protocolos sanitários, por certo, deverão ser exigidos".
>
> Por fim, registre-se que esse também foi o posicionamento da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, quando afirmou, na NOTA n. 01680/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU (Seq. 19), que "não é possível a imposição da obrigatoriedade da vacinação da comunidade acadêmica como requisito para o retorno às atividades presenciais. Todavia, é possível, desde que haja previsão na lei ou desta decorra, a imposição de medidas indiretas que visem à sua implementação, como a restrição ao exercício de atividades ou à frequência de determinados lugares àqueles que não estejam vacinados".
>
> **A segunda consideração deriva da primeira** e diz respeito ao posicionamento que se extrai dos julgados do STF acima relatados no sentido de que **eventuais restrições ao exercício de direitos individuais decorrentes da ausência de vacinação devem ser fixadas por leis em sentido estrito emanadas dos Poderes Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

> Com efeito, no âmbito administrativo, o Supremo Tribunal Federal assentou a competência material comum dos entes federativos para estabelecer as ações na área da saúde. Nesse ponto, o Ministério da Saúde relata que, em cumprimento à decisão da Corte Suprema, foram adotadas as seguintes medidas (doc SEI 0023758868, link evento 11 do presente NUP):
>
> 5. Nesse mesmo diapasão, vale ainda destacar que em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 672 (ADPF 672), reconheceu e "assegurou aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios liberdade para adotar medidas de combate à pandemia da Covid-19, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios".
>
> 6. Posteriormente à decisão do STF, o Ministério da Saúde, publicou a Portaria GM/MS 1.565/2020, estabelecendo orientações gerais para prevenção, controle e mitigação da transmissão da Covid-19. O parágrafo único desse normativo prevê, em consonância com o conteúdo da ADPF 672, que "cabe às autoridades locais e aos órgãos de saúde locais decidir, após avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, quanto à retomada das atividades". Nesse dispositivo da Portaria em tela, o Ministério estabeleceu dois critérios básicos para a retomada das atividades: avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde.
>
> 7. De acordo com a decisão, independentemente de o trabalhador seja servidor público estadual, municipal ou federal, compete ao ente federal, onde seja exercido a atividade, adotar medidas de combate à pandemia da Covid-19, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios.
>
> 8. Assim, o Ministério da Saúde entende que as medidas adotadas tanto na publicação da portaria nº 1.565/2020 e em especial a de nº 356/2020, como no seu detalhamento de execução por meio do Guia de Vigilância Epidemiológica da Covid-19, foram importantes e suficientes para a orientação aos gestores do SUS e que essas políticas públicas aliadas a autonomia dos Estados e Municípios de organização e reorganização de suas práticas e processos de trabalho em cada território permitiu a adoção das medidas de quarentena e isolamento de forma proporcional ao cenário epidemiológico de cada localidade, conforme determina o Regulamento Sanitário Internacional.
>
> De forma semelhante, não se pode perder de vista que, na esfera legislativa, e em sentido geral, a defesa da saúde constitui matéria que se insere na competência legislativa concorrente dos entes federativos (artigo 24, inciso XII, da CF/1988), cabendo à União estabelecer normas gerais sobre a matéria, conforme dispõe o §1º do aludido dispositivo.
>
> Por fim, **a terceira consideração tem natureza específica.** Embora as entidades federais não estejam imunes à observância das legislações gerais de caráter estadual e municipal em vigor nas localidades em que estão situadas, há uma particularidade a ser ressaltada e diz respeito **à regulamentação, por lei federal, da relação jurídica estabelecida entre a Administração Pública e os servidores públicos federais, bem como com as demais pessoas submetidas a relações especiais de sujeição administrativa, tal como é o caso dos alunos das referidas instituições. Em se tratando da definição de exigências relacionadas aos contornos que envolvam a forma de trabalho a ser desempenhada perante as entidades públicas federais, não há dúvidas de que a natureza específica da relação jurídica em apreço acaba por atrair a regulamentação da questão por lei federal.**

13. Certo é que, em fevereiro de 2022, em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 756), foi requerida tutela de urgência incidental contra a medida adotada pelo Ministério da Educação. A medida liminar foi deferida, no seguinte sentido:

> Não é o que se verifica no ato impugnado, o qual, além de contrariar as evidências científicas e análises estratégicas em saúde ao desestimular a vacinação, ainda sustenta a exigência de lei federal em sentido estrito para que as instituições pudessem estabelecer tal restrição, **quando já existe a Lei 13.979/2020, cujo art. 3º, caput, III, d** prevê que
>
> "[...] as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas:
>
> […] III – determinação de realização compulsória de:
>
> [...] d) vacinação e outras medidas profiláticas"
>
> (...)
>
> Este Supremo Tribunal Federal, em acórdão de relatoria do Ministro Dias Toffoli (ADI 3792/DF), bem resumiu o alcance da autonomia universitária, assentando o seguinte:
>
> **"A previsão da autonomia universitária vem consagrada no art. 207 da Carta Política. Embora não se revista de caráter de independência (RMS nº 22.047/DF-AgR, ADI nº 1.599/UFMC), atributo dos Poderes da República, revela a impossibilidade de exercício de tutela ou indevida ingerência no âmago próprio das suas funções, assegurando à universidade a discricionariedade de dispor ou propor (legislativamente) sobre sua estrutura e funcionamento administrativo,** bem como sobre suas atividades pedagógicas"**(grifei)**
>
> As instituições de ensino têm, portanto, autoridade para exercer sua autonomia universitária e**podem legitimamente exigir a comprovação de vacinação**, com fulcro no art. 3º, III, d, da Lei 13.979/2020.

14. Como se vê, a decisão monocrática baseou-se na existência da Lei n° 13.979/2020, artigo 3º, *caput*, inciso III, alínea "d", e no princípio da autonomia universitária, consagrada pela Constituição de 1988, na forma do seu artigo 207, reforçando a autonomia gerencial, administrativa e patrimonial das instituições federais de ensino.

15. Dado o cenário de insegurança suscitado pelo tema, a PGF/AGU proferiu o Despacho n° 22/2022/GAB/DEPCONSU/PGF/AGU:

> 2. Por meio do PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU reputou-se que "as autarquias e fundações públicas federais não possuem competência para promover, exclusivamente por ato administrativo interno, a exigência de apresentação de comprovante de vacinação contra o SARSCOV-2 como requisito para acesso às suas dependências, ante a necessidade de lei formal, em sentido estrito, para imposição de restrições ao exercício de direitos".
>
> 3. Paralelamente, a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação emitiu o PARECER n. 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, considerando que "no caso das Universidades e dos Institutos Federais, por se tratar de

> entidades integrantes da Administração Pública Federal, a exigência somente pode ser estabelecida mediante lei federal, tendo em vista tratar-se de questão atinente ao funcionamento e à organização administrativa de tais instituições, de competência legislativa da União". O parecer foi aprovado pelo Ministro de Estado da Educação mediante o Despacho Nº 1673/2021/ASTEC/GM/GM-MEC, publicado no Diário Oficial da União de 29/12/2021.
>
> 4. Nada obstante, no âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF nº 756, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF Ricardo Lewandowski determinou, a título de tutela de urgência, "a imediata suspensão do despacho de 29 de dezembro de 2021 do Ministério da Educação, que aprovou o Parecer 01169/2021/CONJURMEC/CGU/AGU, proibindo a exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades acadêmicas presenciais", baseando-se para isso na autonomia universitária versada no artigo 207 da Constituição e no acórdão proferido nas ações diretas de inconstitucionalidade – ADIs de nº 6586 e 6587.
>
> 5. Muito embora tenha sido determinada a suspensão imediata de um ato administrativo específico, a ratio decidendi guarda certa correlação com os fundamentos e as conclusões do PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU, cabendo avaliar a repercussão sobre seus efeitos.
>
> 6. **Considerando que o parecer foi emitido a partir de consultas apresentadas por IFES** nos termos do artigo 8º da Portaria nº 526/PGF/AGU, de 26 de agosto de 2013, estabelecendo uma orientação jurídica uniforme às respectivas procuradorias federais, sem consubstanciar qualquer ato administrativo decisório, **reputo que deva ser integralmente mantido enquanto instrumento de uniformização jurídica no âmbito dos órgãos de execução da PGF**, na forma do artigo 40 da Portaria nº 338/PGF/AGU, de 12 de maio de 2016.
>
> 7. Por outro lado, embora a decisão tenha sido proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade, que suscita efeitos erga omnes, tem natureza provisória, carecendo ainda de confirmação pelo Tribunal Pleno do STF, conforme o disposto no artigo 5º e § 1º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e foi dirigida a um ato do Ministro de Estado da Educação, sem afetar a existência ou validade do parecer que lhe subsidiou, vale registrar.
>
> 8. Noutro ver, pondero que não haveria sentido em suspender os efeitos do parecer na medida em que consiste na base para a defesa da União na ADPF. Reputo, pois, que a PGF deva confirmar seu entendimento, sustentando-o em juízo e fora dele, eis que igualmente **amparado nas decisões definitivas do STF nas ADIs de nº 6586 e 6587 e na ADPF nº 672**.
>
> 9. Contudo, caso as IFES venham a ser demandadas judicial ou extrajudicialmente em face das decisões que adotarem com base na **fundamentação da decisão provisória proferida na ADPF nº 756, observados os termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e do julgamento das ADIs acima referidas**, haverão de ser representadas pela PGF por força do disposto no artigo 10 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, sendo cabível, **conforme o caso**, a designação de procuradores federais *ad hoc* de modo análogo ao previsto na Portaria nº 254/AGU, de 17 de agosto de 2018.
>
> 10. Apesar da natureza administrativa da questão controversa, ela afeta especificamente as IFES e especialmente o direito à educação, razão pela proponho que a representação em apreço seja coordenada pela Equipe Nacional Especializada em Matéria de Educação, cabendo-lhe indicar ao Procurador-Geral Federal os procuradores federais a serem por ele designados para a representação extraordinária sob comento (*ad hoc*), conforme a necessidade.
>
> 11.Diante do exposto, proponho a manutenção dos efeitos do PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU, com a ressalva no sentido de que as IFES sejam representadas pela PGF, em decorrência de sua **competência legal**, quando necessário e nos termos sugeridos desse despacho, em face do atos que praticarem com base nos fundamentos da decisão provisória proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski na ADPF nº 756.

16. Em outras palavras, a recomendação da PGF, *da qual esta Procuradoria não pode se afastar*, é de que seja cumprida a orientação geral do Parecer n° 0025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU, até que o Pleno do STF decida em definitivo sobre a questão. A orientação do parecer, como se viu, é de que eventuais restrições ao exercício de direitos individuais decorrentes da ausência de vacinação devem ser fixadas por leis em sentido estrito, ou, dito de outro modo, **não é possível a imposição da obrigatoriedade de vacinação sem que tais medidas estejam previstas em lei formal ou sejam dela decorrentes**.

17. Certo é que no final de fevereiro de 2022, o "Tribunal, por maioria, referendou a medida cautelar para determinar a imediata suspensão do Despacho de 29 de dezembro de 2021 do Ministério da Educação, que aprovou o Parecer 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, proibindo a exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades acadêmicas presenciais". Não obstante isso, consultando o NUP 23081.064803/2021-78, não se encontra nova manifestação da PGF sobre o assunto, o que faz presumir que a orientação presente no Despacho n° 22/2022/GAB/DEPCONSU/PGF/AGU ainda vigora.

18. O fundamento para a manutenção do entendimento, como também se viu, é o de que a decisão emanada do STF foi dirigida a um ato específico do Ministro de Estado da Educação (seu despacho de aprovação), **sem afetar, contudo, a existência ou validade do parecer que o subsidiou**.

19. Pois bem, por ter sido uma das causas da presente consulta, deve-se destacar o conteúdo da decisão que deferiu o pedido de liminar da aluna ANA CLARA ARAÚJO DE SÁ LEITÃO SOARES , nos autos do Agravo de Instrumento nº 0810662-42.2022.4.05.0000 (TRF5 - processo de origem nº 0800252-33.2022.4.05.8403):

> [...] a Segunda Turma desta Corte Regional entende que ninguém é obrigado a fazer oudeixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, daí que a exigência combatida é de ilegalidade manifesta, não sendo o caso, porém, de revogação do ato administrativo em foco, eis que para assegurar o direito subjetivo da agravante de apenas se submeter a vacina na medida em que nela acredite e deseje, sem a exibição do anunciado passaporte ou outra prova de se haver vacinado.
>
> Neste sentido, é o seguinte precedente: TRF5, 2ª T., PJE 0803903-62.2022.4.05.0000, rel. Des.Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, assinado em 23/07/2022.
>
> Com essas considerações, DEFIRO o pedido de liminar, para suspender a decisão agravada, determinando à

> UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA o restabelecimento da matrícula da agravante, em todos os componentes que estava matriculada no semestre letivo 2022.1, abstendo-se de impedir o seu acesso às dependências da Universidade, mesmo sem comprovação do esquema vacinal, até o julgamento definitivo do mandado de segurança originário.

20. Percebe-se que a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região é no sentido de que somente deve ser possível a exigência de passaporte sanitário por meio de lei em sentido formal que, no caso, inexiste. Em outras palavras, entende o Regional que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, daí que a exigência combatida é de ilegalidade manifesta. **No entanto, uma decisão judicial, em regra, gera efeitos "inter partes", ou seja, não alcança terceiros. Logo, por padrão, não pode alcançar bens daqueles que não integram a relação processual, como ocorre no presente caso.**

21. Mas, independentemente de todos esses entendimentos (administrativos e judiciais), o contexto agora é outro, diante do fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). A questão, portanto, deve ser vista sob outro prisma, já bem destacado no PARECER nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, de 12 de setembro de 2022.

22. Em brilhante manifestação nos autos do processo judicial nº 0800252-33.2022.4.05.8403 (já referido acima), o Ministério Público Federal se posicionou nessa mesma linha. Confira-se:

> Outrossim, a Portaria nº GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, do Ministérioda Saúde, decretou o encerramento da ESPIN – Emergência em Saúde Pública deImportância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revogou a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, com vigência trintadias após a sua publicação, de **modo que carece de legitimidade a exigência de comprovaçãode vacinação após 22 de maio de 2022.**
>
> Tal circunstância foi reconhecida pela Procuradoria Geral da República, com apublicação da Portaria PGR/MPU nº 80, de 18 de maio de 2022, que revogou a PortariaPGR/MPU nº 110, de 28 de outubro de 2021 – a qual exigia a comprovação de vacinação para acesso às suas dependências –, com efeitos a partir de 22 de maio de 2022.
>
> Acresça-se que a Excelsa Corte, em decisão unânime do seu Plenário, julgou prejudicada a ADI nº 7134, que questionava a constitucionalidade dos arts. 1º, caput; §§ 1º;2º; 3º, incisos II e III; 6º e 7º, da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dadapela Lei nº 14.311, de 9 de março de 2022, em razão do encerramento da ESPIN.

23. Aproveitando o ensejo, cita-se a ementa do julgado citado pelo MPF (ADI nº 7.134):

> EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N.14.311/2022. TRABALHO REMOTO DE GESTANTES DURANTE AEMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE COVID-19. PORTARIA DOMINISTÉRIO DA SAÚDE N. 913, DE 22.4.2022. DECLARAÇÃO DEENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA PELONOVO CORONAVÍRUS. EXAURIMENTO DOS EFEITOS DA LEI.PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO.AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PREJUDICADA.

24. Agora, por oportuno, seguem trechos do voto condutor:

> Considerando a vigência limitada das normas questionadas ao período de “emergência de saúde pública de importância nacional decorrente docoronavírus SARS-CoV-2”, declarado o encerramento daquela situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrênciada infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) pela Portaria do Ministério da Saúde n. 913, de 22.4.2022, reconheço a perda superveniente do objeto da presente ação.
>
> O seu advento e a sua aplicação especificavam condição balizadora de sua vigência, qual seja, a situação de Emergência em Saúde Pública deImportância Nacional. Cessada a condição, cessam também, como é certo em direito, os efeitos a serem produzidos apenas enquanto persistir a excepcionalidade determinante da vigência.

25. Ademais, além da perda do amparo legal, é de duviosa pertinência a previsão em normativo editado pelo CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da exigência do passaporte de vacinação, tendo em vista que, conforme os atos normativos internos, sua competência encontra-se voltada à "coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFERSA", o que não englobaria, pois, o poder de imposição de exigencia sanitária para a matrícula de aluno.

3. CONCLUSÃO.

26. Dessa forma, cumpre responder, de modo, breve aos questionamentos levantados na consulta, nestes termos:

(a) *primeira pergunta* - **a resposta é positiva, apesar de não se poder falar propriamente em extensão dos efeitos da decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0810662-42.2022.4.05.0000.** O recente entendimento da Suprema Corte sobre a legalidade de medidas após o fim da ESPIN (ADI´s nº 7.103 e 7.134), aplica-se a todas as diretrizes que versem sobre a obrigatoriedade de passaporte vacinal nas dependências das universidades. Assim, a exigência da comprovação do passaporte vacinal para que os demais discentes adentre nas dependências da universidades é negar a plena concretização do acesso à educação. Outrossim, seus parâmetros normativos referente a comprovação da vacina não mais encontram fundamentos válidos na ordem jurídica, devendo-se, portanto, restabelecer as matrículas de todos os discentes da Instituição por ausência de tal comprovação, evitando-se, com isso, também, a judicialização do tema por parte de inúmeros discentes prejudicados com a exigência;

(b) *segunda pergunta* - **a resposta é positiva** e já havia sido dada no DESPACHO nº 00157/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU (seq. 04), segundo o qual "a posição é de que a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 33, de 6 de julho de 2022, perdeu seus efeitos com o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), prescindindo-se até mesmo de sua revogação, porquanto ela não possui qualquer validade jurídica", não sendo adequado sequer se falar em "se eximir" do cumprimento de uma norma que hoje, no mínimo, é ineficaz (além de ter sido editada por quem não tinha competência para tanto) .

Consoante as informações constantes dos autos, é como se opina, salvo melhor juízo. À consulente.

Mossoró, 06 de outubro de 2022.

CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA
Subprocurador-Chefe da PF/UFERSA
No exercício da titularidade

NOTAS

[1] Eis o dispositivo:

> Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. [...]

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, *caput*, da Lei nº 9.784/1999, cujo teor é o seguinte: "Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo".

[3] Conforme a BPC nº 07:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento (BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas**. 4. ed. Brasília: CGU/AGU, 2016, p. 32).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, Miguel Seabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[5] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i) de mérito, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) de legalidade, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) facultativos, quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) obrigatórios, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) vinculantes, quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões neles apontadas (MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091001408202246 e da chave de acesso b92e41ab

---

Documento assinado eletronicamente por CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1000052631 e chave de acesso b92e41ab no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-10-2022 12:18. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

13/06/2022 **PLENÁRIO**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.134 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 14.311/2022. TRABALHO REMOTO DE GESTANTES* ***DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE COVID-19****. PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE N. 913, DE 22.4.2022.* ***DECLARAÇÃO DE ENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA PELO NOVO CORONAVÍRUS****. EXAURIMENTO DOS EFEITOS DA LEI. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PREJUDICADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão do Plenário, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, **julgar prejudicada a ação direta de inconstitucionalidade, pela perda superveniente do objeto**, nos termos do voto da Relatora. Os Ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin acompanharam a Relatora com ressalvas. Falou, pelas requerentes, o Dr. Ricardo Quintas Carneiro. Sessão Virtual de 3.6.2022 a 10.6.2022.

Brasília, 13 de junho de 2022.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 9659-95DE-F182-294E e senha F5B4-5631-F47A-1C77

13/06/2022 **PLENÁRIO**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.134 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):

1. Ação direta de inconstitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, ajuizada em 5.4.2022, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT - Contac/CUT, Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM/CUT, Confederação Nacional do Ramo Químico - CNQ/CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Contraf, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - Contracs/CUT e Confederação Nacional dos Trabalhadores Públicos Municipais - Conatram, contra o disposto no *caput*, §§ 1º e 2º, incs. II e III do § 3º, §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei n. 14.151/2021, alterados pela Lei n. 14.311, de 9.3.2022. Dispõe-se na norma questionada sobre o *"afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica"*. Alega-se contrariedade ao *caput* do art. 5º, art. 6º, inc. II do art. 23, inc. XII do art. 24, art. 194, art. 196, art. 197,

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

art. 198, art. 227 e art. 230 da Constituição da República.

2. Tem-se nas normas impugnadas:

> "*Art. 1º* ***Durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2,*** *a empregada gestante que ainda não tenha sido totalmente imunizada contra o referido agente infeccioso, de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Saúde e pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI), deverá permanecer afastada das atividades de trabalho presencial.*
>
> *§ 1º A empregada gestante afastada nos termos do* caput *deste artigo ficará à disposição do empregador para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, sem prejuízo de sua remuneração.*
>
> *§ 2º Para o fim de compatibilizar as atividades desenvolvidas pela empregada gestante na forma do § 1º deste artigo, o empregador poderá, respeitadas as competências para o desempenho do trabalho e as condições pessoais da gestante para o seu exercício, alterar as funções por ela exercidas, sem prejuízo de sua remuneração integral e assegurada a retomada da função anteriormente exercida, quando retornar ao trabalho presencial.*
>
> *§ 3º Salvo se o empregador optar por manter o exercício das suas atividades nos termos do § 1º deste artigo, a empregada gestante deverá retornar à atividade presencial nas seguintes hipóteses:*
>
> (…)
>
> *II - após sua vacinação contra o coronavírus SARS-CoV-2, a partir do dia em que o Ministério da Saúde considerar completa a imunização;*
>
> *III - mediante o exercício de legítima opção individual pela não vacinação contra o coronavírus SARS-CoV-2 que lhe tiver sido disponibilizada, conforme o calendário divulgado pela autoridade de saúde e mediante o termo de responsabilidade de que trata o § 6º deste artigo;*
>
> (…)
>
> *§ 6º Na hipótese de que trata o inciso III do § 3º deste artigo, a empregada gestante deverá assinar termo de responsabilidade e de*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

> *livre consentimento para exercício do trabalho presencial, comprometendo-se a cumprir todas as medidas preventivas adotadas pelo empregador.*
>
> *§ 7º O exercício da opção a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo é uma expressão do direito fundamental da liberdade de autodeterminação individual, e não poderá ser imposta à gestante que fizer a escolha pela não vacinação qualquer restrição de direitos em razão dela".*

3. Os autores afirmam dispor de legitimidade ativa *ad causam*, anotando que, *"quanto às Confederações autoras, são elas entidades expressamente nominadas no inciso IX do artigo 103 da CF/88, não pairando sobre elas quaisquer dúvidas de alcance interpretativo.* (…) *Quanto à Central Sindical, o Supremo Tribunal Federal vem progressivamente construindo jurisprudência que as agasalha no conceito de entidade de classe de âmbito nacional. Em uma primeira onda, o STF restringiu a legitimidade das Centrais Sindicais no controle abstrato, diante da literalidade do dispositivo que se refere às Confederações Sindicais. Também retirou delas o caráter de entidade de classe.* (…) *Em 2008, a Lei nº 11.648, de 31 de março, consagrou o caráter normativo das Centrais Sindicais e seu relevante papel político e institucional no sistema internacional, participando ativamente de fóruns e, em especial, junto à Organização Internacional do Trabalho. Relevante ainda destacar que a Central Única dos Trabalhadores CUT integra o Conselho Nacional de Saúde, como representante de organizações da sociedade civil e movimentos sociais de abrangência nacional, com relevantes atividades relacionadas à realização do direito social à saúde.* (…) *Razão pela qual, nos autos da ADPF nº 527 MC/DF, o Ministro Roberto Barroso assentou novo conceito para o gênero associativo entidade de classe de âmbito nacional, tomando-o como aquelas que, tendo comprovado seu caráter nacional, reúnam membros unidos por vínculo de natureza econômica, profissional ou pela defesa de direitos de grupos minoritários e vulneráveis de que façam parte"* (fls. 8-11, e-doc. 1).

Narram que, *"no dia de hoje, 24 de março de 2022, dados do consórcio formado por O Globo, Extra, G1, Folha de S.Paulo, UOL e O Estado de S. Paulo,*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

que reúne informações das secretarias estaduais de Saúde divulgadas diariamente, informam 294 mortes registradas em 24 horas por decorrência da Covid-19, com uma média móvel de 295 e um total acumulado de 658.067 óbitos, desde o início da pandemia. É nesse cenário que o Poder Executivo federal, por ato do presidente da República, aquele que deveria exercer o papel de ente central no planejamento e coordenação das ações governamentais em prol da saúde pública (ADPF 672-MC-Ref, Relator Ministro Alexandre de Moraes, publ.: DJE 20/10/2020), visando o bem-estar dos brasileiros (ADI nº 6.764, Relator Ministro Marco Aurélio, publ.: DJE 23/3/2021), resolveu sancionar a Lei nº 14.311/2022, com disposições que, como visto, desprotegem a pessoa trabalhadora, quando comparada à norma original, a Lei nº 14.151/2021" (fl. 13, e-doc. 1).

Asseveram que *"a realização dos preceitos constitucionais fundamentais relacionados com o direito social à saúde (art. art. 6º; art. 23, inciso II; art. 24, inciso XII; art. 194; art. 196; art. 197; art. 198 da Constituição federal) e do direito fundamental à vida (art. 5º,* caput*; art. 227 e art. 230 da Constituição federal) exige iniciativa política concertada e coordenada no sentido de se salvar vidas. A Lei nº 14.311/2022, todavia, ao alterar a redação original da Lei nº 14.151/2021, seguiu em sentido oposto"* (fl. 13, e-doc. 1).

Alegam que as normas impugnadas *"violam, portanto, os preceitos constitucionais sobre proteção à maternidade, à gestante, ao nascituro e ao recém-nascido (arts. 6º, 7º, XXXIII, 196, 201, II, e 203, I, todos da Constituição Federal); violam a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, da CF) e o objetivo fundamental da República de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, da CF); desprestigia a valorização do trabalho humano e não asseguraria a existência digna (art. 170 da CF); afronta a ordem social brasileira e o primado do trabalho, bem-estar e justiça sociais (art. 193 da CF); e vulnera o direito ao meio ambiente do trabalho equilibrado (art. 225 da CF). Além disso, representa afronta ao princípio da proibição do retrocesso social (art. 7º,* caput*, da CF)"* (fl. 13, e-doc. 1).

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

Argumentam que *"nesta ação, assim como na ADI nº 5938, as normas legais impugnadas hão de ser declaradas inconstitucionais, isto porque, expõem as empregadas gestantes a riscos desnecessários a sua saúde em contexto pandêmico, a exposição de pessoa ao convívio social equivale à sua própria exposição à insalubridade. Impõem, ainda, uma disponibilidade/renunciabilidade dos direitos fundamentais e das garantias constitucionais antes citados, disponibilidade/renunciabilidade a qual fora rechaçada por esse STF naqueles autos, ao afirmar: A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante ou lactante em apresentar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido"* (fl. 14, e-doc. 1).

Ressaltam que, *"nas circunstâncias atuais, a pandemia da Covid-19 ainda exige cuidado para com as pessoas mais vulneráveis. É nesse contexto que se insere o referendo pelo Pleno desse STF à medida cautelar deferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, nos autos da ADI 6625-MC-Ref. Por essa decisão, foi determinada a extensão da vigência de dispositivos da Lei nº 13.979/2020"* (fl. 16, e-doc. 1).

Ponderam que *"o Conselho Nacional da Saúde, em 29 de março de 2022, publicou recente Recomendação nº 006 recomendando ao Congresso Nacional a revogação da Lei nº 14.311/22, que altera a Lei nº 14.151/21; às entidades conselheiras nacionais de saúde que judicializem Ação Direita de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 14.311/22 ou que entrem como* amicus curiae *de ADIs já ajuizadas; e aos Conselhos de Saúde estaduais e municipais que debatam o tema do adoecimento e óbitos das mulheres trabalhadoras, incluindo as gestantes, puérperas e lactantes por Covid-19, bem como o impacto da Lei nº 14.311/2022 para a sociedade"* (fl. 19, e-doc. 1).

Asseveram que *"a nova redação da Lei nº 14.151/2021, além de colocar a trabalhadora gestante e o nascituro em risco diante de uma cepa de Covid-19 altamente transmissível, legitima a coerção e o assédio moral de trabalhadoras.*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

Empresas forçarão trabalhadoras a retornarem aos postos de trabalho, mesmo na hipótese do risco iminente" (fl. 23, e-doc. 1).

4. Requerem medida cautelar para determinar a suspensão imediata da eficácia das normas impugnadas.

No mérito, pedem o *"julgamento da procedência da presente ADI, com a confirmação da medida cautelar antes requerida, para que sejam declaradas nulas as disposições impugnadas da Lei nº 14.151/2021, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 14.311/2022 (art. 1º,* caput*; §§ 1º; 2º; 3º, incisos II e III; 6º e 7º), com a repristinação/restauração da redação original da Lei nº 14.151/2021"* (fls. 25-26, e-doc. 1).

5. Adotei o rito do art. 10 da Lei n. 9.868/1999 (e-doc. 25).

6. Nas informações prestadas, o Presidente do Senado Federal defendeu o não conhecimento da presente ação direta e, no mérito, pela improcedência do pedido:

> *"CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES CUT. ENTIDADE QUE CONGREGA DIVERSAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, NÃO COMPÕE O SISTEMA SINDICAL E NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE CONFEDERAÇÃO SINDICAL OU ENTIDADE DE CLASSE DE ÂMBITO NACIONAL PARA FINS DO ART. 103, INCISO IX, DA CF. PRECEDENTES. PREJUDICIAL DE MÉRITO. DA PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO DA ADI. LEI TEMPORÁRIA. FIM DO ESTADO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL DE IMPORTÂNCIA NACIONAL. PRECEDENTES. DIREITO DO TRABALHO. HIPÓTESES DE AFASTAMENTO E DE RETORNO DA TRABALHADORA GESTANTE AO TRABALHO PRESENCIAL. SITUAÇÃO DA TRABALHADORA NÃO IMUNIZADA CONTRA O CORONAVÍRUS. POSSIBILIDADE DE RETORNO (PERMISSÃO E NÃO OBRIGAÇÃO) MEDIANTE TERMO DE*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

RESPONSABILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE DA CONDIÇÃO IMPOSTA. NORMA ANTIDISCRIMINATÓRIA. PELO NÃO CONHECIMENTO E, NO MÉRITO, PELO JULGAMENTO IMPROCEDENTE. 1. A Central Única Dos Trabalhadores CUT não se enquadra no conceito de confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, e carece de legitimidade, nos termos do art. 103, inciso IX, da CF. As centrais sindicais não são confederações, nem se equiparam a essas, e têm sido admitidas em nosso sistema jurídico somente por força da liberdade geral de associação civil. A despeito do nome, são entidades estranhas ao sistema sindical no ordenamento brasileiro. Precedentes (ADIs nº 271-MC, nº 335, nº 1.969 e nº 1.442). 2. O fim do estado de emergência em saúde pública de importância nacional acarreta a perda de vigência de todos os dispositivos normativos atrelados ao referido estado de emergência, como ocorre com os artigos legais objeto da presente ADI, já que a vigência desses dispositivos é declaradamente temporária, nos termos do art. 2º, caput*, primeira parte, da LINDB, independentemente de revogação expressa por parte do legislador. A falta o requisito lei em vigor implica a perda superveniente de objeto da ação e enseja a extinção do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do CPC. Precedentes (ADIs nº 709, nº 1.442, e nº 4.620-AgR, nº 3.146, nº 4.426, e nº 5.287). 3. A Lei nº 14.311/2022 veio suprir as omissões da Lei nº 14.151/2021 quanto à disciplina do afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus. O art. 1º, §§ 3º, inciso III, 6º e 7º, não obriga o retorno da empregada gestante não vacinada, mas simplesmente o permite condicionando à assinatura de termo de responsabilidade e de livre consentimento para exercício do trabalho presencial, e ao compromisso de a gestante cumprir todas as medidas preventivas adotadas pelo empregador. 4. A norma impugnada, na verdade, evita a discriminação das mulheres, promove a inserção das gestantes no mercado de trabalho, e cumpre as determinações do art. 5º, inciso XX, e do art. 202, inciso II, da Constituição. Além disso, proporciona segurança jurídica para os dois lados (empregadas*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

> *gestantes e empregadores), sem prejuízo dos direitos trabalhistas das gestantes já garantidos pela legislação infraconstitucional, como o afastamento de atividades insalubres nos termos do art. 394-A da CLT. 5. Eventual declaração de inconstitucionalidade das normas impugnadas implicará a ampliação de benefício previdenciário em desrespeito ao art. 195, § 5º, da Constituição, e um retrocesso histórico na proteção das mulheres, especialmente das gestantes, gerando discriminação entre empregadas gestantes porque os empregadores, por razões de economia, passarão a preferir contratar apenas homens e não mulheres para funções incompatíveis com o trabalho remoto ante o maior custo da mão-de-obra feminina. 6. Pelo não conhecimento e, no mérito, pelo julgamento improcedente"* (e-doc. 29).

7. O Presidente da República manifestou-se pela improcedência da ação:

> *"INFORMAÇÕES PRESIDENCIAIS. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 7.134. LEI Nº 14.151/21. ART 1º*, CAPUT *E §§ 1º, 2º, 3º, INCISOS II E III; 6º E 7º. EMPREGADA GESTANTE NÃO IMUNIZADA. RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL. DIREITO AO 'TRABALHO' E À 'SAÚDE'. PRINCÍPIO DA 'DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA'. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE LABORAL. CONFORMIDADE DA NORMA IMPUGNADA COM TEXTO CONSTITUCIONAL. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTORAL"* (e-doc. 32).

8. O Presidente da Câmara dos Deputados manifestou-se pelo prejuízo da presente ação direta em razão da perda superveniente do objeto e, no mérito, pela improcedência do pedido (e-doc. 34).

9. O Advogado-Geral da União manifestou-se pelo não conhecimento da ação e pelo indeferimento da medida cautelar:

> *"Constitucional. Artigo 1º*, caput, *§§ 1º; 2º; 3º, incisos II e III; 6º e 7º, da Lei nº 14.151/2021, com redação conferida pela Lei nº 14.311/2022, que dispõe sobre o retorno às atividades presenciais da empregada gestante no contexto da emergência de saúde pública de*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

> *importância nacional decorrente do novo coronavírus. Alegação de afronta aos artigos 1º, incisos III e IV; 3º, inciso III; 6º; 7º,* caput *e inciso XXXIII; 170; 193; 196; 201, inciso II; 203, inciso I; e 225, da Constituição Federal. Questão prejudicial. Perda superveniente do objeto. Preliminar. Irregularidade na representação processual das autoras. Ausência de* fumus boni iuris. *As disposições questionadas privilegiam a liberdade de autodeterminação individual e colocam em destaque a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa, sem descurar do direito à saúde da trabalhadora, do nascituro e dos demais empregados presentes no ambiente laboral. Imposição de cumprimento de medidas preventivas alternativas pela empregada gestante que, por optar pela não imunização, voltar ao exercício de suas atividades presencialmente. Inexistência de afronta aos comandos constitucionais apontados como parâmetros de controle.* Periculum in mora *não configurado. Manifestação pelo não conhecimento da ação direta e, quanto ao pedido de medida cautelar, pelo seu indeferimento"* (e-doc. 37).

10. O Procurador-Geral da República, intimado em 2.5.2022, até a presente data não apresentou a manifestação requisitada.

É o relatório, cuja cópia deverá ser encaminhada aos Senhores Ministros, nos termos do inc. I do art. 87 do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal.

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código E66C-4814-761B-C508 e senha BF71-8158-AD28-F104

13/06/2022 **PLENÁRIO**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.134 DISTRITO FEDERAL

V O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):

1. A presente ação direta de inconstitucionalidade está prejudicada.

2. Pela Lei n. 14.311/2022 foi alterada a Lei n. 14.151/2021, que disciplina o afastamento e teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância da empregada gestante não imunizada contra o coronavírus.

As normas questionadas, inc. III do § 3º, § 6º e § 7º do art. 1º da Lei n. 14.151/2021, alterada pela Lei n. 14.311/2022, inserem-se na legislação pela qual previstas hipóteses nas quais a empregada gestante deverá retornar à atividade presencial durante a emergência de saúde pública:

> *"Art. 1º* ***Durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2,*** *a empregada gestante que ainda não tenha sido totalmente imunizada contra o referido agente infeccioso, de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Saúde e pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI), deverá permanecer afastada das atividades de trabalho presencial.*
>
> *§ 1º A empregada gestante afastada nos termos do caput deste artigo ficará à disposição do empregador para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, sem prejuízo de sua remuneração.*
>
> *§ 2º Para o fim de compatibilizar as atividades desenvolvidas pela empregada gestante na forma do § 1º deste artigo, o empregador poderá, respeitadas as competências para o desempenho do trabalho e as condições pessoais da gestante para o seu exercício, alterar as funções por ela exercidas, sem prejuízo de sua remuneração integral e assegurada a retomada da função anteriormente exercida, quando retornar ao trabalho presencial.*
>
> *§ 3º Salvo se o empregador optar por manter o exercício das suas*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

atividades nos termos do § 1º deste artigo, a empregada gestante deverá retornar à atividade presencial nas seguintes hipóteses:

I - após o encerramento do estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2;

II - após sua vacinação contra o coronavírus SARS-CoV-2, a partir do dia em que o Ministério da Saúde considerar completa a imunização;

III - mediante o exercício de legítima opção individual pela não vacinação contra o coronavírus SARS-CoV-2 que lhe tiver sido disponibilizada, conforme o calendário divulgado pela autoridade de saúde e mediante o termo de responsabilidade de que trata o § 6º deste artigo;

IV - (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

§ 6º Na hipótese de que trata o inciso III do § 3º deste artigo, a empregada gestante deverá assinar termo de responsabilidade e de livre consentimento para exercício do trabalho presencial, comprometendo-se a cumprir todas as medidas preventivas adotadas pelo empregador.

§ 7º O exercício da opção a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo é uma expressão do direito fundamental da liberdade de autodeterminação individual, e não poderá ser imposta à gestante que fizer a escolha pela não vacinação qualquer restrição de direitos em razão dela." (NR)

Art. 3º (VETADO).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

No *caput* do art. 1º se estabelece que a aplicabilidade de seus parágrafos se dará *"durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2"*.

Do § 3º constam as hipóteses em que a empregada gestante deverá retornar à atividade presencial. No inc. I daquele parágrafo se estabelece situação na qual o retorno se dê *"após o encerramento do estado de*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2".

As normas especificamente impugnadas da Lei n. 14.311/2022 tiveram seus efeitos jurídicos exauridos pelo advento da declaração constante da Portaria do Ministério da Saúde n. 913, de 22.4.2022, relativa à declaração de encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), revogando-se a Portaria do Ministério da Saúde n. 188, de 3.2.2020.

3. Como realçado pelo Ministro Dias Tofolli no Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.041 (DJe 14.6.2011), *"a jurisprudência desta Corte é pacífica quanto à prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade por perda superveniente de objeto, que tanto pode decorrer da revogação pura e simples do ato impugnado como do exaurimento de sua eficácia"*.

Confiram-se também os seguintes precedentes:

> *"PROCESSO OBJETIVO - LEI BALIZADA NO TEMPO. A circunstância de o ato normativo abstrato autônomo atacado na ação direta de inconstitucionalidade ter vigência determinada conduz, uma vez alcançado o termo final, a concluir-se pela inviabilidade do controle concentrado de constitucionalidade"* (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.979, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ 29.9.2006).

> *"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 15.406/2013, DO ESTADO DO CEARÁ – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – DIPLOMA LEGISLATIVO DE VIGÊNCIA TEMPORÁRIA – PLENO EXAURIMENTO DE SUA EFICÁCIA JURÍDICO-NORMATIVA – IRRELEVÂNCIA DE EXISTIREM, OU NÃO, EFEITOS RESIDUAIS CONCRETOS RESULTANTES DO ATO NORMATIVO CUJOS EFEITOS ESGOTARAM-SE EM RAZÃO DE DECURSO TEMPORAL –*

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

EXTINÇÃO ANÔMALA DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA EM DECORRÊNCIA DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO" (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.120-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe 12.2.2016).

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPUTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE 77 ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO. AMPLITUDE DO OBJETO A JUSTIFICAR A EXPOSIÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO EM CAPÍTULOS. IMPUGNAÇÕES A DISPOSITIVOS DA CARTA CONSTITUCIONAL ESTADUAL QUE SE ENCONTRAM PREJUDICADAS. DISPOSITIVOS IMPUGNADOS NÃO APRECIADOS NO MÉRITO, EM RAZÃO DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS PROFERIDOS NO JULGAMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO COM A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE ALGUNS ARTIGOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO COM A DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE OUTROS ARTIGOS. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO DO ART. 66, VII, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDA. 1. Está prejudicada a Ação Direta de Inconstitucionalidade, por perda superveniente de objeto e de interesse de agir do Autor, quando sobrevém a revogação da norma questionada. Prejudicialidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação aos artigos 77, I a V; 83, I a VI, e parágrafo único; 84; 116; 117; 162, § 8º; 185; 246, caput e parágrafo único, em face da alteração realizada pelas Emendas Constitucionais Estaduais 7/1993; 10/1995; 24/2004; 33/2005; 35/2005. 2. Está prejudicada a Ação de Controle de Constitucionalidade quando o dispositivo impugnado já tiver sido objeto de pronunciamento pelo SUPREMO sobre sua

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

> *constitucionalidade. Prejudicialidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação aos arts. 39; 67, II; 110, parágrafo único; 111 e seu § 2º; 112, II e VI, e 113, II (ADI 291/MT, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 10/9/2010); arts. 121; 122 e 123 (ADI 98/MT, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 31/10/1997); art. 147, §§ 3º e 4º (ADI 176/MT, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ 9/10/1992); art. 65 (ADI 253/MT, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 17/6/2015); e art. 354, caput e § 1º (ADI 550/MT, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, DJ de 18/10/2002). 3. Está prejudicada a Ação Direta de Inconstitucionalidade quando exaurida a eficácia das previsões enfrentadas, considerando que a análise, nesses casos, acarreta o exame das situações fáticas ocorridas durante sua vigência. Prejudicialidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação aos artigos 7º e 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 4. A alteração substancial havida em dispositivos constitucionais invocados como parâmetro de constitucionalidade em controle abstrato tem o condão de induzir à prejudicialidade das demandas. Prejudicialidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação ao parágrafo único do artigo 160 da Constituição Estadual. (…) 9. Ação Direta de Inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada parcialmente procedente"* (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 282, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, DJe 28.11.2019).

Este Supremo Tribunal tem reconhecido a perda de objeto das ações de controle abstrato, nas quais impugnadas normas deixaram de subsistir no ordenamento jurídico e cujos efeitos se tenham exaurido: ADI n. 2.542-AgR, Relator o Ministro Luiz Fux, Plenário, DJ 27.10.2017; ADI n. 3.408-AgR, Relator o Ministro Dias Toffoli, Plenário, DJ 15.2.2017; ADI n. 4.365, Relator o Ministro Dias Toffoli, Plenário, DJ 5.3.2015; ADI n. 6.488, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 28.4.2021; ADI n. 3.004/MG, Relator o Ministro Roberto Barroso, decisão monocrática, DJ 16.12.2013; ADI n. 2.701/RJ, Relator o Ministro Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 4.12.2012; ADI n. 3.964/DF, Relator o Ministro Teori Zavascki, decisão monocrática, DJ 9.12.2014; ADI n. 973/AP, Relator o Ministro Roberto

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

Barroso, decisão monocrática, DJ 10.6.2014; ADI n. 1.504/RS, Relator o Ministro Roberto Barroso, decisão monocrática, DJ 10.6.2014; ADI n. 1.910/DF, Relator o Ministro Dias Toffoli, decisão monocrática, DJ 19.3.2014; ADI n. 520/MT, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 6.6.1997; ADI n. 3.873/AC, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 13.3.2009; ADI n. 3.319/RJ, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 27.6.2008; ADI n. 3.209/SE, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 27.3.2008; ADI n. 1.821/DF, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 14.3.2008; ADI n. 1.898/DF, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 14.3.2008; ADI n. 1.461/AP, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Redator para o acórdão o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJ 19.10.2007; ADI n. 1.920/BA, Relator o Ministro Eros Grau, Plenário, DJ 2.2.2007; ADI n. 3.513/PA, Relatora a Ministra Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 22.8.2005; ADI n. 1.442/DF, Relator o Ministro Celso de Mello, Plenário, DJ 29.4.2005; ADI n. 2.436/PE, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, decisão monocrática, DJ 26.8.2005; ADI n. 380/RO, Relator o Ministro Celso de Mello, decisão monocrática, DJ 4.3.2005; ADI n. 1.995/ES, Relator o Ministro Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 17.11.2005; ADI n. 387/RO, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, decisão monocrática, DJ 9.9.2005; ADI n. 254-QO/GO, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 5.12.2003; ADI n. 1.815/DF, Relator o Ministro Sydney Sanches, DJ 7.3.2002; ADI n. 2.001-MC/DF, Relator o Ministro Moreira Alves, Plenário, DJ 3.9.1999; ADI n. 221/DF, Relator o Ministro Moreira Alves, Plenário, DJ 22.10.1993; e ADI n. 709/PR, Relator o Ministro Paulo Brossard, Plenário, DJ 20.5.1992.

Considerando a vigência limitada das normas questionadas ao período de *"emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2"*, declarado o encerramento daquela situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) pela Portaria do Ministério da Saúde n. 913, de 22.4.2022, **reconheço a perda superveniente do objeto da presente ação**.

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

O seu advento e a sua aplicação especificavam condição balizadora de sua vigência, qual seja, a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Cessada a condição, cessam também, como é certo em direito, os efeitos a serem produzidos apenas enquanto persistir a excepcionalidade determinante da vigência.

4. Pelo exposto, **julgo prejudicada a presente ação direta de inconstitucionalidade, pela perda superveniente do objeto** (inc. IX do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Documento assinado eletronicamente pelo(a) Min. Cármen Lúcia, conforme o Art. 205, § 2º, do CPC. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 2556-0AA7-B7D9-9BBC e senha 6B9E-27DB-F2A2-09F7

13/06/2022 **PLENÁRIO**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.134 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

V O T O

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Vogal): Acompanho com a ressalva de que a Portaria GM/MS 913, de 22 de abril de 2022, subscrita pelo Ministro de Estado da Saúde, não tem o condão de alterar a decisão proferida pelo Pleno desta Suprema Corte, no julgamento da ADI 6.625-MC-Ref/DF, de minha relatoria, que preservou as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°-C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, da Lei 13.979/2020, editada com o propósito de enfrentar de maneira racional e tecnicamente adequada o surto pandêmico, permitindo que as autoridades adotassem, no âmbito das respectivas competências, enquanto durar a pandemia, determinadas medidas profiláticas e terapêuticas, dentre as quais sobressaem as seguintes: isolamento, quarentena, restrição à locomoção, uso de máscaras, exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação, investigação epidemiológica, tratamentos médicos específicos, requisição de bens e serviços, exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáveres (art. 3°, I, II, III, III-A, IV,V VI e VII).

É como voto.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código D064-F9D9-4641-0AA7 e senha 46D8-63DF-48EF-74F2

13/06/2022 **PLENÁRIO**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.134 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSE EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN: Acolho o relatório bem lançado pela e. Ministra Cármen Lúcia.

Permito-me, contudo, rememorar as premissas que conduziram às minhas conclusões na matéria. Consigno, assim, que se trata de ação direta de inconstitucionalidade aforada pela pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT - Contac/CUT, Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT - CNM/CUT, Confederação Nacional do Ramo Químico - CNQ/CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Contraf, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - Contracs/CUT e Confederação Nacional dos Trabalhadores Públicos Municipais - Conatram, contra o disposto no caput, §§ 1º e 2º, incs. II e III do § 3º, §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei n. 14.151/2021, alterados pela Lei n. 14.311, de 9.3.2022

A norma objurgada trata do "*afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 3EA3-8A12-77A5-2792 e senha 74E8-EB4D-2ED4-54FA

especifica".

Argumenta-se pela violação ao inc. IV do art. 1º, ao caput do art. 5º, ao caput e ao inc. III do art. 170, ao art. 193 e ao art. 196 da Constituição da República.

A e. Ministra Relatora Cármen Lúcia manifestou compreensão segundo a qual a ação direta de inconstitucionalidade restou prejudicada.

A e. Ministra Relatora fez constar em seu voto que a norma impugnada "*teve os efeitos jurídicos exauridos na Portaria do Ministério da Saúde n. 913, de 22.4.2022, pela qual declarado o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), revogando-se, assim, a Portaria do Ministério da Saúde n. 188, de 3.2.2020.*"

Estou de acordo, Senhor Presidente, com as conclusões esposadas pela e. Ministra Relatora. Peço vênia, contudo, para, à semelhança do que fez constar o e. Ministro Ricardo Lewandowski, manifestar ressalva.

Entendo que, conquanto a Portaria GM/MS 913, de 22 de abril de 2022, subscrita pelo Ministro de Estado da Saúde, tenha declarado o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), tal ato administrativo não altera a decisão proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 6.625-MCRef/DF. Naquela ocasião, esta Corte preservou as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°-C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, da Lei 13.979/2020, editada com o propósito de enfrentar de maneira racional e tecnicamente adequada a emergência sanitária, permitindo que as autoridades adotassem, no âmbito das respectivas competências, medidas profiláticas e terapêuticas, dentre as quais podem ser citadas: isolamento, quarentena, restrição à locomoção, uso de máscaras, exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação, investigação epidemiológica, tratamentos médicos específicos, requisição de bens e serviços, exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáveres (art. 3°, I, II, III, III-A, IV,V VI e VII).

É como voto.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 3EA3-8A12-77A5-2792 e senha 74E8-EB4D-2ED4-54FA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 3EA3-8A12-77A5-2792 e senha 74E8-EB4D-2ED4-54FA

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.134
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 103250/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou prejudicada a ação direta de inconstitucionalidade, pela perda superveniente do objeto, nos termos do voto da Relatora. Os Ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin acompanharam a Relatora com ressalvas. Falou, pelas requerentes, o Dr. Ricardo Quintas Carneiro. Plenário, Sessão Virtual de 3.6.2022 a 10.6.2022.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 5F9D-7127-0172-56D9 e senha 2779-B7B2-46C7-DF02

INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD nº 12/2022
ORIENTAÇÕES SOBRE O RETORNO PRESENCIAL – SEMESTRE DE 2022/2

As Pró-reitorias de Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no uso de suas atribuições legais e **...**

Considerando, a **PORTARIA Nº 913, DE 22 DE ABRIL DE 2022** que declarou o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov), a partir de 22/05/2022.

Considerando, ainda, que o Ministério da Economia, **publicou** a **Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36**, Anexo I, que estabeleceu o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos com a revogação da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021;

Considerando que a Resolução Consuni UFT nº 55/2022 estava fundamentada em instrumentos regulatórios já revogados e previa orientações para o ano letivo de 2022;

Considerando que, em 09/05/22, foram encaminhadas orientações aos Cursos sobre o **planejamento das ofertas de disciplinas, no formato presencial, no semestre de 2022/2**, com início em 09/08/22 e, ainda, o **disposto no Ofício nº 19/2022 - DIRCA/PROGRAD/UFT** encaminhado em 27/06/22 á Chefia de Gabinete do Reitor, Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores e Comitê Extraordinário Covid 19- UFT;

Considerando os **Pareceres nº 47 e 48/2022 do Comitê Extraordinário Covid 19 - UFT sobre o uso de máscaras e a exigência de passaporte vacinal** nos quais o Comitê retira a obrigatoriedade do uso de máscaras, mantendo a recomendação para o uso e ainda, recomendando fortemente, a vacinação de todas as pessoas aptas a receber o imunizante, reconhecendo, no entanto, o aumento significativo da vacinação em relação ao comportamento epidemiológico...

ESCLARECE O SEGUINTE:

- **A Resolução Consuni nº 55/2022, de 10 de fevereiro de 2022**, que dispõe acerca das orientações para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da UFT, no retorno gradual ao ensino presencial no ano letivo de 2022 e dá outras providências, **perdeu sua eficácia uma vez que estava fundamentada em instrumentos regulatórios já revogados e previa orientações para o ano letivo de 2022**. Nesse sentido, a resolução está em fase de revogação formal, tendo em vista os trâmites administrativos necessários;
- A Instrução Normativa Prograd 11/2022, que trata do procedimento de passaporte vacinal, também perdeu sua eficácia. Sua vigência encontrava-se atrelada à Resolução Consuni nº 55/2022

Com base no exposto, considerando o disposto nos pareceres do Comitê Extraordinário Covid 19 – UFT/UFNT e pautada na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas, nos termos do art. 207 da Constituição Federal de 1988, **emitimos a seguinte Instrução Normativa com Orientações sobre o retorno presencial, nos seguintes termos:**

1. **As atividades acadêmicas,** conforme planejamento já realizado**, retornam ao seu formato presencial**, na sua integralidade, no semestre de 2022.2 cujo início se dará amanhã (09/08/2022), salvo os procedimentos de reuniões que ficam à critério dos cursos;
2. **Os procedimentos acadêmicos continuarão, em sua maioria, no formato eletrônico conforme fluxo e procedimento já existente**. Os procedimentos que estavam sendo realizados de forma emergencial, por e-mail, serão reorganizados para requerimento por meio de protocolo e/ou SEI;
3. **As Colações de Grau,** conforme procedimento já organizado, **retornam ao seu formato presencial;**
4. **Conforme orientação do Comitê Extraordinário Covid 19 – UFT/UFNT:**

   a) Mantém-se a recomendação para o uso de máscara nos espaços coletivos;

   b) Fica dispensada a exigência de comprovação do passaporte vacinal, a partir de 2022/2, dado o aumento do índice da vacinação mundial e comportamento epidemiológico. No entanto, a UFT/UFNT, com base no seu compromisso de "Responsabilidade Social", continuará incentivando a vacinação de sua comunidade acadêmica e realizando os monitoramentos necessários;

   c) Deverão ser respeitados os protocolos de biossegurança, bem como as determinações legais vigentes que estabeleçam medidas de prevenção da COVID-19

5. **Situações de Covid -19, durante as atividades:**

   a) O discente que apresentar o teste positivo da COVID-19 junto a Coordenação do Curso terá garantido o benefício de atividade domiciliar durante o período de isolamento, ressalvadas as disciplinas práticas.

   b) O discente com suspeita de contaminação da COVID-19 não deve participar de atividades presenciais, devendo realizar teste e informar, comprovar, a situação à Coordenação do Curso e/ou docente para organização prévia das atividades domiciliares, quando possível.

   c) O docente que apresentar o teste positivo da COVID-19 junto a Coordenação do Curso poderá, excepcionalmente, organizar atividades de forma remota e/ou organizar reposição de aula/atividade mediante prévio aviso e planejamento com os discentes.

6. Conforme procedimento já adotado, a Comunidade Acadêmica deve continuar zelando pela fiscalização, cumprimento e comunicação do descumprimento dos protocolos de biossegurança no âmbito de sua esfera de atuação e responsabilidade;

7. Os casos omissos ou controversos serão dirimidos pela Prograd e/ou Comitê de Biossegurança, no âmbito de suas competências.

8. Fica revogada a Instrução Normativa Prograd nº 11/2022, podendo ser publicada novas orientações de acordo com o cenário epidemiológico e/ou publicação de novos atos normativos.

Palmas, 08 de agosto de 2022

EDUARDO CEZARI
Pró-reitor de Graduação – Prograd
Universidade Federal do Tocantins - UFT

ROSÁRIA HELENA RUIZ NAKASHIMA
Pró-reitora de Graduação – Prograd
Universidade Federal do Tocantins - UFNT

DANIELLA BORGES DO NASCIMENTO
Diretora de Registro e Controle Acadêmico – Dirca
Pró-reitoria de Graduação - Prograd
Universidade Federal do Tocantins - UFT

MARCELA PEREIRA LIMA ARCANJO
Diretora de Registro e Controle Acadêmico – Drca
Pró-reitoria de Graduação - Prograd
Universidade Federal do Tocantins - UFNT

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
GABINETE DA PROCURADORIA FEDERAL
AV. FRANCISCO MOTA, 572, *CAMPUS* LESTE, BAIRRO PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN, CEP 59.625-900.

PARECER nº 00348/2022/GAB/PFUFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.001408/2022-46
INTERESSADOS: GABINETE DA REITORIA - UFERSA
ASSUNTOS: OUTROS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PARECER. CONSULTA. GABINETE DA REITORIA. DECISÃO JUDICIAL. EFEITOS. PASSAPORTE VACINAL. EXIGÊNCIA. MATRÍCULA. DISPOSIÇÕES. RESOLUÇÃO Nº 33, DE 6 DE JULHO DE 2022 [CONSEPE]. INEXISTÊNCIA. OBSERVÂNCIA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de processo administrativo relativo à consulta promovida pelo Gabinete da Reitoria acerca da possibilidade de extensão dos efeitos de decisão judicial a casos análogos na UFERSA. Destarte, para fins de esclarecimento, os autos foram devidamente encaminhados para apreciação desta **Procuradoria Federal junto à UFERSA**, em obediência ao disposto no artigo 10, caput, da Lei nº 10.480/2002 [1], c/c artigo 5º do Decreto nº 11.123/2022.

2. Os autos, encaminhados a esta Procuradoria Federal em **27.09.2022**[2], estão instruídos com os seguintes elementos:

Sequência 5
(a) consta a consulta com a dúvida jurídica a ser dirimida;

Sequência 6
(b) consta a decisão judicial referente ao Processo nº 0810662-42.2022.4.05.0000;

Sequência 7
(d) consta o Parecer de Força Executória nº 01150/2022/GEAC/JC 1G/ER-ADM-PRF5/PGF/AGU; e

Sequência 8
(e) constam cópias de peças do Mandado de Segurança nº 0800252-33.2022.4.05.8403/RN.

3. Assim, o processo foi enviado a esta Procuradoria Federal para fim de emissão de parecer. É o que merece relato. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3][4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento com vista ao atendimento dos fins esperados pela ordem jurídica; em termos mais claros, abstraindo-se do mérito administrativo, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos ao evento apresentado. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. A consulta levantada apenas objetiva extirpar dúvida fundada **acerca da exigência de passaporte de vacinação para o corpo discente, notadamente diante de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal a 5ª Região**; portanto, há apenas a pretensão de aferir a expedição de atos administrativos consentâneos com as normas legais cogentes e toda a principiologia reinante no nosso ordenamento, tudo bem concertado, como quer a harmonia dos sistemas jurídicos coerentes e razoáveis.

6. Antes de adentrar na resposta à consulta, cumpre destacar o seu conteúdo, que se encontra vazado nestes termos:

> O Gabinete da Reitoria formula a presente consulta à Procuradoria Federal junto à UFERSA realizada nos termos do Art. 3°, inc. I e Art. 5° da Ordem de Serviço Conjunta n° 01/GR/PF-UFERSA, de 19 de dezembro de 2013, a fim de dirimir dúvida jurídica acerca da possibilidade de extensão dos efeitos da decisão judicial prolatada em sede de agravo de instrumento pela Segunda Turma do TRF-5 a todos os discentes em situação análoga aos fatos trazidos no *writ*, ou seja:
>
> 1.É possível determinar o restabelecimento IMEDIATO das matrículas de todos os discentes que não realizaram matrícula no segundo semestre letivo 2022.1 por não terem apresentado passaporte vacinal?
>
> 2.A Prograd pode se eximir de dar cumprimento às disposições da Resolução nº 33, de 6 de julho de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, diante de possível perda de validade normativa, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)?

7. Primeiramente, registrar-se que esta Procuradoria Federal já se pronunciou pela inexistência de "validade" normativa de qualquer resolução que verse sobre a obrigatoriedade de apresentação da comprovação do esquema vacinal contra a COVID-19 para acesso as dependências físicas da UFERSA, dado que os efeitos da Lei nº 13.979/2020 já se encontram devidamente cessados, haja vista a inexistência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

8. Cumpre aqui, todavia, fazer uma breve digressão sobre essa temática. No final do ano passado, foi editado o Parecer n° 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, que considerou *não ser exigível* comprovante de vacinação contra a COVID-19 como condicionante ao retorno das atividades presenciais no âmbito das Instituições Federais de Ensino. O referido parecer foi aprovado pelo Ministro de Estado da Educação, com efeito, em 29 de dezembro de 2021.

9. Este, em síntese, o seu teor:

> (I) Não é possível às Instituições Federais de Ensino o estabelecimento de exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades educacionais presenciais, competindo-lhes a implementação dos protocolos sanitários e a observância das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 5 de agosto de 2021;
>
> (II) A exigência de comprovação de vacinação como meio indireto à indução da vacinação compulsória só pode ser estabelecida por meio de lei, consoante o entendimento firmado pelo STF nas ADIs no 6.586 e 6.587; e
>
> (III) No caso das Universidades e dos Institutos Federais, por se tratar de entidades integrantes da Administração Pública Federal, a exigência somente pode ser estabelecida mediante lei federal,

tendo em vista tratar- se de questão atinente ao funcionamento e à organização administrativa de tais instituições, de competência legislativa da União.

10. Paralelamente a esse pronunciamento, tramitava no âmbito do DEPCONSU/PGF a análise do tema para fim de uniformização do entendimento entre os órgãos de execução da PGF. Neste contexto, também em 29/12/2021, foi publicado o PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU (NUP: 23081.064803/2021-78), concluindo que **"as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, assim como as demais autarquias e fundações públicas federais, não possuem competência para, exclusivamente mediante ato administrativo, promover a exigência de vacinação contra o SARSCOV-2 como requisito para o acesso às suas dependências."**

11. O referido Parecer n° 00025/2021 foi aprovado pelo Procurador Geral Federal, oportunidade em que se tornou vinculante para todos os órgãos de execução da PGF, nos termos do artigo 3° da Portaria PGF nº 424/2013.

12. No referido parecer há importante passagem, que merece transcrição:

> Em acréscimo, cabe pontuar três considerações relevantes relacionadas ao tema.
>
> **A primeira consiste na necessidade de lei formal, em sentido estrito, para imposição de restrições ao exercício de direitos**. O princípio da reserva legal, consagrado constitucionalmente (artigo 5º, inciso II, da CF/1988), deriva da consagração da República Federativa do Brasil como Estado de Direito, de modo que eventuais restrições ao exercício do direito à locomoção, ao exercício de atividades e ao acesso a determinados locais deve ser precedido da previsão legal da restrição fixada e da compatibilidade dessas restrições ao princípio da proporcionalidade. Tanto é assim que, na linha do que restou decidido pelo Egrégio STF na ADIn nº 6586, **não é possível a imposição da obrigatoriedade de vacinação sem que tais medidas estejam previstas em lei ou sejam dela decorrentes.**
>
> Nesse sentido, afigura-se acertada e consentânea com o ordenamento constitucional vigente a conclusão da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Minas Gerais, levada a efeito por meio do Parecer nº 00487/2021/JUR/PFUFMG/PGF/AGU (Seq. 14), no sentido de que "as medidas indiretas de limitação a liberdades individuais (...) devem estar detalhadas/previstas em lei, ainda que sobrevenham atos administrativos decorrentes das referidas leis (princípio da reserva legal)".
>
> De igual modo, a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Maria, por meio da NOTA n. 00272/2021/PROJUR/PFUFSM/PGF/AGU (Seq. 2), concluiu que "não estando a comprovação de vacinação prevista em lei dos entes federativos nem dentre os protocolos sanitários exigidos pelas autoridades competentes para o exercício das atividades laborais na área educacional de forma presencial, ainda que ocorra eventual situação de desconforto ou incerteza entre colegas em relação a não-vacinados, tal fato não é motivo suficiente para caracterizar objeção legal para a presença ao local de trabalho pelos funcionários públicos (servidores e empregados públicos). Os demais protocolos sanitários, por certo, deverão ser exigidos".
>
> Por fim, registre-se que esse também foi o posicionamento da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, quando afirmou, na NOTA n. 01680/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU (Seq. 19), que "não é possível a imposição da obrigatoriedade da vacinação da comunidade acadêmica como requisito para o retorno às atividades presenciais. Todavia, é possível, desde que haja previsão na lei ou desta decorra, a imposição de medidas indiretas que visem à sua implementação, como a restrição ao exercício de atividades ou à frequência de determinados lugares àqueles que não estejam vacinados".
>
> **A segunda consideração deriva da primeira** e diz respeito ao posicionamento que se extrai dos julgados do STF acima relatados no sentido de que **eventuais restrições ao exercício de direitos individuais decorrentes da ausência de vacinação devem ser fixadas por leis em sentido estrito emanadas dos Poderes Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**
>
> Com efeito, no âmbito administrativo, o Supremo Tribunal Federal assentou a competência material comum dos entes federativos para estabelecer as ações na área da saúde. Nesse ponto, o Ministério da Saúde relata que, em cumprimento à decisão da Corte Suprema, foram adotadas as seguintes medidas (doc SEI 0023758868, link evento 11 do presente NUP):
>
> 5. Nesse mesmo diapasão, vale ainda destacar que em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 672 (ADPF 672),

reconheceu e "assegurou aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios liberdade para adotar medidas de combate à pandemia da Covid-19, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios".

6. Posteriormente à decisão do STF, o Ministério da Saúde, publicou a Portaria GM/MS 1.565/2020, estabelecendo orientações gerais para prevenção, controle e mitigação da transmissão da Covid-19. O parágrafo único desse normativo prevê, em consonância com o conteúdo da ADPF 672, que "cabe às autoridades locais e aos órgãos de saúde locais decidir, após avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, quanto à retomada das atividades". Nesse dispositivo da Portaria em tela, o Ministério estabeleceu dois critérios básicos para a retomada das atividades: avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde.

7. De acordo com a decisão, independentemente de o trabalhador seja servidor público estadual, municipal ou federal, compete ao ente federal, onde seja exercido a atividade, adotar medidas de combate à pandemia da Covid-19, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios.

8. Assim, o Ministério da Saúde entende que as medidas adotadas tanto na publicação da portaria nº 1.565/2020 e em especial a de nº 356/2020, como no seu detalhamento de execução por meio do Guia de Vigilância Epidemiológica da Covid-19, foram importantes e suficientes para a orientação aos gestores do SUS e que essas políticas públicas aliadas a autonomia dos Estados e Municípios de organização e reorganização de suas práticas e processos de trabalho em cada território permitiu a adoção das medidas de quarentena e isolamento de forma proporcional ao cenário epidemiológico de cada localidade, conforme determina o Regulamento Sanitário Internacional.

De forma semelhante, não se pode perder de vista que, na esfera legislativa, e em sentido geral, a defesa da saúde constitui matéria que se insere na competência legislativa concorrente dos entes federativos (artigo 24, inciso XII, da CF/1988), cabendo à União estabelecer normas gerais sobre a matéria, conforme dispõe o §1º do aludido dispositivo.

Por fim, **a terceira consideração tem natureza específica.** Embora as entidades federais não estejam imunes à observância das legislações gerais de caráter estadual e municipal em vigor nas localidades em que estão situadas, há uma particularidade a ser ressaltada e diz respeito **à regulamentação, por lei federal, da relação jurídica estabelecida entre a Administração Pública e os servidores públicos federais, bem como com as demais pessoas submetidas a relações especiais de sujeição administrativa, tal como é o caso dos alunos das referidas instituições. Em se tratando da definição de exigências relacionadas aos contornos que envolvam a forma de trabalho a ser desempenhada perante as entidades públicas federais, não há dúvidas de que a natureza específica da relação jurídica em apreço acaba por atrair a regulamentação da questão por lei federal.**

13. Certo é que, em fevereiro de 2022, em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 756), foi requerida tutela de urgência incidental contra a medida adotada pelo Ministério da Educação. A medida liminar foi deferida, no seguinte sentido:

Não é o que se verifica no ato impugnado, o qual, além de contrariar as evidências científicas e análises estratégicas em saúde ao desestimular a vacinação, ainda sustenta a exigência de lei federal em sentido estrito para que as instituições pudessem estabelecer tal restrição, **quando já existe a Lei 13.979/2020, cujo art. 3º, caput, III, d** prevê que

"[...] as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas:

[…] III – determinação de realização compulsória de:

[...] d) vacinação e outras medidas profiláticas"

(...)

Este Supremo Tribunal Federal, em acórdão de relatoria do Ministro Dias Toffoli (ADI 3792/DF), bem resumiu o alcance da autonomia universitária, assentando o seguinte:

"A previsão da autonomia universitária vem consagrada no art. 207 da Carta Política. Embora não se revista de caráter de independência (RMS nº 22.047/DF-AgR, ADI nº 1.599/UFMC), atributo dos Poderes da República, revela a impossibilidade de exercício de tutela ou indevida ingerência no âmago próprio das suas funções, assegurando à universidade a discricionariedade de dispor ou propor (legislativamente) sobre sua

> **estrutura e funcionamento administrativo,** bem como sobre suas atividades pedagógicas" **(grifei)**
>
> As instituições de ensino têm, portanto, autoridade para exercer sua autonomia universitária e **podem legitimamente exigir a comprovação de vacinação**, com fulcro no art. 3º, III, d, da Lei 13.979/2020.

14. Como se vê, a decisão monocrática baseou-se na existência da Lei n° 13.979/2020, artigo 3º, *caput*, inciso III, alínea "d", e no princípio da autonomia universitária, consagrada pela Constituição de 1988, na forma do seu artigo 207, reforçando a autonomia gerencial, administrativa e patrimonial das instituições federais de ensino.

15. Dado o cenário de insegurança suscitado pelo tema, a PGF/AGU proferiu o Despacho n° 22/2022/GAB/DEPCONSU/PGF/AGU:

> 2. Por meio do PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU reputou-se que "as autarquias e fundações públicas federais não possuem competência para promover, exclusivamente por ato administrativo interno, a exigência de apresentação de comprovante de vacinação contra o SARSCOV-2 como requisito para acesso às suas dependências, ante a necessidade de lei formal, em sentido estrito, para imposição de restrições ao exercício de direitos".
>
> 3. Paralelamente, a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação emitiu o PARECER n. 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, considerando que "no caso das Universidades e dos Institutos Federais, por se tratar de entidades integrantes da Administração Pública Federal, a exigência somente pode ser estabelecida mediante lei federal, tendo em vista tratar-se de questão atinente ao funcionamento e à organização administrativa de tais instituições, de competência legislativa da União". O parecer foi aprovado pelo Ministro de Estado da Educação mediante o Despacho Nº 1673/2021/ASTEC/GM/GM-MEC, publicado no Diário Oficial da União de 29/12/2021.
>
> 4. Nada obstante, no âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF nº 756, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF Ricardo Lewandowski determinou, a título de tutela de urgência, "a imediata suspensão do despacho de 29 de dezembro de 2021 do Ministério da Educação, que aprovou o Parecer 01169/2021/CONJURMEC/CGU/AGU, proibindo a exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades acadêmicas presenciais", baseando-se para isso na autonomia universitária versada no artigo 207 da Constituição e no acórdão proferido nas ações diretas de inconstitucionalidade – ADIs de nº 6586 e 6587.
>
> 5. Muito embora tenha sido determinada a suspensão imediata de um ato administrativo específico, a ratio decidendi guarda certa correlação com os fundamentos e as conclusões do PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU, cabendo avaliar a repercussão sobre seus efeitos.
>
> 6. **Considerando que o parecer foi emitido a partir de consultas apresentadas por IFES** nos termos do artigo 8º da Portaria nº 526/PGF/AGU, de 26 de agosto de 2013, estabelecendo uma orientação jurídica uniforme às respectivas procuradorias federais, sem consubstanciar qualquer ato administrativo decisório, **reputo que deva ser integralmente mantido enquanto instrumento de uniformização jurídica no âmbito dos órgãos de execução da PGF**, na forma do artigo 40 da Portaria nº 338/PGF/AGU, de 12 de maio de 2016.
>
> 7. Por outro lado, embora a decisão tenha sido proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade, que suscita efeitos erga omnes, tem natureza provisória, carecendo ainda de confirmação pelo Tribunal Pleno do STF, conforme o disposto no artigo 5º e § 1º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e foi dirigida a um ato do Ministro de Estado da Educação, sem afetar a existência ou validade do parecer que lhe subsidiou, vale registrar.
>
> 8. Noutro ver, pondero que não haveria sentido em suspender os efeitos do parecer na medida em que consiste na base para a defesa da União na ADPF. Reputo, pois, que a PGF deva confirmar seu entendimento, sustentando-o em juízo e fora dele, eis que igualmente **amparado nas decisões definitivas do STF nas ADIs de nº 6586 e 6587 e na ADPF nº 672**.
>
> 9. Contudo, caso as IFES venham a ser demandadas judicial ou extrajudicialmente em face das decisões que adotarem com base na **fundamentação da decisão provisória proferida na ADPF nº 756, observados os termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e do julgamento**

> **das ADIs acima referidas**, haverão de ser representadas pela PGF por força do disposto no artigo 10 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, sendo cabível, **conforme o caso**, a designação de procuradores federais *ad hoc* de modo análogo ao previsto na Portaria nº 254/AGU, de 17 de agosto de 2018.
>
> 10. Apesar da natureza administrativa da questão controversa, ela afeta especificamente as IFES e especialmente o direito à educação, razão pela proponho que a representação em apreço seja coordenada pela Equipe Nacional Especializada em Matéria de Educação, cabendo-lhe indicar ao Procurador-Geral Federal os procuradores federais a serem por ele designados para a representação extraordinária sob comento (*ad hoc*), conforme a necessidade.
>
> 11.Diante do exposto, proponho a manutenção dos efeitos do PARECER n. 00025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU, com a ressalva no sentido de que as IFES sejam representadas pela PGF, em decorrência de sua **competência legal**, quando necessário e nos termos sugeridos desse despacho, em face do atos que praticarem com base nos fundamentos da decisão provisória proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski na ADPF nº 756.

16. Em outras palavras, a recomendação da PGF, *da qual esta Procuradoria não pode se afastar*, é de que seja cumprida a orientação geral do Parecer n° 0025/2021/NCOR/DEPCONSU/PGF/AGU, até que o Pleno do STF decida em definitivo sobre a questão. A orientação do parecer, como se viu, é de que eventuais restrições ao exercício de direitos individuais decorrentes da ausência de vacinação devem ser fixadas por leis em sentido estrito, ou, dito de outro modo, **não é possível a imposição da obrigatoriedade de vacinação sem que tais medidas estejam previstas em lei formal ou sejam dela decorrentes**.

17. Certo é que no final de fevereiro de 2022, o "Tribunal, por maioria, referendou a medida cautelar para determinar a imediata suspensão do Despacho de 29 de dezembro de 2021 do Ministério da Educação, que aprovou o Parecer 01169/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, proibindo a exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades acadêmicas presenciais". Não obstante isso, consultando o NUP 23081.064803/2021-78, não se encontra nova manifestação da PGF sobre o assunto, o que faz presumir que a orientação presente no Despacho n° 22/2022/GAB/DEPCONSU/PGF/AGU ainda vigora.

18. O fundamento para a manutenção do entendimento, como também se viu, é o de que a decisão emanada do STF foi dirigida a um ato específico do Ministro de Estado da Educação (seu despacho de aprovação), **sem afetar, contudo, a existência ou validade do parecer que o subsidiou**.

19. Pois bem, por ter sido uma das causas da presente consulta, deve-se destacar o conteúdo da decisão que deferiu o pedido de liminar da aluna ANA CLARA ARAÚJO DE SÁ LEITÃO SOARES, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0810662-42.2022.4.05.0000 (TRF5 - processo de origem nº 0800252-33.2022.4.05.8403):

> [...] a Segunda Turma desta Corte Regional entende que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, daí que a exigência combatida é de ilegalidade manifesta, não sendo o caso, porém, de revogação do ato administrativo em foco, eis que para assegurar o direito subjetivo da agravante de apenas se submeter a vacina na medida em que nela acredite e deseje, sem a exibição do anunciado passaporte ou outra prova de se haver vacinado.
>
> Neste sentido, é o seguinte precedente: TRF5, 2ª T., PJE 0803903-62.2022.4.05.0000, rel. Des.Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, assinado em 23/07/2022.
>
> Com essas considerações, DEFIRO o pedido de liminar, para suspender a decisão agravada, determinando à UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA o restabelecimento da matrícula da agravante, em todos os componentes que estava matriculada no semestre letivo 2022.1, abstendo-se de impedir o seu acesso às dependências da Universidade, mesmo sem comprovação do esquema vacinal, até o julgamento definitivo do mandado de segurança originário.

20. Percebe-se que a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região é no sentido de que somente deve ser possível a exigência de passaporte sanitário por meio de lei em sentido formal que, no caso, inexiste. Em outras palavras, entende o Regional que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, daí que a

exigência combatida é de ilegalidade manifesta. **No entanto, uma decisão judicial, em regra, gera efeitos "inter partes", ou seja, não alcança terceiros. Logo, por padrão, não pode alcançar bens daqueles que não integram a relação processual, como ocorre no presente caso.**

21. Mas, independentemente de todos esses entendimentos (administrativos e judiciais), o contexto agora é outro, diante do fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). A questão, portanto, deve ser vista sob outro prisma, já bem destacado no PARECER nº 00305/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, de 12 de setembro de 2022.

22. Em brilhante manifestação nos autos do processo judicial nº 0800252-33.2022.4.05.8403 (já referido acima), o Ministério Público Federal se posicionou nessa mesma linha. Confira-se:

> Outrossim, a Portaria nº GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, do Ministérioda Saúde, decretou o encerramento da ESPIN – Emergência em Saúde Pública deImportância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revogou a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, com vigência trintadias após a sua publicação, de **modo que carece de legitimidade a exigência de comprovaçãode vacinação após 22 de maio de 2022.**
>
> Tal circunstância foi reconhecida pela Procuradoria Geral da República, com apublicação da Portaria PGR/MPU nº 80, de 18 de maio de 2022, que revogou a PortariaPGR/MPU nº 110, de 28 de outubro de 2021 – a qual exigia a comprovação de vacinação para acesso às suas dependências –, com efeitos a partir de 22 de maio de 2022.
>
> Acresça-se que a Excelsa Corte, em decisão unânime do seu Plenário, julgou prejudicada a ADI nº 7134, que questionava a constitucionalidade dos arts. 1º, caput; §§ 1º;2º; 3º, incisos II e III; 6º e 7º, da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dadapela Lei nº 14.311, de 9 de março de 2022, em razão do encerramento da ESPIN.

23. Aproveitando o ensejo, cita-se a ementa do julgado citado pelo MPF (ADI nº 7.134):

> EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N.14.311/2022. TRABALHO REMOTO DE GESTANTES DURANTE AEMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE COVID-19. PORTARIA DOMINISTÉRIO DA SAÚDE N. 913, DE 22.4.2022. DECLARAÇÃO DEENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA PELONOVO CORONAVÍRUS. EXAURIMENTO DOS EFEITOS DA LEI.PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO.AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PREJUDICADA.

24. Agora, por oportuno, seguem trechos do voto condutor:

> Considerando a vigência limitada das normas questionadas ao período de “emergência de saúde pública de importância nacional decorrente docoronavírus SARS-CoV-2”, declarado o encerramento daquela situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrênciada infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) pela Portaria do Ministério da Saúde n. 913, de 22.4.2022, reconheço a perda superveniente do objeto da presente ação.
>
> O seu advento e a sua aplicação especificavam condição balizadora de sua vigência, qual seja, a situação de Emergência em Saúde Pública deImportância Nacional. Cessada a condição, cessam também, como é certo em direito, os efeitos a serem produzidos apenas enquanto persistir a excepcionalidade determinante da vigência.

25. Ademais, além da perda do amparo legal, é de duviosa pertinência a previsão em normativo editado pelo CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da exigência do passaporte de vacinação, tendo em

vista que, conforme os atos normativos internos, sua competência encontra-se voltada à "coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFERSA", o que não englobaria, pois, o poder de imposição de exigencia sanitária para a matrícula de aluno.

3. CONCLUSÃO.

26. Dessa forma, cumpre responder, de modo, breve aos questionamentos levantados na consulta, nestes termos:

(a) *primeira pergunta* - **a resposta é positiva, apesar de não se poder falar propriamente em extensão dos efeitos da decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0810662-42.2022.4.05.0000.** O recente entendimento da Suprema Corte sobre a legalidade de medidas após o fim da ESPIN (ADI´s nº 7.103 e 7.134), aplica-se a todas as diretrizes que versem sobre a obrigatoriedade de passaporte vacinal nas dependências das universidades. Assim, a exigência da comprovação do passaporte vacinal para que os demais discentes adentre nas dependências da universidades é negar a plena concretização do acesso à educação. Outrossim, seus parâmetros normativos referente a comprovação da vacina não mais encontram fundamentos válidos na ordem jurídica, devendo-se, portanto, restabelecer as matrículas de todos os discentes da Instituição por ausência de tal comprovação, evitando-se, com isso, também, a judicialização do tema por parte de inúmeros discentes prejudicados com a exigência;

(b) *segunda pergunta* - **a resposta é positiva** e já havia sido dada no DESPACHO nº 00157/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU (seq. 04), segundo o qual "a posição é de que a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 33, de 6 de julho de 2022, perdeu seus efeitos com o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), prescindindo-se até mesmo de sua revogação, porquanto ela não possui qualquer validade jurídica", não sendo adequado sequer se falar em "se eximir" do cumprimento de uma norma que hoje, no mínimo, é ineficaz (além de ter sido editada por quem não tinha competência para tanto) .

Consoante as informações constantes dos autos, é como se opina, salvo melhor juízo. À consulente.

Mossoró, 06 de outubro de 2022.

CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA
Subprocurador-Chefe da PF/UFERSA
No exercício da titularidade

NOTAS

[1] Eis o dispositivo:

> Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. [...]

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, *caput*, da Lei nº 9.784/1999, cujo teor é o seguinte: "Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo".

[3] Conforme a BPC nº 07:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações,

> desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento (BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas**. 4. ed. Brasília: CGU/AGU, 2016, p. 32).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, Miguel Seabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[5] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i) de mérito, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) de legalidade, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) facultativos, quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) obrigatórios, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) vinculantes, quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões neles apontadas (MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091001408202246 e da chave de acesso b92e41ab

---

Documento assinado eletronicamente por CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1000052631 e chave de acesso b92e41ab no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS ANDRÉ STUDART PEREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 06-10-2022 12:18. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

5º PONTO

Apreciação e deliberação sobre o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação para o semestre 2023.1, conforme Memorando Eletrônico Nº 217/2022 – Proppg;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 217/2022 - PROPPG (11.01.03)
(Código: 202304056)

Nº do Protocolo: 23091.016625/2022-31

Mossoró-RN, 17 de Outubro de 2022.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Calendário Acadêmico da Pós-graduação 2023.1 - Solicitação de inclusão de Ponto de pauta no CONSEPE

Prezados/as senhores/as,

O Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica -CPPGIT se reuniu nesta segunda-feira, dia 17 de outubro de 2022, pela manhã e **decidiu** aprovar a proposta de Calendário Acadêmico da Pós-graduação, para o semestre 2023.1, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e submetê-lo à próxima Reunião do CONSEPE. Segue em anexo o documento.

Atenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique:
Calendário pós 2023.1.docx
ATA OFICIAL- Ata-9ª Reunião Ordinária de 2022 ofc. (1).pdf

(Autenticado em 31/10/2022 11:10)
GLAUBER HENRIQUE DE SOUSA NUNES
PRO-REITOR(A)
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: 1344385

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **217**, ano: **2022**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **17/10/2022** e o código de verificação: **7b06e10fef**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

CALENDÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO (2023)

1º Semestre (2023.1)

PROGRAMA	ATIVIDADE	DATA
Stricto Sensu	Oferta de Turmas no SIGAA	01/02 a 17/02
	Matrícula 2023.1	01/03 a 08/03
	Período de Rematrícula**	13/03 a 17/03
	Período letivo	13/03 a 08/07
	Exames finais	10/07 a 15/07
	Lançamento de notas e faltas no SIGAA	Até 22/07
	Defesa de dissertação ou de tese	Fluxo contínuo
Lato Sensu	Matrícula 2021.2	Fluxo contínuo
	Propostas de Cursos Novos de Especialização (Início 2023.2)	Até 31/05
	Lançamento de notas e faltas no SIGAA	Fluxo contínuo
	Consolidação das turmas no SIGAA	Até 21 dias após o encerramento da turma
	Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso	Fluxo contínuo

*** Os Programas de Pós-graduação em Rede poderão modificar seus calendários para atender a demanda da Rede mediantesolicitação devidamente justificada e apíovada pela PROPPG.**
**** Programas que realizarem processo seletivo especial poderão matricular os novos discentes na rematrícula.**
***** A apresentação de Propostas de Cursos Novos a PROPPG será feita até 60 dias antes da data final de envio definida pela Divisão de Avaliação da CAPES (DAV/CAPES).**

Ata número 11/2022. Ata da 9ª **Reunião Ordinária de 2022 do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT)** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, realizada em dezoito de agosto de dois mil e vinte e dois.

Às nove horas e quinze minutos do dia dezessete de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, por videoconferência, foi realizada a 9ª Reunião Ordinária de 2022 do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT). Estavam presentes os membros: **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis**, Pró- reitora adjunta do Programa de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG); **Josivan Barbosa de Menezes Feitoza,** Representante do Programa do Centro de Ciências Sociais, Aplicadas e Humanas (CCSAH); **Valéria Veras de Paula,** Representante do Centro de Ciências Agrárias (CCA); **Rui Sales Junior,** Representante do Comitê de Iniciação Científica (CIC); **Júlio César Rodrigues de Sousa,** Representante do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT); **José Luiz Costa Novaes,** Representante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira,** Representante do Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA) e **Idalmir de Souza Queiroz Júnior,** Coordenador de Pós-graduação. Os docentes **Francisco Odolberto Araújo** e **Francisco Milton Mendes Neto**, Representantes do Centro de Ciências Exatas e Naturais, justificaram a ausência. O Professor **José Francismar de Medeiros**, representante Técnico-administrativo com atuação em pesquisa, a Docente **Edna Lucia da Rocha Linhares**, Representante do Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC), e o docente **Matheus Fernandes de Araújo e Silva**, Representante do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF) justificaram a ausência. Depois de verificada a existência de *quórum*, a Pró- Reitora **Liz Carolina** deu boas-vindas aos presentes e apresentou a pauta a seguir: **Ponto 1– Apreciação e deliberação sobre a Atada 8ª Reunião Ordinária de 2022 do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT); Ponto 2– Apreciação e deliberação sobre o Calendário da Pós-Graduação (2023.1); Ponto 3– Apreciação e deliberação sobre a Pauta da 10ª Reunião Ordinária do CONSEPE de 2022 e Ponto 4- Outras ocorrências.** Após apresentação das pautas, a pró-reitora adjunta, Profa **Liz**, colocou em discussão a possível retirada ou acréscimo de algum ponto. Não havendo sugestão de alteração, a Pauta da 9ª Reunião Ordinária do CPPGIT de 2022 foi aprovada por unanimidade. Passou-se à apreciação do **Ponto 01**, sobre a **ata da 9ª Reunião Ordinária de 2022 - CPPGIT**, a qual foi **aprovada** com 1 (uma) **abstenção e demais votos favoráveis**. Ao ser colocado para apreciação o **Ponto 2**, O Professor **Rui Sales** perguntou se o calendário havia sido aprovado em reunião da congregação de coordenadores de Pós- graduação. Em seguida a Pró- reitora Adjunta **Liz Carolina** confirmou a aprovação do calendário pela congregação de coordenadores de Pós- Graduação. O ponto foi **aprovado** por unanimidade pelos membros. Seguiram-se os trabalhos com a apresentação do **Ponto 3** sobre **Apreciação e deliberação sobre a Pauta da 10ª Reunião Ordinária do CONSEPE de 2022**. A professora **Liz Carolina** leu a pauta da 10ª Reunião Ordinária do CONSEPE de 2022: 1.

Apreciação e deliberação sobre a ata da 10ª reunião ordinária de 2022; 2. Apreciação e deliberação sobre processo de renovação de afastamento; 3. Apreciação e deliberação sobre o Calendário Acadêmico da Graduação à Distância - EaD, dos semestres letivos 2023.1 e 2023.2, encaminhado via Memorando eletrônico Nº 370/2022 - GAB; 4. Apreciação e deliberação sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Arquitetura e Urbanismo, encaminhado via Memorando Eletrônico Nº 189/2022 – Prograd; 5. Apreciação e deliberação sobre minuta de resolução que dispõe sobre as normas para regulamentação da hora-aula, e dos horários dos cursos de graduação presenciais no âmbito da Universidade Federal Rural do SemiÁrido (UFERSA) 6. Outras ocorrências. **Deliberação:** Tendo sido identificado que nenhum dos pontos elencados estavam relacionados diretamente às questões de pesquisa, pós-graduação ou inovação tecnológica, como já acordado em reuniões anteriores, o CPPGIT absteve-se da discussão deste ponto. Em seguida, veio o **Ponto 4** - **Outras Ocorrências.** O representando do NIT, o servidor **Júlio César**, fez um convite aos presentes para participarem do evento de Inovação Tecnológica com previsão para ocorrer no final de outubro, na modalidade presencial, na UFERSA. O professor **Lucas Ambrósio** falou tamabém que o Campus Angicos estava realizando os preparativos para o início do evento da 9ª semana de Ciências e Tecnologia, durante os dias 18 a 21 de outubro de 2022. A Pró-reitora Adjunta **Liz Carolina**, reforçou a importância dos eventos mencionados e convidou os membros para a participarem e informou que a pós- graduação estaria presente prestigiando esses momentos. A professora **Liz** informou também que o professor **Idalmir** também estava organizando o wokshop de Engenharia elétrica, que na oportunidade complementou informando que o 4º wokshop oconteceria nos dias 25 a 27 de outubro de 2022 e assim, estendia o convite para toda comunidade ufersiana. A professora **Liz Carolina** ainda comunicou que a PROPPG estava nos preparativos para o Seminário de Iniciação cientifica - SEMIC, com previsão para os dias 8, 9 e 10 de novembro de 2022 e que em breve a PROPPG iria divulgar todas as informações. Não havendo mais nada a ser discutido, a professora **Liz** deu por encerrada a reunião às nove horas e vinte e três minutos agradecendo a presença de todos. E eu, **Arianne Paula Ribeiro da Costa Rodrigues**, secretária desta Reunião, lavrei a presente ata que será assinada por mim e demais presentes quando aprovada. ----------

Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis _____
Josivan Barbosa de Menezes Feitoza _____
Valéria Veras de Paula _____
Júlio César Rodrigues de Sousa _____
José Luiz Costa Novaes _____
Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira _____
Idalmir de Souza Queiroz Júnior_____
Rui Sales Junior _____

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

6º PONTO

Homologação da indicação dos professores Francisco César de Medeiros Filho e Karla Raphaella Costa Pereira para assumirem, respectivamente, a primeira Coordenação e Vice-coordenação do Programa do curso de Física, conforme Memorando Eletrônico Nº 423/2020 – GAB;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 423/2022 - GAB (11.03)
(Código: 202304760)

Nº do Protocolo: 23091.018049/2022-92

Mossoró-RN, 08 de Novembro de 2022.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Inclusão de pauta

À Senhora
Éricka Tayana Lima Bezerra
Secretária da Secretaria dos Órgãos Colegiados - SOC

Senhora Secretária,

De ordem, solicitamos que seja colocada na pauta do CONSEPE a apreciação da Coordenação Pró-Tempore do Curso de Física, conforme o **Memorando Eletrônico Nº 116/2022 - Caraúbas e Memorando Eletrônico Nº 206/2022 - Prograd**, em anexo.

Sendo o que se apresenta no momento, aguardamos atendimento da referida demanda e nos colocamos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Para realizar o download do arquivo em anexo, clique:
MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 206-2022 - PROGRAD.pdf
MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 116-2022 - CARAUBAS.pdf

(Autenticado em 08/11/2022 17:29)
CLAUDIA ALVES DE SOUSA MUNIZ
CHEFE DE GABINETE - TITULAR
GAB (11.03)
Matrícula: 3680521

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **423**, ano: **2022**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **08/11/2022** e o código de verificação: **25ec1184f9**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAUBAS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 116/2022 - CARAUBAS (11.01.29)
(Código: 202304366)

Nº do Protocolo: 23091.017244/2022-02

Caraúbas-RN, 26 de Outubro de 2022.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CC:
GABINETE

Título: Solicita portaria de Coordenação Pró-Tempore do Curso de Física

Senhora Pró-Reitora,

Solicito que seja expedida portaria para o Coordenador e vice coordenador pro tempores do novo curso de Física, de acordo com indicação enviada por meio do Memorando Eletrônico 30/2022, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Centro Multidisciplinar de Caraúbas:

a) Coordenador: Francisco César de Medeiros Filho

b) Vice-Coordenadora: Karla Raphaella Costa Pereira

Atenciosamente,

(Autenticado em 26/10/2022 08:23)
DALVANIRA BRITO RODRIGUES
VICE DIRETOR - SUBSTITUTO
CARAUBAS (11.01.29)
Matrícula: 2036387

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **116**, ano: **2022**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **26/10/2022** e o código de verificação: **9056ce6700**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 206/2022 - PROGRAD (11.01.02)
(Código: 202304368)

Nº do Protocolo: 23091.017253/2022-50

Mossoró-RN, 26 de Outubro de 2022.

GABINETE

Título: RE.: Solicita portaria de Coordenação Pró-Tempore do Curso de Física

Senhora Vice-Diretora,

Conforme estabelecido no Regimento da UFERSA, em seu art. 196:

"Na criação de novos cursos, o(a) Reitor(a) encaminhará para homologação pelo Consepe a composição da Coordenação indicada pelo Centro, para mandato de 02 (dois) anos."

Encaminhamos com cópia ao Gabinete da Reitoria, para conhecimento.

--
Atenciosamente,

(Autenticado em 27/10/2022 11:08)
KATIA CILENE DA SILVA MOURA
PRO-REITOR(A)
PROGRAD (11.01.02)
Matrícula: 1823981

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **206**, ano: **2022**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **26/10/2022** e o código de verificação: **506566b955**

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

7º PONTO

Apreciação e deliberação sobre alteração de regime de carga horária do docente André Pedro Fernandes Neto, conforme processo nº 23091.012172/2019-88;

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.012172/2019-88

Cadastrado em 27/09/2019

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
ANDRE PEDRO FERNANDES NETO	andrepedro@ufersa.edu.br	1810852

Tipo do Processo:
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA (DOCENTE)

Assunto do Processo:
029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

Assunto Detalhado:
SOLICITA ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, DE 20 (VINTE) HORAS PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA..

Unidade de Origem:
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)

Criado Por:
MARISA CRISTINA DE OLIVEIRA LEITE

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
27/09/2019	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (11.01.04.05)
01/10/2019	ASSESSORIA TÉCNICA PROGEPE (11.01.04.01)
02/10/2019	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS (11.01.00.10.02)
11/10/2019	COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.02.12)
14/10/2019	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS (11.01.00.10.02)
16/10/2019	CENTRO DE ENGENHARIAS (11.01.00.10)
16/10/2019	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
17/10/2019	CENTRO DE ENGENHARIAS (11.01.00.10)
22/10/2019	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
23/10/2019	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)
11/11/2019	ASSESSORIA TÉCNICA PROGEPE (11.01.04.01)
17/03/2020	DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)
09/09/2021	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)

Data	Destino
01/10/2021	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS (11.01.00.10.02)
20/10/2021	CENTRO DE ENGENHARIAS (11.01.00.10)
21/10/2021	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)
22/11/2021	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
01/12/2021	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)
26/09/2022	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS (11.01.00.10.02)
17/10/2022	CENTRO DE ENGENHARIAS (11.01.00.10)
19/10/2022	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)
19/10/2022	ASSESSORIA TÉCNICA PROGEPE (11.01.04.01)
01/11/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
04/11/2022	SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS (11.03.01)

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2022 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufersa.edu.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO

REQUERIMENTO Nº 2880/2019 - DIAP (11.01.38.05)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 27 de setembro de 2019.

VISUALIZAÇÃO INDISPONÍVEL

Total de páginas: 1

(Documento não Disponível no Sistema)

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23091.012172/2019-88

Cadastrado em 27/09/2019 18

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):
ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

E-mail:
andrepedro@ufersa.edu.br

Identificador:
1810852

Tipo do Processo:
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA (DOCENTE)

Assunto do Processo:
029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

Assunto Detalhado:
SOLICITA ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, DE 20 (VINTE) HORAS PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA..

Unidade de Origem:
DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO (11.01.38.05)

Criado Por:
MARISA CRISTINA DE OLIVEIRA LEITE

Marisa Cristina de Oliveira Leite
Assistente em Administração
UFERSA
Mat. SIAPE 2748063

Observação:
-

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
27/09/2019	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (11.01.04.05)		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

UFERSA - DTAP
Fls. 01
ASSINATURA

REQUERIMENTO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO

Matricula SIAPE: [redacted]

Endereço: [redacted]

Cidade/Estado: [redacted]

Email: [redacted]

Telefone(s): [redacted]

Cargo/Emprego/Função: Professor Magisterio Superior

Código/Nível/Referência: 6/603

Lotação: DECAM

Tipo de Vínculo com a UFERSA:

- [X] Servidor(a) Ativo(a)
- [ ] Aposentado(a)
- [ ] Professor(a) Substituto(a), Temporário(a) ou Visitante
- [ ] Beneficiário de Pensão Civil do(a) Servidor(a) ___
- [ ] Beneficiário de Pensão Alimentícia do(a) Servidor(a): ___

OBJETIVO DO REQUERIMENTO

- [ ] ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE
- [ ] ABONO PERMANÊNCIA
- [ ] AFASTAMENTO/LICENÇA
- [ ] ALTERAÇÃO DE AFASTAMENTO/LICENÇA
- [ ] ALTERAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO-RT
- [ ] APOSENTADORIA
- [ ] AUXÍLIOS
- [ ] AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
- [ ] EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO
- [ ] GRATIF. POR ENCARGO DE CURSO/CONCURSO
- [ ] INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO
- [ ] INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE DEPENDENTES
- [ ] PENSÃO CIVIL
- [ ] PROGRESSÃO/PROMOÇÃO
- [ ] PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO
- [ ] REDISTRIBUIÇÃO/REMOÇÃO
- [ ] REVISÃO DE APOSENTADORIA
- [X] OUTRO. ESPECIFIQUE:

DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DO REQUERIMENTO

Solicito a alteração de Regime de trabalho de 20 horas para 40 horas.

Fundamento: Despacho n. 00002/CNU/CGU/AGU - Trata da Compatibilidade e de acumulação cargo.
Plano Trabalho Individual 2019.2
Plano Individual Docente - 2018.1 / 2018.2

Encaminhe-se à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Data: 27 / 09 / 19

[redacted]
Assinatura do Servidor/Requerente

PROCEDIMENTOS

1. Preencher, imprimir e assinar o presente formulário;

UFERSA - DIAP
Fls. 92
ASSINATURA

DESPACHO n. 00002/2017/CNU/CGU/AGU
NUP: 19726.002441/2010-79, 00400.000378/2016-76, 25000.020121/2014-11, 00688.000789/2015-10, 00449.000063/2016-72 e 25000.209806/2015-87
INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA FAZENDA
ASSUNTO: COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS PARA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União Substituto,

A Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos, em sessão plenária realizada no último dia 29 de março, aprovou o judicioso Parecer-Plenário nº 1/2017/CNU-DECOR/CGU/AGU, o qual trata da compatibilidade de horários e da acumulação de cargos e empregos públicos, superando o entendimento do Parecer GQ-145.
Restou aprovada a Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 5/2017, com a seguinte redação:

Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 005/2017, de 29 de março de 2017.

]A compatibilidade de horários a que se refere o art. 37, inciso XVI, da Constituição de 1988 deve ser analisada caso a caso pela Administração Pública, sendo admissível, em caráter excepcional, a acumulação de cargos ou empregos públicos que resulte em carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos e entidades públicos envolvidos, através de decisão fundamentada da autoridade competente, além da inexistência de sobreposição de horários, a ausência de prejuízo à carga horária e às atividades exercidas em cada um dos cargos ou empregos públicos.
Referências: Art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição de 1988; Art. 118 da Lei 8.112/90; Acórdão nº 1.338/2009 - Plenário/TCU; Acórdão nº 1.168/2012 -Plenário/TCU; RE 351.905 - 2ª Turma/STF; RE 633.298 AgR - 2ª Turma/STF
Na ementa do Parecer aprovado foi consolidado, outrossim, o brocado do tempus regit actum, de maneira que ao novo entendimento devem ser conferidos efeitos prospectivos, a bem da segurança jurídica, de forma que sejam resguardados os atos administrativos consolidados sob a vigência do entendimento superado:
EMENTA: ADMINISTRATIVO. LEGISLAÇÃO DE PESSOAL. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. ART. 37, INCS. XVI E XVII, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.
1. Segundo entendimento adotado pelo STF e pelo TCU, a aferição da compatibilidade de horários a que se refere o art. 37, inciso XVI, da Constituição de 1988 deve se basear na análise da situação fática a que se submete o servidor público, sendo insuficiente o cotejo do somatório de horas resultante da acumulação de cargos ou empregos públicos com padrão estabelecido em ato infralegal. Revisão do Parecer GQ-145.
2. É admissível, em caráter excepcional, a acumulação de cargos ou empregos públicos que resulte em carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos e entidades públicos envolvidos, através de decisão fundamentada da autoridade competente, além da inexistência de sobreposição de horários, a ausência de prejuízo à carga horária e às atividades exercidas em cada um dos cargos ou empregos públicos.
3. Em respeito aos postulados do ato jurídico perfeito e do tempus regit actum, devem ser concedidos efeitos prospectivos à superação do entendimento constante do Parecer GQ-145, passando a Administração Pública Federal a adotar a nova interpretação exclusivamente nas decisões administrativas a serem proferidas, inclusive em grau de recurso administrativo, após a publicação do despacho de aprovação do presente parecer pelo Exmo. Sr. Presidente da República, mantendo-se inalteradas as situações jurídicas consolidadas sob a égide da interpretação anterior, estejam ou não as decisões respectivas submetidas à reapreciação judicial, e vedada a concessão de quaisquer efeitos financeiros retroativos sem a devida contraprestação pelo servidor.
Foi aprovado, outrossim, o entendimento de que "para o servidor público autorizado, nos termos da legislação vigente, a cumprir carga horária reduzida em relação à carga horária prevista para o cargo, deve ser levada em consideração, para a finalidade da limitação da jornada de trabalho total dos cargos acumulados em 60 (sessenta) horas, a carga horária efetivamente exigida do servidor".
Sugere-se que o Parecer-Plenário nº 1/2017/CNU-DECOR/CGU/AGU seja submetido à elevada apreciação da Exma. Senhora Advogada-Geral da União, para posterior aprovação do Exmo. Senhor Presidente da República, nos precisos termos dos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Brasília, 04 de abril de 2017.
VICTOR XIMENES NOGUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

CARO(A) PROFESSOR(A),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Relatório Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Porém, será solicitado informações adicionais referentes ao seu relatório.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas **para que seja válido o RID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação**.

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2018.2	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe C - Adjunto	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Disciplinas Ministradas						**CH: 10**
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2018.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	60	

2018.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	
2018.2	TÓPICOS ESPECIAIS EM MICROONDAS	PSC0006	4	01	60	

Orientação e Co-orientação		**CH: 6**
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**
Orientação	GRADUAÇÃO	BREHMER PEREIRA MENDES
Orientação	GRADUAÇÃO	DANIEL TAVARES GUILHERME
Orientação	GRADUAÇÃO	FRANK BERGSON ANTONIO FAGUNDES SILVA
Orientação	GRADUAÇÃO	PEDRO LUKAS LEITE CHAVES
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES
Co-Orientação	GRADUAÇÃO	VICTOR SANTOS CARVALHO CARNEIRO
Orientação	MESTRADO	EUDES FERNANDES DE FREITAS
Co-Orientação	MESTRADO	IGGOR BEZERRA DA SILVA

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH: 4,8**
Estágio						
Período	**Discente**			**Natureza**		
21/05/2018 a 27/11/2018	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA			ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO		
07/06/2018 a 04/12/2018	VICTOR SANTOS CARVALHO CARNEIRO			ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO		
27/02/2019 a 27/02/2019	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA			ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO		



27/02/2018 a 26/02/2019	VIVIANNE RODRIGUES DE FREITAS	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
07/03/2019 a 07/03/2020	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina
Não há projetos de monitoria		

Projetos de Pesquisa		**CH: 14,4**
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
12/01/2017 a 30/04/2019	Desenvolvimento de um modelo de implantação de tecnologias de convivência com o semiárido	Membro
01/09/2014 a 31/08/2019	Desenvolvimento de sensores para posicionamento e mobilidade de ve culos n~ao-tripulados	Membro
13/06/2017 a 30/06/2020	O RISCO NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E DA EMPRESA	Membro
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro

Produções Acadêmicas

Ações de Extensão		**CH: 4,8**

Período	Título do Projeto	Tipo de Participação
01/08/2016 a 31/12/2018	Smart Cities: aplicação de atividades extensionistas como instrumento potencializador do desenvolvimento econômico no semiárido	Membro
03/05/2018 a 02/05/2019	Uso eficiente de energia na UFERSA	Membro
31/08/2018 a 31/08/2019	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções	CH: 0
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0

Adicionar



Submeter | Alterar | Cancelar

Portal do Docente

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comun

CARO(A) PROFESSOR(A),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Relatório Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Porém, será solicitado informações adicionais referentes ao seu relatório.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas **para que seja válido o RID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação**.

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2019.1	**Carga Horária Semanal**	40 Horas
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	1810852	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe C - Adjunto	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Disciplinas Ministradas						**CH: 10**
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2019.1	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	60	
2019.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	

UFERSA
Fls.
ASSINATURA

2019.1	ANTENAS	PSC0005	4	01	60	

Orientação e Co-orientação		CH: 18
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**
Orientação	GRADUAÇÃO	CRISTIANE CARLA DE OLIVEIRA REBOUÇAS
Orientação	GRADUAÇÃO	BIANCA ALVES XAVIER
Orientação	GRADUAÇÃO	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA
Orientação	GRADUAÇÃO	SABRINA DESSY DE ARAUJO LIMA SOARES
Orientação	GRADUAÇÃO	VÍTOR DE MOURA BEZERRA
Orientação	MESTRADO	EUDES FERNANDES DE FREITAS
Co-Orientação	MESTRADO	IGGOR BEZERRA DA SILVA

Projetos de Estágio e Monitoria						CH: 6
Estágio						
Período	**Discente**	**Natureza**				
17/08/2019 a 17/08/2020	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO				
22/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO				



	CAMARA SEGUNDO	
15/04/2019 a 15/04/2020	LYLA PAULA SILVEIRA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
15/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
07/03/2019 a 07/03/2020	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
25/03/2019 a 31/05/2019	ERIK KENES SILVA COIMBRA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina
Não há projetos de monitoria		

Projetos de Pesquisa		CH: 3
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
12/01/2017 a 30/04/2019	Desenvolvimento de um modelo de implantação de tecnologias de convivência com o semiárido	Membro

01/09/2014 a 31/08/2019	Desenvolvimento de sensores para posicionamento e mobilidade de ve culos n~ao-tripulados	Membro
13/06/2017 a 30/06/2020	O RISCO NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E DA EMPRESA	Membro
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro

Produções Acadêmicas

Ações de Extensão		CH: 3
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
03/05/2018 a 02/05/2019	Uso eficiente de energia na UFERSA	Membro
23/07/2019 a 25/07/2019	II Workshop do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Membro
23/07/2019 a 25/07/2019	II Workshop do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Membro
31/08/2018 a 31/08/2019	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador
06/04/2019 a 06/04/2020	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções		CH: 0
Unidade/Curso	Função	
O servidor não exerce funções administrativas		

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0	
Adicionar		



PLANO INDIVIDUAL DOCENTE

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2019.2

DOCENTE: ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

MATRÍCULA: 1810852

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

I - ENSINO

ENSINO PRESENCIAL

Período	Código	Turma	Nível	CH do Componente	CH do Docente	CH Semanal Dedicada*
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL: 14h						
2019 .2	MEA1914	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2019 .2	AMB0336	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2019 .2	AMB0323	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2019 .2	PSC0001	FUNDAMENTOS DE MODELAGEM COMPUTACIONAL - T01	PÓS-GRADUAÇÃO	60h	30h	2.0h

* Carga horária semanal é diluída durante todo o semestre.

CARGA HORÁRIA DEDICADA A ORIENTAÇÕES E ATENDIMENTOS A ALUNOS

ATENDIMENTO AOS ALUNOS:

ORIENTAÇÕES DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: 10,0 h - 0 orientação(ões) encontrada(s)

ORIENTAÇÕES PÓS-GRADUAÇÃO: 4,0 h - 2 orientação(ões) encontrada(s)

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO: 32h

II - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

Atividade	Dados	Dedicação	CH Semanal
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	0 projetos de ensino ativo(s).	0%	0,0 h
PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA	2 projetos ativo(s).	8%	0,0 h
EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES	1 ações ativa(s).	8%	0,0 h



Atividade	Dados	Dedicação	CH Semanal
FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS		0%	0,0 h
Outras atividades Desenvolvidas em Cursos de Graduação e pós-graduação e/ou outros projetos institucionais com remuneração específica		0%	0,0 h

OUTRAS ATIVIDADES SELECIONADAS

OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICADAS PELO DOCENTE

Descrição atividade

20 (CH do regime de trabalho) - 32 (CH dedicada ao ensino) = 0h DEDICADAS A OUTRAS ATIVIDADES

QUADRO RESUMO

I - Carga horária total de ensino:	**32 h**
Carga horária de ensino:	14h
Carga horária de orientações de atividades:	0h
Carga horária de orientações e acompanhamentos:	18h
II - Total de pesquisa, extensão, e outras atividades:	**0h**
Outras atividades de ensino:	0h
Pesquisa e produção acadêmica:	0h
Extensão e outras atividades:	0h
Funções administrativas:	0h
Outras atividades:	0h
Carga horária total informada:	**32h**



Universidade Federal Rural do Semi-Árido

FOLHA DE REMESSA

Divisão de Arquivo e Protocolo

CARIMBO DIAP

UFERSA - DIAP
Fls. 16
ASSINATURA

Nesta data faço remessa deste processo à DAP
_____, de que lavra o presente termo.

Em Mossoró, 27 / Setembro / 2019

Marisa Cristina de Oliveira Leite
Assiste[redacted]ministração
Ma[redacted]

Servidor/Carimbo

ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo da Divisão de Arquivo e Protocolo. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.
A Folha de Remessa deverá ser inserida apenas uma vez no processo no ato da abertura.

PROGEPE 16

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: 029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

DESPACHO

01. Recebido o processo em epígrafe, verifico que o pedido se enquadra nos artigos 20 e 22 da Lei nº 12.772/2012, regulamentadora da carreira do Professor do Magistério Superior, cujo conteúdo aborda alteração de jornada de trabalho, *verbis:*

> Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:
>
> I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou
>
> II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.
>
> § 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.
>
> § 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.
>
> § 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º , nas seguintes hipóteses:
>
> I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou
>
> II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.
>
> [...]
>
> Art. 22. O **Professor poderá solicitar a alteração de seu regime de trabalho**, mediante **proposta que será submetida a sua unidade de lotação**.
>
> § 1º A solicitação de mudança de regime de trabalho, **aprovada na unidade** referida no caput , **será encaminhada** ao dirigente máximo, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Defesa, ou **à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD** de que trata o art. 26, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Educação, **para análise e parecer, e posteriormente à decisão final da autoridade ou Conselho Superior competente**.
>
> § 3º Na hipótese de concessão de afastamento sem prejuízo de vencimentos, as solicitações de alteração de regime só serão autorizadas após o decurso de prazo igual ao do afastamento concedido.

02. Desse modo, **encaminho o caderno processual à unidade de lotação do docente Interessado para análise do pedido**, à Chefia para **homologação do do RID** anexado (consoante dispõe à fl. 03 dos autos)e, posteriormente à emissão de Parecer, solciito que seja o processo direcionado à CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente desta IFES.

Mossoró, 02 de outubro de 2019.

(Autenticado digitalmente em 02/10/2019 09:12)
RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO
SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (11.01.04.06)
ASSESSOR

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2019 - UFRN - srv-sipac02-prd.ufersa.edu.br.sipac2i1

UFERSA-CE
Fls. 17
Assinatura

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: 029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

DESPACHO FAVORÁVEL

Na 5ª reunião extraordinária do colegiado do curso de engenharia de produção, realizada no dia 01 de outubro de 2019, tratou-se sobre a solicitação formulada pelo servidor docente André Pedro Fernandes Neto, processo nº 23091.012172/2019-88, no qual o professor solicitou alteração do regime de trabalho de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva.

Assim, encaminhamos o parecer FAVORÁVEL, aprovado por unamidade na referida reunião.

Atenciosamente,

Fabrícia Nascimento de Oliveira

Coordenadora do curso de Engenharia de Produção

(Autenticado digitalmente em 14/10/2019 09:20)
FABRICIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (11.01.02.12)
COORDENADOR DE GRADUAÇÃO

UFERSA-CE
Fls. 18
Assinatura

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: 029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

DESPACHO FAVORÁVEL

A chefia do DECAM informa, que na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2019, deste departamento foi aprovada a mudança de regime de trabalho do Professor André Pedro Fernandes Neto de 20h para 40h, e portanto dá parecer FAVORÁVEL a mudança de regime do referido Professor.

(Autenticado digitalmente em 16/10/2019 08:40)
RAIMUNDO GOMES DE AMORIM NETO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS (11.01.00.10.02)
PROFESSOR 3 GRAU

UFERSA-CE 19

ORIENTACÕES INICIAIS

O candidato/servidor que intenciona: a) entrar em exercício em cargo público para o qual foi nomeado; b) alterar sua jornada de trabalho; e ou c) acumular ou não, de forma lícita, outras atividades laborais em paralelo ao seu vínculo público, deverá se ater a alguns requisitos prévios, a saber:

- A Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas, deve estar abrangida pelas hipóteses constitucionais, descritas no quadro a seguir:

CARGOS	FUNDAMENTAÇÃO
2 (dois) cargos de **Professor;**	CF/1988, Art. 37, XVI
1 (um) de **Professor** com outro **Técnico/Científico;**	CF/1988, Art. 37, XVI
2 (dois) privativos de **Profissionais de saúde**, com profissões regulamentadas;	CF/1988, Art. 37, XVI
Aposentado pode acumular um **cargo eletivo** ou **em comissão;**	CF/1988, Art. 37, III
Magistrado ou membro do **Ministério Público** e outro de **Professor**;	CF/1988, Art. 95, parágrafo único, I, e Art. 128, § 5º, II, d.
Vereador + outro cargo;	CF/1988, Art. 38, III
Militar em atividade + outro cargo somente se ambos forem privativos de profissionais de saúde	CF/1988, Art. 142, § 3º, II
Membros de Poder, inativos, servidores civis e militares, membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que, até 16/12/98 tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público.	Art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98.

- É DEVER do servidor ou empregado público informar à Administração quanto a eventual acumulação de cargos, empregos ou funções públicas. TODOS OS VÍNCULOS ATUAIS devem ser informados à Administração, por meio do COMPLETO preenchimento do formulário a seguir - Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas.

- A Declaração de acumulação de cargos, empregos e funções públicas deve ser preenchida (sem rasuras) datada e assinada pelo declarante (candidato e/ou servidor) e TODA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA referente aos vínculos declarados, deve ser anexada à declaração.

- Profissionais da Área da Saúde devem apresentar informações atualizadas, atinentes à situação laboral junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES (http://cnes.datasus.gov.br/). Os vínculos ainda ativos no sistema (CNES), na prática já desligados, devem ser excluídos/inativados pela instituição atinente ou pelo próprio profissional, que pode pedir o seu desligamento seguindo as orientações contidas no site.

- DEVERÁ haver total compatibilidade de horários entre os dois vínculos que se pretende acumular. A compatibilidade de horários deve levar em consideração o intervalo mínimo de 01 (uma) hora para alimentação e deslocamento entre os locais de trabalho.

- Ao servidor não é permitido figurar como sócio administrador de empresa sua ou de outrem.

- Não existir Regime de Dedicação Exclusiva em qualquer dos cargos, empregos ou funções exercidas. Ou seja, não é possível a acumulação quando um dos cargos, empregos ou funções é em regime de dedicação exclusiva.

- Só poderão ser exercidos em acumulação dois vínculos, sejam na atividade ou inatividade. É vedada a percepção cumulativa de remunerações referentes a três ou mais cargos, empregos ou funções públicas, ainda que um ou mais destes sejam proventos de inatividade, uma vez que a regra da proibição de acumular também se estende aos proventos de aposentadoria, permitida apenas em hipóteses específicas.

- O servidor que acumular cargos ilicitamente sofrerá as sanções previstas em Lei, dentre elas a instauração de processo administrativo disciplinar e a devolução dos valores recebidos indevidamente.

Mossoró/RN, 18 / 10 / 2019

[redacted]

Assinatura do Declarante

UFERSA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE

UFERSA-CE Fls. 20 PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS Assinatura

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO		CPF: [redacted]
Telefone (com DDD): [redacted]	Cargo: Professor	Lotação: DECAM
Regime de Trabalho: ☒ 20h ☐ 25h ☐ 30h ☐ 40h ☐ DE		

1. Ocupo outro cargo, emprego ou função pública: ☒ Sim* ☐ Não

Órgão: WERN	Órgão:
Cargo, emprego, função: Professor	Cargo, emprego, função:
Regime de Trabalho: 40 Horas	Regime de Trabalho:
Horário de trabalho: Matutino	Horário de trabalho:

1.1. Recebo auxílio alimentação de outro Órgão: ☐ Sim* ☒ Não

2. Exerço atividade em empresa privada, pública ou Sociedade de Economia Mista: ☐ Sim* ☐ Não

2.1. Possuo Carteira assinada: ☐ Sim* ☒ Não

Empresa:	Empresa:
Atividade:	Atividade:
Horário de trabalho:	Horário de trabalho:

2.2. Estou em gozo de licença, afastamento ou cumprindo Aviso Prévio: ☐ Sim* ☒ Não

Órgão(s)/Empresa(s):	Tipo:	Período:

3. Exerço atividade como autônomo ou profissional liberal: ☐ Sim* ☒ Não

Atividade:	Horário:

4. Participo de gerência ou administração de empresa privada ou sociedade simples: ☐ Sim* ☒ Não

5. Exerço comércio/atividade empresarial: ☐ Sim* ☒ Não

5.1. ☐ Sócio, Acionista, Cotista ou Comanditário 5.2. ☐ MEI (Microempreendedor Individual) 5.3. ☐ EIRELI

6. Sou Militar: ☐ Sim* ☒ Não

6.1. ☐ Em atividade ☐ Reformado ☐ Reserva remunerada

7. Estou em disponibilidade remunerada[1]: ☐ Sim* ☒ Não Órgão:

8. Recebo proventos de aposentadoria: ☐ Sim* ☒ Não

8.1. ☐ Aposentadoria Voluntária ☐ Aposentadoria por Invalidez

Órgão:	Cargo:	Data da Aposentadoria: / /

9. Recebo Pensão Civil: ☐ Sim* ☒ Não Órgão:

Declaro, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e para os fins previstos no parágrafo 5º do artigo 13 da Lei 8.112/90, que:

ESTOU CIENTE de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante CONSTITUI CRIME, tipificado no art. 299 do Código Penal, sujeito à PENA DE RECLUSÃO, DE UM A CINCO ANOS, E MULTA, além de DEMISSÃO do cargo, no âmbito administrativo, após apuração em processo administrativo disciplinar, na forma do art. 133, da Lei 8.112/90.

*Anexar os documentos comprobatórios de todos os itens com resposta afirmativa (contrato social, estatuto, portaria de aposentadoria ou pensão, etc.).

Mossoró/RN, 18 de outubro de 2019

[redacted]

Assinatura do Declarante

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
EMITIDO EM 22/10/2019 13:45

UFERSA-CE
Fls. 21
Assinatura

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: 029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

DESPACHO FAVORÁVEL

1. Trata-se do requerimento de alteração de regime de trabalho do servidor docente **André Pedro Fernandes Neto,** de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais.

2. Considerando a posição favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM, votado em Reunião Ordinária do dia 15/10/2019 (ver no processo - folha 18), encaminhamos o parecer **FAVORÁVEL**, aprovado na 10ª Reunião Ordinária de 2019 do Conselho do Centro de Engenharias – CCE, realizada em 21/10/2019.

(Autenticado digitalmente em 21/10/2019 21:07)
JARDEL DANTAS DA CUNHA
CENTRO DE ENGENHARIAS (11.01.00.10)
PROFESSOR 3 GRAU

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEPE

Processo: 23091.012172/2019-88
Interessado: André Pedro Fernandes Neto.
Assunto: Análise da viabilidade de alteração de jornada de trabalho (aumento da carga horaria para 40 horas semanais - sem regime de DE), com acumulação de cargos públicos.

CONSULTA

01. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas vem, por meio da presente, solicitar junto ao Órgão Consultivo desta Instituição, a emissão de parecer quanto aos questionamentos a seguir delineados.

02. Trata-se de dúvida jurídica surgida em vista do Requerimento acostado à fl. 01, alusivo ao pedido do docente André Pedro Fernandes Neto no tocante ao aumento da jornada de trabalho nesta IFES.

03. *Ab initio*, elucida-se que a parte Interessada apresenta acúmulo de cargos públicos, conforme Declaração de acumulação de cargos públicos, empregos e funções Públicas (fl.20). Sobre o ponto, esclarece-se que ocupa o cargo de **Professor do Magistério Superior na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)**, com a **jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais**, registrando horários de atividades no turno matutino.

04. Somado a este aspecto, ocupa o cargo de **Professor do Magistério Superior nesta IFES**, lotado no Departamento de Engenharia e Ciências ambientais, com a jornada de trabalho reduzida a **20 (vinte) horas semanais**.

05. Destarte, esclarece-se que o docente requer a mudança da jornada de trabalho referente à ocupação de Professor, objetivando o **aumento de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, sem dedicação exclusiva**.

06. Nessa ocasião, demostrou-se a mudança no entendimento da limitação de 60 (sessenta) horas para acúmulo de cargos públicos, vez que o Parecer vinculante nº GQ-145 restou revogado. Mencionou-se o entendimento firmado pelo Despacho nº 00002/2017/CNU/CGU/AGU, asseverando que para efeitos de acumulação deve considerar a compatibilidade de horários e o devido cumprimento das jornadas (fl. 02).

07. Cabe ressaltar que durante análise dos documentos, restou identificado no Relatório individual Docente (RID) o exercício de atividades que totalizam 40 (quarenta) horas semanais, embora, no assentamento funcional do servidor refira-se a 20 (vinte) horas semanais (fls. 03/14), tendo em vista o limite existente anteriormente de 60 (sessenta) horas de jornadas quando da existência de dois cargos públicos.

08. Por conseguinte, direcionou-se o caderno processual à unidade de lotação para avaliação acadêmica do pedido (fl. 16). Nesse sentido, a Coordenação do Curso de Engenharia de Produção e o Departamento de Engenharia e Ciências ambientais se manifestaram favoráveis à alteração da carga horária, fato que se constata, respectivamente, às fls. 17 e 18.

09. Por fim, o Centro de Engenharias (CE) emitiu Despacho favorável (fl. 21).

10. Nesse liame, urge trazer à baila prescrição contida na legislação regulamentadora da carreira docente, qual seja Lei nº 12.772/12, no que se refere ao regime de trabalho do Professor do Magistério Federal, *verbis*:

> Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:
> I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou
> II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

> **§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.**
> § 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.
> **§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º , nas seguintes hipóteses:**
> I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou
> II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.
> (...)
>
> (grifo nosso)

11. Notadamente, identifica-se a possibilidade de alteração da jornada de trabalho de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais. Entretanto, diante das circunstâncias especificadas em lei especial no tocante aos regimes ditados, além da acumulação de cargos públicos existentes no caso em apreço, o que totalizaria 80 (oitenta) horas semanais de trabalho, inobstante a existência de Parecer vinculante (Despacho Presidencial de aprovação para fins do art. 40 da LC 73/93), cujo conteúdo descreve a excepcionalidade de excesso às 60 (sessenta) horas, emerge dúvida jurídica quanto à alteração de jornada requerida pelo Interessado.

UFERSA - PROGEPE
25

12. Em suma, emerge dúvida jurídica no que diz respeito à alteração da jornada de trabalho de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, **sendo este sem regime de dedicação exclusiva**, observando que este **deve compreender dois turnos diários completos**; sopesando-se a hipótese de acumulação e compatibilidade de horários, tendo todas as instâncias pertinentes, até o presente momento (uma vez que ainda haverá Parecer da Comissão Permanente de Progressão Docente – CPPD e Conselho Superior competente), aprovado o pedido do Interessado.

13. Assim, ante as nuances fáticas, torna-se oportuno indagar:

a) Em virtude dos fatos descritos, é juridicamente possível o prosseguimento dos trâmites institucionais (CPPD e Conselho Superior) objetivando a alteração da jornada de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais (sem regime de DE) do docente, considerando a cumulação de **dois cargos públicos de professor**, cada um com regimes de 40 (quarenta) horas semanais?

14. Diante deste quadro, buscando velar sempre pela boa execução dos atos públicos e, levando-se em consideração os argumentos trazidos à baila, solicita-se deste órgão consultivo um parecer jurídico sobre as questões acima delineadas.

Mossoró, 12 de novembro de 2019.

[redacted]

Alexandre José de Oliveira
Pró-Reitor
PROGEPE/UFERSA

Esaú Castro de Albuquerque Melo
Pró-Reitor Adjunto
PROGEPE/UFERSA

[redacted]

Ábner Praxedes de Oliveira – Mat.1414298
Estagiário da Assessoria Técnica

Raiane Mousinho F.B.P.Galvão
Assessora Técnica/PROGEPE

UFERSA - PROGEPE
Fls. 26
Assinatura

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
GABINETE DA PROCURADORIA FEDERAL

AV. FRANCISCO MOTA, 572, *CAMPUS* LESTE, BAIRRO PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN, CEP 59.625-900.

PARECER nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.012172/2019-78
INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO.
ASSUNTOS: JORNADA DE TRABALHO.

EMENTA: **1.** ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PARECER. ACÚMULO DE CARGOS [ARTIGO 37, INCISO XVI, DA CRFB]. PROFESSOR. REGIMES ORDINÁRIOS DE TRABALHO [ARTIGO 20, *CAPUT,* INCISOS I E II, DA LEI Nº 12.772/2012]. REGIMES EXTRAORDINÁRIOS DE TRABALHO [ARTIGO 20, §§ 1º E 3º, DA LEI Nº 12.772/2012]. CONCESSÃO. ÓRGÃO SUPERIOR. CONSUNI. GESTÃO POLÍTICA. **2.** REQUERIMENTO. MUDANÇA DE CARGA HORÁRIA. OBSTÁCULO NORMATIVO. REGULAMENTAÇÃO INTERNA. INEXISTÊNCIA. ESCLARECIMENTOS. SUGESTÕES. OBSERVÂNCIA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de consulta promovida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas sobre a possibilidade de aumento de carga horária de docente, **que possui acúmulo de cargos,** a saber, na UFERSA *campus* Mossoró/RN e na UERN *campus Mossoró*, **de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais (sem regime de DE),** devidamente encaminhado para apreciação desta **Procuradoria Federal na UFERSA**, em obediência ao disposto no art. 10 da Lei nº. 10.480/2002[1].

2. Os autos, encaminhados a esta Procuradoria Federal em **12/11/2019**[2], estão instruídos com os seguintes elementos:

(a) à fl. 01, consta Requerimento PROGEPE, de **27 de setembro de 2019**;

(b) à fl. 02, consta Despacho nº 00002/2017/CNU/CGU/AGU, de **04 de abril de 2017**, indicando ser insuficiente o somatório da carga horária para fim de cumulação de cargo público, devendo ser analisado caso a caso;

(c) às fls. 06/12, consta Informações do Docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, com as disciplinas ministradas e carga horária semanal de quarenta horas, relativo ao período de 2018.2 e 2019.1;

(d) à fl. 13, consta Plano Individual Docente, referente ao período de 2019.2, com total de carga horária de ensino em 32 horas e nenhuma a outra atividade;

(e) à fl. 16, consta Despacho da Seção de Legislação e Normas, encaminhando o processo para a unidade interessada para análise do pedido à Chefia para homologação do RID, de **02 de outubro de 2019**;

(f) à fl. 17, consta Despacho favorável da Coordenação do Curso de Engenharia de Produção, indicando que em Reunião Extraordinário do Curso de Engenharia de produção foi entendido pela aprovação do aumento de carga horária do servidor para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, em **14 de outubro de 2019**;

(g) à fl. 18, consta Despacho Favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais, que em reunião ordinária aprovou a mudança de regime de trabalho do Professor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, de 20h para 40h, em **16 de outubro de 2019**;

(h) à fl. 19, consta Orientações Iniciais para pleitear o acúmulo de cargos, assinado pelo docente em **18 de outubro de 2019**;

(i) à fl. 20, consta Declaração de Acumulação de Cargo Público, Empregos e Funções Públicas, do

UERN em regime de 40 horas semanais;

(j) à fl. 21, consta Despacho Favorável do Centro de Engenharias, em **21 de outubro de 2019**;

(k) às fls. 22/25, consta Consulta formulada pela PROGEPE, acerca de análise da viabilidade de alteração de jornada de trabalho, com acumulação de cargo público

3. Assim, o processo foi enviado a esta Procuradoria Federal para fim de emissão de parecer. É o que merece relato. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3]-[4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento com vista ao atendimento dos fins esperados pela ordem jurídica; em termos mais claros, abstraindo-se do *mérito administrativo*, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos ao evento apresentado. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. No âmbito da Administração Pública vige o princípio da indisponibilidade dos bens públicos, de maneira que, constado qualquer fato passível de causar danos ao patrimônio público material ou imaterial, o que inclui a ofensa aos princípios norteadores da atividade administrativa (artigo 37, *caput*, da CF, artigo 2°, *caput*, da Lei n° 9.784/1999 artigo 11, da Lei n° 8.429/1992), impõe-se a identificação dos agentes causadores do evento danoso e a aferição de sua culpabilidade, observada a prescrição ou a decadência, quando configuradas, para fins de aplicação de penalidades, bem como os responsáveis pela preservação do bem violado e/ou pela manutenção da ordem dos bens postos em custódia, uma vez que a culpa *in vigilando* também enseja a devida reprimenda legal, conforme as circunstâncias de cada caso, do servidor envolvido; já o Estado, por sua vez, responde de forma objetiva, isto é, independentemente de culpa aferível daquele (artigo 37, § 6°, da CF/88). Notadamente, a situação encartada nos autos apenas objetiva extirpar dúvida relativa **alteração da jornada de trabalho de docente de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais (sem regime de DE),** portanto, há apenas a pretensão aferir a expedição de atos administrativos consentâneos com as normas legais cogentes, bem como observar toda a principiologia reinante no nosso ordenamento, tudo bem concertado, como quer a harmonia dos sistemas jurídicos coerentes e razoáveis.

6. Primeiramente, transcreve o teor da consulta formulada, nestes termos:

> a) Em virtude dos fatos descritos, é juridicamente possível o prosseguimento dos trâmites institucionais (CPPD e Conselho Superior) objetivando a alteração da jornada de trabalho de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais (sem regime de DE) do docente, considerando a cumulação de dois cargos públicos de professor, cada um com regimes de 40 (quarenta) horas semanais?

7. Inicialmente, cumpre destacar que a consulta ventilada nos autos exigirá detida atenção da área administrativa, haja vista o efeito multiplicador dos requerimentos em função da posição jurídica de diversos docentes da IFES, porquanto, diante de situação análoga, exige-se o mesmo tratamento da atuação administrativa (*venire contra factum proprium*). Diante da precisa análise já apresentada na própria consulta, impõe-se, desde logo, promover dois importantes esclarecimentos:

(a) *a superação do impedimento de carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais* - de longa data, e isso deve ser destacado, imperava uma restrição, de caráter abstrato e absoluto, sobre a inviabilidade de acúmulo de carga horária superior a 60 (sessenta) horas, de maneira que, e não raro acontecia, o servidor tinha que judicializar a controvérsia para imperar sua pretensão resistida, a saber, a possibilidade de carga horária superior a 60 (sessenta) horas. Atualmente, em função de parecer já mencionado nos autos, o entendimento mudou, a saber, permite-se o acúmulo, contanto que sejam observados os condicionantes da compatibilidade de horário no caso concreto. Portanto, o acúmulo de carga horária superior a 60 (sessenta) horas ainda padece de condicionamentos, portanto, não é irrestrito. Aliás, isso resulta bem evidente na transcrição abaixo, que representa o parecer que ensejou a mudança de entendimento da AGU:

> **PARECER-PLENÁRIO N° 01/2017/CNU-DECOR/CGU/AGU**
>
> [...]

De todo o exposto, nos termos da fundamentação retro, sugere-se seja promovida a revisão do Parecer GQ-145, conforme o rito do art. 40 da Lei Complementar 73/93, adotando-se o entendimento de que é inválida a regulamentação administrativa que impõe limitação de carga horária semanal como óbice à acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição de 1988. Deve, assim, a compatibilidade de horários a que se refere o referido dispositivo constitucional,ser analisada caso a caso pela Administração Pública, **sendo admissível, em caráter excepcional, a acumulação de cargos ou empregos públicos que resulte em carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos e entidades públicos envolvidos, através de decisão fundamentada da autoridade competente, além da inexistência de sobreposição de horários, a ausência de prejuízo à carga horária e às atividades exercidas em cada um dos cargos ou empregos públicos.**

Recomenda-se, ainda, sejam concedidos efeitos prospectivos à superação (overruling) das razões de decidir (*ratio decidendi*) sufragadas no Parecer GQ-145, orientando-se a Administração Pública Federal a adotar a nova interpretação exclusivamente nas decisões administrativas a serem proferidas, inclusive em grau de recurso administrativo, após a publicação do despacho de aprovação do presente parecer pelo Exmo. Sr. Presidente da República, **vedada a concessão de quaisquer efeitos financeiros retroativos sem a devida contraprestação pelo servidor.** Devem manter-se inalteradas, portanto, as situações jurídicas consolidadas sob a égide da interpretação anterior, estejam ou não as decisões respectivas submetidas à reapreciação judicial.

Aprovado o presente parecer pela Presidência da República, deve ser dada ciência de seu inteiro teor ao órgão central do SIPEC, recomendando-lhe, a bem da uniformidade da atuação dos órgãos e entidades sob sua supervisão, que estabeleça parâmetros para orientar e fundar as futuras decisões administrativas de admissão ou inadmissão de acumulação de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal.

Sugere-se, por fim, que, enquanto não modificado o Parecer GQ-145, ou no caso de não vir a sê-lo, seja adotado o entendimento, na mesma linha do Parecer nº 0961-2.3/2014/HTM/CONJUR-MP/CGU/AGU, da CONJUR/MP, de que, para o servidor público autorizado, nos termos da legislação vigente, a cumprir carga horária reduzida em relação à carga horária prevista para o cargo, deve ser levada em consideração, para a finalidade da limitação da jornada de trabalho total dos cargos acumulados em 60 (sessenta) horas, **a carga horária efetivamente exigida do servidor.**

(b) *dos condicionantes da legislação específica* - a despeito da liberação - condicionada é fato - de carga horária superior a 60 (sessenta) horas, cumpre mencionar que tal fato não afasta outras [eventuais] exigências de legislação específica. Por isso, não basta o mero requerimento do servidor, com a respectiva aprovação departamental, para obtenção da alteração da carga horária, porquanto não há como relevar os condicionantes da legislação específica, a saber, da Lei nº 12.772/2012.

8. Feitos esses preliminares esclarecimentos, cumpre responder, de modo breve, o questionamento apresentado pela área administrativa, nestes termos:

(a) *regras básicas* - não há maiores dificuldades em ventilar os obstáculos da pretensão administrativa diante da legislação, haja vista seu rigor analítico, muito embora contraproducente, sobre a matéria. Pois bem. A Lei 12.772/2012 é taxativa no sentido de que, **ordinariamente,** professor de cargo efetivo na Carreira de Magistérios Superior deve ser submetido ao **(1)** regime de 20 (vinte) horas ou **(2)** ao regime de 40 (quarenta) horas semanais **com Dedicação Exclusiva**. Portanto, a regra geral sobre a matéria não desponta dúvida. Aliás, o requerente dispõe de carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Contudo, **extraordinariamente**, é possível que o professor disponha de carga horária de 40 (quarenta) horas **sem Dedicação Exclusiva**, desde que atenda às existências do artigo 20, §§ 1º e 3º, da Lei nº 12.772/2012, nestes termos:

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: -

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior

tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2° O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3° **Os docentes em regime de 20 (vinte) horas** poderão ser temporariamente vinculados **ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva** após a verificação de **inexistência de acúmulo de cargos** e da **existência de recursos orçamentários e financeiros** para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, **conforme disposto no § 1°** , nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

(b) *áreas com características específicas (§ 1°)* - ainda que o modelo atual possua seus entraves, não há dúvida de que a legislação contempla possibilidades para superar o regime de dedicação exclusiva, fazendo com que os professores tenham contato com o mercado, afinal, boa parte da reflexão acadêmica a ele se dedica, senão a própria ideia de universidade seria destituída de sentido, pelo menos numa perspectiva compensatória dos custos envolvidos na sua manutenção. Desse modo, na área das Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso de Ciências Contábeis, é compreensível que o docente possua atuação profissional na área de sua atuação acadêmica, pois, e isso é fora de dúvida, vai permiti uma formação mais sólida dos alunos, justamente porque, para além das indiscutível pertinência da formação teórica, o aluno disponha da experiência concreta dos seus professores nos cenários empíricos. Aliás, é bom que se diga, a exigência de regulamentação interna se impõe por dois claros motivos: **(1)** o reconhecimento institucional da importância do *contágio* com o mercado; e **(2)** os limites quantitativos, por curso ou departamento, do número de professores que possam gozar da carga horária de 40 (quarenta) horas sem Dedicação Exclusiva. Na ausência dessa regulamentação, por certo, o requerente não poderá dispor da alteração de carga horária, contudo, não se discute que isso pode ser alcançado, contanto que a universidade reconheça tal necessidade em função das características específicas da área de atuação do docente, que, no caso concreto, não resta dúvida, já que o mesmo atua em regime de 20 (vinte) horas e, portanto, já fora dos *estreitos* limites da Dedicação Exclusiva. A pretensão, desse modo, compreende apenas uma ampliação das atividade docente sem detrimento das imposições de ordem profissional no mercado de trabalho. **Assim sendo, diante do obstáculo levantado, isto é, ausência de disciplina interna sobre a aplicação do artigo 20, § 1°, da Lei n° 1.772/2012, vislumbra-se contraproducente a realização de novas deliberações sobre o pedido do docente, porquanto ainda não existe parâmetro normativo do CONSUNI, que é exigido por lei, para a alteração de carga horária.** Sem dúvida, isso vai gerar futuras discussões sobre o modelo a ser adotado na regulamentação da matéria, porquanto poucos não serão os professores que terão a legitimidade para questionar a omissão da IFES e, o mais revelante, o conteúdo da futura regulamentação;

(c) *atuação administrativa específica (§ 3°)* - admitindo-se que não exista a regulamentação exigida pel artigo 20, § 1°, da Lei n° 12.772/2012, resta, agora, a analisar a hipótese do § 3° do mesmo artigo. A objeção normativa sobre a impossibilidade de acúmulo de cargo, tem sentido [bem] específico: **(1)** evitar, de modo abstrato, que o docente tenha outro cargo, mesmo na hipótese de acumulação legal ou **(2)** proibir o acúmulo, mesmo na hipótese legal, quando a carga horária for incompatível no caso concreto? A segunda hipótese se impõe, caso contrário, a legislação estaria afrontando o próprio texto constitucional, que não impede o acúmulo de carga horária, exigindo, por certo, condicionantes de ordem prática, isto é, a efetiva viabilidade da acumulação (artigo 37, inciso XVI, da CRFB). Dessa forma, a existência de acúmulo de cargo só pode ter algum sentido quanto à impossibilidade de acumulação **de cargo eletivo ou de livre nomeação**, não propriamente de cargos acumuláveis, **inclusive por deferência ao texto constitucional.** Nessa ordem de considerações, portanto, superando-se o impeditivo da indevida acumulação de cargos, exsurgem duas possibilidade ao requerente, quais sejam, **(1)** "ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos" (inciso I); ou **(2)** "participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE" (inciso II). A hipótese do inciso I não requer qualquer disciplina normativa, porquanto já existe manifesta decantação normativa, de maneira que o docente com 20 (vinte) horas de carga horária pode alterar sua carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, contanto que os demais condicionantes sejam observados pela área administrativa, em particular a existência de recursos orçamentários e financeiros, sobretudo, quando mais de 80% do custo de manutenção da IFES se destina ao pagamento de pessoal. Quanto à hipótese do inciso II, a questão, sem sombra de dúvida, exige regulamentação interna, aliás, por expressa disposição legal; então, como ela não existe, resta o obstáculo normativo. Para além disso, se a hipótese do artigo 20, § 1°, da Lei n° 12.772/2012, que serve de referência ao § 3° do mesmo artigo, não se preocupa com acúmulo legal de cargos, então, qual o sentido de a hipótese do § 3° exigir a vedação de acúmulo, por certo, apenas para

(d) *a persistência do obstáculo normativo* - assim sendo, do ponto de vista jurídico, **ainda** não há direito à pretensão apresentada nos autos; contudo, a IFES poderá regulamentar a matéria, o que poderá permitir uma alteração de carga horária, porém, é preciso lembrar, a situação não representa apenas o interesse de determinado docente, mas, sim, de toda a IFES, porquanto ela pode ter interesse na expansão na prestação de serviço público (serviços educacionais) sem necessidade de novas contratações ou nomeações, mormente diante da crise fiscal, que ainda exige redobrados cuidados dos gestores brasileiros. Logo, a gestão política da IFES, e somente ela, no regular exercício da sua competência discricionária, pode levar a adiante a questão, como bem explicita demorada transcrição abaixo[5]:

UNIÃO FEDERAL
Fls. 28
Assinatura

> A lei não é capaz de traçar rigidamente todas as condutas de um agente administrativo. Ainda que procure definir alguns elementos que lhe restringem a atuação, o certo é que em várias situações a própria lei lhes oferece a possibilidade de valoração da conduta. Nesses casos, pode o agente **avaliar a conveniência e a oportunidade** dos atos que vai praticar na qualidade de administrador dos interesses coletivos. Nessa prerrogativa de valoração é que se situa o poder discricionário. Poder discricionário, portanto, é a **prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.** Em outras palavras, não obstante a discricionariedade constitua prerrogativa da Administração, seu objetivo maior é o atendimento aos interesses da coletividade. Conveniência e oportunidade são os elementos nucleares do poder discricionário. A primeira indica em que condições vai se conduzir o agente; a segunda diz respeito ao momento em que a atividade deve ser produzida. Registre-se, porém, que essa liberdade de escolha tem que se conformar com o fim colimado na lei, pena de não ser atendido o objetivo público da ação administrativa. Não obstante, o exercício da discricionariedade tanto pode concretizar-se ao momento em que o ato é praticado, quanto, a posteriori, ao momento em que a Administração decide por sua revogação.

(e) *competência discricionária* - ainda percorrendo a lógica discricionária do administrador, os tribunais nacionais, incluindo o próprio STF, possuem sólidos precedentes no que tange à liberdade conferida ao administrador na realização de certos atos, **até mesmo em atuação revisional**, portanto, numa dinâmica desconstitutiva de direitos. Aliás, tal entendimento, há longa data, se encontram em verbete de súmula do STF, tais como as de nº 346 e 473, nestes termos, respectivamente: "A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" e "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Desse modo, todas as hipóteses elencadas acima compreendem um juízo de conveniência e oportunidade da gestão política da IFES, devendo este atuar de maneira que preserve o melhor o interesse público e dentro das hipóteses do artigo transcrito acima; e

(f) *da carga horária irregular do docente* - outro ponto relevante, **e que exige corrigenda da área administrativa**, é a carga horária do docente. Se há obstáculo normativo para que o docente goze, no momento, de carga horária de 40 horas semanais, de igual modo, não se verifica a possibilidade de que sua carga horária efetiva, sem a remuneração correspondente, seja superior a 20 horas semanais. Não há como consentir com isso, porquanto representa, para além de claro prejuízo ao docente, uma conduta totalmente contraditória da IFES. Nesse sentido, impõe-se, desde logo, a retificação do Plano Individual Docente, isto é, **exigir dele apenas a carga horária compatível com o seu regime de trabalho.**

9. Por fim, a área administrativa deve ter redobrada atenção na regulamentação e concessão de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tal como exigida pelo artigo 20, §§ 1º e 3º, da Lei nº 12.772/2012, justamente para não extrapolar os estreitos limites da legislação.

3. CONCLUSÃO.

10. Ante o exposto, conclui-se[6] pela **impossibilidade inicial** da pretensão da servidor, tendo em vista que o requerimento exige disciplina normativa da IFES (CONSUNI), sem prejuízo, **desde logo**, da hipótese do artigo 20, § 3º, inciso I, da Lei nº 12.772/2012, contanto que seja observado o condicionante orçamentário/financeiro exigido por lei. **Além disso, tal como destacado no item 08, alínea f, *supra*, a área administrativa deve retificar o PID do requerente.**

Mossoró/RN, sexta-feira, 19 de dezembro de 2019.

Márcio Ribeiro

Procurador Federal[7]

---

[1] Eis o dispositivo:

> "À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial". [...]

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, *caput,* da Lei nº 9.784/99, cujo teor é o seguinte: "Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo".

[3] Conforme a BPC nº 07: "O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade" (BRASIL. Advocacia-Geral d União. **Manual de Boas Práticas Consultivas.** Brasília: CGU/AGU, 2011, p. 17).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, Miguel Seabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário.** 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[5] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 51.

[6] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> "Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i) ***de mérito***, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) ***de legalidade***, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) *facultativos*, quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) *obrigatórios*, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) *vinculantes*, quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões neles apontadas" (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

[7] Procurador-Chefe da PF-UFERSA, conforme Portaria nº 457 da Casa Civil da Presidência da República, de 14 de junho de 2013, com publicação no DOU em 17 de junho de 2013, Seção 2, p. 01.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091012172201978 e da chave de acesso 8559b2fb

---

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 358571158 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA. Data e Hora: 20-12-2019 10:49. Número de Série: 4858664162093621221. Emissor: AC CAIXA PF v2.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
EMITIDO EM 03/01/2020 09:25

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: 029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

UFERSA - PROGEPE
Fls. 29
Assinatura

DESPACHO DESFAVORÁVEL

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo servidor **André Pedro Fernandes Neto**, matricula SIAPE [redacted] professor do Magistério Superior nesta IFES, o qual solicitou a majoração da carga horaria de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais sem regime de Dedicação exclusiva.

02. Consoante às informações, o servidor interessado apresenta cumulação de cargos públicos, tendo em vista, o vinculo com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na função de Professor, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

03. Para tanto, deliberou-se realizar consultar Jurídica à Procuradoria Federal desta IFES com intuito de avaliar os parâmetros legais para tal situação, haja vista as disposições da Lei nº 8.112/90 concernente a jornada de trabalho do servidor publico federal, e a Lei nº 12.772/12 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, como também, as orientações jurídicas atinentes à excepcionalidade da acumulação de cargos públicos acima de 60 (sessenta) horas semanais.

04. Não obstante, emitiu-se o **Parecer nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU**. Em que pese, restou clarificado a impossibilidade inicial da alteração da carga horária.

05. Inobstante, pontou-se sobre a necessidade de disciplina normativa para os casos, sem acarretar prejuízo às disposições normativas e observando o condicionante orçamentário ordenado por lei.

06. Neste pórtico, considerando a sobredita orientação jurídica, opina-se pelo **INDEFERIMENTO** do presente processo administrativo, sopesando-se pela impossibilidade inicial de alteração da jornada de trabalho.

07. Notifica-se a parte interessada sobre a referida decisão.

(Autenticado digitalmente em 03/01/2020 09:25)
ESAU CASTRO DE ALBUQUERQUE MELO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (11.01.04)

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2020 - UFRN - srv-sipac02-prd.ufersa.edu.br.sipac2i1

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO **PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS** Av. Francisco Mota, nº 572, Bairro Costa e Silva – CEP: 59.625-900 – Mossoró-RN Fone: (84) 3317-8203 E-mail: progepe@ufersa.edu.br	**Notificação n° 001/2020**

UFERSA - PROGEPE Fls. 30

Dados da Notificação

Assunto:	**Número do Processo Administrativo:**	Data da notificação:
Alteração de carga horária	23091.012172/2019-88	03/01/2020
Prazo para apresentar Manifestação escrita:		**10 (dez) dias consecutivos a contar da ciência desta notificação**

Identificação do Servidor

Nome do (a) Interessado (a):	Matrícula:	CPF:
André Pedro Fernandes Neto	[redacted]	[redacted]
Endereço: .a Duodecimo Rosado, nº 1365, Conjunto Inocoop, Nova Betânia.	Cidade/UF: [redacted]	CEP: [redacted]

Prezado (a) Servidor (a),

Notifica-se sobre o processo administrativo nº 23091.012172/2019-88, em que pese, com objetivo de alteração de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, sem o regime de dedicação exclusiva. Nesse liame, decidiu-se realizar consulta jurídica à procuradoria desta IFES.

Inobstante, emitiu-se o **Parecer nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU**, o qual restou clarificado a impossibilidade inicial da alteração da carga horária.

Observando a orientação jurídica, a PROGEPE emitiu despacho de indeferimento do pedido de majoração da carga horária.

Por fim, diante do despacho desfavorável sobredito, concede-se o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para manifestação, a contar da ciência desta notificação.

Atenciosamente,

[redacted]

Esaú Castro de Albuquerque Melo

Pró-Reitor Adjunto

Ao responder a presente notificação, solicitamos referenciar o número do Processo Administrativo acima destacado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

UFERSA - PROGEPE
Fls. 31
Assinatura

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 278/2019 - PROGEPE (11.01.04)
(Identificador: 201976390)

Nº do Protocolo: 23091.015605/2019-32

Mossoró-RN, 20 de Dezembro de 2019.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Título: Necessidade de adequação do PIAD

Assunto: 020.5 - PESSOAL: ASSENTAMENTOS INDIVIDUAIS, CADASTRO

01. Vimos, por deste, informar sobre o processo administrativo nº 23091.012172/2019-88, instaurado pelo servidor **André Pedro Fernandes Neto**, matricula SIAPE [redacted], o qual solicitou a majoração da carga horaria de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais sem o regime de dedicação exclusiva ao cargo de professor nesta IFES.

02. Cumpre mencionar o **Parecer nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU,** emitido pela Procuradoria desta IFES, posicionando-se pela impossibilidade inicial do pedido, até normatização do CONSUNI.

03. Cabe ressaltar, a orientação do Procurador para à alteração de PID de professores que formalmente possuem **20 (vinte) horas** na UFERSA e registram mais horas no PIAD, *verbis*:

> "(f) da carga horária irregular do docente - outro ponto relevante, e que exige corrigenda da área administrativa, é a carga horária do docente. Se há obstáculo normativo para que o docente goze, no momento, de carga horária de 40 horas semanais, de igual modo, não se verifica a possibilidade de que sua carga horária efetiva, sem a remuneração correspondente, seja superior a 20 horas semanais. Não há como consentir com isso, porquanto representa, para além de claro prejuízo ao docente, uma conduta totalmente contraditória da IFES. Nesse sentido, impõe-se, desde logo, a retificação do Plano Individual Docente, isto é, exigir dele apenas a carga horária compatível com o seu regime de trabalho."

03. Nesse liame, encaminha-se em anexo o Parecer supramencionado para conhecimento e providencias por parte da Chefia do Departamento.

04. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar-lhe outras informações que repute necessárias.

Atenciosamente,

(Autenticado em 23/12/2019 10:20)
ESAU CASTRO DE ALBUQUERQUE MELO
PRO REITOR ADJUNTO - TITULAR
Matrícula: [redacted]

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

UFERSA - PROGEPE
Fls. 22
Assinatura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 43/2019 - DECAM (11.01.00.10.02)
(Identificador: 201976417)

Nº do Protocolo: 23091.015649/2019-08

Mossoró-RN, 23 de Dezembro de 2019.

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Título: RE.: Necessidade de adequação do PIAD

Assunto: 020.5 - PESSOAL: ASSENTAMENTOS INDIVIDUAIS, CADASTRO

Prezado Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Progepe,

Boa tarde. Conforme solicitação feita a este departamento via memorando, foi solicitado oficialmente ao docente (via e-mail institucional) que o mesmo adeque suas atividades ao regime de trabalho atualmente vigente - 20 horas, com respectiva atualização do PID. Destaca-se que a apreciação do referido documento pela assembleia departamental se dará em momento oportuno.

Atenciosamente,

(Autenticado em 23/12/2019 12:38)
BRENO BARROS TELLES DO CARMO
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
Matrícula: [redacted]

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Av. Francisco Mota, nº 572, Bairro Costa e Silva –
CEP: 59.625-900 – Mossoró-RN Fone: (84) 3317-8203
E-mail: progepe@ufersa.edu.br

UFERSA - PROGEPE Fls. 33

Notificação nº 032/2020

Dados da Notificação

Assunto:	Processo Administrativo	Data da notificação:
Carga Horária	23091.012172/2019-88	19/02/2020
Objeto da Regularização: **Majoração de Carga Horária**		**Prazo para apresentar manifestação** — ***Até 10 dias a contar da ciência desta Notificação***

Identificação do Servidor

Nome do Interessado:	Matrícula:	CPF:	Situação Funcional:
André Pedro Fernandes Neto	[redacted]	[redacted]	Ativo
Endereço: [redacted] Bairro [redacted]	Cidade/UF: [redacted]		CEP: [redacted]

Prezado,

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas desta Universidade vem notificá-lo para apresentação do Plano Individual de Atividade Docente – PIAD, conforme o memorando eletrônico nº 43/2019 – DECAM.

Em solicitação de majoração de carga horária através do processo administrativo nº 23091.012172/2019-88 foi requisitado adequação das atividades ao regime de trabalho vigente (20 horas) com a respectiva atualização no PIAD.

Dessa forma, solicita-se a apresentação do PIAD com as devidas adequações para que o processo administrativo seja devidamente arquivado.

Atenciosamente,

[redacted]

Alexandre José de Oliveira
Pró-Reitor

Ao responder a presente Notificação, solicitamos referenciar o número do Processo Administrativo acima destacado.

UFERSA - PROGEPE
Fls. 34
Assinatura

PLANO INDIVIDUAL DOCENTE

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2020.1

DOCENTE: ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

MATRÍCULA: [redacted]

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

I - ENSINO
ENSINO PRESENCIAL

Período	Código	Turma	Nível	CH do Componente	CH do Docente	CH Semanal Dedicada*
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL: 16h						
2020.1	MEA1914	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2020.1	AMB0336	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2020.1	AMB0323	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2020.1	PSC0001	FUNDAMENTOS DE MODELAGEM COMPUTACIONAL - T01	PÓS-GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h

* Carga horária semanal é diluída durante todo o semestre.

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTOS AOS ALUNOS

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Dedicada
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ORIENTAÇÕES: 6h			
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2015020913 - JOSE GILVAN DA SILVA NOGUEIRA	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2015010956 - MATHEUS BELMINO DE SENA	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2017010905 - THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	30	2.0h

CARGA HORÁRIA DEDICADA A ORIENTAÇÕES E ATENDIMENTOS A ALUNOS

ATENDIMENTO AOS ALUNOS:

ORIENTAÇÕES DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: 1,0 h - 0 orientação(ões) encontrada(s)

ORIENTAÇÕES PÓS-GRADUAÇÃO: 1,0 h - 1 orientação(ões) encontrada(s)

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO: 20h

Atividade	Dados
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	0 projetos de ensino ativo(s).

UFERSA - PROGEPE
35

PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA	2 projetos ativo(s).
EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES	1 ações ativa(s).
FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	

Outras atividades Desenvolvidas em Cursos de Graduação e pós-graduação e/ou outros projetos institucionais com remuneração específica

II - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

OUTRAS ATIVIDADES SELECIONADAS

OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICADAS PELO DOCENTE

Descrição atividade

20 (CH do regime de trabalho) - 20 (CH dedicada ao ensino) = 0h DEDICADAS A OUTRAS ATIVIDADES

QUADRO RESUMO

I - Carga horária total de ensino:	**20 h**
Carga horária de ensino:	16h
Carga horária de orientações de atividades:	6h
Carga horária de orientações e acompanhamentos:	4h
II - Total de pesquisa, extensão, e outras atividades:	**0h**
Outras atividades de ensino:	0h
Pesquisa e produção acadêmica:	0h
Extensão e outras atividades:	0h
Funções administrativas:	0h
Outras atividades:	0h
Carga horária total informada:	**20h**

UFERSA - PROGEPE
Fls. 36
Assinatura

PORTAL DO DOCENTE > PLANO INDIVIDUAL DO DOCENTE

PLANO INDIVIDUAL DOCENTE

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2019.2

DOCENTE: ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

MATRÍCULA: [redacted]

LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

I - ENSINO
ENSINO PRESENCIAL

Período	Código	Turma	Nível	CH do Componente	CH do Docente	CH Semanal Dedicada*
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL: 14h						
2019.2	MEA1914	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2019.2	AMB0336	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2019.2	AMB0323	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2019.2	PSC0001	FUNDAMENTOS DE MODELAGEM COMPUTACIONAL - T01	PÓS-GRADUAÇÃO	60h	30h	2.0h

* Carga horária semanal é diluída durante todo o semestre.

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTOS AOS ALUNOS

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Dedicada
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ORIENTAÇÕES: 68h			
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2018022119 - ERIK KENES SILVA COIMBRA	300	20.0h
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2017003128 - VIVIANNE RODRIGUES DE FREITAS	300	20.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2016011249 - CICERA LYNDIANE FERREIRA LIMA	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2014011024 - CRISTIANE DOS REIS BRAGA	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2015020913 - JOSE GILVAN DA SILVA NOGUEIRA	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2013010643 - KEVIN BRUNO BRAGA FARACHE	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2014020029 - MARIANA SILVA CAMPOS	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2015010956 - MATHEUS BELMINO DE SENA	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2016020669 - PATRICIO WAGNER GONCALVES CARVALHO	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2017020845 - THIAGO DE CARVALHO RÊGO	30	2.0h

UFERSA - PROGEP
Fls. 37
Assinatura

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Dedicada
MME2312 - PROJETO DE TCC	2017010905 - THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2016011249 - CICERA LYNDIANE FERREIRA LIMA	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2014011024 - CRISTIANE DOS REIS BRAGA	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2013010643 - KEVIN BRUNO BRAGA FARACHE	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2014020029 - MARIANA SILVA CAMPOS	30	2.0h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2017020845 - THIAGO DE CARVALHO RÊGO	30	2.0h

CARGA HORÁRIA DEDICADA A ORIENTAÇÕES E ATENDIMENTOS A ALUNOS

ATENDIMENTO AOS ALUNOS:

ORIENTAÇÕES DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: 2,0 h - 2 orientação(ões) encontrada(s)

ORIENTAÇÕES PÓS-GRADUAÇÃO: 2,0 h - 1 orientação(ões) encontrada(s)

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO: 20h

II - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

Atividade	Dados
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	0 projetos de ensino ativo(s).
PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA	2 projetos ativo(s).
EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES	1 ações ativa(s).
FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	
Outras atividades Desenvolvidas em Cursos de Graduação e pós-graduação e/ou outros projetos institucionais com remuneração específica	

OUTRAS ATIVIDADES SELECIONADAS

OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICADAS PELO DOCENTE

Descrição atividade

20 (CH do regime de trabalho) - 20 (CH dedicada ao ensino) = 0h DEDICADAS A OUTRAS ATIVIDADES

QUADRO RESUMO

I - Carga horária total de ensino:	**20 h**
Carga horária de ensino:	14h
Carga horária de orientações de atividades:	68h
Carga horária de orientações e acompanhamentos:	6h
II - Total de pesquisa, extensão, e outras atividades:	**0h**
Outras atividades de ensino:	0h
Pesquisa e produção acadêmica:	0h

UFERSA - PROGEP
Fls. 38
Assinatura

Extensão e outras atividades:	0h
Funções administrativas:	0h
Outras atividades:	0h
Carga horária total informada:	**20h**

39

Processo: 23091.012172/2019-88
Interessado: André Pedro Fernandes Neto
Assunto: Majoração de carga horária Docente

DESPACHO

01. Trata-se do processo administrativo solicitando majoração de carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

02. Indeferida a solicitação conforme mostra despacho à fl. 29, orientado pelo Parecer nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU encaminha-se o processo para o arquivo.

03. Arquiva-se

Mossoró/RN, 17 de março de 2020.

[redacted]

Raianne Cristina Mourão Carlos
Assistente Administrativo

Raianne Cristina Mourão Carlos
Assistente em Administração
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Mat. SIAPE nº [redacted]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

UFERSA PROGEPE FLS. 40 ASSINATURA

REQUERIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome: ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO	Matrícula SIAPE: [redacted]
Endereço: [redacted]	Cidade/Estado: [redacted]
E-mail: [redacted]	Telefone(s) com DDD: [redacted]
Cargo/Emprego/Função: PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	Código/Nível/Referência: Classe 6/Nivel 604
Unidade de Lotação: DECAM	

Tipo de Vínculo com a UFERSA:

(X) Servidor(a) Ativo(a) ( ) Aposentado(a) ( ) Professor(a) Substituto(a), Visitante ou Téc. Temporário(a)

( ) Beneficiário de Pensão Civil do(a) Servidor(a): ____

( ) Beneficiário de Pensão Alimentícia do(a) Servidor(a): ____

OBJETIVO DO REQUERIMENTO

	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE		GRATIF. POR ENCARGO DE CURSO/CONCURSO
	ABONO PERMANÊNCIA		INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO
	AFASTAMENTO/LICENÇA		INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE DEPENDENTES
	ALTERAÇÃO DE AFASTAMENTO/LICENÇA		PENSÃO CIVIL
	ALTERAÇÃO DE RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO		PROGRESSÃO/PROMOÇÃO
	APOSENTADORIA		PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO/MÉRITO
	AUXÍLIOS		REDISTRIBUIÇÃO/REMOÇÃO
	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO		REVISÃO DE APOSENTADORIA
	EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO	X	OUTRO. ESPECIFIQUE:

DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DO REQUERIMENTO

Desarquivado o processo 23091.012172/2019-88 para que a PROGEPE direcione à CPPD e, posteriormente, encaminhe ao Conselho superior competente, conforme artigo 22, § 1° da Lei n° 12.772/2012

Encaminhe-se à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Data: 09/09/2021

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]

Assinado digitalmente por ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]
DN: CN=ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted] OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.09.08 20:34:48-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Assinatura do(a) Servidor(a)/Requerente

PROCEDIMENTOS

1. Preencher, imprimir e assinar o presente formulário;
2. Anexar documentação comprobatória (se for o caso);
3. Entregar na PROGEPE ou no Setor de Gestão de Pessoas do Campus no qual esteja lotado(a).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 1303 / 2021 - PROGEPE (11.01.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 01 de outubro de 2021.

1. Trata-se do requerimento de alteração de carga horária de trabalho do docente **André Pedro Fernandes Neto**, Matrícula SIAPE nº [redacted], que solicita o aumento de 20 horas para 40 horas semanais.

2. Considerando o §1°, do Art. 22 da Lei nº 12.772/2021, in verbis:

> Art. 22. O Professor poderá solicitar a alteração de seu regime de trabalho, mediante proposta que será submetida a sua unidade de lotação.
> 1º A solicitação de mudança de regime de trabalho, aprovada na unidade referida no caput, será encaminhada ao dirigente máximo, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Defesa, ou à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD de que trata o art. 26, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Educação, para análise e parecer, e posteriormente à decisão final da autoridade ou Conselho Superior competente.

3. Bem como o Art. 4° da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019, in verbis:

> Art. 4º A alteração de regime de trabalho poderá ser requerida pelo professor do Magistério Superior mediante aprovação de plano de trabalho que a justifique pelo plenário do Departamento Acadêmico ao qual pertence e pelo Conselho de Centro em que o docente está vinculado.

4. Dessa forma, **solicita-se a manifestação do Chefe do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais**, onde se encontra lotado o servidor docente, ressaltando a necessidade de esclarecimento do docente se requer alteração para 40 (quarenta) horas com ou sem dedicação exclusiva.

5. Solicitamos também que seja anexado ao processo a atualização dos documentos que se pede no Art. 5º da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019:

> "A solicitação de alteração de regime de trabalho com ampliação de carga horária, com ou sem dedicação exclusiva, deverá ser instruída com os seguintes documentos:
> I - relatório das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica dos últimos 2 (dois) anos no atual regime de trabalho;
> II - plano de trabalho docente com as atividades de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão e/ou gestão acadêmica que justifiquem a mudança de regime de trabalho;
> III - declaração de acumulação de cargos, empregos e funções públicas; e
> IV - justificativas para reconhecimento da área como possuidora de características específicas, quando se tratar de mudança de regime para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva."

6. Ao final, encaminhar o processo novamente à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

(Assinado digitalmente em 01/10/2021 09:04)
ISABELLA DE AZEVEDO BATISTA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1303**, ano: **2021**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **01/10/2021** e o código de verificação: **f033c6e847**

Solicitamos também que seja anexado ao processo a atualização dos documentos que se pede no Art. 5º da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019:

"A solicitação de alteração de regime de trabalho com ampliação de carga horária, com ou sem dedicação exclusiva, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica dos últimos 2 (dois) anos no atual regime de trabalho;

PORTAL DO DOCENTE > RELATÓRIO INDIVIDUAL DO DOCENTE > FORMULÁRIO

CARO(A) PROFESSOR(A),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Relatório Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Porém, será solicitado informações adicionais referentes ao seu relatório.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas **para que seja válido o RID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação**.

PLANO INDIVIDUAL DO DOCENTE

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2021.1 (19/07/2021 a 20/11/2021)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe C - Adjunto	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

ENSINO

Disciplinas Ministradas						**CH:** 10,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2021.1	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	60	4.0
2021.1	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	60	2.0
2021.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	4.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			CH: 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	JÁDER BARRETO DE MOURA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LUANNA CASTRO DE ALMEIDA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSUE MARCOS CARVALHO OLIVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	CLEZINALDO FERNANDES BENTO NETO	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	ELIABE ROAN DOS SANTOS FRANCA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MAX MATHEUS NOGUEIRA PINTO	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	BRUNO CESAR SANTOS DE AQUINO	2021.1

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						CH: 5,00
Estágio						
Período	**Discente**					**Natureza**
25/02/2021 a 24/08/2021	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA					ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
23/08/2021 a 20/11/2021	JÁDER BARRETO DE MOURA					ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
23/08/2021 a 20/11/2021	VÍTOR DE MOURA BEZERRA					ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
09/08/2021 a 08/02/2022	GABRIEL MEDEIROS NOBREGA					ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
21/06/2021 a 20/10/2021	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES					ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
20/01/2021 a 17/09/2021	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA					ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
Monitoria						
Período	**Discente**					**Curso ou Código da Disciplina**

Não há projetos de monitoria

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		CH: 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
17/06/2021 a 31/12/2022	Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores	Membro
14/06/2021 a 31/12/2022	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Vice-Coordenador
17/06/2021 a 16/06/2023	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Coordenador
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Produções Acadêmicas

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		CH: 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
17/06/2021 a 16/06/2023	SINERGY JR	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Outras Atividades

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0,00

CARO(A) PROFESSOR(A),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Relatório Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Porém, será solicitado informações adicionais referentes ao seu relatório.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas **para que seja válido o RID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação**.

Plano Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2020.2 (22/02/2021 a 05/06/2021)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe C - Adjunto	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 16,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2020.2	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	02	90.0	3.0
2020.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	3.0
2020.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 8,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	ALYSSON DOS SANTOS SILVA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	TAYRONE CARLOS MEDEIROS LEAO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	BRUNO CESAR SANTOS DE AQUINO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	DEYSIANE DANDARA RODRIGUES DE SOUSA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	GISELE CARLA MARTINS DE MELO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	GISELE CARLA MARTINS DE MELO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS BELMINO DE SENA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MILENA HELLEN DAMASCENO RIBEIRO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	2020.2

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 6,00
Estágio						
Período	**Discente**					**Natureza**

15/03/2021 a 21/05/2021	BIANCA FERNANDES DE FREITAS	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
16/11/2020 a 15/05/2021	MATHEUS BELMINO DE SENA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
01/12/2020 a 26/03/2021	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
25/02/2021 a 24/08/2021	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
04/01/2021 a 16/06/2021	JOÃO PAULO RUFINO GURGEL VIANA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
24/03/2021 a 04/06/2021	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
01/03/2021 a 12/05/2021	ALYSSON DOS SANTOS SILVA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
20/01/2021 a 17/09/2021	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina
Não há projetos de monitoria		

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Produções Acadêmicas

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
18/05/2020 a 18/05/2021	SINERGY JR	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Outras Atividades

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0,00

CARO(A) PROFESSOR(A),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Relatório Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Porém, será solicitado informações adicionais referentes ao seu relatório.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas **para que seja válido o RID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação**.

Plano Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2020.1 (09/03/2020 a 16/12/2020)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe C - Adjunto	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						CH: 10,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2020.1	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	90.0	6.0
2020.1	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	6.0
2020.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0
2020.1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA – ELÉTRICA	MET0005	3	01	67.5	4.5

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			CH: 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	SABRINA MARIA DE ALMEIDA DAVI	2020.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MILENA HELLEN DAMASCENO RIBEIRO	2020.1
Co-Orientação	MESTRADO	IGGOR BEZERRA DA SILVA	21/03/2018 à 07/04/2020

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						CH: 10,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
01/07/2020 a 30/09/2020	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
22/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
15/04/2019 a 15/04/2020	LYLA PAULA SILVEIRA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
15/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
17/08/2019 a 17/08/2020	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
20/03/2020 a 14/05/2020	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
10/08/2020 a 23/10/2020	SABRINA MARIA DE ALMEIDA DAVI	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
17/02/2020 a 05/05/2020	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO

17/03/2020 a 29/05/2020	SABRINA MARIA DE ALMEIDA DAVI	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
16/11/2020 a 15/05/2021	MATHEUS BELMINO DE SENA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
01/12/2020 a 26/03/2021	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina

Não há projetos de monitoria

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
13/06/2017 a 30/06/2020	O RISCO NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E DA EMPRESA	Membro
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Produções Acadêmicas

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
06/04/2019 a 06/04/2020	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador
06/05/2020 a 06/08/2020	I Workshop Virtual de Engenharia de Produção	Ministrante
18/05/2020 a 18/05/2021	SINERGY JR	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Outras Atividades

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0,00

Portal do Docente > Relatório Individual do Docente > Formulário

Caro(a) Professor(a),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Relatório Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Porém, será solicitado informações adicionais referentes ao seu relatório.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas **para que seja válido o RID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação**.

Plano Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2019.2 (16/09/2019 a 10/02/2020)	**Carga Horária Semanal**	**54 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe C - Adjunto	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						CH: 14,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2019.2	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	60	4.0
2019.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	60	4.0
2019.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	4.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			CH: 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	ERIK KENES SILVA COIMBRA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VIVIANNE RODRIGUES DE FREITAS	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATEUS COTA FLORIO	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CICERA LYNDIANE FERREIRA LIMA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CRISTIANE DOS REIS BRAGA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSE GILVAN DA SILVA NOGUEIRA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS BELMINO DE SENA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO DE CARVALHO RÊGO	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CICERA LYNDIANE FERREIRA LIMA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CRISTIANE DOS REIS BRAGA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO DE CARVALHO RÊGO	2019.2
Orientação	MESTRADO	EUDES FERNANDES DE FREITAS	21/03/2018 à 03/02/2020
Co-Orientação	MESTRADO	IGGOR BEZERRA DA SILVA	21/03/2018 à 07/04/2020

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						CH: 10,00

Estágio		
Período	**Discente**	**Natureza**
22/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTAGIO CURRICULAR OBRIGATORIO
15/04/2019 a 15/04/2020	LYLA PAULA SILVEIRA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
15/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
17/08/2019 a 17/08/2020	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
07/03/2019 a 07/03/2020	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	ESTAGIO CURRICULAR NAO OBRIGATORIO
Monitoria		
Período	**Discente**	**Curso ou Código da Disciplina**
Não há projetos de monitoria		

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
13/06/2017 a 30/06/2020	O RISCO NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E DA EMPRESA	Membro
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
Produções Acadêmicas		

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
06/04/2019 a 06/04/2020	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador
Orientação de Alunos de Extensão		

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Outras Atividades

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0,00

Adicionar

Observações do Departamento

Observação
Aprovado na 7a Reunião Ordinária do Decam, realizada em 11 de novembro de 2020.

II - Plano de trabalho docente com as atividades de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão e/ou gestão acadêmica que justifiquem a mudança de regime de trabalho;

Plano de Trabalho

PORTAL DO DOCENTE > PLANO INDIVIDUAL DO DOCENTE

PLANO INDIVIDUAL DOCENTE

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2021.1
DOCENTE: ANDRE PEDRO FERNANDES NETO
MATRÍCULA: [redacted]
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

I - ENSINO
ENSINO PRESENCIAL

Período	Código	Turma	Nível	CH do Componente	CH do Docente	CH Semanal Dedicada*
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL: 21h						
2021 .1	MEA1914	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO - T01	GRADUAÇÃO	60h	90.0h	6.0h
2021 .1	AMB0336	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793) - T01	GRADUAÇÃO	60h	45.0h	3.0h
2021 .1	AMB0323	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - T01	GRADUAÇÃO	60h	90.0h	6.0h
2021 .2	PSC0036	METODOLOGIA DE PESQUISA E REDAÇÃO CIENTÍFICA - T01	PÓS-GRADUAÇÃO	60h	90.0h	6.0h

* Carga horária semanal é diluída durante todo o semestre.

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTOS AOS ALUNOS

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Dedicada
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ORIENTAÇÕES: 112h			
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2020011439 - JÁDER BARRETO DE MOURA	300	20.0h
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2019023165 - JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	300	20.0h
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2017007252 - LUANNA CASTRO DE ALMEIDA	300	20.0h
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2018001155 - LYLA PAULA SILVEIRA	300	20.0h
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2019023239 - VÍTOR DE MOURA BEZERRA	300	20.0h
AMB1154 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO	2009185232 - JOSUE MARCOS CARVALHO OLIVEIRA	60	4.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2020010218 - CLEZINALDO FERNANDES BENTO NETO	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2017020573 - ELIABE ROAN DOS SANTOS FRANCA	30	2.0h
MME2312 - PROJETO DE TCC	2018011162 - MAX MATHEUS NOGUEIRA PINTO	30	2.0h

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Dedicada
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2015010857 - BRUNO CESAR SANTOS DE AQUINO	30	2.0h

CARGA HORÁRIA DEDICADA A ORIENTAÇÕES E ATENDIMENTOS A ALUNOS

ATENDIMENTO AOS ALUNOS: 12,0 h
ORIENTAÇÕES DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO: 0,0 h - 2 orientação(ões) encontrada(s)
ORIENTAÇÕES PÓS-GRADUAÇÃO: 0,0 h - 0 orientação(ões) encontrada(s)

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO: 33h

II - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

Atividade	Dados	Dedicação	CH Semanal
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	0 projetos de ensino ativo(s).	40%	0,0 h
PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA	4 projetos ativo(s).	50%	8,0 h
EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES	1 ações ativa(s).	10%	8,0 h
FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS		0%	0,0 h
Outras atividades Desenvolvidas em Cursos de Graduação e pós-graduação e/ou outros projetos institucionais com remuneração específica		0%	0,0 h

OUTRAS ATIVIDADES SELECIONADAS

OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICADAS PELO DOCENTE

Descrição atividade

33 (CH do regime de trabalho) - 16 (CH dedicada ao ensino) = 49h DEDICADAS A OUTRAS ATIVIDADES

QUADRO RESUMO

I - Carga horária total de ensino:	**33 h**
Carga horária de ensino:	21h
Carga horária de orientações e acompanhamentos:	12h
II - Total de pesquisa, extensão, e outras atividades:	**16h**
Outras atividades de ensino:	0h
Pesquisa e produção acadêmica:	8h
Extensão e outras atividades:	8h
Funções administrativas:	0h
Outras atividades:	0h
Carga horária total informada:	**49h**

Pesquisa:

PÓS-GRADUAÇÃO

PSC0036 - METODOLOGIA DE PESQUISA E REDAÇÃO CIENTÍFICA - T01 (ABERTA)

2021.2 Local: Sala de aula virtual 4 / 60 4T1234 (16/08/2021 - 17/12/2021) 5 / 10

05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
17/06/2021 a 31/12/2022	Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores	Membro
14/06/2021 a 31/12/2022	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Vice-Coordenador
17/06/2021 a 16/06/2023	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Coordenador

15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Extensão:

18/05/2020 a 18/05/2021	SINERGY JR	Coordenador

Graduação:

GRADUAÇÃO

AMB0336 - AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793) - T01 (ABERTA)

2021.1 Local: remoto 4 / 30 24N12 7 / 10 0

MEA1914 - AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO - T01 (ABERTA)

2021.1 Local: remoto 4 / 60 24N12 26 / 30 0

AMB0323 - GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - T01 (ABERTA)

2021.1 Local: remoto 4 / 60 24N34 25 / 30 0

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTO AOS ALUNOS

Orientação e Co-orientação			**CH:** 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	JÁDER BARRETO DE MOURA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LUANNA CASTRO DE ALMEIDA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSUE MARCOS CARVALHO OLIVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	CLEZINALDO FERNANDES BENTO NETO	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	ELIABE ROAN DOS SANTOS FRANCA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MAX MATHEUS NOGUEIRA PINTO	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	BRUNO CESAR SANTOS DE AQUINO	2021.1

III - declaração de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis - PRORHAE
Diretoria de Pessoal - DP
Edifício Epílogo de Campos, Praça Miguel Faustino, Centro - CEP 59610-220 - Mossoró-RN
Internet: www.uern.br e-mail: dirh@uern.br Fones: (84)3315-3028 e (84)3315-2122 CNPJ: 08.258.295/0001-02

SIGEPE

CERTIDÃO DE VÍNCULO

CERTIFICAMOS que ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, inscrito no CPF/MF sob nº [redacted], pertence ao quadro de servidores desta instituição, regido pelo Regime Jurídico Único do Estado do Rio Grande do Norte com matrícula nº 000019933 e admissão em 11/02/2000, ocupando o cargo de Professor do ensino superior e atualmente lotado em FANAT, Departamento de Informática, com regime de trabalho de 40 horas semanais.

Documento gerado por processo automatizado em 5 de outubro de 2021
Válido até 3 de abril de 2022

Gerado pela Plataforma Integra
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
C2MV2R

Chave de Autenticidade
0B0C7479-7CF9-472A-8759-2957722213C59
integra.uern.br

IV - Justificativas para reconhecimento da área como possuidora de características específicas, quando se tratar de mudança de regime para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva."

Conforme a orientação normativa a CNU/CGU/AGU 005/2017 de março de 2017 compatibilidade de horário e acúmulo de cargo público, existe a legalidade no acumulo de cargo.

DESPACHO n. 00002/2017/CNU/CGU/AGU
NUP: 19726.002441/2010-79, 00400.000378/2016-76, 25000.020121/2014-11, 00688.000789/2015-10, 00449.000063/2016-72 e 25000.209806/2015-87
INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA FAZENDA
ASSUNTO: COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS PARA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União Substituto,

A Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos, em sessão plenária realizada no último dia 29 de março, aprovou o judicioso Parecer-Plenário nº 1/2017/CNU-DECOR/CGU/AGU, o qual trata da compatibilidade de horários e da acumulação de cargos e empregos públicos, superando o entendimento do Parecer GQ-145.
Restou aprovada a Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 5/2017, com a seguinte redação:

Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 005/2017, de 29 de março de 2017.

]A compatibilidade de horários a que se refere o art. 37, inciso XVI, da Constituição de 1988 deve ser analisada caso a caso pela Administração Pública, sendo admissível, em caráter excepcional, a acumulação de cargos ou empregos públicos que resulte em carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos e entidades públicos envolvidos, através de decisão fundamentada da autoridade competente, além da inexistência de sobreposição de horários, a ausência de prejuízo à carga horária e às atividades exercidas em cada um dos cargos ou empregos públicos.
Referências: Art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição de 1988; Art. 118 da Lei 8.112/90; Acórdão nº 1.338/2009 - Plenário/TCU; Acórdão nº 1.168/2012 -Plenário/TCU; RE 351.905 - 2ª Turma/STF; RE 633.298 AgR - 2ª Turma/STF
Na ementa do Parecer aprovado foi consolidado, outrossim, o brocado do tempus regit actum, de maneira que ao novo entendimento devem ser conferidos efeitos prospectivos, a bem da segurança jurídica, de forma que sejam resguardados os atos administrativos consolidados sob a vigência do entendimento superado:
EMENTA: ADMINISTRATIVO. LEGISLAÇÃO DE PESSOAL. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. ART. 37, INCS. XVI E XVII, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.
1. Segundo entendimento adotado pelo STF e pelo TCU, a aferição da compatibilidade de horários a que se refere o art. 37, inciso XVI, da Constituição de 1988 deve se basear na análise da situação fática a que se submete o servidor público, sendo insuficiente o cotejo do somatório de horas resultante da acumulação de cargos ou empregos públicos com padrão estabelecido em ato infralegal. Revisão do Parecer GQ-145.
2. É admissível, em caráter excepcional, a acumulação de cargos ou empregos públicos que resulte em carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos e entidades públicos envolvidos, através de decisão fundamentada da autoridade competente, além da inexistência de sobreposição de horários, a ausência de prejuízo à carga horária e às atividades exercidas em cada um dos cargos ou empregos públicos.
3. Em respeito aos postulados do ato jurídico perfeito e do tempus regit actum, devem ser concedidos efeitos prospectivos à superação do entendimento constante do Parecer GQ-145, passando a Administração Pública Federal a adotar a nova interpretação exclusivamente nas decisões administrativas a serem proferidas, inclusive em grau de recurso administrativo, após a publicação do despacho de aprovação do presente parecer pelo Exmo. Sr. Presidente da República, mantendo-se inalteradas as situações jurídicas consolidadas sob a égide da interpretação anterior, estejam ou não as decisões respectivas submetidas à reapreciação judicial, e vedada a concessão de quaisquer efeitos financeiros retroativos sem a devida contraprestação pelo servidor.
Foi aprovado, outrossim, o entendimento de que "para o servidor público autorizado, nos termos da legislação vigente, a cumprir carga horária reduzida em relação à carga horária prevista para o cargo, deve ser levada em consideração, para a finalidade da limitação da jornada de trabalho total dos cargos acumulados em 60 (sessenta) horas, a carga horária efetivamente exigida do servidor".
Sugere-se que o Parecer-Plenário nº 1/2017/CNU-DECOR/CGU/AGU seja submetido à elevada apreciação da Exma. Senhora Advogada-Geral da União, para posterior aprovação do Exmo. Senhor Presidente da República, nos precisos termos dos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Brasília, 04 de abril de 2017.
VICTOR XIMENES NOGUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

Como foi apresentado nos Relatórios Individuais Docentes e no Plano Individuai Docente descritos acima, apesar de ser contratado no regime de 20h semanais, as atividades desempenhadas ultrapassam essa carga horária, justificando a alteração.

Com o parecer dado anteriormente pelo procurador foi no sentido de não haver disciplina normativa na UFERSA para a acumulação, se faz necessário a reabertura no processo para que as instâncias superiores possam verificar a necessidade dá redação que possibilite o acúmulo.

Justificativa para caracterização da área:

a) Verificada a carga horária do docente nos últimos 4 semestres e verifica-se que é compatível com a solicitação de 40 horas;
b) Verificada no plano de trabalho docente com as atividades de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão e/ou gestão acadêmica avalia-se que se justifica a mudança de regime de trabalho;
c) Verificada a compatibilidade de horário, lecionado na UERN em turno diurno e na UFERSA o curso que leciona é no turno noturno;
d) Justifica-se devido a necessidade de docentes no curso de engenharia de produção com experiência na área.
e) Justificativas para reconhecimento da área como possuidora de características específicas, o curso de engenharia tem características práticas que devem ser atendidas por profissionais com experiência comprovada na área em questão - O profissional em questão tem mais de 15 anos de experiência na de manutenção e automação, área que leciona no curso de engenharia de produção o que justifica a mudança de regime para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

IDENTIFICAÇÃO		
Nome:ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO		CPF: [redacted]
Telefone (com DDD): [redacted]	Cargo: PROFESSOR	Lotação: DECAM
Regime de Trabalho: X 20h ☐ 25h ☐ 30h ☐ 40h ☐ DE		

1. Ocupo outro cargo, emprego ou função pública: X **Sim*** ☐ **Não**

Órgão: UERN - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Órgão:
Cargo, emprego, função:PROFESSOR	Cargo, emprego, função:
Regime de Trabalho:40 HORAS	Regime de Trabalho:
Horário de trabalho:MATUTINO	Horário de trabalho:

1.1. Recebo auxílio alimentação de outro Órgão: ☐ Sim* X Não

2. Exerço atividade em empresa privada, pública ou Sociedade de Economia Mista: ☐ **Sim*** X **Não**

2.1.Possuo Carteira assinada: ☐ Sim* X Não

Empresa:	Empresa:
Atividade:	Atividade:
Horário de trabalho:	Horário de trabalho:

2.2. Estou em gozo de licença, afastamento ou cumprindo Aviso Prévio: ☐ Sim* X Não

Órgão(s)/Empresa(s):	Tipo:	Período:

3. Exerço atividade como autônomo ou profissional liberal: ☐ Sim* X Não

Atividade:	Horário:

4. Participo de gerência ou administração de empresa privada ou sociedade simples: ☐ **Sim*** X **Não**

5. Exerço comércio/atividade empresarial: ☐ **Sim*** X **Não**

5.1. ☐ Sócio, Acionista, Cotista ou Comanditário 5.2. ☐ MEI (Microempreendedor Individual) 5.3. ☐ EIRELI

6. Sou Militar: ☐ **Sim*** X **Não**

6.1. ☐ Em atividade ☐ Reformado ☐ Reserva remunerada

7. Estou em disponibilidade remunerada[1]: ☐ **Sim*** X **Não** Órgão:

8. Recebo proventos de aposentadoria: ☐ **Sim*** X **Não**

8.1. ☐ Aposentadoria Voluntária ☐ Aposentadoria por Invalidez

Órgão:	Cargo:	Data da Aposentadoria: / /

9. Recebo Pensão Civil: ☐ **Sim*** X **Não** Órgão:

Declaro, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e para os fins previstos no parágrafo 5º do artigo 13 da Lei 8.112/90, que:

ESTOU CIENTE de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante CONSTITUI CRIME, tipificado no art. 299 do Código Penal, sujeito à PENA DE RECLUSÃO, DE UM A CINCO ANOS, E MULTA, além de DEMISSÃO do cargo, no âmbito administrativo, após apuração em processo administrativo disciplinar, na forma do art. 133, da Lei 8.112/90.

*Anexar os documentos comprobatórios de todos os itens com resposta afirmativa (contrato social, estatuto, portaria de aposentadoria ou pensão, etc.).

Mossoró/RN 26 de OUTUBRO de 2021

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]

Assinado digitalmente por ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]
DN: CN=ANDRE PEDRO FERNANDES NETO [redacted]
OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.10.26 09:37:59-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Assinatura do Declarante

[1] Prevista no § 3º do artigo 41 da Constituição Federal, exclusiva à servidores públicos.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – FANAT
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA – DI
Campus Universitário-Br -110, KM-46-Costa e Silva- Mossoró/RN-Brasil
Fone: 84 3315-2225 – Ramal 2225 – Fax: 84 3315-2235 – e-mail: di@uern.br

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para os devidos fins, que o Professor Dr. **André Pedro Fernandes Neto**, lotado neste Departamento, tem carga horária semanal de 40h e leciona duas (02) disciplinas no curso de Ciência da Computação, na Faculdade de Ciências Exatas e Naturais – FANAT/UERN, conforme discriminado:

Semestre 2021.1:

- Automação – QUI: 08h55 – 10h35 / SEX: – 08h55 – 10h35
- Técnicas e Circuitos Digitais – QUI: 10h50 – 12h30 / SEX: – 10h50 – 12h30

Semestre 2021.2:

- Transmissão de Dados - QUI: 08h55 – 10h35 / SEX: – 08h55 – 10h35
- Sistemas Digitais e Microprocessadores – QUI:10h50 –12h30/SEX: 10h50 – 12h30

* Tendo como data de início do semestre - 30/11/2021 e término semestre - 14/05/2022

Mossoró-RN, 26 de outubro de 2021.

[redacted]

Prof. Dr. Maximiliano Araújo da Silva Lopes
Chefe do Departamento de Informática-DI
Portaria nº 0719/2021-GP/FUERN

MINIST§RIO DA EDUCA¤ûO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-Ξ RIDO
CENTRO DE ENGENHARIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CINNCIAS AMBIENTAIS

DECLARA¤ûO

Declaro, para os devidos fins, que o servidor Andr¶ Pedro Fernandes Neto, docente lotado Departamento de Engenharia e Ci¸ ncias Ambientais ¯ DECAM, tem carga hor®ria semanal de 20 horas e leciona os componentes curriculares, conforme discriminado:

Gradua´²o

Semestre 2021.1 ¯ In°cio em 19/07/2021 e t¶rmino em 20/11/2021

1. AMB0336 - AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793) - 24N12 ¯ 3 horas semanais
2. MEA1914 - AUTOMA¤ûO DA PRODU¤ûO - 24N12- 6 horas semanais
3. AMB0323 - GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - 24N34 ¯ 6 horas semanais

Semestre 2021.2 - in°cio em 10/01/2022 e t¶rmino em 31/05/2022.

1. AMB0336 - AUTOMACAO DA PRODUCAO - 24N12 ¯ 3 horas semanais
2. MEA1914 - AUTOMA¤ûO DA PRODU¤ûO - 24N12 ¯ 6 horas semanais
3. AMB0323 - GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - 24N34 ¯ 6 horas semanais

PÆs-gradua´²o

Semestre 2021.2 ¯ In°cio em 16/08/2021 e t¶rmino em 17/12/2021.

1. PSC0036 - METODOLOGIA DE PESQUISA E REDA¤ûO CIENTIFICA - 4T1234 - 6 horas semanais

Semestre 2022.1 ¯ Calend®rio ainda pendente de aprova´²o pelo Consepe.

2. PSC0036 - METODOLOGIA DE PESQUISA E REDA¤ûO CIENTIFICA - 4T1234 ¯ 6 horas semanais

Nos colocamos a disposi´²o para eventuais esclarecimentos.

MossorÆ, 26 de outubro de 2021.

CYBELLE BARBOSA E LIMA VASCONCELOS:[redacted]
Assinado de forma digital por CYBELLE BARBOSA E LIMA VASCONCELOS:[redacted]
Dados: 2021.10.26 17:29:42 -03'00'

CYBELLE BARBOSA E LIMA VASCONCELOS
CHEFE DECAM

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 1520 / 2021 - PROGEPE (11.01.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 28 de outubro de 2021.

Interessado(a): André Pedro Fernandes Neto

Assunto: Acumulação de cargos, empregos e funções

Processo: 23091.012172/2019-88

DESPACHO

01. Trata-se do processo administrativo n.º 23091.012172/2019-88, inaugurado por André Pedro Fernandes Neto, servidor efetivo da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, Campus Mossoró, ocupante do cargo de professor do magistério superior, que solicitou a majoração de carga horária de trabalho semanal de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas. Os autos foram remetidos a esta unidade a fim de que se verifique a regularidade na acumulação de cargos por parte do interessado, pois, ao preencher a declaração de acumulação de cargos, empregos e funções, firmada a 26 de outubro de 2021, o interessado assinalou que também ocupa o cargo de docente na UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

02. Assim, os autos do referido processo estão instruídos com a seguinte documentação: (a) Requerimento de majoração de carga horária, firmado pelo interessado e outros documentos; (b) Despacho da extinta Seção de Legislação e Normas desta Pró-Reitoria, encaminhando os autos processuais para a unidade acadêmica do interessado a fim de se pronunciar quanto ao seu pleito; (c) Despacho favorável da coordenação do curso de Engenharia de Produção; (d) Despacho favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM/UFERSA, ao qual o interessado está vinculado; (e) Declaração de acúmulo de cargos, empregos e funções, firmada pelo interessado a 18 de outubro de 2019; (g) Despacho favorável do Conselho do Centro de Engenharias; (h) Consulta jurídica desta Pró-Reitoria à Procuradoria Federal nesta IFES; (i) Parecer n.º 374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU; (j) Despacho desfavorável desta Pró-Reitoria, de 03 de janeiro de 2020; (k) Notificação ao interessado; (l) Memorando eletrônico n.º 278/2019 desta Pró-Reitoria para o DECAM/UFERSA; (m) Memorando eletrônico n.º 43/2019 do DECAM para a PROGEPE; (n) Notificação ao interessado; (o) Plano individual docente - PID do interessado; (p) Despacho de arquivamento do processo; (q) Pedido de desarquivamento do processo; (r) Despacho desta Pró-Reitoria; (s) Relatório individual docente - RID do interessado; (t) PID do interessado atualizado; (u) Declaração de acúmulo de cargos, empregos e funções atualizada; (v) Declaração do DECAM/UFERSA com os horários de aula do interessado nesta instituição; (w) Declaração do Departamento de Informática/UERN com os horários de aula do interessado naquela instituição.

03. É o que importa relatar. Passa-se à parte dispositiva.

04. De início, cumpre informar que, conforme os preceitos fixados na Constituição da República de 1988, a não acumulação de cargos é a regra para o serviço público, havendo, entretanto, algumas exceções. Neste caso específico, na condição de servidor efetivo ocupante de cargo do magistério, há, em tese, possibilidade de acúmulo de seu cargo com outro cargo de igual natureza (art. 37, XVI, “a”), desde que haja compatibilidade de horário entre ambos. Desse modo, como o servidor assinalou em sua declaração que ocupa dois cargos públicos de docente, cumpre a esta Pró-Reitoria analisar se há compatibilidade de jornada de trabalho entre os dois cargos. É o que se faz seguir.

05. Conforme se depreende das duas declarações apresentadas pelo interessado, tanto para o semestre letivo vigente nesta IFES, quanto para o próximo, não há choque de horário entre as aulas ministradas nas duas instituições. No caso específico da UERN, a declaração firmada pelo departamento daquela universidade atesta que os horários de aula do interessado ali se concentram nas quintas-feiras e sextas-feiras pela manhã. Já quanto às atividades da UFERSA, vê-se que, considerando os componentes curriculares ministrados tanto na graduação quanto na pós-graduação, o interessado apenas tem aulas nas segundas-feiras à noite e nas quartas-feiras, nos turnos vespertino e noturno.

06. Desse modo, vê-se, portanto, que o acúmulo dos cargos na forma atual se reveste de legalidade, pois amparado em permissivo constitucional, e não se verifica, no caso concreto, choque de horário entre as atividades de ambos. Todavia, vale dizer que, como o interessado pretende majorar a sua carga horária semanal nesta IFES de 20 (vinte) para 40 (quarenta), é necessário, caso o seu pleito venha a ser atendido, que o interessado informe a esta Pró-Reitoria, nos termos do art. 9º, § 1º da Instrução Normativa n.º 2/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas a ocorrência da mudança, para que se realize nova análise de compatibilidade de horários, dessa vez considerando a sua carga horária semanal conjunto como sendo de 80 (oitenta), e não mais de 60 (sessenta) horas.

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 09:00)
RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1520**, ano: **2021**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **28/10/2021** e o código de verificação: **2fedb0d5ff**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 66 / 2021 - PROGEPE (11.01.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 22 de novembro de 2021.

1. Tendo em vista o despacho de análise de acumulação de cargos públicos, o qual verifica compatibilidade atual de jornada (60 horas semanais), objetivando o prosseguimento dos trâmites no tocante ao pedido de majoração de jornada pde 20 horas na UFERSA para 40 horas na UFERSA, consoante pareceres favoráveis do Departamento de lotação do docente Interessado e do Centro de Engenharias, encaminha-se o feito à CPPD, em atendimento ao artigo 22 da Lei da carreira docente, *in verbis:*

> Art. 22. O Professor poderá solicitar a **alteração de seu regime de trabalho**, mediante proposta que será **submetida a sua unidade de lotação**.
>
> § 1º A solicitação de mudança de regime de trabalho, aprovada na unidade referida no caput , **será encaminhada** ao dirigente máximo, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Defesa, o**u à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD** de que trata o art. 26, no caso das **IFE vinculadas ao Ministério da Educação, para análise e parecer,** e **posteriormente** à decisão final da autoridade ou **Conselho Superior competente**. (destaque nosso)

2. Após parecer da CPPD, esta Comissão deverá direcionar o processo ao CONSUNI, Conselho Superior competente para análise da matéria, ressaltando-se que é necessário exame da matéria por este Conselho para concessão de jornada de trabalho de *40 horas na UFERSA sem dedicação exclusiva*, conforme *Parecer jurídico nº 374/2019/GA/PF-UFERSA/PGF/AGU (constante nas fls 26/28 do processo scaneado e anexado ao SIPAC)*.

3. No entanto, verifica-se que tendo em vista o contido no Art. 5º, IV da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019: IV - justificativas para reconhecimento da área como possuidora de características específicas, quando se tratar de mudança de regime para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, a PROGEPE entende que caberá ao CONSUNI deliberar se há necessidade de maior regulamentação da expressão "áreas com características específicas" ou se, conforme a justificativa exposta nos autos, é possível a deliberação favorável à majoração com a regulamentação já existente através da supramencionada Resolução do CONSEPE já no bojo deste processo.

4. Encaminha-se à CPPD.

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **66**, ano: **2021**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **22/11/2021** e o código de verificação: **f6b41adbe4**

UFERSA mail

Secretaria dos Órgãos Colegiados <[redacted]>

Processo 23091.012172/2019-88 ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Andre Fernandes Neto <[redacted]> 8 de março de 2022 12:11
Para: Secretaria dos Órgãos Colegiados <[redacted]>

Prezada Secretaria dos Órgãos Colegiado

Conforme orientação do senhor Patrick Santiago da CPPD, venho muito respeitosamente por meio desta enviar a esta ilustríssima secretária dos conselhos justificativas e documentos comprobatórios para que sejam anexados ao processo, bem como a possibilidade de participação na reunião do conselho que irá deferir na análise do processo **23091.012172/2019-88**.

a) Nos pareceres favoráveis do departamento e do centro a que o servidor se vincula na Ufersa não consta registrada ciência de que se trata de acumulação de cargo.
Anexo I Ata da reunião do departamento
Quinto ponto: Apreciação e Deliberação acerca do Processo 23091.012172/2019-88 que solicita alteração da jornada de trabalho, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, do Professor André Pedro Fernandes Neto.
Anexo II Despacho favorável do centro de engenharia

b) Justificativa da necessidade de ampliação de carga horária de acordo com o perfil da área de atuação do docente.

Entende-se que o docente já executa as 40 horas solicitadas, sendo assim esta é a justificativa para a alteração de carga horária.
Anexo III PLANOS INDIVIDUAIS DO DOCENTE
Consta no plano individual do docente já homologado pela chefia os anos:
2021.1 - 40h
2020.2 - 40h
2020.1 - 54h
2019.2 - 40h

c) Na análise de compatibilidade foi priorizada a carga horária do requerente no que diz respeito às horas de ensino, não restando clara análise mais aprofundada das demais atribuições inerentes ao cargo (pesquisa, extensão, orientações, etc.)
Anexo IV DECLARAÇÃO DO PPGEE - Pesquisa
Anexo V Certificado Coordenador Empresa Jr. - Extensão
Anexo VI Certificado Coordenador Empresa Jr. - Extensão
Anexo VII Certificado Coordenador Empresa Jr. - Extensão
Anexo VIII DECLARAÇÃO Coordenador Empresa Jr. - Extensão

d) Eventual sobrecarga de trabalho, incidências sobre o desempenho e qualidade no processo de ensino-aprendizagem, salubridade/estabilidade física e mental, etc.

O desempenho de qualidade pode ser avaliado por meio da progressão funcional onde foi obtido nos últimos dois anos 238,92 pontos
Anexo IX Avaliação Progressão Funcional Dezembro 2021
Neste anexo no item 1.13 nota do docente pelo discente obteve a nota 9,42 o que indica qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, esclareço que no curso de engenharia de produção da UFERSA ministro disciplinas no turno noturno às segundas e quartas, na pós PPGEE ministro disciplina na quarta à tarde, e no curso Ciência da Computação da UERN ministro disciplina na quinta e sexta pela manhã.

Reforço aqui a minha intenção de esclarecimento.

--
Atenciosamente
Eng°. Dr. André Pedro Fernandes Neto
Professor - Curso de Engenharia de Produção - UFERSA
Professor - Curso de Ciência da Computação - UERN
Coordenador - Laboratório de Automação da Produção (LaMAP) - UFERSA
Diretor do Comitê Gestor da GigaMossoró (GMOS)

---

9 anexos

Anexo I Ata da 7 reunião ordinaria do departamento.docx
2298K

Anexo II Despacho favorável do centro de engenharia.pdf
81K

Anexo III PLANOS INDIVIDUAIS DO DOCENTE.docx
108K

Anexo IV DECLARAÇÃO DO PPGEE - Pesquisa.pdf
131K

Anexo V Certificado Coordenador Empresa Jr. - Extensão.pdf
8K

Anexo VI Certificado Coordenador Empresa Jr. - Extensão.pdf
8K

Anexo VII Certificado Coordenador Empresa Jr. - Extensão.pdf
8K

Anexo VIII DECLARAÇÃO Coordenador Empresa Jr. - Extensão.pdf
40K

Anexo IX Avaliação Progressão Funcional Dezembro 2021.pdf
4282K

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE ENGENHARIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ATA DA SETIMA ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DA ASSEMBLEIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

No dia vinte de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e nove minutos, reuniu-se de forma virtual, através da plataforma GOOGLE MEET, a Assembléia do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais – DECAM, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa, sob a presidência do Chefe do Decam, **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos,** Estiveram presentes os docentes: **Alan Martins de Oliveira, Almir Mariano de Sousa Junior, André Duarte Lucena, André Pedro Fernandes Neto, Blake Charles Diniz Marques, Breno Barros Telles do Carmo, Bruno Rodrigo Simão, Bruno Tiago Ângelo da Silva, Celsemy Eleuterio Maia, Christiane Mylena Tavares de Menezes Gameleira, Christiano Rebouças Cosme, Cristiane de Mesquita Tabosa, Daniela da Costa Leite Coelho, David Custódio de Sena, Diana Gonçalves Lunardi, Elis Regina Costa de Morais, Eric Amaral Ferreira, Fabrícia Nascimento de Oliveira, Francisco Alves da Silva Júnior, Joana Karolyni Cabral Peixoto, Joaquim Odilon Pereira , John Eloi Bezerra, José Espínola Sobrinho, Luis César de Aquino Lemos Filho, Manoel Januário da Silva Júnior, Maria Aridenise Macena Fontenelle, Maria Josicleide Felipe Guedes, Marineide Jussara Diniz, Miriam Karla Rocha, Rafael Oliveira Batista, Saulo Tasso Araújo da Silva, Solange Aparecida Goularte Dombroski, Suedêmio de Lima Silva, Thiago Costa Carvalho, Thomas Edson Espindola Gonçalo, Valder Adriano Gomes de Matos Rocha, Valmiro Quefren Gameleira Nunes, Vânia Christina Nascimento Porto.** Justificaram ausência os docentes **Alexandre José de Oliveira**, **Indalécio**

ATA DA SETIMA ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DA ASSEMBLEIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Dutra, **João Paulo Matos Xavier**, **Marília Pereira de Oliveira, Paulo César Moura da Silva, Raimundo Gomes de Amorim Neto.** Colocadas em votação, as justificativas foram aprovadas por unanimidade. Na seqüência a pauta foi lida e aprovada por unanimidade, ficando da seguinte forma: **Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre as atas de reuniões anteriores do Decam; **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação acerca dos Relatórios Individuais Docente (Rid's) 2020.2 e anteriores; **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação acerca dos Planos Individuais Docente (Pid's) 2021.1 e anteriores; **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação acerca dos Projeto de Pesquisa e Extensão; **Quinto ponto:** Apreciação e Deliberação acerca do Processo 23091.012172/2019-88 que solicita alteração da jornada de trabalho, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, do Professor André Pedro Fernandes Neto; **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação da renovação de afastamento parcial da servidora docente Talita Dantas Pedrosa para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras em nível de pós-graduação stricto sensu - Doutorado; **Sétimo ponto:** Outras ocorrências. **No ponto um,** a professora **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos** disponibilizou as atas das 8ª e 9ª reuniões extraordinárias de 2021. O professor **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que fez algumas correções ortográficas nas atas. Colocadas em votação as atas foram aprovadas, com as correções sugeridas, por unanimidade. **No ponto dois** foram apresentados os Rid's 2020.1 dos docentes **Elis Regina Costa de Morais, Saulo Tasso Araújo da Silva, Valder Adriano Gomes de Matos Rocha** e os Rid's 2020.2 dos docentes **Alan Marttins de Oliveira,**

ATA DA SETIMA ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DA ASSEMBLEIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Alexandre José de Oliveira, Almir Mariano de Sousa Junior, André Duarte Lucena, André Pedro Fernandes Neto, Breno Barros Telles do Carmo, Bruno Rodrigo Simão, Bruno Tiago Ângelo da Silva, Celsemy Eleuterio Maia, Christiane Mylena Tavares de Menezes Gameleira, Christiano Rebouças Cosme, Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos, Daniela da Costa Leite Coelho, David Custódio de Sena, Diana Gonçalves Lunardi, Elis Regina Costa de Morais, Eric Amaral Ferreira, Fabrícia Nascimento de Oliveira, Francisco Alves da Silva Júnior, Francisco Xavier de Oliveira Filho, Indalécio Dutra, Joana Karolyni Cabral Peixoto, João Paulo Matos Xavier, Joaquim Odilon Pereira, José Espínola Sobrinho, Manoel Januário da Silva Júnior, Maria Aridenise Macena Fontenelle, Maria Josicleide Felipe Guedes, Marília Pereira de Oliveira, Marineide Jussara Diniz, Miriam Karla Rocha, Paulo César Moura da Silva, Rafael Oliveira Batista, Raimundo Gomes de Amorim Neto, Saulo Tasso Araújo da Silva, Solange Aparecida Goularte Dombroski, Suedêmio de Lima Silva, Thiago Costa Carvalho, Thomas Edson Espindola Gonçalo, Valmiro Quefren Gameleira Nunes, Vânia Christina Nascimento Porto. Colocados em votação, todos os Rid's foram aprovados por unanimidade. **No ponto três** foram apresentados os Pid's 2019.2 dos **Maria Aridenise Macena Fontenelle, Valder Adriano Gomes de Matos Rocha**; Os Pid's 2020.2 dos docentes **Celsemy Eleuterio Maia, Elis Regina Costa de Morais, Suedêmio de Lima Silva, Valder Adriano Gomes de Matos Rocha, Vânia Christina Nascimento Porto;** Os Pid's 2021.1 dos docentes **Alan Martins de Oliveira, André Duarte Lucena,**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE ENGENHARIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ATA DA SETIMA ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DA ASSEMBLEIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

André Pedro Fernandes Neto, Breno Barros Telles do Carmo, Bruno Rodrigo Simão, Bruno Tiago Ângelo da Silva, Celsemy Eleuterio Maia, Christiane Mylena Tavares de Menezes Gameleira, Christiano Rebouças Cosme, Cristiane de Mesquita Tabosa, Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos, Daniela da Costa Leite Coelho, David Custódio de Sena, Diana Gonçalves Lunardi, Elis Regina Costa de Morais, Eric Amaral Ferreira, Fabrícia Nascimento de Oliveira, Francisco Alves da Silva Júnior, Joana Karolyni Cabral Peixoto, João Paulo Matos Xavier, Joaquim Odilon Pereira, José Espínola Sobrinho, Manoel Januário da Silva Júnior, Maria Aridenise Macena Fontenelle, Maria Josicleide Felipe Guedes, Marília Pereira de Oliveira, Marineide Jussara Diniz, Miriam Karla Rocha, Paulo César Moura da Silva, Rafael Oliveira Batista, Raimundo Gomes de Amorim Neto, Solange Aparecida Goularte Dombroski, Suedêmio de Lima Silva, Thiago Costa Carvalho, Thomas Edson Espindola Gonçalo, Valder Adriano Gomes de Matos Rocha, Valmiro Quefren Gameleira Nunes. Colocados em votação todos os Pid's foram aprovados por unanimidade. **No ponto quatro** foram apresentados os seguintes projetos de extensão: 1 - *Projeto de fortalecimento institucional da gestão ambiental e territorial no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema* pelo professor **David Custódio de Sena,** 2 - *Gerenciamento de tempo – Como ser mais produtivo* pelo professor **David Custódio de Sena,** *3 - Atualização de cadastros imobiliário com o uso de tecnologias SIG – Sistema de Informação Geográfica* pelo professor **Eric Amaral Ferreira,** *4 - Avaliação por rubricas*

pela professora **Miriam Karla Rocha,** *5 - A engenharia de produção e seus campos de atuação: relatos de profissionais negras/os* pela professora **Miriam Karla Rocha,** *6 - Casas de Leitura: Educação para o Desenvolvimento Sustentável* pela professora **Diana Gongalves Lunardi,** *7 - Construção do Conhecimento Sustentável: Interação Universidade – Poder Público – Comunidade* da professora **Elis Regina Costa de Morais,** *8 - Informações meteorológicas e climatológicas derivadas de dados produzidos pela estação meteorológica da Ufersa* pelo professor **Saulo Tasso Araújo da Silva.** Foi apresentado o Projeto de Pesquisa - *Turismo de observação de cetáceos no Brasil: regulamentação e conservação ambiental* pela professora **Diana Gonçalves Lunardi.** Colocados em votação todos os projetos foram aprovados por unanimidade. **No ponto cinco,** a professora **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos,** disse que Raiane Mousinho, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – Progepe, orientou a abrir uma nova solicitação. Falou que o processo já havia passado pelo departamento, mas o procurador, à época, achou necessária uma resolução que regulamentasse a jornada, pois o requerente solicitava a manutenção das 40 horas na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - Uern e estaria próximo do período de aposentadoria. Por já existir uma jurisprudência sobre o assunto, a Pró-Reitora acredita que não será necessário um novo parecer do procurador. Colocada em votação, a solicitação foi aprovada por unanimidade. **No ponto seis,** a professora **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos** disse que fez uma consulta à Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DDP, pois a professora está em licença maternidade e por isso não sabe se o afastamento foi suspenso durante o

período da licença ou se será necessária uma solicitação de renovação de afastamento. Como não obteve retorno da DDP, decidiu colocar em votação e caso seja necessária uma nova solicitação de afastamento, ela já estaria votada pelo departamento. Colocada em votação, a renovação de afastamento, caso for necessária, foi aprovada por unanimidade. **No ponto sete,** a professora **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos** disse que a PRrogepe enviou um memorando para os docentes sobre a instrução normativa 90 orientando que os docentes que se encaixem nas condições no art. 4º preencham a auto declaração e enviem para o e-mail institucional da chefia do departamento. Solicitou aos docentes que, durante a pandemia ficou de posse de algum equipamento da UFERSA e, assinou a declaração de bens, à medida que voltarem às atividades presenciais preencham a declaração de devolução de bens e enviem para o e-mail da chefia do departamento. Falou ainda que a presença às reuniões é obrigatória e que quem não poder participar faça a justificativa. Disse que quando a PROGEPE ou o Centro de Engenharias solicitarem a lista dos que faltosos, ela irá repassar. Não havendo mais nada a ser discutido, a Presidente da Assembleia, **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos,** agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às quinze horas e quinze minutos. E eu, **Luiz Djalma Dias Filho**, secretário do DECAM, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, quando aprovada. XXXXXXX

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS
EMITIDO EM 03/02/2022 15:24

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: SOLICITA ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, DE 20 (VINTE) HORAS PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXA..

DESPACHO FAVORÁVEL

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo servidor docente André Pedro Fernandes Neto, matrícula SIAPE [redacted] que solicita a alteração da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, sem regime de Dedicação Exclusiva.

Considerando que o processo foi apreciado na 7ª Reunião Ordinária do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais, ocorrida no dia 20 de outubro de 2021, sendo aprovado por unanimidade.

Considerando que o processo foi apreciado na 9ª Reunião Ordinária do Conselho do Centro de Engenharias, ocorrida no dia 21 de outubro de 2021, sendo aprovado por unanimidade.

A Direção do Centro de Engenharias encaminha o referido processo à PROGEPE para providências.

(Autenticado digitalmente em 21/10/2021 16:44)
MANOEL QUIRINO DA SILVA JUNIOR
CENTRO DE ENGENHARIAS (11.01.00.10)
DIRETOR DE CENTRO

SIPAC | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - (84) 3317-8210 | Copyright © 2005-2022 - UFRN - sig-prd-sipac01.ufersa.edu.br.sipac01

ANDRE PEDRO F. NETO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS (11.01.00.10.02)
PORTAL DO DOCENTE > PLANOS INDIVIDUAIS DO DOCENTE

Caro(a) Professor(a),

De acordo com a resolução *01/2019* do CONSEPE, através do seu artigo décimo sexto, parágrafo quinto, O RID deve ser submetido à aprovação pelo plenário do Departamento Acadêmico em até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo subsequente.

Para homologação destes dados pela chefia, faz-se necessário o preenchimento, por partes de cada um dos docentes, de seu Relatório Individual Docente. Neste relatório deverá constar todas as atividades realizadas no semestre, de acordo com o planejado no Plano Individual Docente (PID).

: Cadastrar Novo RID : Alterar RID : Visualizar RID

LISTA DE RELATÓRIOS INDIVIDUAIS DO DOCENTE

Período	Total CH	Situação
2021.2	0 h	
2021.1	40 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2020.2	40 h	HOMOLOGADO
2020.1	40 h	HOMOLOGADO
2019.2	54 h	HOMOLOGADO
2019.1	40 h	HOMOLOGADO
2018.2	40 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2018.1	28 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2017.2	26 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2017.1	26 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2016.2	26 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2016.1	30 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2015.2	26 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO
2015.1	26 h	ENVIADO HOMOLOGAÇÃO

RELATÓRIO INDIVIDUAL DO DOCENTE

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE	2021.1 (19/07/2021 a 20/11/2021)	**Carga**	**40 Horas**

REFERÊNCIA		**Horária Semanal**	
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

ENSINO

Disciplinas Ministradas						**CH:** 10,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2021.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0
2021.1	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	3.0
2021.1	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	90.0	6.0

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTO AOS ALUNOS

Orientação e Co-orientação			**CH:** 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	JÁDER BARRETO DE MOURA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSUÉ MARCOS CARVALHO	2021.1

		OLIVEIRA	
Orientação	GRADUAÇÃO	CLEZINALDO FERNANDES BENTO NETO	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	ELIABE ROAN DOS SANTOS FRANCA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MAX MATHEUS NOGUEIRA PINTO	2021.1

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 5,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
25/02/2021 a 24/08/2021	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
23/08/2021 a 20/11/2021	JÁDER BARRETO DE MOURA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
23/08/2021 a 20/11/2021	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
09/08/2021 a 08/02/2022	GABRIEL MEDEIROS NOBREGA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
21/06/2021 a 20/10/2021	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
20/01/2021 a 17/09/2021	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
16/11/2021 a 30/06/2022	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina

Não há projetos de monitoria

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro

17/06/2021 a 31/12/2022	Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores	Membro
14/06/2021 a 31/12/2022	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Vice-Coordenador
17/06/2021 a 16/06/2023	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Coordenador
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

PERÍODO DE REFERÊNCIA	2020.2 (22/02/2021 a 05/06/2021)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	1810852	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 16,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2020.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0
2020.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	3.0
2020.2	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	02	90.0	3.0
2020.2	FUNDAMENTOS DE MODELAGEM COMPUTACIONAL	PSC0001	4	01	90.0	3.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 8,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	ALYSSON DOS SANTOS SILVA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	TAYRONE CARLOS MEDEIROS LEAO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	BRUNO CESAR SANTOS DE AQUINO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	DEYSIANE DANDARA RODRIGUES DE SOUSA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	GISELE CARLA MARTINS DE MELO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	GISELE CARLA MARTINS DE MELO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS BELMINO DE SENA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MILENA HELLEN DAMASCENO RIBEIRO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	2020.2

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 6,00
Estágio						

Período	Discente	Natureza
15/03/2021 a 21/05/2021	BIANCA FERNANDES DE FREITAS	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
16/11/2020 a 15/05/2021	MATHEUS BELMINO DE SENA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
01/12/2020 a 26/03/2021	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
25/02/2021 a 24/08/2021	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
04/01/2021 a 16/06/2021	JOÃO PAULO RUFINO GURGEL VIANA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
24/03/2021 a 04/06/2021	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
01/03/2021 a 12/05/2021	ALYSSON DOS SANTOS SILVA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
20/01/2021 a 17/09/2021	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
Monitoria		
Período	**Discente**	**Curso ou Código da Disciplina**
Não há projetos de monitoria		

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro
Produções Acadêmicas		

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
18/05/2020 a 18/05/2021	SINERGY JR	Coordenador
Orientação de Alunos de Extensão		

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Outras Atividades

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0,00

Adicionar

Relatório Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2020.1 (09/03/2020 a 16/12/2020)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 10,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2020.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0
2020.1	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	6.0
2020.1	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	90.0	6.0
2020.1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA – ELÉTRICA	MET0005	0	01	67.5	4.5
2020.1	FUNDAMENTOS DE MODELAGEM COMPUTACIONAL	PSC0001	4	01	90.0	3.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 10,00

Forma de Orientação	Natureza	Nome do Orientado	Período
Orientação	GRADUAÇÃO	SABRINA MARIA DE ALMEIDA DAVI	2020.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MILENA HELLEN DAMASCENO RIBEIRO	2020.1
Co-Orientação	MESTRADO	IGGOR BEZERRA DA SILVA	21/03/2018 à 07/04/2020

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 10,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
01/07/2020 a 30/09/2020	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
22/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
15/04/2019 a 15/04/2020	LYLA PAULA SILVEIRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
15/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
17/08/2019 a 17/08/2020	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
20/03/2020 a 14/05/2020	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
10/08/2020 a 23/10/2020	SABRINA MARIA DE ALMEIDA DAVI	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
17/02/2020 a 05/05/2020	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
17/03/2020 a 29/05/2020	SABRINA MARIA DE ALMEIDA DAVI	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
16/11/2020 a 15/05/2021	MATHEUS BELMINO DE SENA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
01/12/2020 a 26/03/2021	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina
Não há projetos de monitoria		

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		CH: 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
13/06/2017 a 30/06/2020	O RISCO NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E DA EMPRESA	Membro
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Produções Acadêmicas

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		CH: 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
06/04/2019 a 06/04/2020	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador
06/05/2020 a 06/08/2020	I Workshop Virtual de Engenharia de Produção	Ministrante
18/05/2020 a 18/05/2021	SINERGY JR	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00

Unidade/Curso	Função
O servidor não exerce funções administrativas	

OUTRAS ATIVIDADES

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	**CH:** 0,00

Relatório Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2019.2 (16/09/2019 a 10/02/2020)	**Carga Horária Semanal**	**54 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 14,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2019.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	4.0
2019.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	60	4.0
2019.2	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	60	4.0
2019.2	FUNDAMENTOS DE MODELAGEM COMPUTACIONAL	PSC0001	4	01	60	2.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	ERIK KENES SILVA COIMBRA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VIVIANNE RODRIGUES DE FREITAS	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATEUS COTA FLORIO	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CICERA LYNDIANE FERREIRA LIMA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CRISTIANE DOS REIS BRAGA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSE GILVAN DA SILVA NOGUEIRA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS BELMINO DE SENA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO DE CARVALHO RÊGO	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CICERA LYNDIANE FERREIRA LIMA	2019.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CRISTIANE DOS REIS BRAGA	2019.2

Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO DE CARVALHO RÊGO	2019.2
Orientação	MESTRADO	EUDES FERNANDES DE FREITAS	21/03/2018 à 03/02/2020
Co-Orientação	MESTRADO	IGGOR BEZERRA DA SILVA	21/03/2018 à 07/04/2020

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 10,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
22/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
15/04/2019 a 15/04/2020	LYLA PAULA SILVEIRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
15/05/2019 a 14/05/2020	ALDEMIR DE OLIVEIRA CAMARA SEGUNDO	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
17/08/2019 a 17/08/2020	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
07/03/2019 a 07/03/2020	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Monitoria

Período	Discente	Curso ou Código da Disciplina
Não há projetos de monitoria		

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
13/06/2017 a 30/06/2020	O RISCO NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES: A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E DA EMPRESA	Membro
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro

Produções Acadêmicas

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
06/04/2019 a 06/04/2020	Sinergy Júnior Consultoria e Projetos	Coordenador

Orientação de Alunos de Extensão

Funções Administrativas

Funções	CH: 0,00
Unidade/Curso	**Função**
O servidor não exerce funções administrativas	

Outras Atividades

Informar atividades desempenhadas durante o período de referência que não foram contempladas nos campos anteriores.	CH: 0,00

Adicionar

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA ELÉTRICA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, SIAPE [redacted], é membro do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – PPGEE/UFERSA, ministra disciplinas semestralmente, coordena projetos de pesquisa, orienta alunos desta pós-graduação, participa de bancas de qualificação e de defesa de mestrado, bem como participa das reuniões do colegiado como membro do programa.

Pelo que firmamos a presente declaração que é a expressão da verdade.

Mossoró, 21 de dezembro de 2021.

IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR: [redacted]

Assinado digitalmente por IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR: [redacted]
DN: CN=IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR: [redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.12.21 14:40:10-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Prof. Dr. Idalmir de Souza Queiroz Júnior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – PPGEE
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que, O(A) PROFESSOR(A) ANDRE PEDRO FERNANDES NETO, SIAPE [redacted], participou do projeto de extensão SINERGY JÚNIOR CONSULTORIA E PROJETOS , coordenado pelo(a) Professor(a) ANDRE PEDRO FERNANDES NETO, promovido pelo(a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA, na função de Coordenador, com 208 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 31 de Agosto de 2018 a 31 de Agosto de 2019.

Mossoró, 11 de Fevereiro de 2022

Paulo Gustavo da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **860bce3d1b**
Número do Documento: **245714**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão* >> *Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que ANDRE PEDRO FERNANDES NETO, SIAPE [redacted], orientou, acompanhou e supervisionou as ações laboriais da Empresa Junior/iniciativa SINERGY JÚNIOR CONSULTORIA E PROJETOS na função de TUTOR , com 2080 hora(s) de atividades desenvolvidas no período de 6 de Abril de 2019 a 6 de Abril de 2020, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Mossoró, 11 de Fevereiro de 2022

Paulo Gustavo da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **9395926138**
Número do Documento: **245713**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão* >> *Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que ANDRE PEDRO FERNANDES NETO, SIAPE [redacted], orientou, acompanhou e supervisionou as ações laboriais da Empresa Junior/iniciativa SINERGY JR na função de TUTOR , com 1040 hora(s) de atividades desenvolvidas no período de 18 de Maio de 2020 a 18 de Maio de 2021, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Mossoró, 11 de Fevereiro de 2022

Paulo Gustavo da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Código de verificação: **e52221fac5**
Número do Documento: **245710**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão >> Certificado de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
Tel:(84) 3215-3230 / 3623 - Fax:(84) 3215-3262
proec@ufersa.edu.br https://proec.ufersa.edu.br/

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, o(a) Professor(a) ANDRE PEDRO FERNANDES NETO, SIAPE [redacted], está inscrito como participante do empresa jr de extensão SINERGY JR, que ocorrerá no período de 17 de Junho de 2021 a 16 de Junho de 2023, promovido pelo(a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS, na função de Coordenador, com carga horária prevista de 3400 hora(s) de atividades desenvolvidas.

Mossoró, 11 de Fevereiro de

ANDRE PEDRO F. NETO
Coordenador(a)

Código de verificação: **1009f99140**
Número do Documento: **245699**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/documentos/** e utilize o link *Extensão >> Declaração de Participante como Membro da Equipe de Ação de Extensão*, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes da UFERSA

Grupo I - Atividades Docentes decorrentes das atividades de ensino na educação superior

(60 pontos nos Grupos I,II e III nos dois anos analisados, sendo no mínimo 25 pontos destes no Grupo I)

Ordem	Atividade	Indicador	Fonte do documento comprobatório	Colunas1	N° do documento comprobatório	Contagem do Docente	Contagem da CPPD
1.1	Aulas em cursos de graduação e pós-graduação	Número de horas aula semanais	Declaração do SIGAA	Carga horária semanal x 0,5/HORA-AULA	1.1	25,50	28,00
1.2	Número de alunos matriculados nas disciplinas	Número de alunos	Páginas do diário de classe que contém a listagem dos alunos	0,2 pontos/aluno (máximo de 10 pontos)	1.2	10,00	10,00
1.3	Orientação de projeto final de curso, estágio obrigatório	Ata da defesa de TCC, estágio obrigatório	Docente/SIGAA	2/aluno (limite de 5 alunos/semestre/atividade)	1.3	30,00	12,00
1.4	Orientação de especialização em andamento no interstício	Declaração contendo o período de orientação (mês/ano)	coordenação do programa/PROPPG/SIGAA	2,5/ aluno/semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.4	5,00	5,00
1.5	Orientação de mestrado em andamento no interstício	Declaração contendo o período de orientação (mês/ano)	coordenação do programa/PROPPG/SIGAA	3/ aluno/semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.5	6,00	3,00
1.6	Orientação de doutorado em andamento no interstício	Declaração contendo o período de orientação (mês/ano)	coordenação do programa/PROPPG/SIGAA	4/ aluno/semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.6		0,00
1.7	Orientação de monitoria	Certificado de orientação	PROGRAD/SIGAA	2/aluno/semestre (limite de 10 pontos)	1.7		0,00
1.8	Supervisor de estágio não obrigatório	Declaração	Departamento/PROEC	0,5/120 horas/aluno (limite de 3 alunos/semestre)	1.8	6,00	0,00
1.9	Supervisão de estágio de pós-doutoral	Relatório suscinto das atividades do pós-doutorando.	PROPPG/Docente	2/estágio concluído	1.9		0,00
1.10	Supervisão de estágio de docência	Declaração do programa de pós-graduação	Cooordenação do programa/PROPPG	2/ aluno / semestre (limite de 3 alunos/semestre)	1.10		0,00
1.11	Participação em banca de seleção de monitoria	Ata do processo seletivo	Departamento	0,5/banca	1.11		0,00
1.12	Participação de banca examinadora de monografia de graduação, relatório de estágio obrigatório, em que não é orientador	Ata da defesa de TCC, estágio obrigatório	Docente/PROEC/SIGAA	0,5/banca (Limite de 3 pontos/semestre)	1.12		0,00
1.13	Avaliação do docente pelo discente	Nota	Sigaa	Média das notas obtidas nas disciplinas ministradas pelo docente com 2 casas decimais	1.13	9,35	9,42
1.14	Tutor do programa de educação tutorial - PET	Declaração	PROGRAD/PROEC	2 pontos por semestre	1.14		0,00
1.15	Tutor de curso a distância	Declaração	NEAD/SIGAA	1 ponto por disciplina	1.15		0,00
Total						91,85	67,42

Resumo da Pontuação:
(Contagem da CPPD)

GI: 67,42

GII: 163,50

GIII: 8,00

Assinatura do Avaliador:
(Membro da CPPD)

SUBENIA KARINE DE MEDEIROS: [redacted]

Assinado de forma digital por SUBENIA KARINE DE MEDEIROS [redacted]
Dados: 2021.10.19 21:04:46 -03'00'

Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes na UFERSA

Grupo II -Pesquisa e Produção Intelectual decorrentes das atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão (60 pontos nos Grupos I,II e III nos dois anos analisados, sendo no mínimo 10 pontos destes no Grupo II, ou mínimo de 16 horas aulas em cada semestre avaliado no item 1.1)

Ordem	Atividade	Indicador	Responsável	Pontuação	N° do documento comprobatório	Contagem do docente	Contagem da CPPD
2.1	Tese de doutorado defendida pelo docente dentro do interstício	Ata da defesa da Tese com aprovação	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	30	2.1		0,00
2.2	Dissertação de mestrado defendida pelo docente dentro do interstício	Ata de defesa da Dissertação com aprovação	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	20	2.2		0,00
2.3	TCC (trabalho de conclusão de curso) de especialização integralizado pelo docente dentro do interstício	Histórico ou Certificado	Coordenação do Programa / PROPPG/SIGAA	10	2.3	20,00	10,00
2.4	Participação de banca examinadora de tese de doutorado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	4/banca (limite de 16 pontos)	2.4		0,00
2.5	Participação de banca examinadora de dissertação de mestrado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	3/banca (limite de 12 pontos)	2.5		0,00
2.6	Participação de banca examinadora de qualificação de doutorado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	3/banca (limite de 12 pontos)	2.6		0,00
2.7	Participação de banca examinadora de qualificação de mestrado	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 8 pontos)	2.7		0,00
2.8	Participação de banca examinadora de monografia de especialização	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 8 pontos)	2.8		0,00
2.9	Participação em banca de processo seletivo para cursos de pós-graduação latus sensus	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 6 pontos)	2.9		0,00
2.10	Participação em banca de processo seletivo para cursos de pós-graduação Stricto sensus	Declaração	Coordenação do Programa/ PROPPG/SIGAA	2/banca (limite de 6 pontos)	2.10		0,00
2.11	Orientação de alunos de graduação: Iniciação cientifica, iniciação tecnológica, extensão e apoio técnico em atividades acadêmicas.	Declaração	PROPPG/PROEC/PROAC/PROGRAD/SIGAA	1/aluno/semestre (limite de 5 pontos/semestre)	2.11		0,00
2.12	Publicação de livro didático, cultural ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação)	Docente	30	2.12	60,00	60,00
2.13	Tradução de livro didático, cultural, ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação)	Docente	15	2.13		0,00
2.14	Capitulo de livro didático, cultural, ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação) índice e duas páginas do capítulo.	Docente	10	2.14	10,00	10,00
2.15	Edição/organização de livro didático, cultural, ou técnico (na área de atividade acadêmica do docente)	Capa, contracapa, dados catalográficos (com ISBN e ano de publicação)	Docente	5	2.15		0,00

2.16	Revisor de conteúdo de cursos EAD da UFERSA	Capa, contracapa, dados catalográficos	Docente	I / material didático (caderno de atividades, apostilas, aplicativos, etc)	2.16		0,00
2.17	Publicação de texto didático com aprovação de Conselho Editorial	Capa, contracapa, dados catalográficos	Docente	5	2.17		0,00
2.18	Artigo técnico cientifico publicado em periódico A1	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	20	2.18		0,00
2.19	Artigo técnico cientifico publicado em periódico A2	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	17	2.19		0,00
2.20	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B1	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	14	2.20		0,00
2.21	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B2	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	10	2.21	20,00	0,00
2.22	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B3	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	8	2.22		0,00
2.23	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B4	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	6	2.23		0,00
2.24	Artigo técnico cientifico publicado em periódico B5	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	4	2.24		0,00
2.25	Artigo técnico cientifico publicado em periódico C	Cópia das duas primeiras páginas e tabela qualis do periódico na área do docente	Docente	2	2.25		0,00
2.26	Artigo técnico cientifico publicado em anais de conferência internacional	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	12	2.26	60,00	36,00
2.27	Artigo técnico cientifico publicado em anais de conferência nacional	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	7	2.27		0,00
2.28	Artigo técnico cientifico publicado em anais de conferência regional ou local	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	3	2.28		0,00
2.29	Artigo de divulgação publicado em revistas ou jornais	Cópia das duas primeiras páginas com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	1	2.29		0,00
2.30	Resumo publicado em eventos científicos internacionais (na área de atividade acadêmica docente).	Cópia da primeira página com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	4	2.30		0,00

2.31	Resumo pulicado em eventos científicos nacionais (na área de atividade acadêmica docente)	Cópia da primeira página com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	3	2.31		0,00
2.32	Resumo publicado em eventos científicos regionais ou locais (na área de atividade acadêmica docente)	Cópia da primeira página com timbre do evento ou capa dos anais	Docente	2	2.32		0,00
2.33	Editor Chefe ou Adjunto de Revista Científica Internacional	Declaração indicando o período	Docente	5/ano	2.33		0,00
2.34	Editor Chefe ou Adjunto de Revista Científica Nacional	Declaração indicando o período	Docente	3/ano	2.34		0,00
2.35	Editor Chefe ou Adjunto de Revista Científica Regional ou Local	Declaração indicando o período	Docente	2/ano	2.35		0,00
2.36	Participação em Conselho Editorial de Revista	Declaração indicando o período	Docente	2/ano	2.36		0,00
2.37	Participação em Conselho Editorial de Editora Universitária	Declaração indicando o período	Docente	2/ano	2.37		0,00
2.38	Minicurso ministrado em eventos científicos, devidamente comprovado.	Certificado ou Declaração	Docente	5/Minicurso	2.38		0,00
2.39	Patente ou produto (aparelho, instrumento, fármaco, outros) concedida na área de atividade acadêmica do docente.	Patentes ou produtos registrado no período da avaliação	Docente	30	2.39	30,00	30,00
2.40	Obra Técnico-científica premiada ou reconhecida em nível Internacional, na área de atividade acadêmica do docente.	Obra que objetivam algum tipo de premiação no período da avaliação	Docente	20	2.40		0,00
2.41	Obra Técnico-científica premiada ou reconhecida em nível Nacional, na área de atividade acadêmica do docente.	Certificado	Docente	10	2.41		0,00
2.42	Obra Técnico-científica premiada ou reconhecida em nível regional ou local, na área de atividade acadêmica do docente.	Certificado	Docente	7	2.42		0,00
2.43	Coordenador geral de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Internacionais	Certificado ou Declaração	Docente	10	2.43		0,00
2.44	Coordenador geral de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Nacionais.	Certificado ou Declaração	Docente	7	2.44		0,00
2.45	Coordenador geral de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais regionais ou locais	Certificado ou Declaração	Docente	4	2.45		0,00
2.46	Participação na comissão organizadora de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Internacionais	Certificado ou Declaração	Docente	7	2.46		0,00
2.47	Participação na comissão organizadora de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais Nacionais	Certificado ou Declaração	Docente	5	2.47		0,00
2.48	Participação na comissão organizadora de eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais regionais ou locais	Certificado ou Declaração	Docente	3	2.48		0,00
2.49	Coordenação de Projeto de Pesquisa ou Extensão financiado e cadastrado na ufersa	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	5 / projeto / semestre	2.49		0,00

2.50	Coordenação de Projeto Interno de Pesquisa ou Extensão cadastrado na UFERSA	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	3/ projeto / semestre	2.50	3,00	3,00
2.51	Participação em Projeto de Pesquisa ou Extensão financiado e cadastrado na ufersa	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	3 / projeto / semestre	2.51		0,00
2.52	Participação em Projeto Interno de Pesquisa ou Extensão cadastrado na UFERSA	Declaração com data de início e fim da execução mês/ano	PROPPG ou PROEC	1,5 / projeto/ semestre	2.52	12,00	7,50
2.53	Participação em eventos científicos/extensão desportivos ou artísticoculturais Internacionais como conferencista convidado.	Certificado ou Declaração	Docente	4	2.53		0,00
2.54	Participação em eventos científicos/extensão desportivos ou artísticoculturais Nacionais como conferencista convidado.	Certificado ou Declaração	Docente	3	2.54		0,00
2.55	Participação em eventos científicos/extensão desportivos ou artísticoculturais Regionais ou Locais como conferencista convidado.	Certificado ou Declaração	Docente	2	2.55		0,00
2.56	Participação em evento científico Internacional.	Certificado de participação no evento.	Docente	7	2.56		0,00
2.57	Participação em evento científico Nacional.	Certificado de participação no evento.	Docente	5	2.57		0,00
2.58	Participação em evento científico Regional ou Local.	Certificado de participação no evento.	Docente	3	2.58		0,00
2.59	Consultor e ou Editor ad hoc de revista Internacional.	Certificado ou Declaração	Docente	4 / trabalho (limite de 4 trabalhos)	2.59		0,00
2.60	Consultor e ou Editor ad hoc de revista Nacional.	Certificado ou Declaração	Docente	2 / trabalho (limite de 4 trabalhos)	2.60	2,00	2,00
2.61	Consultor e ou Editor ad hoc de revista Regional ou Local.	Certificado ou Declaração	Docente	1 / trabalho (limite de 4 trabalhos)	2.61		0,00
2.62	Consultor e ou Editor ad hoc de anais de evento Internacional.	Certificado ou Declaração	Docente	3 /evento (limite de 3 eventos)	2.62		0,00
2.63	Consultor e ou Editor ad hoc de anais de evento Nacional	Certificado ou Declaração	Docente	2 /evento (limite de 3 eventos)	2.63	4,00	2,00
2.64	Consultor e ou Editor ad hoc de anais de evento Regional ou Local	Certificado ou Declaração	Docente	1 /evento (limite de 3 eventos)	2.64		0,00
2.65	Consultor e ou Editor ad hoc para avaliação de projetos submetidos a órgãos de fomento	Certificado ou Declaração	Docente	2 / projeto (limite de 4 projetos)	2.65		0,00
2.66	Consultor e ou Editor ad hoc para avaliação de projetos de pesquisas: iniciação científica, dissertações, teses e premiações.	Certificado ou Declaração	Docente	3 / projeto (limite de 4 projetos)	2.66		0,00
2.67	Atividades em Cursos de Extensão, devidamente comprovados pela instância responsável pela emissão dos certificados, e aprovados pelas instâncias competentes na UFERSA	Certificado ou Declaração	PROEC	1 / 4h para coordenador ou colaborador (limite de 15 pontos)	2.67		0,00
2.68	Atividades de assessoria, consultoria, perícia ou sindicância, devidamente comprovadas pela instância responsável pela contratação do serviço, e aprovadas pelas instâncias competentes na UFERSA	Parecer ou Declaração	Docente	1 / 10 horas (limite de 15 pontos)	2.68		0,00

2.69	Atividade de atendimento nos laboratórios, ambulatórios, ou herbário para diagnóstico de doenças ou identificação de animais, insetos, ou plantas. Esta atividade deve ser devidamente cadastrada como extensão e não vinculada à disciplina.	Declaração com carga horária semanal e descrição das atividades	PROEC/ LABORATÓRIO	2 / hora / semana (limite de 10 pontos)	2.69		0,00
2.70	Atividades de atendimento em hospitais credenciados ao sistema público de saúde, no Hospital veterinário ou em Laboratório de diagnóstico, preferencialmente com a presença de alunos. Essa atividade deve ser devidamente cadastrada como extensão.	Declaração com carga horária semanal e descrição das atividades	PROEC/ LABORATÓRIO/ HOSPITAL	2 / hora / semana (limite de 10 pontos)	2.70		0,00
2.71	Autor de reportagem em TV, Rádio ou Jornal.	Declaração ou cópia da matéria	Docente	0,5 / reportagem (limite de 2 pontos)	2.71		0,00
2.72	Participação em cursos de formação docente devidamente cadastrados.	Declaração com carga horária e descrição das atividades	Docente	0,2/ 4 horas (limite de 10 pontos)	2.72		0,00
2.73	Tutor de Empresa Júnior na UFERSA	Declaração	PROEC	1,5 / semestre	2.73	6,00	3,00
Total						227,00	163,50

Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes na UFERSA

Grupo III - Atividades Administrativas gratificadas e não gratificadas

Ordem	Atividade	Indicador	Responsável	Pontuação	N° do documento comprobatório	Contagem do Docente	Contagem da CPPD
3.1	Cargo de direção na administração superior	Portaria de designação	Docente	5/ano	3.1		0,00
3.2	Chefia de departamento ou Direção de Centro	Portaria de designação	Docente	5/ano	3.2		0,00
3.3	Vice-chefia de departamento ou Vice-direção de Centro	Portaria de designação	Docente	2,5/ano	3.3		0,00
3.4	Coordenação de setores administrativos	Portaria de designação	Docente	5/ano	3.4		0,00
3.5	Vice-Coordenação de setores administrativos	Portaria de designação	Docente	2,5/ano	3.5		0,00
3.6	Coordenação de Cursos de Graduação	Portaria de designação	Docente	3/ano	3.6		0,00
3.7	Vice-Coordenação de Cursos de Graduação	Portaria de designação	Docente	1,5/ano	3.7		0,00
3.8	Coordenação de Cursos de Programas de Pós-Graduação, Dinter e Minter	Portaria de designação	Docente	3/ano	3.8		0,00
3.9	Vice-Coordenação de Cursos de Programas de Pós-Graduação, Dinter e Minter	Portaria de designação	Docente	1,5/ano	3.9		0,00
3.10	Membro de Núcleo Docente Estruturante	Portaria de designação	Docente	2/ano	3.10	2,00	2,00
3.11	Participação nos colegiados de cursos de graduação	Portaria de designação	Docente	2/ano	3.11	2,00	2,00
3.12	Participação nos colegiados de cursos de pós-graduação	Portaria de designação	Docente	2/ano	3.12	2,00	2,00
3.13	Participação como membro de Conselho Universitário	Portaria de designação	Docente	4/ano	3.13		0,00
3.14	Participação em comissão de criação de novos cursos e reformulação de projeto pedagógico.	Portaria de designação.	Docente	2/Portaria	3.14		0,00
3.15	Coordenação de setores de apoio: laboratórios, núcleos de estudos, bibliotecas, oficinas, etc.	Portaria de designação	Docente	2/Portaria	3.15	2,00	2,00
3.16	Participação em visita/missão devidamente autorizado pela instituição.	Portaria de designação/Declaração Proec	Docente	2/Portaria	3.16		0,00
3.17	Participação em banca examinadora de concurso público para professor permanente	Declaração	Docente	2/banca	3.17		0,00
3.18	Participação em banca examinadora de concurso público para professor substituto	Declaração	Docente	1/banca	3.18		0,00
3.19	Participação em órgãos de formulação e execução de políticas públicas de ensino, ciência e tecnologia.	Declaração	Docente	2/ano	3.19		0,00
3.20	Participação em comissão permanente e comitê (Presidente)	Portaria de designação (CPA, CPPD, CPPS, CIS, CPL, CEUA, Comissão de Ética da UFERSA, etc).	Docente	3/ano	3.20		0,00

3.21	Participação em comissão permanente e comitê (Membro)	Portaria de designação (CPA, CPPD, CPPS, CIS, CPL, CEUA, Comissão de Ética da UFERSA, etc).	Docente	2/ano	3.21		0,00
3.22	Participação em comissão temporária (Presidente)	Portaria de designação	Docente	1/Portaria	3.22		0,00
3.23	Participação em comissão temporária (Membro)	Portaria de designação	Docente	0,5/Portaria	3.23		0,00
3.24	Coordenador de Programas de residência médica	Declaração/Portaria	Docente	2 / semestre	3.24		0,00
3.25	Vice Coordenador de Programas de residência médica	Declaração/Portaria	Docente	1 / semestre	3.25		0,00
3.26	Supervisorde eixo (curso modulado)	Declaração/Portaria	Docente	1 / semestre	3.26		0,00
3.27	Participação como representante sindical	Ata de Posse/Declaração	Docente	2/ano	3.27		0,00
Total						8,00	8,00

Emitido em 08/03/2022

E-MAIL Nº 31/2022 - SOC (11.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/03/2022 18:30)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
FUNÇÃO INDEFINIDA
GAB (11.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **31**, ano: **2022**, tipo: **E-MAIL**, data de emissão: **08/03/2022** e o código de verificação: **67aacc2347**

PARECER nº 00049/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU

NUP: 23091.012172/2019-78
INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO.
ASSUNTOS: JORNADA DE TRABALHO.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PARECER. ACÚMULO DE CARGOS [ARTIGO 37, INCISO XVI, DA CRFB]. PROFESSOR. REGIMES ORDINÁRIOS DE TRABALHO [ARTIGO 20, *CAPUT,* INCISOS I E II, DA LEI Nº 12.772/2012]. REGIMES EXTRAORDINÁRIOS DE TRABALHO [ARTIGO 20, §§ 1º E 3º, DA LEI Nº 12.772/2012]. CONCESSÃO. ÓRGÃO SUPERIOR. CONSUNI. GESTÃO POLÍTICA. REQUERIMENTO. MUDANÇA DE CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. ESCLARECIMENTOS. SUGESTÕES. OBSERVÂNCIA. MEDIDA QUE SE IMPÕE.

1. RELATÓRIO.

1. Trata-se de consulta promovida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas sobre a possibilidade de aumento de carga horária de docente, **que possui acúmulo de cargos,** a saber, na UFERSA *campus* Mossoró/RN e na UERN *campus Mossoró*, **de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais (sem regime de DE)**. Destarte, para fins de esclarecimento, os autos foram devidamente encaminhados para apreciação desta **Procuradoria Federal na UFERSA**, em obediência ao disposto no artigo 10, *caput*, da Lei nº. 10.480/2002[1].

2. Os autos, inicialmente encaminhados a esta Procuradoria Federal em **25/02/2022[2]**, estão instruídos com os seguintes elementos:

Sequência 4
Anex1

(a) consta Despacho do Gabinete da Reitoria, de **25 de fevereiro de 2022**, com a dúvida jurídica a ser dirimida por esta Procuradoria Federal;

(b) consta cópia do Processo Administrativo nº 23091.012172/2019-78, com os seguintes documentos:

1. Requerimento Nº 2880/2019 - DIAP, de 27 de setembro de 2019;
2. Requerimento PROGEPE, de 27 de setembro de 2019;
3. Despacho nº 00002/2017/CNU/CGU/AGU, de 04 de abril de 2017, indicando ser insuficiente o somatório da carga horária para fim de cumulação de cargo público, devendo ser analisado caso a caso;
4. Informações do Docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, com as disciplinas ministradas e carga horária semanal de quarenta horas, relativo ao período de 2018.2 e 2019.1;
5. Plano Individual Docente, referente ao período de 2019.2, com total de carga horária de ensino em 32 horas e nenhuma a outra atividade;
6. Despacho da Seção de Legislação e Normas, encaminhando o processo para a unidade interessada para análise do pedido à Chefia para homologação do RID, de 02 de outubro de 2019;

7. Despacho favorável da Coordenação do Curso de Engenharia de Produção, indicando que em Reunião Extraordinário do Curso de Engenharia de produção foi entendido pela aprovação do aumento de carga horária do servidor para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, em 14 de outubro de 2019;

8. Despacho Favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais, que em reunião ordinária aprovou a mudança de regime de trabalho do Professor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, de 20h para 40h, em 16 de outubro de 2019;

9. Orientações Iniciais para pleitear o acúmulo de cargos, assinado pelo docente em 18 de outubro de 2019;

10. Declaração de Acumulação de Cargo Público, Empregos e Funções Públicas, do docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, em 18 de outubro de 2019, sendo ocupante do cargo de professor na UERN em regime de 40 horas semanais;

11. Despacho Favorável do Centro de Engenharias, em 21 de outubro de 2019;

12. Consulta formulada pela PROGEPE, acerca de análise da viabilidade de alteração de jornada de trabalho, com acumulação de cargo público;

13. Parecer nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, de 19 de dezembro de 2019;

14. Despacho Desfavorável da PROGEPE, em 03 de janeiro de 2020;

15. Memorando Eletrônico Nº 278/2019 - PROGEPE, de 20 de dezembro de 2019;

16. Memorando Eletrônico Nº 43/2019 - DECAM, de 23 de dezembro de 2019;

17. Plano Individual Docente, referente ao período de 2020.1, com total de carga horária de ensino em 20 horas e nenhuma a outra atividade;

18. Plano Individual Docente, referente ao período de 2019.2, com total de carga horária de ensino em 20 horas e nenhuma a outra atividade;

19. Despacho da PROGEPE, de 17 de março de 2020;

20. Requerimento PROGEPE, de 09 de setembro de 2021;

21. DESPACHO Nº 1303/2021 - PROGEPE, de 01 de outubro de 2021;

22. Declaração de Acumulação de Cargo Público, Empregos e Funções Públicas, do docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, em 26 de outubro de 2021, sendo ocupante do cargo de professor na UERN em regime de 40 horas semanais;

23. Declaração emitida pela UERN acerca da carga horária do docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, em 26 de outubro de 2021;

24. Declaração emitida pela UFERSA acerca da carga horária do docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, em 26 de outubro de 2021;

25. Despacho Nº 1520/2021 - PROGEPE, de 28 de outubro de 2021;

26. Despacho Nº 66/2021 - PROGEPE, de 22 de novembro de 2021;

27. Despacho Favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais, que em reunião ordinária aprovou a mudança de regime de trabalho do Professor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, de 20h para 40h, em 20 de outubro de 2021;

28. Despacho Desfavorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente, de 01 de dezembro de 2021;

Sequência 5

Anex1

(c) consta *e-mail* da Secretaria dos Órgãos Colegiados, de **8 de março de 2022**, com justificativas e documentos comprobatórios para que sejam anexados ao processo;

(d) consta Ata da 7ª Reunião Ordinária da Assembleia do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais;

(e) consta Despacho Favorável da Centro de Engenharias, referente a mudança de regime de trabalho do Professor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, de 20h para 40h, em **20 de outubro de 2021**;

(f) consta Planos Individuais do Docente;

(g) consta Declaração, de **21 de dezembro de 2021**, de que o docente ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, é membro do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – PPGEE/UFERSA;

(h) consta Certificado de participação no projeto de extensão SINERGY JÚNIOR CONSULTORIA E PROJETOS, no período de **31 de agosto de 2018 a 31 de agosto de 2019**;

(i) consta Certificado de participação como orientador no projeto de extensão SINERGY JÚNIOR CONSULTORIA E PROJETOS, no período de **06 de abril de 2019 a 06 de abril de 2020**;

(j) consta Certificado de participação como orientador no projeto de extensão SINERGY JÚNIOR CONSULTORIA E PROJETOS, no período de **18 de maio de 2020 a 18 de maio de 2021**;

(k) consta Declaração, de **11 de fevereiro de 2022**, que o Professor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, está inscrito como participante da Empresa Júnior de extensão SINERGY JR, que ocorrerá no período de **17 de junho de 2021 a 16 de junho de 2023**;

(l) consta Relatório de Atividades para Ascensão Funcional de Docentes da UFERSA.

3. Assim, o processo foi enviado a esta Procuradoria Federal para fim de emissão de parecer. É o que merece relato. Passa-se, pois, a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

4. Preliminarmente, urge esclarecer que a análise da pretensão levantada não deve adentrar nos aspectos eminentemente afetos à seara administrativa[3]-[4], haja vista a falta de competência desta Procuradoria Federal para tal encargo, o que não afasta a análise das nuances fáticas ensejadoras do presente procedimento com vista ao atendimento dos fins esperados pela ordem jurídica; em termos mais claros, abstraindo-se do *mérito administrativo*, a presente análise restringe-se, unicamente, ao âmbito dos ditames legais em vigor e demais consectários fático-jurídicos ao evento apresentado. Feito este esclarecimento, passa-se ao objeto da consulta.

5. No âmbito da Administração Pública vige o princípio da indisponibilidade dos bens públicos, de maneira que, constado qualquer fato passível de causar danos ao patrimônio público material ou imaterial, o que inclui a ofensa aos princípios norteadores da atividade administrativa (artigo 37, *caput*, da CF, artigo 2º, *caput*, da Lei nº 9.784/1999 e artigo 11, da Lei nº 8.429/1992), impõe-se a identificação dos agentes causadores do evento danoso e a aferição de sua culpabilidade, observada a prescrição ou a decadência, quando configuradas, para fins de aplicação de penalidades, bem como os responsáveis pela preservação do bem violado e/ou pela manutenção da ordem dos bens postos em custódia, uma vez que a culpa *in vigilando* também enseja a devida reprimenda legal, conforme as circunstâncias de cada caso, do servidor envolvido; já o Estado, por sua vez, responde de forma objetiva, isto é, independentemente de culpa aferível daquele (artigo 37, § 6º, da CF/88). Notadamente, a situação encartada nos autos apenas objetiva extirpar dúvida relativa **alteração da jornada de trabalho de docente de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais (sem regime de DE),** portanto, há apenas a pretensão aferir a expedição de atos administrativos consentâneos com as normas legais cogentes, bem como observar toda a principiologia reinante no nosso ordenamento, tudo bem concertado, como quer a harmonia dos sistemas jurídicos coerentes e razoáveis.

6. Primeiramente, transcreve o teor da consulta formulada, nestes termos:

> [...]
> Assim, ante aos novos fatos expostos, solicita-se a esta ilustre Procuradoria Federal que responda o seguinte questionamento:
> 1) É possível, mesmo considerando o parecer desfavorável da CPPD, que o servidor docente André Pedro Fernandes Neto tenha a carga horária alterada de 20h para 40h semanais, sem regime de dedicação exclusiva?

7. Vale mencionar que a PF/UFERSA, no que concerne à temática, para além do **PARECER nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU,** já expedido nestes autos, emitiu, recentemente, o **PARECER nº 00051/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU (NUP 23091.002678/2022-74).** Dessa forma, cumpre destacar que a consulta ventilada nos autos exigirá detida atenção da área administrativa, haja vista o efeito multiplicador dos requerimentos em função da posição jurídica de diversos docentes da IFES, porquanto, diante de situação análoga, exige-se o mesmo tratamento da atuação administrativa (*venire contra factum proprium*). Dito de outro modo, um precedente administrativo, **ainda que não seja vinculante**, expressa uma diretriz decisória que pode gerar expectativas na ambiência administrativa. Diante da análise já apresentada na própria consulta, impõe-se, desde logo, promover dois importantes esclarecimentos:

(a) *a superação do impedimento de carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais* - de longa data, e isso deve ser destacado, imperava uma restrição, de caráter abstrato e absoluto, sobre a inviabilidade de acúmulo de carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais, de maneira que, e não raro acontecia, o servidor tinha que judicializar a controvérsia para fazer imperar sua pretensão resistida pela Administração Pública, a saber, a possibilidade de carga horária superior a 60 (sessenta) horas. Atualmente, em função de parecer já formulado pela AGU, o entendimento mudou, a saber, permite-se o acúmulo, contanto que sejam observados os condicionantes da compatibilidade de horário no caso concreto, sem prejuízo de parâmetros normativos específicos. Portanto, o acúmulo de carga horária superior a 60 (sessenta) horas ainda padece de condicionamentos, portanto, não é irrestrito. Aliás, isso resulta bem evidente na transcrição abaixo, que representa o parecer que ensejou a mudança de entendimento da AGU, nestes termos:

> **PARECER-PLENÁRIO Nº 01/2017/CNU-DECOR/CGU/AGU**
>
> [...]
>
> De todo o exposto, nos termos da fundamentação retro, sugere-se seja promovida a revisão do Parecer GQ-145, conforme o rito do art. 40 da Lei Complementar 73/93, adotando-se o entendimento de que é inválida a regulamentação administrativa que impõe limitação de carga horária semanal como óbice à acumulação de cargos públicos prevista no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição de 1988. Deve, assim, a compatibilidade de horários a que se refere o referido dispositivo constitucional, ser analisada caso a caso pela Administração Pública, **sendo admissível, em caráter excepcional, a acumulação de cargos ou empregos públicos que resulte em carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais quando devidamente comprovada e atestada pelos órgãos e entidades públicos envolvidos, através de decisão fundamentada da autoridade competente, além da inexistência de sobreposição de horários, a ausência de prejuízo à carga horária e às atividades exercidas em cada um dos cargos ou empregos públicos.**
>
> Recomenda-se, ainda, sejam concedidos efeitos prospectivos à superação (overruling) das razões de decidir (*ratio decidendi*) sufragadas no Parecer GQ-145, orientando-se a Administração Pública Federal a adotar a nova interpretação exclusivamente nas decisões administrativas a serem proferidas, inclusive em grau de recurso administrativo, após a publicação do despacho de aprovação do presente parecer pelo Exmo. Sr. Presidente da República, **vedada a concessão de quaisquer efeitos financeiros retroativos sem a devida contraprestação pelo servidor.** Devem manter-se inalteradas, portanto, as situações jurídicas consolidadas sob a égide da interpretação anterior, estejam ou não as decisões respectivas submetidas à reapreciação judicial.
>
> Aprovado o presente parecer pela Presidência da República, deve ser dada ciência de seu inteiro teor ao órgão central do SIPEC, recomendando-lhe, a bem da uniformidade da atuação dos órgãos e entidades sob sua supervisão, que estabeleça parâmetros para orientar e fundar as futuras decisões administrativas de admissão ou inadmissão de acumulação de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Federal.
>
> Sugere-se, por fim, que, enquanto não modificado o Parecer GQ-145, ou no caso de não vir a sê-lo, seja adotado o entendimento, na mesma linha do Parecer nº 0961-2.3/2014/HTM/CONJUR-MP/CGU/AGU, da CONJUR/MP, de que, para o servidor público autorizado, nos termos da legislação vigente, a cumprir carga horária reduzida em relação à carga horária prevista para o cargo, deve ser levada em consideração, para a finalidade da limitação da jornada de trabalho total dos cargos acumulados em 60 (sessenta) horas, **a carga horária efetivamente exigida do servidor.**

(b) *dos condicionantes da legislação específica* - a despeito da liberação - condicionada é fato - de carga horária superior a 60 (sessenta) horas, cumpre mencionar que tal fato não afasta outras [eventuais] exigências de legislação específica. Por isso, não basta o mero requerimento do servidor, com a respectiva aprovação departamental, para obtenção da alteração da carga horária, porquanto não há como relevar os condicionantes da legislação específica, a saber, da Lei nº 12.772/2012.

8. Feitos esses preliminares esclarecimentos, cumpre responder, de modo breve, o questionamento apresentado pela área administrativa, nestes termos:

(a) *regras básicas* - não há maiores dificuldades em ventilar os obstáculos da pretensão administrativa diante da legislação, haja vista seu rigor analítico, **muito embora contraproducente**, sobre a matéria. Pois bem. A Lei 12.772/2012 é taxativa no sentido de que, **ordinariamente,** professor de cargo efetivo na Carreira de Magistérios Superior deve ser submetido ao **(i)** regime de 20 (vinte) horas ou **(ii)** ao regime de 40 (quarenta) horas semanais **com Dedicação Exclusiva**. Portanto, a regra geral sobre a matéria não desponta dúvida, pois é de fácil compreensão. Aliás, vale mencionar que o requerente dispõe de carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Contudo, **extraordinariamente**, é possível que o professor disponha de carga horária de 40 (quarenta) horas, mesmo **sem Dedicação Exclusiva**, desde que atenda às existências do artigo 20, §§ 1º e 3º, da Lei nº 12.772/2012, nestes termos:

> Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:
>
> I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou
>
> II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.
>
> § 1º **Excepcionalmente**, a IFE poderá, mediante **aprovação de órgão colegiado superior competente**, admitir a adoção do **regime de 40 (quarenta) horas semanais** de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, **sem dedicação exclusiva**, para áreas com características específicas.
>
> [...]
>
> Art. 22. O Professor poderá solicitar a alteração de seu regime de trabalho, mediante proposta que será submetida a sua unidade de lotação.
>
> § 1º. A solicitação de mudança de regime de trabalho, aprovada na unidade referida no caput , será encaminhada ao dirigente máximo, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Defesa, ou à **Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD** de que trata o art. 26, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Educação, para **análise e parecer**, e posteriormente à **decisão final da autoridade ou Conselho Superior** competente.
>
> [...]

(b) *áreas com características específicas (§ 1º)* - ainda que o modelo atual possua seus entraves, não há dúvida de que a legislação contempla possibilidades para superar o regime de dedicação exclusiva, fazendo com que os professores tenham contato com o mercado, afinal, boa parte da reflexão acadêmica a ele se dedica, senão a própria *ideia de universidade* seria destituída de sentido, pelo menos numa perspectiva compensatória dos custos envolvidos na sua manutenção. Desse modo, na área das Ciências biológicas, como é o caso de Medicina, é compreensível que o docente possua atuação profissional na área de sua atuação acadêmica, pois, e isso é fora de dúvida, vai permitir uma formação mais sólida dos alunos, justamente para que, além da indiscutível pertinência da formação teórica, o aluno disponha da experiência concreta dos seus professores decorrentes do enfrentamento dos cenários [empíricos] mais adversos. Aliás, é bom que se diga, a exigência de regulamentação interna se impõe por dois claros motivos: **(i)** o reconhecimento institucional da importância do *contágio* com o mercado; e **(ii)** os limites quantitativos, por curso ou departamento, do número de professores que possam gozar da carga horária de 40 (quarenta) horas sem Dedicação Exclusiva. Na ausência dessa regulamentação, por certo, o requerente não poderá dispor da alteração de carga horária; contudo, não se discute que isso pode ser alcançado, contanto que a universidade reconheça tal necessidade em função das características específicas da área de atuação do docente, que, no caso concreto, não resta dúvida, já que o docente atua em regime de 20 (vinte) horas e, portanto, já *fora* dos *estreitos* limites da Dedicação Exclusiva. A pretensão, desse modo, compreende apenas uma ampliação da atividade docente sem detrimento das imposições de ordem profissional no mercado de trabalho. Portanto, trata-se de medida que possui manifesta razoabilidade. **Assim sendo, diante do obstáculo levantado, isto é, ausência de disciplina interna sobre a aplicação do artigo 20, § 1º, da Lei nº 1.772/2012, vislumbra-se contraproducente a realização de novas deliberações sobre o pedido do docente, porquanto, como dito anteriormente, ainda não existe parâmetro normativo do CONSUNI, que é exigido por lei, para a alteração de**

carga horária na precisa hipótese legal destacada nos autos. Sem dúvida, isso vai gerar futuras discussões sobre o modelo a ser adotado na regulamentação da matéria, porquanto poucos não serão os professores que terão a legitimidade para questionar a omissão da IFES e, o mais relevante, o conteúdo da futura regulamentação, pois, e isso é certo, não apenas os docentes do Curso de Medicina mereceria tal benesse. **Assim, essa é a primeira hipótese para gozar da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, muito embora inviável no momento;**

(c) *atuação administrativa específica (§ 3º)* - ademais, admitindo-se que não exista a regulamentação exigida pelo artigo 20, § 1º, da Lei nº 12.772/2012, resta, agora, **diga-se de passagem para não restar qualquer hesitação**, analisar a hipótese do § 3º do mesmo artigo. Vale destacar que a objeção de natureza normativa sobre a impossibilidade de acúmulo de cargo, possui sentido [bem] específico: **(i)** ou seria evitar, de modo abstrato, que o docente tenha outro cargo, mesmo na hipótese de acumulação legal; **(ii)** ou proibir o acúmulo, mesmo na hipótese da permissividade legal, quando a carga horária for incompatível no caso concreto? A segunda hipótese se impõe, caso contrário, a legislação estaria afrontando o próprio texto constitucional, que não impede o acúmulo de carga horária, exigindo, por certo, condicionantes de ordem prática, isto é, a efetiva viabilidade da acumulação (artigo 37, inciso XVI, da CRFB). Dessa forma, a ideia de acúmulo de cargo só pode ter algum sentido quanto à impossibilidade de acumulação **de cargo eletivo ou de livre nomeação**, não propriamente de cargos acumuláveis, **inclusive por deferência ao texto constitucional.** Nessa ordem de considerações, portanto, superando-se o impeditivo da indevida acumulação de cargos, exsurgem duas possibilidades ao requerente, quais sejam, **(i)** "ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos" (inciso I); ou **(2)** "participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE" (inciso II). A hipótese do inciso I não requer qualquer disciplina normativa, porquanto já existe manifesta decantação normativa, de maneira que o docente com 20 (vinte) horas de carga horária pode alterar sua carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, contanto que os demais condicionantes sejam observados pela área administrativa, em particular a existência de recursos orçamentários e financeiros, sobretudo, quando mais de 80% do custo de manutenção da IFES se destina ao pagamento de pessoal. Quanto à hipótese do inciso II, a questão, sem sombra de dúvida, exige regulamentação interna, aliás, por expressa disposição legal; então, como ela não existe, **resta o obstáculo normativo.** Para além disso, se a hipótese do artigo 20, § 1º, da Lei nº 12.772/2012, que serve de referência ao § 3º do mesmo artigo, **não se preocupa com acúmulo legal de cargos**, então, qual o sentido de a hipótese do § 3º exigir a vedação de acúmulo, por certo, ela só pode ser compreendida apenas para resguardar a impossibilidade de acumulação de cargo eletivo ou de livre nomeação, que é justamente o contemplado pelo § 3º do artigo em apreço, isto é, sua preocupação.

9. Dessa forma, **se não há a regulamentação do artigo 20, § 1º, da Lei nº 12.772/2012, nem o atendimento dos requisitos do § 3º do mesmo artigo, a pretensão administrativa não pode prosperar.** Por outro lado, fica evidente que a decisão final acerca da análise da solicitação do docente é feita pela autoridade ou Conselho Superior, de modo que a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) emite análise e parecer sobre o caso, mas sem determinar qualquer entendimento do CONSUNI. Assim, não se discute a importância do Despacho emitido pela CPPD, entretanto, essa análise possui apenas o condão de balizar a decisão a ser tomada pelo CONSUNI, não excluindo a necessidade de apreciação pelo Conselho Superior, a despeito da solicitação ter sido aprovada tanto pelo Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais quanto pelo Centro de Engenharias. **Todavia, esse iter procedimental, infelizmente, não possui qualquer serventia diante dos limites impostos pelo artigo 20, §§ 1º e 3º, da Lei nº 12.772/2012.** Ademais, conforme documento anexado nos autos pela PF/UFERSA **[Seq. (Id) 6]**, o servidor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO não obteve êxito sobre a matéria em demanda judicial já transitada em julgado, **o que reforça a impossibilidade da pretensão administrativa.**

10. Por fim, a área administrativa deve ter redobrada atenção na regulamentação e concessão de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tal como exigida pelo artigo 20, §§ 1º e 3º, da Lei nº 12.772/2012, justamente para não extrapolar os estreitos limites da legislação e, o mais importante, possibilitar um tratamento objetivo sobre a temática, o que poderá beneficiar a todos os membros da Carreira de Magistério Superior.

3. CONCLUSÃO.

11. Ante o exposto, conclui-se[5] pela **impossibilidade** de atendimento da pretensão do servidor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, haja vista o disposto no artigo 20, §§ 1º e 3º, da Lei nº 12.772/2012.

12. Consoante às informações constantes dos autos, é como se opina, salvo melhor juízo. À consulente.

Mossoró/RN, quinta-feira, 10 de março de 2022.

Márcio Ribeiro

Procurador Federal

---

[1] Eis o dispositivo:

> À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. [...]

[2] Para fins de observância ao disposto no artigo 42, *caput,* da Lei nº 9.784/1999, cujo teor é o seguinte: "Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo".

[3] Conforme a BPC nº 07:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento (BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas.** 4. ed. Brasília: CGU/AGU, 2016, p. 32).

[4] Quer dizer, não se deve adentrar no "sentido político do ato administrativo" (FAGUNDES, Miguel Seabra. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 146).

[5] Conforme reconhecida passagem doutrinária, nestes termos:

> Os pareceres emitidos pelos órgãos consultivos, quanto ao conteúdo, são (i) ***de mérito***, se lhes compete apreciar a conveniência e oportunidade da medida a ser tomada, ou (ii) ***de legalidade***, se devem examiná-la sob o ponto de vista da conformidade ao Direito. Quanto ao grau de necessidade ou influência que a lei lhes irroga, serão (i) *facultativos*, quando a autoridade não é obrigada a solicitá-los, fazendo-o para melhor se ilustrar, sem que a tanto esteja obrigada; (ii) *obrigatórios*, quando sua ouvida é imposta como impostergável, embora não seja obrigatório seguir-lhes a orientação; e (iii) *vinculantes*, quando a autoridade não pode deixar de atender às conclusões neles apontadas (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 138).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23091012172201978 e da chave de acesso 8559b2fb

---

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 835294749 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): RAIMUNDO MARCIO RIBEIRO LIMA. Data e Hora: 10-03-2022 11:22. Número de Série: 4858664162093621221. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Emitido em 10/03/2022

PARECER Nº PARECER Nº 49/2022 - SOC (11.03.01)
(Nº do Documento: 162)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/05/2022 14:00)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **162**, ano: **2022**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **04/05/2022** e o código de verificação: **6b527f0058**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

DESPACHO Nº 4661 / 2022 - SOC (11.03.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 26 de setembro de 2022.

Tendo em vista a aprovação e vigência da RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº 44, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022, que alterou a RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA N° 001/2019, de 13 de março de 2019, em específico, o inciso II, do § 2º, do art. 3o., bem como os parágrafos 1o. e 2o. do art. 5o., que estabelecem novos critérios para a alteração do regime de carga horária dos docentes, e em atenção ao art. 4o., determine-se o encaminhamento deste processo ao departamento de lotação do docente, para deliberação quanto ao cumprimento dos novos requisitos para a alteração do regime de carga horária.

Em seguida, o processo deverá ser remetido para manifestação do Conselho de Centro, PROGEPE e CPPD, e ao final, ao CONSEPE.

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 18:02)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **4661**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **26/09/2022** e o código de verificação: **2ae424238e**

UFERSA mail

Secretaria dos Órgãos Colegiados <[redacted]>

Fwd: Análise do processo 123091.012172/2019-88

Andre Fernandes Neto <[redacted]> 23 de setembro de 2022 08:4
Para: Secretaria dos Órgãos Colegiados <[redacted]>

Prezado Secretaria

Em resposta ao posicionamento do procurador que ponderou sobre a ausência de disciplina interna sobre a aplicação do artigo 20, § 1º, da Lei nº 1.772/2012, vislumbra-se contraproducente a realização de novas deliberações sobre o pedido do docente, porquanto, como dito anteriormente, ainda **não existe parâmetro normativo do CONSUNI,** que é exigido por lei, para a alteração de carga horária na precisa hipótese legal destacada nos autos.

Venho por meio desta solicitar a análise do meu pleito mediante a resolução CONSEPE 001/2019 que teve seu artigo cinco alterado no dia 20/09/2022:

Artigo 5:

São consideradas áreas possuidoras de características específicas as áreas da medicina e medicina veterinária e as áreas que exijam anotação ou termo de responsabilidade técnica.

Para esta análise envio em anexo duas **Anotações de Responsabilidade Técnica (ART - ano 2021 e 2022),** que foram expedidas em virtude da exigência do serviço prestado na área de engenharia e por ser tutor da empresa Jr. engenharia elétrica - SINERGY, como forma comprobatória de atendimento a este artigo.

--
Atenciosamente
Engº. Dr. André Pedro Fernandes Neto
Professor - Curso de Engenharia de Produção - UFERSA
Professor - Curso de Ciência da Computação - UERN
Coordenador - Laboratório de Automação da Produção (LaMAP) - UFERSA
Diretor do Comitê Gestor da GigaMossoró (GMOS)

Anotações de Responsbilidade Técnica.pdf
459K

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RN

ART Obra/Serviço
Nº RN20210426534

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

INICIAL

1. Responsável Técnico

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, DOUTORADO EM ENGENHARIA ELETRICA E DE COMPUTAÇÃO, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ESPECIALIZAÇÃO EM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

RNP: [redacted]
Registro: [redacted]

2. Dados do Contrato

Contratante: **SERVINDU - SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA** CPF/CNPJ: **13.385.008/0001-65**
RUA FERREIRA ITAJUBÁ Nº: **747**
Complemento: **SALA 04 SALINAS SHOPPING** Bairro: **SANTO ANTÔNIO**
Cidade: **MOSSORÓ** UF: **RN** CEP: **59611030**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em: **21/07/2021**
Valor: **R$ 1.500,00** Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Privado**
Ação Institucional: **NÃO SE APLICA**

3. Dados da Obra/Serviço

OUTROS SERRA DO MEL Nº: **99**
Complemento: **SERRA DO MEL** Bairro: **SERRA DO MEL**
Cidade: **SERRA DO MEL** UF: **RN** CEP: **59663000**
Data de Início: **21/07/2021** Previsão de término: **21/09/2021** Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **Cadastral** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **VOLTALIA SERVIÇO DO BRASIL LTDA** CPF/CNPJ: **31.002.562/0001-06**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA > #11.9.1.5 - SOLAR	44,10	kw

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

DESTINA-SE A REGISTRAR RESPONBILIDADE TECNICA DE PROJETO DE USINA DE MICROGERAÇÃO FORTOVOLTAICA COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS TÉCNICAS, POTÊNCIA TOTAL: 44,1 kW; INVERSOR 1 ? WEG SIW500H ST015, 15KW, SAIDA DE 220/380V; INVERSOR 2 ? WEG SIW500H ST020, 20KW, SAIDA DE 220/380V. PADRÃO DE ENTRADA DIJUNTOR DE 100 A E CABO DE 35"

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RN, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO - CPF: [redacted]

_____, _____ de _____ de _____
Local data

SERVINDU - SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ: 13.385.008/0001-65

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **30/07/2021** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **8203536527**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RN

ART Obra/Serviço
Nº RN20220528652

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

INICIAL

1. Responsável Técnico

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, DOUTORADO EM ENGENHARIA ELETRICA E DE COMPUTAÇÃO, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ESPECIALIZAÇÃO EM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

RNP: [redacted]
Registro: [redacted]

2. Dados do Contrato

Contratante: **Eliane Maria da Conceição** CPF/CNPJ: **009.312.654-95**
RUA DESEMBARGADOR DIONÍSIO FILGUEIRA Nº: **519**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **MOSSORÓ** UF: **RN** CEP: **59610090**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em:
Valor: **R$ 1.768,88** Tipo de contratante: **Pessoa Física**
Ação Institucional: **NÃO SE APLICA**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DESEMBARGADOR DIONÍSIO FILGUEIRA Nº: **519**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **MOSSORÓ** UF: **RN** CEP: **59610090**
Data de Início: **10/08/2022** Previsão de término: **12/09/2022** Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **Cadastral** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **Eliane Maria da Conceição** CPF/CNPJ: **009.312.654-95**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.3 - PARA FINS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	307,80	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Atualização no projeto já existente: ? Elaborar um projeto de instalações elétricas em baixa tensão obedecendo às normas e regulamentações vigentes; ? Trazer conforto, comodidade e segurança; ? Facilitar as futuras manutenções necessárias nas instalações elétricas; ? Apresentar uma instalação elétrica confiável; ? Minimizar os riscos de acidentes com eletricidade e danos a equipamentos;

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RN, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO - CPF: [redacted]

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Eliane Maria da Conceição - CPF: [redacted]

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **11/08/2022** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **8204115597**

Emitido em 23/09/2022

DESPACHO Nº 4662/2022 - SOC (11.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 18:10)
ERICKA TAYANA LIMA BEZERRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
GAB (11.03)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **4662**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **26/09/2022** e o código de verificação: **a1f0fcdda5**

I - Relatório das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica dos últimos 2 (dois) anos no atual regime de trabalho;

2020.2

Relatório Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2020.2 (22/02/2021 a 05/06/2021)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 16,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2020.2	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	02	90.0	3.0
2020.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	3.0
2020.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 8,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	ALYSSON DOS SANTOS SILVA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	TAYRONE CARLOS MEDEIROS LEAO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	BRUNO CESAR SANTOS DE AQUINO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	DEYSIANE DANDARA RODRIGUES DE SOUSA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	GISELE CARLA MARTINS DE MELO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	GISELE CARLA MARTINS DE MELO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MATHEUS BELMINO DE SENA	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MILENA HELLEN DAMASCENO RIBEIRO	2020.2
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO RODRIGO DE LIMA SOUZA	2020.2

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						CH: 6,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
15/03/2021 a 21/05/2021	BIANCA FERNANDES DE FREITAS	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
16/11/2020 a 15/05/2021	MATHEUS BELMINO DE SENA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
01/12/2020 a 26/03/2021	MATHEUS DE MELO MENDONÇA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
04/01/2021 a 16/06/2021	JOÃO PAULO RUFINO GURGEL VIANA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
24/03/2021 a 04/06/2021	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
01/03/2021 a 12/05/2021	ALYSSON DOS SANTOS SILVA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
20/01/2021 a 17/09/2021	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
25/02/2021 a 24/08/2021	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		CH: 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		CH: 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
18/05/2020 a 18/05/2021	SINERGY JR	Coordenador

2021.1

Relatório Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2021.1 (19/07/2021 a 20/11/2021)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 10,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2021.1	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	90.0	6.0
2021.1	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	90.0	3.0
2021.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	90.0	6.0
2021.2	METODOLOGIA DE PESQUISA E REDAÇÃO CIENTÍFICA	PSC0036	4	01	90.0	6.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 10,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	JÁDER BARRETO DE MOURA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOÃO PEDRO LOUZADA ROCHA DE SOUZA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	LYLA PAULA SILVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA FELÍCIA SILVA ALMEIDA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSUÉ MARCOS CARVALHO OLIVEIRA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	CLEZINALDO FERNANDES BENTO NETO	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	ELIABE ROAN DOS SANTOS FRANCA	2021.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MAX MATHEUS NOGUEIRA PINTO	2021.1

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						CH: 5,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
23/08/2021 a 20/11/2021	JÁDER BARRETO DE MOURA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
23/08/2021 a 20/11/2021	VÍTOR DE MOURA BEZERRA	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
09/08/2021 a 08/02/2022	GABRIEL MEDEIROS NOBREGA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
21/06/2021 a 20/10/2021	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
20/01/2021 a 17/09/2021	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
16/11/2021 a 30/06/2022	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
25/02/2021 a 24/08/2021	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		CH: 5,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
05/05/2017 a 31/12/2021	Estudo, projeto e simulação de antenas especiais de microondas	Membro
17/06/2021 a 31/12/2022	Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores	Membro
14/06/2021 a 31/12/2022	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Vice-Coordenador
17/06/2021 a 16/06/2023	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Coordenador
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		CH: 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
17/06/2021 a 16/06/2023	SINERGY JR	Coordenador

2021.2

Relatório Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2021.2 (14/02/2022 a 18/06/2022)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 12,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2021.2	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	60	2.0
2021.2	AUTOMACAO DA PRODUCAO (1200793)	AMB0336	4	01	60	2.0
2021.2	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	4.0
2022.1	METODOLOGIA DE PESQUISA E REDAÇÃO CIENTÍFICA	PSC0036	4	01	60	4.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 16,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	BIANCA FERNANDES DE FREITAS	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	ELLEN EUGENIA DE ARAÚJO GUERRA	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	RHUAN VICTOR ALBUQUERQUE DE QUEIROZ	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	STÉFANNY KAROLINE MARTINS DE SOUSA	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	BREHMER PEREIRA MENDES	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	JÁDER BARRETO DE MOURA	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	RHUAN VICTOR ALBUQUERQUE DE QUEIROZ	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	ADRIANA NASCIMENTO BEZERRA	2021.2

Orientação	GRADUAÇÃO	BEATRIZ NARCISO DUARTE	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	MARIANA SILVA CAMPOS	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	BEATRIZ NARCISO DUARTE	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	CLEZINALDO FERNANDES BENTO NETO	2021.2
Orientação	GRADUAÇÃO	JOSÉ GILVAN DA SILVA NOGUEIRA	2021.2
Co-Orientação	MESTRADO	DANILO DA SILVA MOURA	15/06/2022 à Presente Data

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 4,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
16/11/2021 a 30/06/2022	VICTÓRIA RAQUEL COÊLHO FERNANDES	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO
07/04/2022 a 17/06/2022	THIAGO TICIANO AIRES DE ARAUJO	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
03/05/2022 a 14/02/2023	IANE JÓICE DIÓGENES MALVEIRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 4,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
17/06/2021 a 31/12/2022	Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores	Membro
14/06/2021 a 31/12/2022	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Vice-Coordenador
17/06/2021 a 16/06/2023	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Coordenador
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 4,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
17/06/2021 a 16/06/2023	SINERGY JR	Coordenador

2022.1

Relatório Individual do Docente

Informações do Docente, de acordo com a lei Nº 12772/12			
PERÍODO DE REFERÊNCIA	2022.1 (25/07/2022 a 28/11/2022)	**Carga Horária Semanal**	**40 Horas**
DOCENTE	ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		
MATRÍCULA	[redacted]	**REGIME JURÍDICO**	ESTATUTÁRIO
DENOMINAÇÃO			
CLASSE	Classe D - Associado	**NÍVEL**	E
REGIME DE TRABALHO			

Ensino

Disciplinas Ministradas						**CH:** 12,00
Semestre	**Nome da Disciplina**	**Código da Disciplina**	**Nº de Créditos**	**Cod. da Turma**	**CH da Disciplina**	**CH Dedicada**
2022.1	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO	MEA1914	4	01	60	4.0
2022.1	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777)	AMB0323	4	01	60	4.0
2022.1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA - ELÉTRICA	MET0017	0	01	30	2.0
2022.2	METODOLOGIA DE PESQUISA E REDAÇÃO CIENTÍFICA	PSC0036	4	01	60	4.0

Orientações de Atividades e Atendimento aos Alunos

Orientação e Co-orientação			**CH:** 14,00
Forma de Orientação	**Natureza**	**Nome do Orientado**	**Período**
Orientação	GRADUAÇÃO	BEATRIZ NARCISO DUARTE	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO TICIANO AIRES DE ARAUJO	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	ANA ELLEN REBOUÇAS DE FREITAS	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MARCOS AURÉLIO RODRIGUES SILVA	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	THIAGO TICIANO AIRES DE ARAUJO	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	ADRIANA NASCIMENTO BEZERRA	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	DEYSIANE DANDARA RODRIGUES DE SOUSA	2022.1
Orientação	GRADUAÇÃO	MARIANA SILVA CAMPOS	2022.1
Co-Orientação	MESTRADO	DANILO DA SILVA MOURA	15/06/2022 à Presente Data

Outras Atividades de Ensino

Projetos de Estágio e Monitoria						**CH:** 2,00

Estágio

Período	Discente	Natureza
03/05/2022 a 14/02/2023	IANE JÓICE DIÓGENES MALVEIRA	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Pesquisa e Produção Acadêmica

Projetos de Pesquisa		**CH:** 10,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
17/06/2021 a 31/12/2022	Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores	Membro
14/06/2021 a 31/12/2022	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Vice-Coordenador
17/06/2021 a 16/06/2023	Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia	Coordenador
15/06/2020 a 15/06/2024	ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA	Membro
01/07/2022 a 31/12/2025	Desenvolvimento Tecnológico de Sensores e Dispositivos de Rádio Frequência para a Agricultura de Precisão na Região do Semiárido Nordestino	Membro

Extensão e Outras Atividades

Ações de Extensão		**CH:** 2,00
Período	**Título do Projeto**	**Tipo de Participação**
25/10/2022 a 27/10/2022	IV Workshop do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Membro
17/06/2021 a 16/06/2023	SINERGY JR	Coordenador

II - Plano de trabalho docente com as atividades de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão e/ou gestão acadêmica que justifiquem a mudança de regime de trabalho;

PLANO INDIVIDUAL DOCENTE

DOCENTE: ANDRE PEDRO FERNANDES NETO
MATRÍCULA: [redacted]
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

I - ENSINO
ENSINO PRESENCIAL E A DISTANCIA

Ano	Código	Turma	Nível	CH do Componente	CH do Docente**	CH Semanal Dedicada*
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL: 14h						
2022 .1	MEA1914	AUTOMAÇÃO DA PRODUÇÃO - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2022 .1	AMB0323	GESTAO DA MANUTENCAO E CONFIABILIDADE (1200777) - T01	GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h
2022 .1	MET0017	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA - ELÉTRICA - T01	LATO SENSU	30h	30h	2.0h
2022 .2 (Período Atual)	PSC0036	METODOLOGIA DE PESQUISA E REDAÇÃO CIENTÍFICA - T01	PÓS-GRADUAÇÃO	60h	60h	4.0h

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTOS AOS ALUNOS

Abaixo são listadas as atividades cujo o componente curricular possui um valor para a carga horária dedicada pelo docente à atividade. Para os componentes que não possuem CH dedicada pelo docente, as orientações são listados no campo "ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO" mais abaixo

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Sugerida	CH Semanal Dedicada
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ORIENTAÇÕES: 21h				
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2022011477 - BEATRIZ NARCISO DUARTE	300	20.0h	3.0 h
AMB1120 - ESTAGIO SUPERVISIONADO	2019023369 - THIAGO TICIANO AIRES DE ARAUJO	300	20.0h	3.0 h
AMB1121 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	2018022064 - ANA ELLEN REBOUÇAS DE FREITAS	60	4.0h	3.0 h
AMB1121 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	2017005660 - MARCOS AURÉLIO RODRIGUES SILVA	60	4.0h	3.0 h
AMB1121 - TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	2019023369 - THIAGO TICIANO AIRES DE ARAUJO	60	4.0h	3.0 h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2017010916 - ADRIANA NASCIMENTO BEZERRA	30	2.0h	2.0 h

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Sugerida	CH Semanal Dedicada
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2016020826 - DEYSIANE DANDARA RODRIGUES DE SOUSA	30	2.0h	2.0 h
MME2313 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	2014020029 - MARIANA SILVA CAMPOS	30	2.0h	2.0 h

Caro(a) professor(a), informe as cargas horárias semanais dedicadas a atendimentos e orientações de atividades de discentes sob sua orientação, de acordo com as categorias a seguir:

ATENDIMENTO AOS ALUNOS: Mínimo 2h, Máximo 4h. Digite a carga horária semanal dedicada a atender alunos fora do horário de aula.	2.0 h
ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO: 0 orientação(ões) cadastradas. Digite a carga horária semanal dedicada a orientações acadêmicas aos alunos de graduação.	0.0 h
ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: 1orientação(ões) cadastradas Digite a carga horária semanal dedicada a orientações acadêmicas aos alunos de pós-graduação. 2022101255 - DANILO DA SILVA MOURA	3.0 h
TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO:	**40h**

Atividade	Dados
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO - IANE JÓICE DIÓGENES MALVEIRA	1 projeto de ensino ativo.
PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA 1 -Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores 2 -Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia 3 -ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA 4 - Desenvolvimento Tecnológico de Sensores e Dispositivos de Rádio Frequênc para a Agricultura de Precisão na Região do Semiárido Nordestino	4 projetos ativo(s).
EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES 1 - IV Workshop do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica 2 - SINERGY JR	2 ações ativa(s).

Quantitativo de horas do Plano de trabalho docente dos anos de 2021.2 e 2022.1

Período	Total CH Ensino	Situação
2022.1	40h	SUBMETIDO PARA HOMOLOGAÇÃO DA CHEFIA
2021.2	40h	SUBMETIDO PARA HOMOLOGAÇÃO DA CHEFIA

III - declaração de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROGEPE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

IDENTIFICAÇÃO		
Nome: ANDRE PEDRO FERNANDES NETO		CPF: [redacted]
Telefone (com DDD): [redacted]	Cargo: PROFESSOR	Lotação: DECAM
Regime de Trabalho: X 20h ☐ 25h ☐ 30h ☐ 40h ☐ DE		

1. Ocupo outro cargo, emprego ou função pública: X Sim* ☐ Não

Orgão: UERN - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Orgão:
Cargo, emprego, função: PROFESSOR	Cargo, emprego, função:
Regime de Trabalho: 40 HORAS	Regime de Trabalho:
Horário de trabalho: MATUTINO	Horário de trabalho:

1.1. Recebo auxílio alimentação de outro Órgão: ☐ Sim* X Não

2. Exerço atividade em empresa privada, pública ou Sociedade de Economia Mista: ☐ Sim* X Não

2.1. Possuo Carteira assinada: ☐ Sim* X Não

Empresa:	Empresa:
Atividade:	Atividade:
Horário de trabalho:	Horário de trabalho:

2.2. Estou em gozo de licença, afastamento ou cumprindo Aviso Prévio: ☐ Sim* X Não

Órgão(s)/Empresa(s):	Tipo:	Período:

3. Exerço atividade como autônomo ou profissional liberal: ☐ Sim* X Não

Atividade:	Horário:

4. Participo de gerência ou administração de empresa privada ou sociedade simples: ☐ Sim* X Não

5. Exerço comércio/atividade empresarial: ☐ Sim* X Não

5.1. ☐ Sócio, Acionista, Cotista ou Comanditário 5.2. ☐ MEI (Microempreendedor Individual) 5.3. ☐ EIRELI

6. Sou Militar: ☐ Sim* X Não

6.1. ☐ Em atividade ☐ Reformado ☐ Reserva remunerada

7. Estou em disponibilidade remunerada[1]: ☐ Sim* X Não | Órgão:

8. Recebo proventos de aposentadoria: ☐ Sim* X Não

8.1. ☐ Aposentadoria Voluntária ☐ Aposentadoria por Invalidez

Órgão:	Cargo:	Data da Aposentadoria: / /

9. Recebo Pensão Civil: ☐ Sim* X Não | Órgão:

Declaro, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e para os fins previstos no parágrafo 5º do artigo 13 da Lei 8.112/90, que:

ESTOU CIENTE de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante CONSTITUI CRIME, tipificado no art. 299 do Código Penal, sujeito à PENA DE RECLUSÃO, DE UM A CINCO ANOS, E MULTA, além de DEMISSÃO do cargo, no âmbito administrativo, após apuração em processo administrativo disciplinar, na forma do art. 133, da Lei 8.112/90.

*Anexar os documentos comprobatórios de todos os itens com resposta afirmativa (contrato social, estatuto, portaria de aposentadoria ou pensão, etc.).

Mossoró/RN 26 de OUTUBRO de 2021

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]

Assinado digitalmente por ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]
CN=ANDRE PEDRO FERNANDES NETO:[redacted], O=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, C=BR
Razão: Declarante
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.10.26 09:31:00 -03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

DESPACHO Nº 1520 / 2021 - PROGEPE (11.01.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 28 de outubro de 2021.

Interessado(a): André Pedro Fernandes Neto

Assunto: Acumulação de cargos, empregos e funções

Processo: 23091.012172/2019-88

DESPACHO

01. Trata-se do processo administrativo n.º 23091.012172/2019-88, inaugurado por André Pedro Fernandes Neto, servidor efetivo da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, Campus Mossoró, ocupante do cargo de professor do magistério superior, que solicitou a majoração de carga horária de trabalho semanal de 20 (vinte) para 40(quarenta) horas. Os autos foram remetidos a esta unidade a fim de que se verifique a regularidade na acumulação de cargos por parte do interessado, pois, ao preencher a declaração de acumulação de cargos, empregos e funções, firmada a 26 de outubro de 2021, o interessado assinalou que também ocupa o cargo de docente na UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

02. Assim, os autos do referido processo estão instruídos com a seguinte documentação: (a) Requerimento de majoração de carga horária, firmado pelo interessado e outros documentos; (b) Despacho da extinta Seção de Legislação e Normas desta Pró-Reitoria, encaminhando os autos processuais para a unidade acadêmica do interessado a fim de se pronunciar quanto ao seu pleito; (c) Despacho favorável da coordenação do curso de Engenharia de Produção; (d) Despacho favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM/UFERSA, ao qual o interessado está vinculado; (e) Declaração de acúmulo de cargos, empregos e funções, firmada pelo interessado a 18 de outubro de 2019; (g) Despacho favorável do Conselho do Centro de Engenharias; (h) Consulta jurídica desta Pró-Reitoria à Procuradoria Federal nesta IFES; (i) Parecer n.º 374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU; (j) Despacho desfavorável desta Pró-Reitoria, de 03 de janeiro de 2020; (k) Notificação ao interessado; (l) Memorando eletrônico n.º 278/2019 desta Pró-Reitoria para o DECAM/UFERSA; (m) Memorando eletrônico n.º 43/2019 do DECAM para a PROGEPE; (n) Notificação ao interessado; (o) Plano individual docente - PID do interessado; (p) Despacho de arquivamento do processo; (q) Pedido de desarquivamento do processo; (r) Despacho desta Pró-Reitoria; (s) Relatório individual docente - RID do interessado; (t) PID do interessado atualizado; (u) Declaração de acúmulo de cargos, empregos e funções atualizada; (v) Declaração do DECAM/UFERSA com os horários de aula do interessado nesta instituição; (w) Declaração do Departamento de Informática/UERN com os horários de aula do interessado naquela instituição.

03. É o que importa relatar. Passa-se à parte dispositiva.

04. De início, cumpre informar que, conforme os preceitos fixados na Constituição da República de 1988, a não acumulação de cargos é a regra para o serviço público, havendo, entretanto, algumas exceções. Neste caso específico, na condição de servidor efetivo ocupante de cargo do magistério, há, em tese, possibilidade de acúmulo de seu cargo com outro cargo de igual natureza (art. 37, XVI, "a"), desde que haja compatibilidade de horário entre ambos. Desse modo, como o servidor assinalou em sua declaração que ocupa dois cargos públicos de docente, cumpre a esta Pró-Reitoria analisar se há compatibilidade de jornada de trabalho entre os dois cargos. É o que se faz seguir.

05. Conforme se depreende das duas declarações apresentadas pelo interessado, tanto para o semestre letivo vigente nesta IFES, quanto para o próximo, não há choque de horário entre as aulas ministradas nas duas instituições. No caso específico da UERN, a declaração firmada pelo departamento daquela universidade atesta que os horários de aula do interessado ali se concentram nas quintas-feiras e sextas-feiras pela manhã. Já quanto às atividades da UFERSA, vê-se que, considerando os componentes curriculares ministrados tanto na graduação quanto na pós-graduação, o interessado apenas tem aulas nas segundas-feiras à noite e nas quartas-feiras, nos turnos vespertino e noturno.

06. **Desse modo, vê-se, portanto, que o acúmulo dos cargos na forma atual se reveste de legalidade, pois amparado em permissivo constitucional, e não se verifica, no caso concreto, choque de horário entre as atividades de ambos. Todavia, vale dizer que, como o interessado pretende majorar a sua carga horária semanal nesta IFES de 20 (vinte) para 40 (quarenta), é necessário, caso o seu pleito venha a ser atendido, que o interessado informe a esta Pró-Reitoria, nos termos do art. 9º, § 1º da Instrução Normativa n.º 2/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas a ocorrência da mudança, para que se realize nova análise de compatibilidade de horários, dessa vez considerando a sua carga horária semanal conjunto como sendo de 80 (oitenta), e não mais de 60 (sessenta) horas.**

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 09:00)
RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Justificativas para reconhecimento da área como possuidora de características específicas, quando se tratar de mudança de regime para 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva.

De acordo com o texto da Resolução,

§ 1º São consideradas áreas possuidoras de características específicas as áreas da medicina e da medicina veterinária e áreas que exijam anotação ou termo de responsabilidade técnica.

A seguir duas Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que foram geradas nos anos de 2021 e 2022 em virtude de ser o tutor da empresa Jr. engenharia elétrica – SINERGY, atividade de extensão da UFERSA, anotações que são exigidos para execução dos projetos de engenharia.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RN

ART Obra/Serviço
Nº RN20210426534

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

INICIAL

1. Responsável Técnico

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, DOUTORADO EM ENGENHARIA ELETRICA E DE COMPUTAÇÃO, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ESPECIALIZAÇÃO EM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

RNP: [redacted]
Registro: [redacted]

2. Dados do Contrato

Contratante: **SERVINDU - SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA** CPF/CNPJ: **13.385.008/0001-65**
RUA FERREIRA ITAJUBÁ Nº: **747**
Complemento: **SALA 04 SALINAS SHOPPING** Bairro: **SANTO ANTÔNIO**
Cidade: **MOSSORÓ** UF: **RN** CEP: **59611030**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em: **21/07/2021**
Valor: **R$ 1.500,00** Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Privado**
Ação Institucional: **NÃO SE APLICA**

3. Dados da Obra/Serviço

OUTROS SERRA DO MEL Nº: **99**
Complemento: **SERRA DO MEL** Bairro: **SERRA DO MEL**
Cidade: **SERRA DO MEL** UF: **RN** CEP: **59663000**
Data de Início: **21/07/2021** Previsão de término: **21/09/2021** Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **Cadastral** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **VOLTALIA SERVIÇO DO BRASIL LTDA** CPF/CNPJ: **31.002.562/0001-06**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA > #11.9.1.5 - SOLAR	44,10	kw

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

DESTINA-SE A REGISTRAR RESPONBILIDADE TECNICA DE PROJETO DE USINA DE MICROGERAÇÃO FORTOVOLTAICA COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS TÉCNICAS, POTÊNCIA TOTAL: 44,1 kW; INVERSOR 1 ? WEG SIW500H ST015, 15KW, SAIDA DE 220/380V; INVERSOR 2 ? WEG SIW500H ST020, 20KW, SAIDA DE 220/380V. PADRÃO DE ENTRADA DIJUNTOR DE 100 A E CABO DE 35"

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RN, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO - CPF: [redacted]

_____, _____ de _____ de _____
Local data

SERVINDU - SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ: 13.385.008/0001-65

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **30/07/2021** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **8203536527**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://crea-rn.sitac.com.br/publico/, com a chave: 1WdzA
Impresso em: 22/09/2022 às 00:07:49 por: , ip: 177.37.169.31

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RN

ART Obra/Serviço
Nº RN20220528652

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

INICIAL

1. Responsável Técnico

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, DOUTORADO EM ENGENHARIA ELETRICA E DE COMPUTAÇÃO, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ESPECIALIZAÇÃO EM ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**

RNP: [redacted]
Registro: [redacted]

2. Dados do Contrato

Contratante: **Eliane Maria da Conceição** CPF/CNPJ: **009.312.654-95**
RUA DESEMBARGADOR DIONÍSIO FILGUEIRA Nº: **519**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **MOSSORÓ** UF: **RN** CEP: **59610090**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em:
Valor: **R$ 1.768,88** Tipo de contratante: **Pessoa Física**
Ação Institucional: **NÃO SE APLICA**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DESEMBARGADOR DIONÍSIO FILGUEIRA Nº: **519**
Complemento: Bairro: **CENTRO**
Cidade: **MOSSORÓ** UF: **RN** CEP: **59610090**
Data de Início: **10/08/2022** Previsão de término: **12/09/2022** Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **Cadastral** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **Eliane Maria da Conceição** CPF/CNPJ: **009.312.654-95**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.3 - PARA FINS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	307,80	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Atualização no projeto já existente: ? Elaborar um projeto de instalações elétricas em baixa tensão obedecendo às normas e regulamentações vigentes; ? Trazer conforto, comodidade e segurança; ? Facilitar as futuras manutenções necessárias nas instalações elétricas; ? Apresentar uma instalação elétrica confiável; ? Minimizar os riscos de acidentes com eletricidade e danos a equipamentos;

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RN, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO - CPF: [redacted]

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Eliane Maria da Conceição - CPF: [redacted]

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 88,78** Registrada em: **11/08/2022** Valor pago: **R$ 88,78** Nosso Número: **8204115597**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://crea-rn.sitac.com.br/publico/, com a chave: 39808
Impresso em: 22/09/2022 às 00:07:50 por: , ip: 177.37.169.31

JUSTIFICATIVA DE SOLICITAÇÃO

Atendendo a RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA N° 001/2019, de 13 de março de 2019, alterada pela Resolução Consepe/Ufersa nº 44, de 20 de setembro de 2022, encaminho os documentos comprobatórios acima, no qual atende o texto modificado.

> § 2º O Consepe pode deliberar sobre áreas consideradas possuidoras de características específicas, não elencadas nesta resolução mediante decisão fundamentada por ocasião da solicitação de alteração de regime de trabalho.

As áreas de engenharia e alguns profissionais absorvem características especiais de perícia judicial que exerçam atividade de perícias em engenharia elétrica, produção, mecânica, civil, petróleo, mecânica, agrícola, ambiental, agronomia.

Outra característica especial das áreas de engenharia e alguns profissionais são o caráter prático (experiência comprovada no mercado de trabalho) e atuem nas áreas de mercado como automação, manutenção, energias renováveis, agro engenharia.

Além da carga horária de ensino, justifica-se a alteração devido a participação na empresa Jr. que dada visibilidade vários alunos buscam orientação para o trabalho de conclusão de curso.

Atividade de pesquisa, pós-graduação atua como docente nos programas, PPGEE – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (mestrado) e na Especialização em Energias Renováveis.

Sendo assim, justifica-se a inserção deste profissional no quadro de docente 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, pelo seu desempenho comprovado nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, pelo seu - Plano de trabalho docente que alguns anos executa as 40 horas, e por fim, devido as exigências de aplicação e execução das anotações de responsabilidade técnicas bem como a inserção dos discentes no mercado de trabalho por intermédio de profissionais experientes no mercado de trabalho.

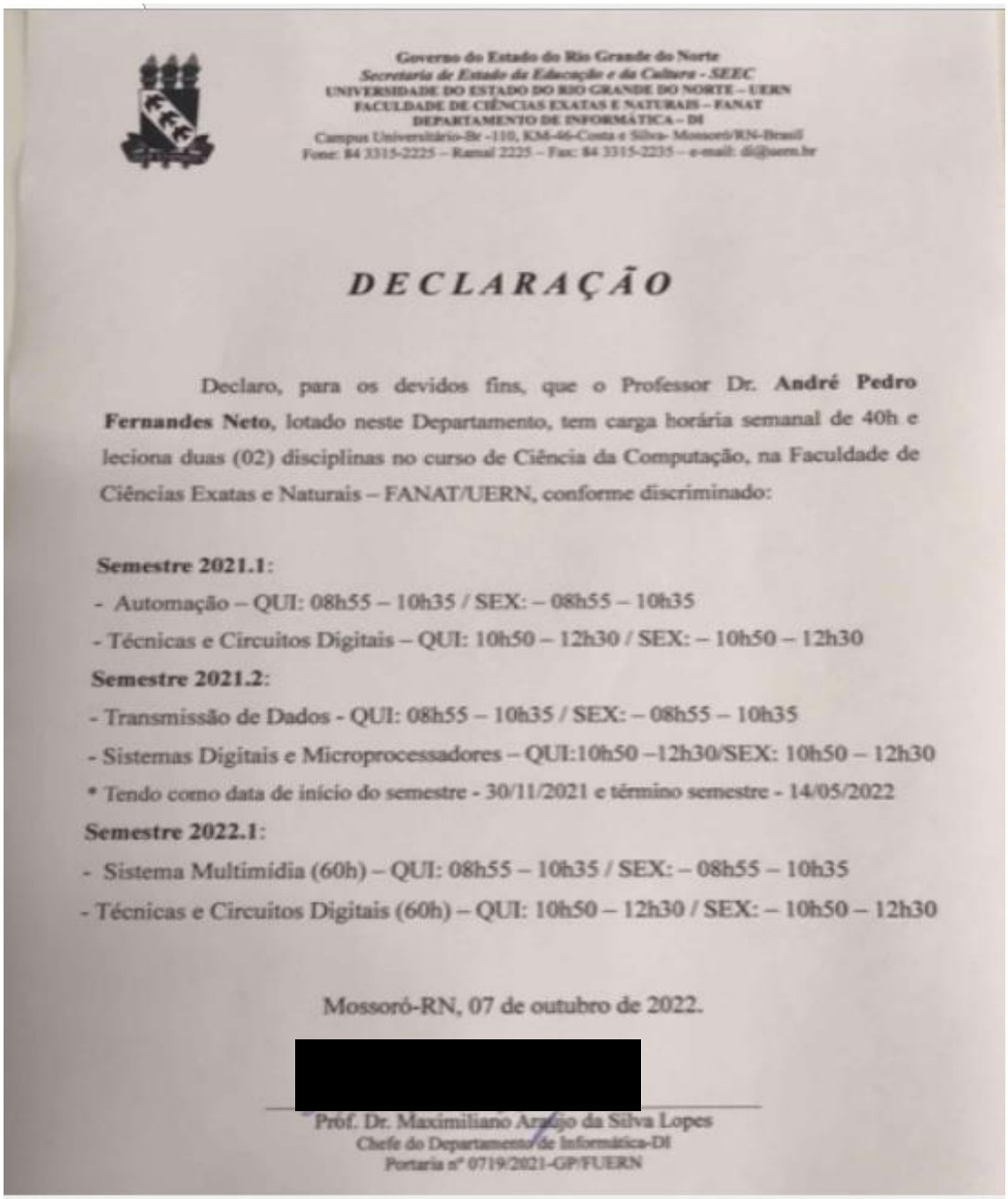
Peço deliberação em Assembleia Departamental.

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]

Assinado digitalmente por ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]
DN: CN=ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted] OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.10.13 11:29:19-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

ANEXOS

Declaração distribuição de carga horária na UERN



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – FANAT
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA – DI
Campus Universitário-Br -110, KM-46-Costa e Silva- Mossoró/RN-Brasil
Fone: 84 3315-2225 – Ramal 2225 – Fax: 84 3315-2235 – e-mail: di@uern.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o Professor Dr. **André Pedro Fernandes Neto**, lotado neste Departamento, tem carga horária semanal de 40h e leciona duas (02) disciplinas no curso de Ciência da Computação, na Faculdade de Ciências Exatas e Naturais – FANAT/UERN, conforme discriminado:

Semestre 2021.1:
- Automação – QUI: 08h55 – 10h35 / SEX: – 08h55 – 10h35
- Técnicas e Circuitos Digitais – QUI: 10h50 – 12h30 / SEX: – 10h50 – 12h30

Semestre 2021.2:
- Transmissão de Dados - QUI: 08h55 – 10h35 / SEX: – 08h55 – 10h35
- Sistemas Digitais e Microprocessadores – QUI:10h50 –12h30/SEX: 10h50 – 12h30

* Tendo como data de início do semestre - 30/11/2021 e término semestre - 14/05/2022

Semestre 2022.1:
- Sistema Multimídia (60h) – QUI: 08h55 – 10h35 / SEX: – 08h55 – 10h35
- Técnicas e Circuitos Digitais (60h) – QUI: 10h50 – 12h30 / SEX: – 10h50 – 12h30

Mossoró-RN, 07 de outubro de 2022.

[redacted]

Prof. Dr. Maximiliano Araújo da Silva Lopes
Chefe do Departamento de Informática-DI
Portaria nº 0719/2021-GP/FUERN

ANDRE PEDRO FERNANDES NETO: [redacted]

Assinado digitalmente por ANDRE PEDRO FERNANDES NETO:[redacted]
DN: CN=ANDRE PEDRO FERNANDES NETO:[redacted], OU=UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Arido, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.10.13 11:28:52-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Emitido em 13/10/2022

JUSTIFICATIVA Nº 186/2022 - DECAM (11.01.00.10.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/10/2022 15:26)
ANDRE PEDRO FERNANDES NETO
PROFESSOR 3 GRAU
DECAM (11.01.00.10.02)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **186**, ano: **2022**, tipo: **JUSTIFICATIVA**, data de emissão: **13/10/2022** e o código de verificação: **53075d0a26**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

DESPACHO Nº 5066 / 2022 - DECAM (11.01.00.10.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 17 de outubro de 2022.

Considerando: O docente comprovadamente já executa as 40 horas solicitadas, conforme anexos do relatório das atividades dos últimos 2 (dois), 2022.1 - 40h, 2021.2 - 40h, 2021.1 - 40h, 2020.2 - 40h.

Considerando: Plano de trabalho docente que atende plenamente as atividades no âmbito de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando: A área de engenharia com características especiais para profissionais que atividade desempenham atividade de perícias em engenharia elétrica, produção.

Considerando: Participação em quatro projetos de pesquisa homologados na UFERSA, Desenvolvimento de Sistema Integrado de Antenas, Dispositivos de RF e Sensores, Medição e Análise de radiação eletromagnética não-ionizante em sistemas de comunicação e sistemas de energia, ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EMBARCADAS DE COMUNICAÇÃO E SENSORIAMENTO PARA SOLUÇÕES E APLICAÇÕES EM ENGENHARIA BIOMÉDICA, Desenvolvimento Tecnológico de Sensores e Dispositivos de Rádio Frequência para a Agricultura de Precisão na Região do Semiárido Nordestino

Considerando: Plano de trabalho docente com as atividades de extensão 1 - IV Workshop do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Empresa SINERGY JR.

Considerando: Compatibilidade de horário em que a carga horária semanal de 40h lecionada em outra instituição no curso de Ciência da Computação é executada no horário matutino, sendo a carga horário na UFERSA noturno.

Justifica-se a inserção deste profissional no quadro de docente 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, pelo seu desempenho comprovado nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, pelo seu - Plano de trabalho docente que alguns anos executa as 40 horas, e por fim, devido as exigências de aplicação e execução das anotações de responsabilidade técnicas bem como a inserção dos discentes no mercado de trabalho por intermédio de profissionais experientes no mercado de trabalho.

Desta forma, o Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais foi FAVORÁVEL, por unanimidade, à alteração de carga horária solicitada pelo servidor docente, em votação na 9ª Reunião Ordinária que aconteceu no dia 17 de outubro de 2022.

(Assinado digitalmente em 17/10/2022 17:13)
CYBELLE BARBOSA E LIMA VASCONCELOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DECAM (11.01.00.10.02)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5066**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **17/10/2022** e o código de verificação: **7f8bcf8e26**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE ENGENHARIAS

DESPACHO Nº 5079 / 2022 - CE (11.01.00.10)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 18 de outubro de 2022.

1. Trata-se do requerimento de alteração de regime de trabalho do servidor docente **André Pedro Fernandes Neto,** de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

2. Considerando a posição favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM, votado na 9ª Reunião Ordinária do dia 17/10/2022, encaminhamos o parecer **FAVORÁVEL** do Centro de Engenharias - CE, aprovado na 10ª Reunião Ordinária de 2022 do Conselho do Centro de Engenharias ? CCE, realizada em 18/10/2022.

3. Por fim, encaminhe-se à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, para apreciação e providências.

(Assinado digitalmente em 18/10/2022 13:38)
KARLA JANE EYRE DA CUNHA BEZERRA SOUZA
SECRETARIO EXECUTIVO
CE (11.01.00.10)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5079**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **18/10/2022** e o código de verificação: **169aa05149**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE ENGENHARIAS

DESPACHO Nº 5080 / 2022 - CE (11.01.00.10)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 18 de outubro de 2022.

1. Trata-se do requerimento de alteração de regime de trabalho do servidor docente **André Pedro Fernandes Neto,** de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

2. Considerando a posição favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM, votado na 9ª Reunião Ordinária do dia 17/10/2022, encaminhamos o parecer **FAVORÁVEL** do Centro de Engenharias - CE, aprovado na 10ª Reunião Ordinária de 2022 do Conselho do Centro de Engenharias ? CCE, realizada em 18/10/2022.

3. Por fim, encaminhe-se à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, para apreciação e providências.

(Assinado digitalmente em 18/10/2022 14:00)
MANOEL QUIRINO DA SILVA JUNIOR
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
CE (11.01.00.10)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5080**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **18/10/2022** e o código de verificação: **a0b19bb0f5**

Processo nº. 23091.012172/2019-88

Assunto: 029.1 - OUTROS ASSUNTOS REFERENTES A PESSOAL: HORÁRIO DE EXPEDIENTE(INCLUSIVE ESCALA DE PLANTÃO)

DESPACHO DESFAVORÁVEL

Analisando a solicitação constante neste Processo Administrativo, referente ao requerimento de Alteração de Carga Horária feito pelo servidor docente André Pedro Fernandes Neto, matrícula SIAPE n.º [redacted], e considerando a documentação anexa, cabe destacar os seguintes pontos:

1. Nos pareceres favoráveis do departamento e do centro a que o servidor se vincula na Ufersa não consta registrada ciência de que se trata de acumulação de cargo, como também não há a justificativa da necessidade de ampliação de carga horária de acordo com o perfil da área de atuação do docente.

2. A Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 005/2017 de 29 de março de 2017, embora ateste a legalidade da acumulação de cargo, deixa clara a necessidade de avaliação "caso a caso", o que pode resultar em decisões diferentes para casos análogos.

3. Na análise de compatibilidade foi priorizada a carga horária do requerente no que diz respeito às horas de ensino, não restando clara análise mais aprofundada das demais atribuições inerentes ao cargo (pesquisa, extensão, orientações, etc.) desconsiderando-se a possibilidade de implicações em eventual sobrecarga de trabalho, incidências sobre o desempenho e qualidade no processo de ensino-aprendizagem, salubridade/estabilidade física e mental, etc.

4. Restam dúvidas sobre as implicações, para o caso, do entendimento do termo "características específicas" como citado no Art. 3º, §1º da RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA Nº 001/2019, de 13 de março de 2019:

> **§ 1º A UFERSA poderá admitir, em caráter excepcional, mediante aprovação do Departamento Acadêmico, e pelo CONSEPE, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas [grifo nosso]**

Considerando o exposto, esta comissão se posiciona desfavorável à referida solicitação. Encaminhe-se à Secretaria de Órgãos Colegiados para apreciação e deliberação pelo Conselho Superior competente.

(Autenticado digitalmente em 01/12/2021 20:21)
AURISTELA CRISANTO DA CUNHA
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (11.01.26)
PROFESSOR 3 GRAU

Emitido em 01/12/2021

DESPACHO Nº 374/2021 - PROGEPE (11.01.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/10/2022 14:06)
JULIUS VICTORIUS DIOGENES PAIVA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **374**, ano: **2021**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **31/10/2022** e o código de verificação: **59a76c13aa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

Interessado: REITORIA

Assunto: Análise da viabilidade de alteração de jornada de trabalho de docente (aumento da carga horária para 40h semanais)

DESPACHO

Trata-se de consulta para análise da viabilidade do pedido de alteração de jornada de trabalho (carga horária), formulado pelo docente André Pedro Fernandes Neto, matrícula SIAPE nº [redacted], em setembro de 2021, que solicita o aumento do seu regime de 20 horas para 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva.

Sobre o assunto, importa ressaltar na legislação o art. 22 da Lei no 12.772/2021, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, *in verbis*:

> **Art. 22**. O Professor poderá solicitar a alteração de seu regime de trabalho, mediante proposta que será submetida a sua unidade de lotação.
> **1º** A solicitação de mudança de regime de trabalho, aprovada na unidade referida no caput, **será encaminhada ao dirigente máximo**, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Defesa, **ou à Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD** de que trata o art. 26, no caso das IFE vinculadas ao Ministério da Educação, para análise e parecer, e posteriormente à decisão final da autoridade ou **Conselho Superior competente**. *(grifo nosso)*

Bem como o Art. 4° da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019, *in verbis*:

> **Art. 4º** A alteração de regime de trabalho poderá ser requerida pelo professor do Magistério Superior mediante aprovação de plano de trabalho que a justifique pelo plenário do Departamento Acadêmico ao qual pertence e pelo Conselho de Centro em que o docente está vinculado.

Antes desta solicitação de setembro de 2021, o docente em questão já havia feito o mesmo pedido em setembro de 2019. Na ocasião, a coordenação do curso de engenharia de produção, o Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais e o Centro de Engenharia foram favoráveis ao pedido. Todavia, em consulta formulada à Procuradoria Federal, em 12 de novembro de 2019, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

informou que o docente também era professor na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, com regime de 40 horas.

Neste cenário, questionou-se sobre a possibilidade de cumular dois cargos públicos de professor, cada um com regime de 40h semanais. Em atendimento à consulta, o Parecer nº 00374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, em 19 de dezembro de 2019, concluiu pela impossibilidade inicial da pretensão do servidor - até que existisse normatização do CONSUNI, além de informar sobre a necessidade de atualizar o Plano Individual de Atividades Docente – PIAD, uma vez que o docente poderia estar cumprindo na prática mais que 20h semanais.

Com base no parecer acima citado, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, em 03 de janeiro de 2020, manifestou-se desfavorável a alteração pretendida. E, após o ajuste no PIAD, o processo em questão foi arquivado, em 17 de março de 2020.

Em setembro de 2021, o docente André Pedro Fernandes Neto voltou a solicitar a alteração para 40h semanais sem dedicação exclusiva, desarquivando o processo de 2019. A PROGEPE, então, em 01 de outubro de 2021, encaminhou despacho solicitando a manifestação do Chefe do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais e pedindo que fosse anexado ao processo a atualização dos documentos que se pede no Art. 5º da Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2019.

O Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais, em 20 de outubro de 2021, manifestou-se favorável ao pedido. Também foi favorável ao pedido o Centro de Engenharias, em 21 de outubro de 2021.

Sobre o novo pedido, ciente que o servidor também é docente na UERN (com carga horária de 40h), a PROGEPE, em 29 de outubro de 2021, manifestou-se favorável por não verificar choque de horário entre as atividades. Observa-se:

> "Desse modo, vê-se, portanto, que o acúmulo dos cargos na forma atual se reveste de legalidade, pois amparado em permissivo constitucional, e **não se verifica, no caso concreto, choque de horário entre as atividades de ambos**. Todavia, vale dizer que, como o interessado pretende majorar a sua carga horária semanal nesta IFES de 20 (vinte) para 40 (quarenta), é necessário, caso o seu pleito venha a ser atendido, que o interessado informe a esta Pró-Reitoria, nos termos do art. 9º, § 1º da Instrução Normativa n.º 2/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de

> Pessoas a ocorrência da mudança, para que se realize nova análise de compatibilidade de horários, dessa vez considerando a sua carga horária semanal conjunto como sendo de 80 (oitenta), e não mais de 60 (sessenta) horas." *(grifo nosso)*

Em novo despacho, em 22 de novembro de 2021, a PROGEPE solicitou parecer sobre o caso à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, informando que após o parecer, a Comissão deveria direcionar o processo ao CONSUNI, Conselho Superior competente para análise da matéria. **Atendendo ao despacho, em 03 de dezembro de 2021, a CPPD manifestou-se desfavorável**, veja-se:

> "2. A Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 005/2017 de 29 de março de 2017, embora ateste a legalidade da acumulação de cargo, deixa clara a necessidade de avaliação "caso a caso", o que pode resultar em decisões diferentes para casos análogos. 3. Na análise de compatibilidade foi priorizada a carga horária do requerente no que diz respeito às horas de ensino, **não restando clara análise mais aprofundada das demais atribuições inerentes ao cargo (pesquisa, extensão, orientações, etc.)** desconsiderando-se a possibilidade de implicações em eventual sobrecarga de trabalho, incidências sobre o desempe" *(grifo nosso)*

Assim, ante aos novos fatos expostos, solicita-se a esta ilustre Procuradoria Federal que responda o seguinte questionamento:

1) É possível, mesmo considerando o parecer desfavorável da CPPD, que o servidor docente André Pedro Fernandes Neto tenha a carga horária alterada de 20h para 40h semanais, sem regime de dedicação exclusiva?

Desde já, elevamos os votos de estima e consideração.

Mossoró/RN, 25 de fevereiro de 2022.

Rodrigo de Almeida Leite
Assessor Especial do Gabinete da Reitoria

Emitido em 25/02/2022

DESPACHO Nº 5277/2022 - PROGEPE (11.01.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/10/2022 14:06)
JULIUS VICTORIUS DIOGENES PAIVA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **5277**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **31/10/2022** e o código de verificação: **abc47236cf**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 5257 / 2022 - PROGEPE (11.01.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 27 de outubro de 2022.

Interessado: André Pedro Fernandes Neto
Assunto: Acumulação de cargos, empregos e funções
Processo: 23091.017245/2022-72

DESPACHO

01. Trata-se do processo administrativo n.º 23091.012172/2019-88, que objetiva verificar a regularidade da acumulação de cargos, atinente ao processo de majoração de carga horária de trabalho, sem dedicação exclusiva, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, por parte do docente, o Sr. André Pedro Fernandes Neto, lotado no Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais ? DECAM da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA, Campus Mossoró. Ao preencher a declaração de acumulação de cargos, empregos e funções, o interessado assinalou no item 01 que ocupa cargo de docente na UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ? UERN, *Campus* Mossoró/RN.

02. Os autos do referido processo, inaugurados por esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas ? PROGEPE, estão instruídos com a seguinte documentação: (a) Declaração de acúmulo de cargos; (b) Declaração de Alimentação e Descanso; (c) Declaração de dias e horários do exercício das funções do docente na UERN; (d) Declaração da base de dados do RAIS; (e) Declaração de dias e horários do exercício das funções do docente na UFERSA.

03. É o que importa relatar. Passa-se à parte dispositiva.

04. De início, vale informar que a Constituição da República, art. 37, veda o acúmulo de cargos/empregos públicos fora das hipóteses

constitucionalmente admitidas. Nesse caso específico, vê-se que há, em tese, possibilidade de acúmulo de cargo com outro cargo de igual natureza, conforme art. 37, XVI ?a? da Constituição Federal da República, desde que haja compatibilidade de horários, entre ambos, considerando que o interessado é servidor efetivo ocupante de cargo de docente. Desse modo, como o Sr. André Pedro assinalou em Declaração de Acúmulo de Cargos que ocupa dois cargos de docente, incumbe esta Assessoria analisar se há compatibilidade de jornada de trabalho entre os dois cargos.

05. Em consulta à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS observou-se que o referido docente consta como tendo dois vínculos de docente com instituições públicas, sendo a primeira com esta UFERSA e a segunda com a UERN. Conforme declaração da chefia do Departamento de Informática da UERN, no qual o requerente está lotado, foi informado que o referido docente, que tem carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, leciona, no semestre letivo 2022.1, duas disciplinas no curso de Ciências da Computação, nos seguintes dias e horários: quinta-feira e sexta-feira das 08h55 às 10h35, e das 10h50 às 12h30. Já a declaração firmada pela chefia do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM/UFERSA, informa que o interessado atualmente leciona tanto disciplinas na graduação quanto na pós-graduação. No primeiro caso, considerando o semestre letivo 2022.1 (25/07/2022 a 28/11/2022), o docente ministra aulas toda segunda e quarta-feira no período da noite das 18h40 às 19h32; das 19h35 às 20h30; 20h30 às 21h25 e 21h25 às 22h20. Já no segundo caso, considerando o semestre letivo 2022.2 (15/08/2022 a 17/12/2022) as disciplinas de pós-graduação que o interessado atualmente leciona estão dispostas nas quartas-feiras, no período vespertino.

06. Como se vê, portanto, ao menos considerando as atividades acadêmicas de sala de aula, que possuem horário fixo, há perfeita compatibilidade de horários entre os dois cargos, sendo forçoso reconhecer a regularidade da acumulação. Ocorre que como o interessado pretende majorar sua carga horária de trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais nesta IFES, faz-se necessário que em momento oportuno, caso seu pedido seja provido, o interessado informe a esta Pró-reitoria, nos termos do art. 9, parágrafo 1° da IN n° 02/2018 do Ministério do Planejamento, a ocorrência de mudança para que se realize nova análise de compatibilidade de horários, neste momento considerando a sua nova carga horária semanal conjunto como sendo de 80 (oitenta) e não mais de 60 (sessenta) horas semanais.

07. Desse modo, com base no que foi exposto, esta Pró-Reitoria decide pela regularidade da situação. Todavia, faz-se necessário que (i) sempre que houver modificação de jornada de trabalho em quaisquer dos cargos acumulados, o interessado informe a esta Pró-Reitoria sobre a mudança,

para que seja feita nova análise de compatibilidade, nos termos do art. 9º, § 1º da Instrução Normativa n.º 2/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas; e (ii) que a chefia do DCAM/MOSSORÓ seja notificada, desde já, para que informe a esta Pró-reitoria, ao final do atual semestre letivo (ou mesmo antes, caso julgue necessário), se o interessado, a despeito do exercício concomitante dos dois cargos, têm desempenhado suas atribuições e cumprido o seu horário de maneira satisfatória.

(Assinado digitalmente em 27/10/2022 09:39)
ANTONIO FRANKLINEY VIANA FAUSTINO
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.017245/2022-72

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5257**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **27/10/2022** e o código de verificação: **37ccffc2a1**

Emitido em 27/10/2022

DESPACHO Nº 5278/2022 - PROGEPE (11.01.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/10/2022 14:06)
JULIUS VICTORIUS DIOGENES PAIVA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Visualize o documento original em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número: **5278**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **31/10/2022** e o código de verificação: **b501a32b1a**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO Nº 5290 / 2022 - PROGEPE (11.01.04)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 01 de novembro de 2022.

Interessado: André Pedro Fernandes Neto

Assunto: Majoração de carga horária de trabalho

Processo: 23091.012172/2019-88

DESPACHO

1. Trata-se do processo administrativo de majoração de carga horária de trabalho, sem dedicação exclusiva, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, inaugurado a pedido do servidor ANDRÉ PEDRO FERNANDES NETO, lotado no Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais ? DECAM da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA, Campus Mossoró.

2. Uma vez recebido o requerimento com os anexos apresentados pelo interessado (plano de trabalho), esta Pró-Reitoria deu encaminhamento à demanda, inicialmente para a unidade de lotação do interessado e depois para a Comissão Permanente de Pessoal Docente ? CPPD. As unidades às quais o interessado está vinculado, qual seja Coordenação do Curso de Engenharia de Produção, DECAM e Centro de Engenharias, deram despachos favoráveis ao pleito do requerente.

3. Tendo os autos retornado a esta Pró-Reitoria, foi realizada consulta jurídica à Procuradoria Federal na UFERSA indagando sobre a possibilidade de o interessado ter deferido o seu pedido de majoração de carga horária para 40 horas sem dedicação exclusiva, considerando que a norma de regência dispunha que tal regime deveria ser cumprindo em dois turnos diários completos e que o interessado declarara também ocupar cargo de docente na UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ? UERN, também com o regime de trabalho de 40 horas semanais. A Procuradoria Federal, a seu turno, por meio do Parecer n.º 374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, concluiu pela impossibilidade inicial da pretensão do servidor, tendo em vista a ausência de normatização interna do assunto por parte da UFERSA que regulamentasse as disposições do art. 20, § 3º, I, da Lei n.º 12.772/2012. Ou seja, pela análise do órgão consultivo desta IFES, o óbice à concessão da medida pleiteada repousava não no fato de haver acumulação de cargos (o que considerou ser possível, desde que se tratasse de hipótese permitida pela Constituição da República), mas sim porque havia expressa disposição legal no sentido de que a chancela para o servidor se submeter ao regime de 40 horas semanais sem a dedicação exclusiva dependia de regulamentação interna da IFES.

4. Nesse sentido, com esteio no parecer supracitado, esta Pró-Reitoria indeferiu o pleito do interessado, tendo, por conseguinte, promovido o

arquivamento do feito, após o interessado ter sido devidamente notificado, em março de 2020. Ocorre que, em setembro de 2021, o interessado protocolou novo requerimento, solicitando o desarquivamento do processo e renovando o seu pleito inicial de majoração da carga horária. A PROGEPE, a seu turno, retomou todo o trâmite procedimental, iniciando pela solicitação da anuência à unidade de lotação do servidor. O DECAM e o Centro de Engenharias deram novo parecer favorável à majoração da carga horária do interessado.

5. Em seguida, na data de 22 de novembro de 2021, esta Pró-Reitoria, conforme despacho 66/2021, alegou que, apesar de não haver regulamentação específica da IFES sobre a majoração de carga horária docente, considerando a existência da Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 1/2019, caberia ao Conselho Universitário ? CONSUNI deliberar se haveria, de fato, a necessidade de maior regulamentação sobre o tema, ou se, a despeito disso, poderia o colegiado de cúpula da UFERSA decidir sobre o pleito do interessado. Assim, a PROGEPE encaminhou o feito para a CPPD, para que, caso julgasse necessário, encaminhasse a demanda para o CONSUNI, a fim de que fosse analisado o pleito do requerente naquela instância.

6. A CPPD, a seu turno, em despacho de 03 de dezembro de 2021, foi desfavorável à solicitação, por entender que a forma como o artigo 3º, § 1º da Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 1/2019 estava redigido não autorizava, por si só, a majoração da carga horária do docente, sobretudo considerando a interpretação do próprio dispositivo que restringe essa possibilidade, a saber, a majoração de carga horária sem dedicação exclusiva ?para áreas com características específicas?.

7. Considerando a decisão da CPPD, o Gabinete da Reitoria da UFERSA, em despacho de 25 de fevereiro de 2022, decidiu elaborar nova consulta à Procuradoria Federal, indagando se, mesmo considerando o parecer desfavorável da CPPD, seria possível majorar a carga horária do interessado de 20 para 40 horas semanais sem dedicação exclusiva. A Procuradoria, por meio do Parecer n.º 49/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, de 10 de março de 2022, retomou a linha de raciocínio já exposta por ocasião do Parecer n.º 374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU, apontando que o pedido do interessado não poderia encontrar guarida ante a ausência de normatização interna desta IFES sobre a aplicação do artigo 20, § 1º, da Lei n.º 12.772/2012.

8. Ocorre que, conforme o Despacho n.º 4661/2022 da Secretaria dos Órgãos Colegiados - SOC da UFERSA, de 26 de setembro de 2022, foi consignado que a Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 1/2019 foi alterada pela Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 44/2022, estabelecendo novos critérios para a alteração do regime de carga horária docente, dispondo, inclusive, o que se considera por ?áreas específicas?, o que alterou a dinâmica de análise do presente requerimento. Assim, a SOC, mediante provocação do interessado, feita por correspondência eletrônica de 23 de setembro de 2022, decidiu remeter os autos deste processo à origem, a fim de que fosse refeito todo o trâmite (Conselho de Centro, PROGEPE e CPPD), para que fosse novamente instruído e, ao fim, ser submetido à apreciação do CONSEPE.

9. Tendo o trâmite sido reiniciado, o pedido do interessado recebeu despacho favorável de seu Departamento (DECAM), em 17 de outubro de 2022. De igual modo, o Conselho do Centro de Engenharias, em sua 10ª

reunião ordinária, realizada em 18 de outubro de 2022, também foi favorável. Ato contínuo, estes autos foram encaminhados para esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

10. Assim, nesta fase processual, estes autos encontram-se instruídos com a seguinte documentação: (a) Requerimento de majoração de carga horária, firmado pelo interessado e outros documentos; (b) Despacho da extinta Seção de Legislação e Normas desta Pró-Reitoria, encaminhando os autos processuais para a unidade acadêmica do interessado a fim de se pronunciar quanto ao seu pleito; (c) Despacho favorável da coordenação do curso de Engenharia de Produção; (d) Despacho favorável do Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais - DECAM/UFERSA, ao qual o interessado está vinculado; (e) Declaração de acúmulo de cargos, empregos e funções, firmada pelo interessado a 18 de outubro de 2019; (g) Despacho favorável do Conselho do Centro de Engenharias; (h) Consulta jurídica desta Pró-Reitoria à Procuradoria Federal nesta IFES; (i) Parecer n.º 374/2019/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU; (j) Despacho desfavorável desta Pró-Reitoria, de 03 de janeiro de 2020; (k) Notificação ao interessado; (l) Memorando eletrônico n.º 278/2019 desta Pró-Reitoria para o DECAM/UFERSA; (m) Memorando eletrônico n.º 43/2019 do DECAM para a PROGEPE; (n) Notificação ao interessado; (o) Plano individual docente - PID do interessado; (p) Despacho de arquivamento do processo; (q) Pedido de desarquivamento do processo; (r) Despacho desta Pró-Reitoria; (s) Relatório individual docente - RID do interessado; (t) PID do interessado atualizado; (u) Declaração de acúmulo de cargos, empregos e funções atualizada; (v) Declaração do DECAM/UFERSA com os horários de aula do interessado nesta instituição; (w) Declaração do Departamento de Informática/UERN com os horários de aula do interessado naquela instituição; (x) Despacho n.º 1520/2021 PROGEPE, de 28 de outubro de 2021; (y) Despacho n.º 66/2021 PROGEPE. De 22 de novembro de 2021; (z) Cópia de correspondência encaminhada pelo interessado à CPPD; (a1) Cópia da Ata da sétima reunião ordinária de 2022 da Assembleia do DECAM, de 22 de outubro; (b1) Despacho do Centro de Engenharias da UFERSA, de 21 de outubro de 2021; (c1) Plano Individual Docente; (d1) Declaração do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica; (e1) Certificados de participação em atividade acadêmica; (f1) Parecer n.º 49/2022/GAB/PF-UFERSA/PGF/AGU; (g1) Despacho n.º 4661/202 SOC, de 26 de setembro de 2022; (h1) Cópia de correspondência eletrônica do interessado para a SOC. De 23 de setembro de 2022; (i1) Cópia de Anotações de Responsabilidade Técnica ? ART em nome do interessado; (j1) Plano individual docente do interessado; (k1) Declaração de acumulação de cargos firmada pelo interessado, a 26 de outubro de 2021; (l1) Despacho n.º 1520/2021 PROGEPE; (m1) Documentação comprobatória e justificativa de requerimento, firmada pelo interessado; (n1) Despacho n.º 5066/2022 ? DECAM, de 17 de outubro de 2022; (o1) Despacho n.º 5080/2022 ? Centro de Engenharias, de 18 de outubro de 2022; (p1) Despacho da CPPD, de 1º de dezembro de 2021; (q1) Despacho de Consulta da Reitoria dirigido à Procuradoria Federal, de 25 de fevereiro de 2022; (r1) Despacho n.º 5257/2022 da PROGEPE, sobre análise da acumulação de cargos do interessado, proferido nos autos do processo n.º 23091.017245/2022-72.

11. É o que importa relatar. Passa-se à parte dispositiva.

12. A rigor, vale dizer que a PROGEPE já se pronunciou de forma incisiva sobre a questão em análise, tendo, inclusive, decidido pelo indeferimento

do pleito, dada a ausência de previsão normativa interna que o amparasse. Todavia, a esse respeito, duas observações precisam ser feitas.

13. Uma análise mais detida da Resolução que regulamenta a matéria, qual seja a Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 1/2019, com as modificações da Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 44/2022, é forçoso admitir que os parâmetros de análise foram modificados, importando, também, em resultado diferente. Se, com a redação antiga, não era possível conceder a medida pleiteada por ausência de normatização interna, tal óbice já não subsiste, pois o parágrafo 1º do artigo 5º da supracitada resolução passou a disciplinar o artigo 20, § 2º da Lei n.º 12.772/2012. Assim, nos termos da resolução, para fins de alteração de carga horária docente, são consideradas áreas possuidoras de ?características específicas? as áreas de medicina, medicina veterinária e as que exijam anotação ou termo de responsabilidade técnica, podendo o CONSEPE deliberar sobre outras áreas (art. 5º, § 2º).

14. Outro ponto que merece destaque é que esta Pró-Reitoria não tem competência regimental para analisar o pleito do interessado quanto ao mérito (algo que cabe ao CONSEPE), mas tão somente os aspectos relacionados à legalidade da concessão do pedido, que, nesse caso específico, abarcam duas circunstâncias: a primeira delas já mencionada no parágrafo anterior, que agora torna possível a análise de mérito do requerimento; e a outra diz respeito à análise da acumulação de cargos por parte do interessado. Quanto a este último ponto, vale dizer que esta Pró-Reitoria já decidiu pela regularidade da acumulação, haja vista se tratar de hipótese prevista na Constituição da República e da não ocorrência de conflito de horários envolvendo as atividades de ambos. Ademais, vale dizer que, na senda do que a Procuradoria Federal nesta IFES já delineou, não há qualquer impedimento para que ocorra a majoração da carga horária docente em virtude de acumulação de cargos, desde que se trata de hipótese constitucionalmente permitida. Para que não reste dúvida quanto a esse ponto, vide a transcrição literal do que a PF-UFERSA expôs no Parecer 49/2022:

> Vale destacar que a objeção de natureza normativa sobre a impossibilidade de acúmulo de cargo, possui sentido [bem] específico: **(i)** ou seria evitar, de modo abstrato, que o docente tenha outro cargo, mesmo na hipótese de acumulação legal; **(ii)** ou proibir o acúmulo, mesmo na hipótese da permissividade legal, quando a carga horária for incompatível no caso concreto? A segunda hipótese se impõe, caso contrário, a legislação estaria afrontando o próprio texto constitucional, que não impede o acúmulo de carga horária, exigindo, por certo, condicionantes de ordem prática, isto é, a efetiva viabilidade da acumulação (artigo 37, inciso XVI, da CRFB). Dessa forma, a ideia de acúmulo de cargo só pode ter algum sentido quanto à impossibilidade de acumulação **de cargo eletivo ou de livre nomeação**, não propriamente de cargos acumuláveis, **inclusive por deferência ao texto constitucional.**

15. Assim, ao menos numa análise quanto a estes aspectos de legalidade, esta Pró-Reitoria entende ser possível o deferimento do pedido formulado pelo interessado, desde que, em análise realizada pelo CONSEPE, os demais requisitos trazidos pela Resolução da UFERSA também se mostrem presentes.

16. Considerando a competência estabelecida no artigo 4º, § 1º da Resolução CONSEPE/UFERSA n.º 1/2019, remetam-se os autos deste processo para a CPPD, a quem, após a manifestação, fará a consequente remessa ao CONSEPE.

(Assinado digitalmente em 01/11/2022 09:31)
RAIANE MOUSINHO FERNANDES BORGES PALHANO GALVAO
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROGEPE (11.01.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5290**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **01/11/2022** e o código de verificação: **86a7701f10**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

DESPACHO Nº 5382 / 2022 - CPPD (11.01.26)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Mossoró-RN, 04 de novembro de 2022.

Reanalisando a solicitação constante neste Processo Administrativo, referente ao requerimento de Alteração de Carga Horária feito pelo servidor docente André Pedro Fernandes Neto, matrícula SIAPE n.º [redacted], e:

Considerando a alteração da **RESOLUÇÃO CONSEPE/UFERSA N° 001/2019** e pela **RESOLUÇÃO Nº 44, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022**, que permite a mudança do regime de trabalho de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais,

Considerando que o docente já cumpre as 40 (quarenta) horas semanais de trabalho no departamento no qual está alocado,

Considerando que não há nenhum impedimento legal para a aprovação desse pedido,

Considerando a documentação anexa, bem como o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Progepe, o Despacho do Departamento de Engenharias e Ciências Ambientais - DECAM - e o Despacho do Centro de Engenharias - CE, todos favoráveis,

Esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

(Assinado digitalmente em 04/11/2022 15:38)
LUCIANA VIEIRA DE PAIVA
PROFESSOR 3 GRAU
BIC (11.01.00.07.04)
Matrícula: [redacted]

Processo Associado: 23091.012172/2019-88

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **5382**, ano: **2022**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **04/11/2022** e o código de verificação: **707383334d**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
11ª Reunião Ordinária de 2022

8º PONTO

Outras ocorrências.